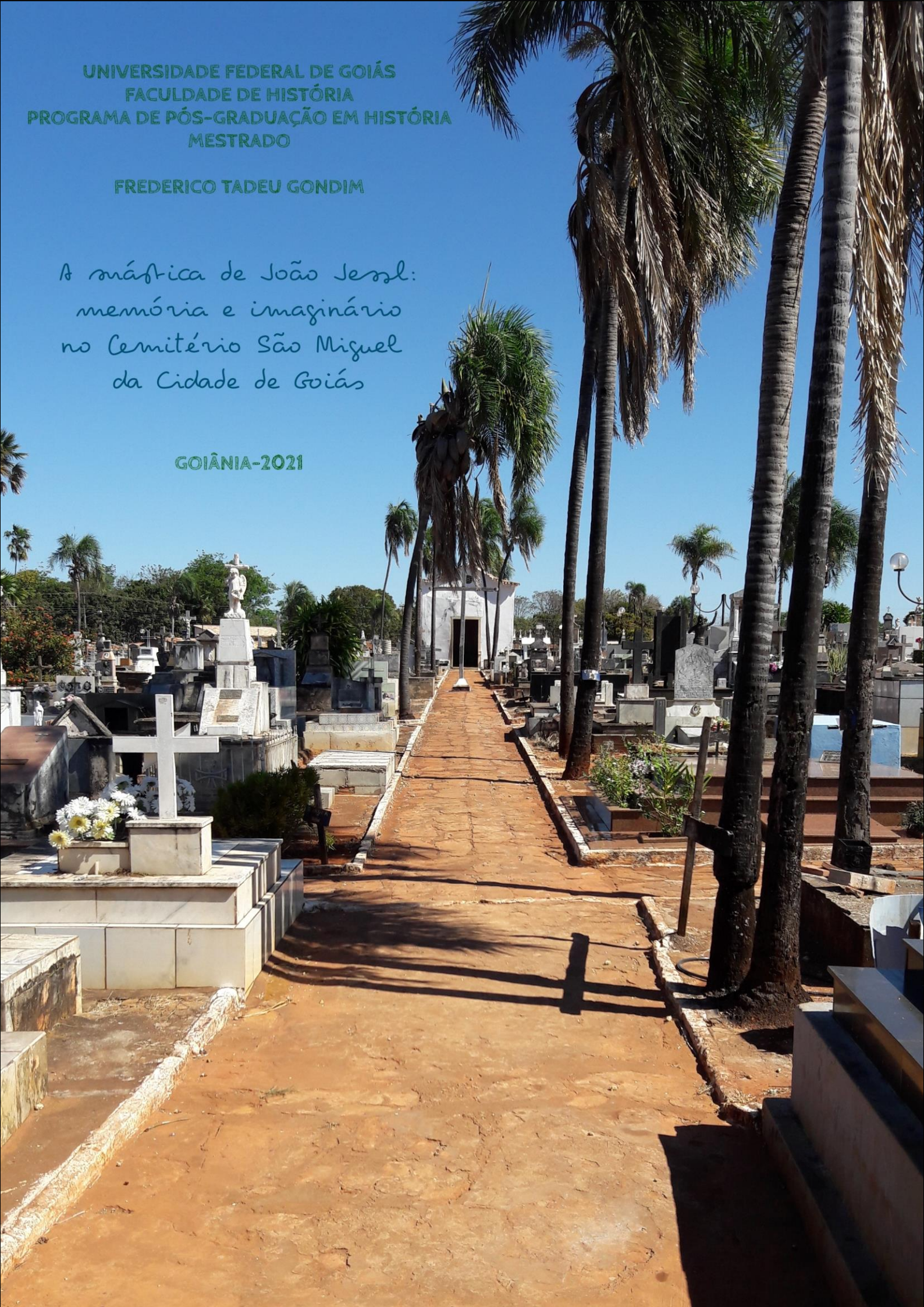


UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

FREDERICO TADEU GONDIM

*A mástica de João Jessel:
memória e imaginário
no Cemitério São Miguel
da Cidade de Goiás*

GOIÂNIA-2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

FREDERICO TADEU GONDIM

**A SUÁSTICA DE JOÃO JESSL:
MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NO CEMITÉRIO SÃO MIGUEL
DA CIDADE DE GOIÁS**

**GOIÂNIA
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Frederico Tadeu Gondim

3. Título do trabalho

A suástica de João Jessl: memória e imaginário no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elizia Borges, Usuário Externo**, em 25/10/2021, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO TADEU GONDIM, Discente**, em 25/10/2021, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2439237** e o código CRC **725F574F**.

FREDERICO TADEU GONDIM

**A SUÁSTICA DE JOÃO JESSL:
MEMÓRIA E IMAGINÁRIO NO CEMITÉRIO SÃO MIGUEL
DA CIDADE DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração:

Cultura, Fronteiras e Identidades

Linha de pesquisa:

Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Elizia Borges

**GOIÂNIA
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gondim, Frederico Tadeu

A suástica de João Jessl [manuscrito] : memória e imaginário no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás / Frederico Tadeu Gondim. - 2021.

174 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Maria Elizia Borges.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, lista de figuras.

1. Cemitério. 2. Cidade de Goiás. 3. Johann Jessl. 4. Suástica.
I. Borges, Maria Elizia, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **054/2021** da sessão de Defesa de Dissertação de **Frederico Tadeu Gondim**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um**, a partir da(s) **14h**, via **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**A suástica de João Jessl: memória e imaginário no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Maria Elizia Borges (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Makchwell Coimbra Narcizo (UNESP)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Maria Elizia Borges**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elizia Borges, Usuário Externo**, em 25/10/2021, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Maria De Magalhães, Professora do Magistério Superior**, em 25/10/2021, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 25/10/2021, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2361321** e o código CRC **E006A1BB**.

Referência: Processo nº 23070.050523/2021-10

SEI nº 2361321

*Para minha Oma, meu Opa,
e para o Weligton, com muitas saudades*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo amor sem fim;

À minha orientadora, Dra. Maria Elizia Borges, por acreditar na minha pesquisa. Mesmo quando tudo lá fora tomava rumos improváveis, você sorria e dizia: “vamos, que vamos!”

À Prof^a. Dra Sônia Maria de Magalhães, ao Prof. Dr. Deuzair José da Silva e ao Prof. Dr. Makchwell Coimbra Narcizo, pelas contribuições inestimáveis que trouxeram nas bancas de qualificação e defesa deste trabalho;

Às professoras e professores que tive a oportunidade de conhecer durante minha passagem pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), pelos diálogos e ensinamentos;

Aos amigos que formam a família que escolhi;

À Ludimília Melo Vaz e ao Samuel Vaz;

À Fátima Cançado, por toda ajuda prestada no arquivo histórico da Cidade de Goiás;

Aos entrevistados: Alinne Campos Jubé, Célia Mendanha Gouveia, Iolanda de Aquino Leite, Sammuel Lima Costa e Shirlei de Oliveira Souza, pela disponibilidade e gentileza em contribuir ao meu trabalho;

À Divina Paiva, por ser poesia e jardim ensolarado;

Às professoras e professores do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia;

Aos anônimos que passaram pela minha vida e contribuíram, mesmo que por um minuto ou uma hora, com suas experiências. Quem sabe, algum dia, alguém traga também as histórias (e histórias...) dessas pessoas, que vieram e se foram, e cujos nomes desconheço.

*diante de nós a noite
mas o sol ainda vai se pôr
no espelho retrovisor*

Alice Ruiz S.

RESUMO

Esta pesquisa teve início com a localização de um sepultamento no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás (GO), que despertou nosso interesse pela lápide que o acompanha. O pequeno objeto remete a um jovem austríaco que viveu na antiga capital do Estado entre 1928 (pelo menos) e 1936, e seus dizeres afetuosos são seguidos de uma suástica. Intrigados pelo símbolo, realizamos um levantamento bibliográfico que nos permitiu compreender a sua transformação em “símbolo nazista”, partindo do tratamento a-histórico que recebeu no final do século XIX até a inserção no projeto político do Partido Nazista alemão no início do século XX. Além disso, pesquisamos a documentação disponível acerca de Jessl (o austríaco) no arquivo histórico e cartório da Cidade de Goiás e em arquivos eletrônicos, para estabelecer um diálogo entre os documentos e a lápide, e pensar a memória elaborada sobre esse estrangeiro naquele momento (POLLAK, 1989, 1992). Não há com isso pretensões de uma leitura definitiva sobre a presença do austríaco na Cidade de Goiás; antes de tudo, partimos dos interesses e percepções de nosso tempo, tendo por base a disponibilidade das fontes, em um exercício aberto de reflexão. Se atualmente nos intriga uma suástica em uma lápide, precisamos, em primeiro lugar, situar Jessl e o símbolo historicamente, em um contexto ao mesmo tempo diverso do da Áustria e fora do controle da Alemanha nazista, para só então ponderar como ele e a suástica são interpretados hoje pelo imaginário local (DURAND, 2004, 2012; MAFFESOLI, 2018).

Palavras-chave: Cemitério; Cidade de Goiás; Johann Jessl; Suástica

ABSTRACT

This research began with the observation of a burial located at Cemitério São Miguel in Cidade de Goiás, which aroused our interest because of its accompanying headstone. The small object refers to an Austrian young man who lived in the former capital of the Brazilian state of Goiás from (at least) 1928 until 1936, and the friendly words on the headstone are followed by a swastika. Intrigued by the latter, we conducted a literature review that allowed us to understand its transformation into “nazi symbol”, starting with the a-historical treatment the swastika received at the end of the nineteenth century up to its political use by the Nazis in the early twentieth century. In addition to this, we went through documents which mention Jessl (the Austrian young man), available at the local historical archive, registry office and also online, in order to establish a dialogue between the files and the headstone, as well as reflect upon the memory built around this foreigner back in the day (POLLAK, 1989, 1992). In doing so, we do not aim for a final interpretation of this Austrian young man’s presence in Cidade de Goiás – what we propose instead is an open discussion, as we are guided by the interests of our time and the sources available at the moment. If a swastika on a headstone catches our attention today, we need first of all to place Jessl and the symbol historically, in a context that was at once different than that of Austria and outside of Nazi Germany’s control. Only then should we consider how Jessl and the swastika are interpreted today by the local imaginary (DURAND, 2004, 2012; MAFFESOLI, 2018).

Keywords: Cemetery; Cidade de Goiás; Johann Jessl; Swastika

LISTA DE FIGURAS

Figura 01.	Jazigo com lápide de João Jessl fixada ao tronco ceifado que serve de cabeceira ao conjunto.....	19
Figura 02.	Detalhe de placa com número perpétuo do jazigo (314), na parte anterior do tronco ceifado.....	19
Figura 03.	Lápide de mármore com as seguintes inscrições: ramos na porção superior; epitáfio "Aqui descança nosso João Jessl" e datas e locais de nascimento e de falecimento na porção central; e suástica na porção inferior.....	20
Figura 04.	Muro na Cidade de Goiás, com pichação de uma suástica e sobre ela o sinal de "proibido"; acima a sigla ANTIFA.....	22
Figura 05.	Mapa atual da Áustria com destaque ao Estado da Estíria (<i>Steiermark</i>) em vermelho.....	24
Figura 06.	Mapa atual do Estado da Estíria com destaque ao distrito de Graz-Umgebung em vermelho.....	24
Figura 07.	Mapa atual do distrito de Graz-Umgebung (em tom intermediário de cinza) com destaque à cidade natal de Jessl, Feldkirchen bei Graz, em vermelho, ao sul de Graz (em tom escuro de cinza), capital do Estado da Estíria.....	25
Figura 08.	Em imagem do fotógrafo Marc Riboud, a jovem Jan Rose Kasmir (à direita) segura uma flor e contrapõe-se a soldados que empunham suas armas, durante um protesto à Guerra do Vietnã, em 1967.....	37
Figura 09.	Representações em desenho de alguns dos objetos encontrados por Heinrich Schliemann em escavação na Turquia, entre discos de fuso (<i>spindle whorls</i>) e a esfera de terracota (abaixo), com inscrições que o remeteram à suástica.....	47
Figura 10.	Ilustração de pente com suástica em sua superfície. Atribuído à Idade do Bronze e localizado na região escandinava.....	50
Figura 11.	Ilustração de alfinete de bronze com suástica gravada em pontilhado. Atribuído à Idade do Bronze e localizado na Alemanha.....	50
Figura 12.	Ilustração de urna funerária com suásticas. Atribuídas à Idade do Bronze e localizada na Itália.....	50
Figura 13.	Ilustração de estatueta de terracota com suásticas. Atribuída à Antiguidade Clássica e localizada no Chipre.....	50

Figura 14.	Ilustração de vaso com suástica em painel composto também por representações de animais. Localizado na Grécia.....	50
Figura 15.	Ilustração de base de coluna de edifício romano, com suásticas, situado na Argélia.....	50
Figura 16.	Ilustração de artefatos de contas utilizados por indígenas Sac (ou Sauk) nos Estados Unidos, no final do século XIX.....	51
Figura 17.	Reprodução da bandeira adotada pelo partido nazista na década de 1920 e que mais tarde se tornou a bandeira oficial da Alemanha nazista (1933-1945).....	55
Figura 18.	Reprodução da bandeira do Império Alemão (1871-1918) cujo esquema de cores (preto, branco e vermelho) foi retomado na bandeira com a suástica.....	55
Figura 19.	Estandarte da Alemanha nazista composto pela suástica ao centro e os dizeres Deutschland Erwache (“Alemanha, desperte”).....	57
Figura 20.	Fotograma que mostra suástica no topo de estádio em Nuremberg, Alemanha (1945).....	59
Figura 21.	Fotograma do momento em que a suástica no topo do estádio em Nuremberg é destruída (1945).....	59
Figura 22.	Pichação da suástica seguida pelos dizeres "volta p/ Bolívia", em porta de apartamento do conjunto residencial da Universidade de São Paulo (2018).....	61
Figura 23.	Pichação de suástica, em vermelho, seguida dos termos "K.K.K" e "#Mito" em muro de escola da capital paulista (2018).....	62
Figura 24.	Suásticas pichadas sobre túmulos do cemitério judaico de Quatzenheim, França (2019).....	63
Figura 25.	Suásticas pichadas sobre túmulos do cemitério judaico de Westhoffen, França (2019).....	63
Figura 26.	Suásticas pichadas sobre lápides do cemitério judaico de Kröpelin, Alemanha (2012).....	64
Figura 27.	Pichações de suástica e outros dizeres que negam a Shoá em cemitério de Champagne-au-Mont-d'Or, França (2019).....	65
Figura 28.	Fac-símile de lista de passageiros do vapor Orania, que aportou em Santos-SP em 28/12/1925. Jessl é citado como operário solteiro de 22 anos, vindo na 3ª classe.....	69

Figura 29.	Jessl citado em revista alemã, com ocupação e localização no Brasil (1929).....	70
Figura 30.	Carta de José Rodrigues Rabello a Joaquim Guedes de Amorim, na qual é citado “João Austrico” (<i>sic</i>) (26/07/1928).....	74
Figura 31.	Fac-símile de correspondência da Casa Fotoptica, que repassa fatura de compra realizada por ordem do “Snr. Hans Jessel” (12/04/1929).....	75
Figura 32.	Fac-símile de correspondência em alemão da Siemens-Schuckert a Hans Jessl (06/04/1931).....	76
Figura 33.	Fac-símile de informativo em alemão sobre disjuntor da Siemens-Schuckert (1935).....	77
Figura 34.	Fac-símile de informativo em alemão sobre disjuntor da Siemens-Schuckert (1935).....	77
Figura 35.	Fac-símile de contrato de Oswaldo Duarte, para prestação de serviços de eletricitista à Empresa de Força e Luz de Goiás (sem data).....	78
Figura 36.	Fac-símile de correspondência da Siemens-Schuckert, em que é citada carta de “Jesse” (<i>sic</i>) a H. Kels (23/01/1932).....	79
Figura 37.	Fac-símile de correspondência da Siemens-Schuckert que menciona entrega de carta e escolha de motor por “João Jessel” (24/01/1933).....	80
Figura 38.	Fac-símile de correspondência da Pires, Fontoura & Cia., que encaminha fatura de artigos solicitados por “João Jessel” (24/02/1933).....	81
Figura 39.	Fac-símile de correspondência da Siemens-Schuckert em que Hans Jessl é identificado como engenheiro eletricitista (28/11/1935).....	82
Figura 40.	Fac-símile de correspondência da Sociedade de Motores Deutz Otto Legítimo em que Jessel (<i>sic</i>) é identificado como mecânico (06/02/1933).....	83
Figura 41.	Figura 39 - Fac-símile de correspondência de Belarmino Cruvinel a Joaquim Guedes, transmitindo ordem do eletricitista, “o Jessel” (<i>sic</i>) (15/05/1936).....	84
Figura 42.	Fac-símile da nota no Diário Oficial da União (16/09/1935).....	85
Figura 43.	Fac-símile de nota no Diário Oficial da União (11/01/1937).....	86

Figura 44.	Fac-símile de livro de registro de horas dos empregados da Empresa de Força e Luz, no qual consta que Hans Jessl retirou-se em 30 de junho de 1936.....	87
Figura 45.	Registro do óbito de João Jessl (28/12/1936).....	88
Figura 46.	Lápide de João Jessl no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás (1936).....	92
Figura 47.	Casa que pertenceu a Hermann A. Wascheck e serviu como consulado alemão na Cidade de Goiás.....	94
Figura 48.	Placa ao lado da porta, com a mensagem: “Aqui funcionou o primeiro consulado da Alemanha em Goiás”.....	94
Figura 49.	Menção à Colônia alemã de Uvá em periódico austríaco (1933).....	97
Figura 50.	Menção à Colônia alemã de Uvá em periódico austríaco (1933).....	97
Figura 51.	Menção à Colônia alemã de Uvá em periódico austríaco (1933).....	98
Figura 52.	Matéria sobre os encontros de alguns dos colonos de Uvá com serpentes da região, publicada pelo periódico nazista <i>Deutscher Morgen</i> (1938).....	100
Figura 53.	Fac-símile de nota no jornal goiano O Social, anunciando a Inauguração do Tribunal da Eugenia na Alemanha para janeiro de 1934 (1933).....	105
Figura 54.	Fac-símile de nota no jornal goiano O Social, citando invasão armada e violenta pelos nazistas em comício ocorrido em Graz, na Áustria (1933).....	106
Figura 55.	Fac-símile de nota no jornal Cidade de Goiaz, citando planos de Hitler para anexar os sudetos à Alemanha nazista (1938).....	107
Figura 56.	Fac-símile de nota no jornal Cidade de Goiaz, sobre rejeição da França e Inglaterra a discurso de Hitler em Danzig (1939).....	107
Figura 57.	Abundância de símbolos cristãos pelo Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Em primeiro plano, crucifixo, com diversas cruzes ao fundo.....	117
Figura 58.	Fachada frontal do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Os muros e a entrada principal, onde também funciona a administração, estabelecem a separação entre o domínio dos mortos e o dos vivos...	120
Figura 59.	Planta baixa original do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás com a quadra 7 identificada pela letra F.....	129

Figura 60.	Planta baixa atual do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás, com destaque à quadra 7, que conta hoje com mais de 60 jazigos, entre sepultamentos individuais e coletivos/familiares.....	130
Figura 61.	Sepultamentos de séculos distintos na quadra 7. À esquerda, jazigo com registro de óbitos em 2001 e 2013 (século XXI); à direita, estrutura já bastante erodida que reporta a óbito em 1882 (século XIX).....	131
Figura 62.	Jazigo de Jessl, em alvenaria visível, exceto lápide em mármore e tronco em pedra (Registro de óbito: 1936).....	132
Figura 63.	Jazigo em alvenaria com pintura desgastada (Registros de óbito: 1945, 1981, 2000).....	132
Figura 64.	Jazigo com revestimento cerâmico (sem informação de óbito).....	132
Figura 65.	Jazigo com revestimento em granito (Registro de óbito: 1979, 1989).....	132
Figura 66.	Jazigo em alvenaria (exceto lápide de mármore) e formato de obelisco, realçando a verticalidade da composição (Registros de óbito: 1924, 1955, 1964, 1974, 1987).....	133
Figura 67.	Jazigo em alvenaria (exceto lápide e mármore e crucifixo em pedra) e formato de obelisco, realçando a verticalidade da composição (Registro de óbito: 1921).....	133
Figura 68.	Amostra de cruzeiras associadas a jazigos da quadra 7, em estilos, materiais construtivos e revestimentos diversos (da esquerda para direita e de cima para baixo: madeira pintada, alvenaria, metal, metal pintado, granito, mármore).....	135
Figura 69.	Altar com imagem de Nossa Senhora das Graças, em jazigo da quadra 7.....	136
Figura 70.	Imagem da Virgem Maria com detalhe do Sagrado Coração, em jazigo da quadra 7.....	136
Figura 71.	À esquerda, altar com imagem de Nossa Senhora e o menino Jesus, em jazigo da quadra 7. Embora pouco visível, há inscrito na porção superior do altar o monograma de Cristo (à direita, acima), comum em outros túmulos deste cemitério (exemplo à direita, abaixo, retirado de outra quadra).....	136
Figura 72.	Crucifixo que acompanha jazigo da quadra 7.....	137
Figura 73.	Detalhe de crucifixo sobreposto a cruz de jazigo da quadra 7.....	137
Figura 74.	Capelinha em jazigo da quadra 7. Neste exemplo, com imagem de Nossa Senhora Aparecida, velas e seu recipiente.....	137

Figura 75. Ramos lavrados por riscadores de pedra sobre mármore em cruz que
acompanha jazigo da quadra 7..... 138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTIFA	Movimento antifascista (Do alemão <i>Antifaschistische Aktion</i>)
DAP	<i>Deutsche Arbeiterpartei</i> (Partido Alemão dos Trabalhadores; em alguns casos, traduzido como Partido dos Trabalhadores Alemães)
DNSAP	<i>Deutsche Nationalsozialistische Arbeiterpartei</i> (Partido Nazista austríaco; literalmente, Partido Alemão Nacional-Socialista dos Trabalhadores)
NSDAP	<i>Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei</i> (Partido Nazista alemão; literalmente, Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores e, em alguns casos, traduzido como Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães)
NSDAP/AO	<i>Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei/Auslandsorganisation</i> Organização do Partido Nazista no Exterior
NSDAP-HB	<i>Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei – Hitler Bewegung</i> Movimento Hitlerista do Partido Nazista austríaco
SIAN	Sistema de informações do Arquivo Nacional
USHMM	<i>United States Holocaust Memorial Museum</i> (Museu Memorial do Holocausto, dos Estados Unidos)

Siglas de Estados brasileiros citados:

GO	Goiás
MG	Minas Gerais
PR	Paraná
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – A SUÁSTICA ENTRE UM PASSADO FORJADO E UM FUTURO ESTIGMATIZADO.....	35
1.1 O pensamento simbólico na reordenação da realidade.....	36
1.2 A “redescoberta” da suástica no final do século XIX.....	43
1.3 A suástica nazista no início do século XX.....	52
CAPÍTULO 2 – NOSSO JOÃO JESSL.....	66
2.1 A memória elaborada em torno de um estrangeiro na Cidade de Goiás (1928-1936).....	67
2.2 Jessl e os alemães na Cidade de Goiás e na Colônia de Uvá: reflexões possíveis.....	93
CAPÍTULO 3 – NA CIDADE DOS MORTOS, ONDE VIVE UMA PEQUENA SUÁSTICA.....	109
3.1 O Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás: a recordação e o tabu da morte	110
3.2 A suástica de Jessl: imaginar o passado, repensar o presente.....	123
3.3 Considerações sobre a quadra 7 do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás e possibilidades de pesquisa.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143
ANEXOS.....	156

Introdução

As reflexões propostas nesta dissertação tiveram por ponto de partida uma lápide presente no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás-GO. O pequeno objeto funerário reporta a João Jessl (Johann Jessl, apelido: Hans), jovem austríaco que viveu pelo menos desde 1928 na antiga capital do Estado de Goiás, onde também faleceu em 1936. Além do epitáfio¹ em tom afetivo, a lápide traz inscrita na porção inferior uma suástica. O símbolo intriga, porque nos remete, hoje, às atrocidades promovidas pelo partido nazista (NSDAP), sobretudo no período da Alemanha nazista (1933-1945). Jessl, no entanto, faleceu no interior do Brasil, em 1936. Como pensar a partir das informações da lápide a presença desse estrangeiro na antiga capital, durante as décadas de 1920 e 1930, e o símbolo que não se prende à memória que quiseram deixar a seu respeito, mas continua vivo, pelos piores motivos, em nosso imaginário?

Temos a dizer, antes de tudo, que refletir sobre a morte é um interesse de longa data; antecede até mesmo nosso percurso acadêmico. Entendemos que a forma como cada um a elabora diz muito sobre suas escolhas em vida: há quem acredite que só se vive uma vez e assim aproveita cada dia como se fosse o último; há quem diga que a morte não é o fim e que devemos ter cautela em nossas ações; muitos evitam falar sobre ela, por temor, ao passo que outros acreditam que o *día de los muertos* seja motivo de festa! Foi esse interesse maior nas suas diversas concepções que nos levou a vários cemitérios em nossas viagens pelo Brasil; espaços onde essas ideias se materializam em símbolos, esculturas e epitáfios que evocam o fim inexorável; a continuidade; a perda que deixa saudades; a esperança da permanência dos entes queridos; a certeza de que partiram para um lugar melhor – e essas são apenas algumas das percepções mais próximas à nossa realidade.

Caminhando por esses cemitérios, observamos escolhas que se alternam entre convenções e pequenos agenciamentos. Suntuosos mausoléus acompanhados de expressivas esculturas dividem espaço com sepultamentos mais discretos, que não carregam mais do que um retrato desbotado do morto. Em outros desses locais,

¹ Epitáfios são inscrições que acompanham o sepultamento e têm por principais funções identificar o morto e consagrar sua memória ao meio social. A prática remonta à Antiguidade Clássica (vide, por exemplo, OMENA; FUNARI, 2015; OMENA; CARVALHO, 2018). Particularidades como conteúdo e suporte material variam bastante em razão do contexto histórico, mas, de modo geral, os epitáfios apresentam dados básicos como nome, data e local de nascimento e falecimento, além de fórmulas retóricas (“aqui jaz...”, “aqui descansa...”) e mensagens de teor e extensão variáveis: elogios, orações, relatos. Em análise a epitáfios dos séculos XIX e XX, no Brasil, Borges (2002, p. 208) ressalta que: “o estilo muda pouco a pouco e o gênero vulgariza-se com dados essenciais e palavras breves”.

encontramos pedaços de madeira fincados na terra batida, improvisando cruzes sem referências, ao passo que, nos verdes gramados dos cemitérios parques, avistamos aqui e ali uma plaquinha de metal com dados pontuais.

Foi em uma dessas nossas visitas a cemitérios, em 2017, que tivemos a oportunidade de conhecer o sepultamento sobre o qual havíamos ouvido falar anos antes, no início de nossa graduação. Andando pelas vias e quadras do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás (que, à maneira de outros campos santos do século XIX, assemelha-se a uma pequena cidade dos mortos, por sua concepção urbanística) nós nos deparamos, já na quadra 7, com um discreto sepultamento de alvenaria e aspecto abandonado, tendo por “endereço” o número perpétuo 314 (Figuras 1 e 2). Fixada à representação de um tronco ceifado que não só sugere a interrupção prematura de uma vida, mas serve de cabeceira ao jazigo, está a lápide de Jessl. Na parte superior do objeto de mármore, vemos inscritos alguns ramos de palmeira, seguidos dos dizeres que dominam sua porção central:

**AQUI DESCANÇA
NOSSO
JOÃO JESSL
★ 13 DE AGOSTO 1903
EM FELD KIRCHEN
ÁUSTRIA
✠ 28 DE DEZEMBRO
1936 GOIÁS**

Em menor relevo, na porção inferior, observamos a suástica (Figura 3). O primeiro pensamento que nos ocorre é que esse símbolo não se adéqua àquele espaço sagrado, cujo caráter predominantemente cristão se reafirma por uma profusão de cruzes e crucifixos por todos os lados, além de imagens de anjos, santos, de Nossa Senhora e do Cristo. A suástica nos faz pensar hoje, afinal, nas arbitrariedades, discursos de ódio e na brutalidade que marcaram a trajetória do NSDAP desde a sua fundação (postura que

se estende ao partido nazista austríaco), culminando na Shoá² durante os anos finais da Alemanha nazista.

Figura 1 - Jazigo com lápide de João Jessl fixada ao tronco ceifado que serve de cabeceira ao conjunto.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2017.

Figura 2 - Detalhe de placa com número perpétuo do jazigo (314), na parte anterior do tronco ceifado.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2017.

² Neste trabalho, optamos pela designação “Shoá”, ao invés de “Holocausto”, exceto em nomes próprios que levem o termo ou quando citado em entrevista. Mesmo que “Holocausto” seja uma designação mais frequente, concordamos com Agamben (2008) a respeito de sua impropriedade diante das implicações que tomou com o extermínio sistemático de milhões de judeus (entre outros milhões de pessoas) pelo regime nazista. Segundo o autor, o termo remonta ao grego *holokaustos* (ὁλόκαυστος), “todo queimado”, e experimentou um alargamento de sentidos, sobretudo pelos usos levianos no âmbito da doutrina cristã – a começar pela condenação por parte dos padres da Igreja aos sacrifícios (ou holocaustos) conduzidos por Hebreus –, consolidando “de modo cada vez mais consistente, nas línguas vulgares, o significado de ‘sacrifício supremo, no marco de uma entrega total a causas sagradas e superiores’, registrado pelos léxicos contemporâneos” (AGAMBEN, 2008, p. 39). O filósofo aponta uma alternativa no termo “Shoá” – “catástrofe” no hebraico. Em sua rejeição a “Holocausto”, Agamben (2008, p. 40, grifos do autor) denuncia que “estabelecer uma vinculação, mesmo distante, entre Auschwitz e o *olah* bíblico e entre as mortes nas câmaras de gás e a ‘entrega total a causas sagradas e superiores’ não pode deixar de soar como uma zombaria. O termo não só supõe uma inaceitável comparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica”. Optamos, assim, por “Shoá”, por considerá-lo menos problemático e não sugerir um desastre com fundo religioso, ainda que concordemos com Danziger (2007, n.p.), quando alerta que todas as designações – Holocausto, Shoá, Auschwitz, genocídio, ou mesmo o eufemismo nazista da Solução Final – carregam um “caráter parcial e insatisfatório”.

Figura 3 - Lápide de mármore com as seguintes inscrições: ramos na porção superior; epitáfio "Aqui descança nosso João Jessl" e datas e locais de nascimento e de falecimento na porção central; e suástica na porção inferior.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Precisamos considerar, entretanto, que a lápide com a suástica aparece em um contexto distante, tanto em termos culturais quanto geográficos, do controle acirrado e da escalada de violência promovida pelo regime ditatorial nazista até os extremos do extermínio em massa, na década seguinte. Tampouco falamos dos anos em que o Brasil se posicionou oficialmente como inimigo da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, acentuando suspeitas sobre a presença de tais imigrantes (entre outros falantes nativos do alemão) em território nacional. Esses são alguns cuidados que devemos ter, ao pensar historicamente a suástica e o jovem austríaco. Associada aos dizeres da lápide no cemitério local, *a suástica compõe a memória de alguém que as pessoas daquele momento conheceram na Cidade de Goiás.*

Foi com tal cautela que abordamos o símbolo – foco de nossa pesquisa em uma primeira etapa – quando estudamos sua apropriação pelo partido nazista, para nosso trabalho de conclusão do curso de Arqueologia, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em 2017, sob a orientação da professora M^a. Ludimília Justino de Melo Vaz. Além de pensar a suástica em relação aos demais símbolos presentes no cemitério, discutimos outras questões inerentes à sua apresentação nesse espaço e à cultura material que compõe o jazigo do austríaco, assim como os demais ao seu redor. Ao contrário dos dizeres em alto relevo na lápide, que um observador enxergaria com mais facilidade, acaso localizasse o discreto jazigo em meio a outros mais chamativos com suas pinturas e revestimentos em granito e cerâmica, a suástica não salta aos olhos de quem vê o conjunto à distância. Ela é um detalhe que por pouco não se perde no cinza do mármore, principalmente quando a luz solar incide com mais força. Duas das pessoas que nos acompanharam até o sepultamento, inclusive, não repararam o símbolo de imediato.

Apesar de sua discricção, tampouco seria adequado afirmar que a suástica é ignorada ali dentro. Não só há pessoas que cuidam dos jazigos de suas famílias, próximos ao do estrangeiro, como há circunstâncias que levam um fluxo maior de visitantes à instituição, a exemplo do Dia de Finados. É o caráter sagrado do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás que estabelece o respeito que deve prevalecer à memória dos que não se encontram mais entre nós. A conservação da lápide reflete essa postura nos limites do campo santo.

O detalhe pode até parece banal, mas devemos lembrar que a Cidade de Goiás nunca esteve alheia às questões de seu tempo, e não seria diferente agora. Na mesma época em que subíamos e descíamos a Rua Passos da Paz, em nossas visitas ao cemitério, em 2017, tivemos a oportunidade de observar uma pichação em um muro dessa mesma rua, que exibia uma suástica improvisada com um sinal de “proibido” sobre ela, e logo acima: “ANTIFA”, em menção ao movimento antifascista atuante em contextos diversos pelo mundo (Figura 4).

Figura 4 - Muro na Cidade de Goiás, com pichação de uma suástica e sobre ela o sinal de "proibido"; acima a sigla ANTIFA.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2017.

Aqui, sim, temos a suástica dos dias de hoje (e reproduzida nos dias de hoje), condenada por tudo o que recupera e atualiza do projeto político nazista ao qual se associou tão fortemente no senso comum, a ponto de muitos acreditarem que o próprio NSDAP a inventou. Falamos do ódio, do racismo, da intolerância ao diferente – discursos e atitudes que têm por alvo agora um leque indefinido de outros “inimigos” que representam a própria diversidade humana, traduzida em identidades de gênero, étnicas, nacionais; em escolhas religiosas e assim por diante. Basta ligarmos a televisão e assistirmos às notícias sobre a política brasileira, observando sob quais roupagens e pretextos esses valores ressurgem aqui e ali, que entenderemos também a rejeição a uma suástica quase oitenta anos após o fim da Alemanha nazista.

Na condição de pesquisadores, sabemos que nossas investigações não se esgotam, pois perguntas – nossas e de nosso público – nunca faltarão. Assim, este trabalho começou a crescer a partir de uma dúvida que comumente aparecia, quando levávamos os resultados iniciais de nossa pesquisa a alguns eventos acadêmicos: “e o austríaco?” Vez ou outra, “e o nazista?” Essa pulga atrás da orelha de muitos foi o que nos guiou pelas próximas idas ao Frei Simão Dorvi (o arquivo histórico da Cidade de

Goiás) e também pelas consultas que realizamos ao acervo digitalizado da Igreja Católica Austríaca e às listas de passageiros disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). “João Jessl” deixava de ser um simples nome na lápide e começava a se tornar um personagem de carne e osso que transitou um dia pelas ruas da antiga capital de nosso Estado. Só não poderia ser mais “real”, porque ainda não encontramos uma fotografia sua.

Sabemos que Johann Jessl nasceu em 13 de agosto de 1903 em Feldkirchen bei Graz, pequena comunidade situada no distrito de Graz-Umgebung (“arredores de Graz”, em referência à capital da Estíria), na época da monarquia dual da Áustria-Hungria (1867-1918). Após o colapso deste império e uma série de reconfigurações territoriais, com o fim da Primeira Guerra Mundial, Feldkirchen bei Graz³, hoje cidade-mercado (*Marktgemeinde*)⁴, permaneceu nas fronteiras do atual Estado da Estíria (*Steiermark*), na Áustria (Figuras 5 a 7). Enquanto crescia pela região, Jessl viveu com o pai Johann Jessl (1875-1917), agricultor (*Ökonom*)⁵, a mãe Anna Blumauer Jessl (1881-1929) e os irmãos mais novos, Anton Jessl (1904-1923) e Anna Jessl (1906-1926). A trajetória do primogênito na Europa ainda nos é desconhecida pela escassez de fontes. Sabemos, no entanto, que sua família nuclear faleceu na Áustria; portanto, não o acompanhou até o Brasil, onde ele desembarcou no final de 1925, aos 22 anos de idade. Em 1928, Jessl já trabalhava na Cidade de Goiás como eletricitista da primeira concessionária de energia elétrica da antiga capital, onde permaneceu até sua morte em 1936, aos 33 anos.

³ A referência “bei Graz” (“próximo a Graz”) diferencia esta cidade-mercado de outras localidades com nome similar, como Feldkirchen an der Donau (“às margens do Danúbio”), ou Feldkirchen in Kärnten (“na Caríntia”, Estado austríaco). A título de informação, o *Statistik Austria* aponta que a população atual de Feldkirchen bei Graz é de aproximadamente 6.700 habitantes. Disponível em: <http://www.statistik.at/web_de/klassifikationen/regionale_gliederungen/gemeinden/index.html>. Acesso em: 13/03/2020.

⁴ A designação de cidade-mercado (*Marktgemeinde*) tem sua origem na Idade Média, a partir da conferência de direitos de mercado (*Marktrecht*) a comunidades que apresentavam certas características vantajosas com relação às aldeias vizinhas; por exemplo, a localização em uma rota comercial que favorecesse a realização de feiras e atraísse pessoas. A partir de um levantamento das cidades-mercados que são parte do atual Estado da Estíria, Mirsch (2014) afirma que os antigos certificados que elevavam essas comunidades a *Marktgemeinden* vinham do imperador, de forma que o título trazia renome às localidades. A legislação austríaca atual garante a manutenção do título a diversos municípios e ainda permite a sua conferência, embora hoje ele carregue um caráter meramente simbólico, sem os privilégios jurídicos do passado. De todo modo, conquistar o título de *Marktgemeinde* continua sendo sinônimo de prestígio. Mirsch (2014) aponta, contudo, que mesmo que Feldkirchen bei Graz tenha sido uma comunidade de importância econômica desde a Idade Média, o título de cidade-mercado só foi solicitado ao governo da Estíria em 1973, e seu *status* elevado em 1974.

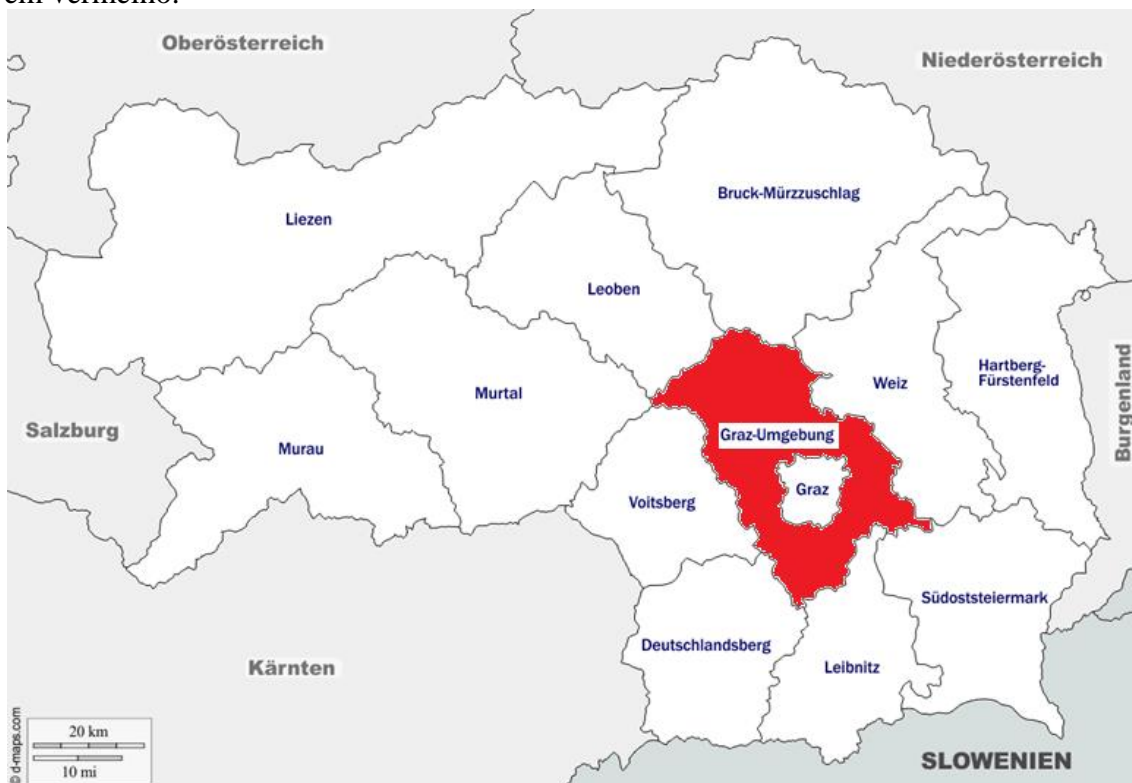
⁵ Em consulta ao site do dicionário *Duden*, temos que “*Ökonom*”, em seu sentido obsoleto, refere-se à ocupação de agricultor (*Landwirt*) ou fazendeiro (*Bauer*). Disponível em: <<https://www.duden.de/rechtschreibung/Oekonom>>. Acesso em: 14/03/2019.

Figura 5 - Mapa atual da Áustria com destaque ao Estado da Estíria (*Steiermark*) em vermelho.



Fonte: Adaptado do Site D-Maps. Acesso em: 13/03/2020.

Figura 6 - Mapa atual do Estado da Estíria com destaque ao distrito de Graz-Umgebung em vermelho.



Fonte: Adaptado do site D-Maps. Acesso em: 13/03/2020

Figura 7 - Mapa atual do distrito de Graz-Umgebung (em tom intermediário de cinza) com destaque à cidade natal de Jessl, Feldkirchen bei Graz, em vermelho, ao sul de Graz (em tom escuro de cinza), capital do Estado da Estíria.



Fonte: Google Imagens. Acesso em: 13/03/2020.

Ao sermos indagados então sobre “o nazista”, é preciso retomar a cautela de quando abordamos a suástica em uma lápide que remonta a 1936, na Cidade de Goiás. Devemos pensar Jessl, a princípio, durante os anos em que viveu na antiga capital, ainda que as representações que carreguemos em nosso imaginário sobre nazistas sejam as de nosso tempo e reportem a um contexto distinto. Não devemos supor que o eletricitista austríaco, mesmo se identificando como adepto do nazismo, tivesse, naquele local e momento, os mesmos propósitos que outros partidários na Europa. Além de não vir ao Brasil a serviço do partido, Jessl estava fora do raio de ação do NSDAP na segunda metade da década de 1920 e da Alemanha nazista na década de 1930.

Assim, se na primeira etapa de nossa pesquisa, pensamos a suástica em relação aos demais símbolos que estabelecem o caráter cristão do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás – prestando nossa contribuição inicial às pesquisas realizadas acerca deste espaço pela professora Dr^a. Maria Elizia Borges (UFG), pelo professor Dr. Deuzair José da Silva (UEG), pela professora M^a. Ludimília Justino de Melo Vaz (PUC Goiás) e pelo historiador Samuel Campos Vaz – pretendemos nos voltar agora à *memória* elaborada em torno de Jessl na época em que ele viveu na antiga capital, e ao que o *imaginário* local tem a dizer, nos dias de hoje, sobre o estrangeiro e a suástica da lápide.

Ao falarmos de “memória”, referimo-nos, de um lado, ao que se conservou sobre o jovem austríaco (o pequeno objeto funerário, os documentos arquivados), viabilizando uma análise sobre sua presença no passado da Cidade de Goiás. De modo mais amplo, a noção de “memória” que perpassa nosso trabalho segue o sentido consolidado por autores como Michael Pollak, Maurice Halbwachs, Aleida Assmann (ao tratar da “memória funcional”) e diz respeito à construção que busca no passado (histórico ou inventado) elementos que sustentem identidades no presente e confirmam um sentido a grupos ou vidas tomadas individualmente. Por se ligar às exigências de seu momento de elaboração, a memória seleciona e redimensiona certos aspectos do passado, enquanto outros são esquecidos ou simplesmente ignorados.

Ao pensarmos a suástica em relação aos dizeres “Aqui descança nosso João Jessl”, surgem novas questões: por que “nosso” se sua família não veio com ele? Por que a suástica em sua lápide? Como foi sua relação com a Cidade de Goiás naquele momento? Mais do que respostas definitivas a respeito de Jessl, o que propomos é um exercício de reflexão em torno da memória que pode ser apreendida do diálogo entre as fontes disponíveis neste momento. Memória possível, mas também aberta a outras informações que porventura sejam compartilhadas mais adiante, criando novas perspectivas. As fontes, embora limitadas, já nos permitem conferir os primeiros contornos a esse estrangeiro, cuja lembrança se buscou perpetuar *também* com uma suástica, representativa de um posicionamento político particular.

Não podemos perder o símbolo de vista por dois motivos: ele é o ponto de partida para reflexões em torno de Jessl na antiga capital, mas também tomou outra dimensão em nosso imaginário na atualidade. Esse “imaginário”, tão caro a teóricos como Gilbert Durand e Michel Maffesoli, envolve um amplo e potente acervo simbólico que é indissociável da vida cotidiana. Para uma noção de sua importância à nossa

pesquisa (ou à pesquisa histórica de modo geral), é ao imaginário que recorreremos para construir nossas narrativas sobre o passado – mesmo a memória, com seus objetivos mais específicos, encontra nele o seu amparo. Ao imaginário, não existe verdade ou mentira, mas histórias que aumentam e diminuem de tamanho e vão se reinventando. Essas narrativas que colocam em movimento nosso repertório simbólico (pela imaginação) são capazes de unir pessoas afetivamente, a partir de referências mais ou menos compartilhadas. Razão pela qual tantos de nós, mesmo em diferentes partes do mundo, dividimos certa indignação, quando ouvimos falar de suásticas sendo pichadas em muros ou monumentos.

Nesse sentido, a suástica de Jessl também nos provocou a buscar no imaginário partilhado por alguns componentes da sociedade vilaboense esse “nazista” (de ontem, visto pelos olhos de hoje) que viveu na cidade, além do próprio símbolo que parou no cemitério municipal. Se tomarmos por base a indignação diante das suásticas pichadas em cemitérios nos últimos anos (como narram algumas notícias que separamos) ou mesmo o recente caso de estátuas sendo derrubadas, outra pergunta parece devida: é interessante que a lápide com a suástica permaneça no cemitério?

A tese que pretendemos defender é que, mesmo sendo um anônimo, Jessl teve e parece manter um grau relativo de importância à Cidade de Goiás. Dois pontos que serão demonstrados ao longo desse trabalho sustentam a afirmação: o jovem electricista foi acolhido por parte da sociedade vilaboense⁶ de sua época, sobretudo pelo papel-chave que desempenhou na empresa onde trabalhou, de modo que se identificar como nazista não foi motivo para sua repreensão na Cidade de Goiás daqueles anos⁷, como provavelmente ocorreria hoje; e sua lápide com o símbolo agrega ao conhecimento e às narrativas sobre o passado vilaboense, pois desvela novos aspectos desse passado e ajuda a desconstruir estigmas como o do isolamento e da alienação da antiga capital.

Assim, propomos por objetivos deste trabalho: analisar a conversão da suástica no símbolo que hoje vemos como “exclusivamente nazista”, partindo do tratamento histórico que ela recebeu no final do século XIX (quando seus usos e sentidos em contextos do passado foram ignorados), até seu “engessamento” pelo NSDAP no início

⁶ O termo “vilaboense” se refere a quem é natural da Cidade de Goiás, e remonta à denominação anterior de Vila Boa de Goyaz.

⁷ Ressaltamos o acolhimento naqueles anos, porque a antiga capital de todo modo estava informada do que ocorria pelo mundo. Algumas das lembranças levantadas por Silva e Mello (2010) entre representantes da primeira e segunda geração da Colônia alemã de Uvã, instalada nas proximidades da antiga capital (falaremos sobre o empreendimento no segundo capítulo) recuperam justamente o olhar suspeito sobre muitos colonos alemães – vistos genericamente como “nazistas” – após o Brasil se declarar inimigo da Alemanha na época da Segunda Guerra Mundial.

do século XX; pensar, a partir disso, a memória elaborada em torno de Jessl (alinhando as informações dos documentos às da lápide, e contemplando sua identidade: o Hans, o João; um nazista na Cidade de Goiás, quando a suástica se transformava); e, por fim, examinar como o imaginário local elabora hoje Jessl, a suástica da lápide e o próprio espaço cemiterial, marcado pelo tabu da morte.

Para cumprir esses objetivos, buscamos um suporte teórico formado por autores já consagrados e por pesquisas atuais acerca desses temas. Partindo do que Chartier (2002) nos ensina sobre como a realidade é elaborada de modos contraditórios, devido aos interesses de grupos os mais diversos, tentamos entender, para início de conversa, onde o pensamento simbólico entra nisso tudo. Sperber (1975) nos fala de sua liberdade criativa na ordenação da realidade, ao passo que Quinn (1994) alerta sobre o risco de se sufocar essa capacidade de simbolização em uma visão única de mundo, que atenda a um projeto político excludente e criminoso, como se houvesse apenas uma forma aceitável de se existir. E se Burke (2017a) nos lembra que imagens – a exemplo de uma suástica em uma lápide – têm o mesmo valor à pesquisa histórica que qualquer documento escrito, somos provocados a analisar como elas são reinterpretadas por onde circulam, até mesmo para compreender por que na época do falecimento de Jessl, inscrever esse símbolo em sua lápide não causou o mal-estar das suásticas pichadas hoje sobre esses objetos, embora os dois casos envolvam a suástica nazista.

Quando pensamos em Jessl na Cidade de Goiás, a partir das fontes, trabalhamos com um recorte da memória que ficou desse estrangeiro, inspirando-nos até certo ponto na ideia de enquadramento que Pollak (1989, 1992) propõe. Trazemos o que está “oficializado” na lápide do jovem austríaco – a memória que se buscou deixar do morto aos vivos no espaço sagrado do cemitério (BORGES, 2002) – e que permeia também os documentos nos quais ele é citado. Evidentemente, esse recorte realça determinados aspectos de Jessl em detrimento de outros, que ficam “de fora” do enquadramento: aqueles que não nos são conhecidos até o momento, por vários motivos. Se de um lado a memória que fica até aqui é a de um estrangeiro com um papel estratégico na empresa onde trabalhou, nunca é demais lembrarmos que o que se quis perpetuar no pequeno objeto de mármore também está sujeito a ruídos, como quaisquer memórias “oficiais” (POLLAK, 1989, 1992). Por isso, não falamos em uma interpretação definitiva da presença de Jessl na antiga capital.

Já o imaginário atravessa este trabalho. Não há como perdermos de vista o extenso material simbólico que atua e, ao mesmo tempo, resulta das negociações diárias

de representações entre coletivo e subjetivo (DURAND, 2012). Maffesoli (2018) diria, por isso mesmo, que o imaginário sustenta a vida coletiva, unindo pessoas em torno de valores compartilhados na aparente trivialidade do cotidiano. Esse senso comunitário pode se expandir, quando ideias que antes interessavam a um grupo restrito de pessoas (como pesquisadores) passam a circular, não só se transformando sob outros interesses, mas atraindo quem se identifica com o sentimento ali compartilhado. Por essa razão, se um partido político consegue manipular esse alicerce simbólico do coletivo, dialogará mais facilmente com as suas angústias.

Gostamos de lembrar, ainda com base em Durand (2012), que o imaginário nos fornece, em um sentido mais profundo, caminhos para lidar com a única característica que parece verdadeiramente nos unir: a finitude. Tal qual a memória, ele representa nossa revolta contra o tempo fatal ou, pelo menos, uma tentativa de amenizá-lo, como sugere o autor. Nós, particularmente, acreditamos que isso aparece com mais força no desafio das novas realidades que a vida traz pelo caminho – o que iremos ilustrar mais à frente.

Além do levantamento bibliográfico, pesquisamos o acervo da Empresa de Força e Luz de Goiás (Guedes, Ratto & Cia, onde Jessl trabalhou), sob a guarda do arquivo histórico da cidade, e, entre a documentação digitalizada no SIAN, verificamos as listas dos passageiros que desembarcaram no Brasil durante a década de 1920, para localizar a chegada do jovem austríaco ao país. Averiguamos também o acervo eletrônico da Igreja Católica austríaca, no qual conseguimos algumas informações mais pontuais sobre a família nuclear de Jessl (registros de nascimento e óbito, casamento dos pais), a partir de nomes constantes em uma publicação alemã dedicada a estudos genealógicos e heráldicos. Já o registro de óbito de Jessl foi obtido junto ao cartório da Cidade de Goiás. Por fim, consultamos alguns periódicos que nos permitiram uma ideia geral do que chegava sobre o nazismo à Cidade de Goiás e do que se falava sobre a Colônia alemã de Uvã – vista tanto sob a ótica inflamada do *Deutscher Morgen* (1938), jornal da seção paulista do partido nazista no Brasil, quanto nas linhas mais secas da publicação austríaca *Salzburger Volksblatt* (1933).

Nossa maior alegria nesse percurso de pesquisa – ainda tão recente – foi a localização da lista de passageiros com a chegada de Jessl ao Brasil. Pode parecer irrelevante, mas foi o documento que nos permitiu fechar o que consideramos um ciclo de informações básicas sobre sua presença no país (chegada, cotidiano, falecimento). Representou a etapa mais demorada entre as buscas em arquivo, levando cerca de três

anos até que encontrássemos seu desembarque em meio às inúmeras relações de imigrantes disponibilizadas pelo Arquivo Nacional. Nossos parâmetros para iniciar a procura foram uma menção a Jessl na Cidade de Goiás, em correspondência datada de julho de 1928, e outra publicação, que apresentaremos mais adiante, mencionando-o em São Paulo; portanto, sabíamos que a lista de passageiros seria anterior à redação da carta e que o austríaco *provavelmente* teria desembarcado no Porto de Santos (vale lembrar que o SIAN conta também com as relações do porto do Rio de Janeiro). Além de listas “para se perder de vista”, enfrentamos os percalços característicos desse tipo de documentação: nomes ilegíveis, documentos incompletos, remendos sobrepostos às informações, de modo que a tarefa parecia nunca terminar. Foi assim uma grande satisfação encontrar o nome de Jessl em uma das centenas de relações averiguadas.

Se por um lado estamos contentes com a documentação levantada nesses anos, é interessante socializarmos também o revés que atingiu a etapa presencial da investigação, até mesmo como justificativa a certas limitações deste trabalho. Enquanto as visitas ao arquivo histórico e ao cemitério da Cidade de Goiás transcorreram tranquilamente desde 2017 – contamos com o apoio e receptividade dos responsáveis por essas instituições – o impacto da pandemia da Covid-19 no trabalho *in loco* foi inegável, em vista dos protocolos de saúde que passaram a vigorar em março de 2020 no Brasil, e mesmo pela responsabilidade social que acreditamos ter, ao contrário de muitas autoridades de nosso país atualmente. A principal frustração nesse sentido foi com relação às visitas que pretendíamos realizar à Colônia alemã de Uvá, já que as restrições tiveram início na mesma época em que buscávamos alguém que nos intermediasse junto aos descendentes dos alemães. Com o início da pandemia e um cenário de incertezas, todos os compromissos foram suspensos até segunda ordem.

A tecnologia pode ter permitido que alguns de nós participássemos remotamente de aulas, eventos acadêmicos e reuniões de trabalho, mas essas tentativas de “nos aproximarmos à distância” não substituíram o cafezinho, os apertos de mão e a alegria de ir ali buscar uma caixinha com cartas, ou um antigo álbum de família, para apontar alguém em uma fotografia. Assim, por mais que houvéssemos planejado cada detalhe de nossa pesquisa, situações como a pandemia do coronavírus mostraram que o presente é realmente tudo o que temos.

Veio então o momento de discernir o que ainda era conveniente ou não, dentro do que havíamos proposto de início. Para nós, não fazia muito sentido “conectar-nos” aos descendentes dos alemães, para conversas distantes, sem o calor humano que é a

base para a construção dos laços de confiança. Pensamos, sobretudo, nos mais velhos, que, ao se ocuparem com muita propriedade do passado vivido – Bosi (2015) diria que são zelosos guardiões desse tesouro –, poderiam nos oferecer novas perspectivas sobre Jessl. Essa etapa, por mais promissora, terá que aguardar um momento mais propício. Do mesmo modo, a pesquisa à documentação do arquivo histórico se viu prejudicada, uma vez que este acervo não se encontra disponível para consulta na internet.

Conseguimos retornar à Cidade de Goiás apenas uma vez, em maio de 2021, para breves entrevistas e, mesmo assim, seguindo uma série de protocolos de segurança. Algumas tentativas anteriores, no início deste ano, frustraram-se, pois, na época da segunda onda da pandemia, foi declarada calamidade pública na região que abrangia o município, conforme relatório da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás⁸. Solicitamos, então, à Faculdade de História da UFG a prorrogação do prazo para a defesa desta dissertação e aguardamos, de modo a realizar as entrevistas do capítulo final.

Cabe retomarmos agora o teor de nossa dissertação. Para o seu primeiro capítulo, abordaremos como o pensamento simbólico atua na construção da realidade. Em meio às diversas manifestações materiais desse campo simbólico, nós nos voltaremos à imagem que intriga na lápide: a suástica que Jessl “trouxe” consigo e que passou a representá-lo após sua morte. Pensar o porquê desse símbolo no pequeno objeto de mármore pressupõe uma contextualização histórica, a partir da qual observaremos como a linha tênue entre o passado histórico e o idealizado na Alemanha Imperial do fim do século XIX se desfez em um momento emblemático; ocasião em que os debates promovidos entre alguns estudiosos europeus acerca de certo “homem ariano” também tomavam outros rumos, culminando na ideia de ancestrais de uma “raça superior”. Esse passado fantasioso foi mobilizado por um projeto político colonizador no início do século XX e muito de sua repercussão foi fruto da manipulação da suástica, que, àquela altura, havia se fixado no imaginário social alemão como “prova” da existência da “raça mais forte”. Certamente, alguns austríacos se sentiram abraçados pela ideia do “povo alemão”, alinhando-se aos propósitos do *Reich*⁹ vizinho.

Em nosso segundo capítulo, vamos refletir sobre a presença de Johann Jessl na Cidade de Goiás, entre os anos de 1928 e 1936, partindo do que sugere a documentação da empresa onde trabalhou e as identidades que assumiu – “João austríaco”, “o Jessel”,

⁸ Conforme especificações disponíveis em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/saiba-se-sua-cidade-está-em-situação-de-calamidade-em-goias-1.2199526>>. Acesso em 25/02/2021.

⁹ *Reich* significa “império”.

“Hans Jessl”, “eletricista”, “engenheiro eletricista”, “nascido na Alemanha” –, sem perder de vista as inscrições em sua lápide (suástica e epitáfio). Perceberemos sua relevância dentro daquele contexto, e, para enriquecer essa reflexão, traçaremos um paralelo com a situação dos imigrantes alemães que viveram na Cidade de Goiás (caso do cônsul Arthur Wascheck) e na Colônia alemã de Uvã, no mesmo período.

No capítulo final, repensaremos Jessl, a suástica e o próprio Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás no imaginário local, com a ajuda de um pequeno grupo de quatro vilaboenses e uma mineira que reside há 31 anos na Cidade de Goiás. Observaremos a importância que o campo santo adquire para a cidade, mesmo que o tabu da morte tenha nos afastado de nossos mortos ao longo do último século. O cemitério convida a pensar não só os próprios antepassados, mas o(s) passado(s) da Cidade de Goiás, a partir daqueles que o(s) integraram – dentre eles, um nazista que inquieta a imaginação, porque aparentemente nada tem a ver com a antiga capital. Nas falas de duas entrevistadas, perceberemos também que a suástica de 1936, vista sob o olhar de 2021, não se resume a esse jogo entre passado e presente, mas alerta sobre o que não se deve repetir no futuro. Para finalizar, apontaremos algumas possibilidades de pesquisa neste espaço, a partir do exemplo da quadra onde Jessl foi sepultado.

Acreditamos na relevância desta pesquisa, primeiramente porque ela toca no tabu da morte. Evitar falar a respeito da certeza da vida é reflexo de uma reconfiguração no pensamento ocidental, que Ariès (2014) situa ainda no final do século XIX e meados do XX. Atitude de reserva que podemos até ter internalizado, mas que precisamos reconsiderar, pois, como lembra a médica e antropóloga Rachel Aisengart Menezes, “aqueles que se aproximam do assunto ‘proibido’ propiciam transformações nos valores associados à temática” (MENEZES, 2014, p. 9). Entre as diversas formas de se abordar cientificamente o tema da morte, esperamos agregar às pesquisas que tratam (ou partem) dos contextos cemiteriais brasileiros; um campo de estudos que vem recebendo contribuições das mais variadas áreas do conhecimento desde a década de 1970¹⁰ (BORGES, 2020). É nosso intuito ilustrar como o campo santo também apresenta formas imprevisíveis de consagração da memória dos mortos; opções que escapam às fórmulas e, por vezes, permitem-nos pensar a circulação de pessoas e suas visões de mundo, a mobilidade das fronteiras culturais, os frutos desses encontros no imaginário local, e assim por diante. A lápide de Jessl é só um exemplo, para indicar o grande

¹⁰ A este respeito, ver também o catálogo organizado por Borges, Santos e Gomes (2010).

potencial dos estudos cemiteriais àqueles que se sensibilizam com a documentação peculiar oferecida por esses espaços.

Esperamos que esta pesquisa contribua também à historiografia da Cidade de Goiás, principalmente às investigações voltadas aos personagens cujas histórias de vida se cruzaram com a da antiga capital – de anônimos a vilaboenses renomados – permitindo a análise de outras questões a ela atinentes. Pensar (a partir de) Jessl não deixa de ser um exercício de micro-história, à maneira de Ginzburg (2003) com Menocchio, o moleiro anônimo que lhe viabilizou tratar da Inquisição na Itália quinhentista. Nesta pesquisa, é o eletricitista austríaco que nos abre caminho, para analisar a recepção a estrangeiros pela antiga capital do Estado de Goiás no início do século XX, ou o que circulava localmente sobre o nazismo no período, e mesmo a relação dos vilaboenses com seus mortos ontem e hoje. A vantagem aqui, como sugere Barros (2010), é captar sutilezas que muitas vezes passariam despercebidas à macro-história tradicional.

Pretendemos estimular também a busca por mais informações sobre os austríacos que passaram pelo Centro-oeste brasileiro. Existe uma grande lacuna quanto à sua vinda e estabelecimento nesta região, durante a primeira metade do século XX, uma vez que não houve tentativa oficial de colonização por parte desses estrangeiros. Além disso, as informações com relação à presença de “nazistas” – entre filiados e não filiados – nesse mesmo período, no Centro-oeste, são vagas. Esperamos assim que essa pesquisa incentive outros estudos acadêmicos que compartilhem desses interesses, possibilitando discussões sobre os austríacos que contribuíram às localidades onde se estabeleceram na região – à maneira que Jessl ajudou no fornecimento de energia elétrica para a antiga capital de nosso Estado – assim como debates cientificamente embasados acerca das implicações de se dizer “nazista” naquele momento, pelo Centro-oeste do Brasil. A suástica aparece em outros cemitérios por aqui? Ou, quem sabe, em outros espaços (instituições), pelos quais esses estrangeiros passaram, nessa região do país? Essas são perguntas às quais ainda não temos respostas, mas que podem render diálogos no futuro.

Um último esclarecimento, não menos importante: ao destacarmos a necessidade de situar um símbolo como a suástica ou um adepto do nazismo no tempo (e em uma realidade diferente daquela na qual esperávamos encontrá-los), de modo a evitar conclusões precipitadas, não é nosso intuito minimizar o que foi feito em nome do nazismo e que hoje sabemos graças aos testemunhos de sobreviventes, como Primo

Levi, e ao trabalho sério de pesquisadores dentro e fora do Brasil – desde Hannah Arendt, Ian Kershaw, Michael Pollak, Richard Evans, para citar apenas alguns dos estrangeiros mais renomados, até Ana Maria Dietrich (UFABC), Bruno Leal de Carvalho (UnB), Luís Edmundo de Souza Moraes (UFRRJ), Marion Brepohl de Magalhães (UFPR), Rafael Athaides (UFMS) e tantos outros.

Afirmamos nosso posicionamento ao lado de todos os que combatem o negacionismo da Shoá, assim como outros negacionismos que refletem uma política de ataque e desprezo à prática científica na atualidade¹¹. O cuidado para o qual chamamos a atenção é tão somente o de não ceder às generalizações problemáticas, fechando os olhos a outros fatores que motivaram esses estrangeiros em suas escolhas: vários alemães, austríacos e tantos outros imigrantes vislumbraram no Brasil uma esperança, quando a vida se tornou insustentável em seus países.

¹¹ Segundo o historiador Luiz Edmundo de Souza Moraes, o termo “negacionismo” representava, em sua acepção original: “ao mesmo tempo um campo político-intelectual internacionalmente articulado e uma prática. Por um lado descreve uma variante propriamente ‘Intelectual’ de movimentos de extrema-direita do pós-Segunda Guerra Mundial, que busca por meio de textos produzidos na maior parte dos casos com aparência de historiografia, negar que o extermínio planejado e executado durante o Terceiro Reich tenha existido. Por outro lado, o termo diz respeito à própria prática de negação deste extermínio, desde aquela ligada a ação política própria destes movimentos ou aquela dela derivada” (MORAES, 2011, p. 3). Foi cunhado no ano de 1987, em relatório de Henry Rousso sobre uma ocorrência dessa natureza no meio acadêmico francês, embora manifestações negacionistas remontassem ao final da Segunda Guerra Mundial, com os escritos de Maurice Bardèche, em 1948, e Paul Rassinier, em 1950 (MORAES, 2011; 2013). De acordo com o historiador, negacionistas costumam se apresentar como historiadores revisionistas, visando legitimar-se não ao meio científico, mas perante uma sociedade pouco instrumentalizada para verificar as informações que recebe, e reforça: “por um lado, trata-se de uma historiografia falsificada, ou seja, de um texto que falsifica de forma consciente suas referências de legitimidade, reivindicando o caráter de escrito historiográfico sem sê-lo [...] Por outro, trata-se de um passado falsificado, que também de forma consciente é produzido, ancorado na recusa de todos os indícios e evidências que o contradigam, reivindicando o caráter de proposições verificáveis sem sê-lo” (MORAES, 2011, p. 15). Para uma análise dos principais negacionistas da Shoá, sugerimos a leitura de Narcizo (2012). Hoje o termo “negacionismos” (no plural) refere-se à negação politicamente motivada de outros tantos objetos. No Brasil, por exemplo: a pandemia da Covid-19, o passado escravocrata, o golpe militar de 1964, o genocídio indígena e outros. Embora esses negacionismos não se restrinjam a articulações da extrema-direita, é sintomática sua retomada em um cenário de ascensão destes grupos, já que muitos deles, conforme Moraes (2013), cresceram nesse campo político.



ANTI

Capítulo 1

A mástica entre
um passado forjado e
um futuro estigmatizado

“Talvez reconhecamos então que a coisa em si é digna de uma gargalhada homérica: que ela parecia ser tanto, até mesmo tudo, e na realidade está vazia, vazia de significado.”

Friedrich Nietzsche

1.1. O pensamento simbólico na reordenação da realidade

A todo o momento, estamos (re)construindo nossa realidade. Nomeamos o que nos cerca, definimos suas características mais evidentes e, depois, buscamos semelhanças e criamos categorias. Falamos de animais, plantas, objetos, fenômenos da natureza e assim por diante. Logo, porém, essas delimitações começam a se mostrar tênues, insuficientes, e percebemos não ter todo o controle que imaginávamos. É quando tudo ganha uma nova densidade, que rompe com as definições triviais e aspectos imediatos desses elementos.

Uma flor deixa de ser parte da composição de nosso jardim – ou, mais propriamente, o órgão que viabiliza a reprodução de algumas de nossas plantas – e se inicia uma trama de novos sentidos: a flor é delicadeza, romantismo, e esses sentidos encontram outros, com os quais estabelecem vínculos inusitados. Em um instante, flores passam a ser caracterizadas como femininas e são associadas a mulheres. A ligação ganhou tanta força que, até hoje, perfumes com predominância de notas florais quase sempre acabam nas seções femininas das lojas. O que não quer dizer que todas as mulheres admitam essa associação de sentidos, e vemos então uma forma de perceber a realidade ser posta em cheque.

Muitas mulheres não querem saber de flores, não querem fragilidade alguma associada a elas, pois são batalhadoras; são mãe e pai, quando seus parceiros abandonam seus filhos; são as donas de seu próprio corpo e fazem com ele o que bem entenderem; vestem-se como quiserem e não se reduzem ao seu sexo biológico, da mesma forma que uma flor não se resume à sua definição de dicionário. Essas mulheres rompem, assim, os fios de narrativas amarradas e minam as construções da realidade que as associaram à delicadeza das flores e determinaram, de forma mais ampla, o que é ser uma mulher.

Curiosamente, a mesma flor que é frágil em um momento tem força suficiente para se erguer contra a violência de uma guerra, tornando-se um pedido de paz, como no registro que o fotógrafo francês Marc Riboud fez da jovem Jan Rose Kasmir, durante um protesto contra a Guerra do Vietnã, em 1967, nos Estados Unidos (Figura 8). Notamos, então, que as flores não se reduzem às suas características mais visíveis; aos poucos, um leque de novas percepções vai se abrindo, e elas se tornam também o anúncio de vida na primavera, ou a saudade daqueles que não vivem mais entre nós, quando as depositamos nos cemitérios.

Figura 8 – Em imagem do fotógrafo Marc Riboud, a jovem Jan Rose Kasmir (à direita) segura uma flor e contrapõe-se a soldados que empunham suas armas, durante um protesto à Guerra do Vietnã, em 1967.



Fonte: Site FHOX. Acesso em: 18/06/2020.

Como uma flor pode se tornar maior do que o que nos oferece o dicionário? Como uma palavra proferida se investe de possibilidades e “cresce” além de seu significado básico, ou daquela primeira imagem que vem à mente, a tal ponto de sensibilizar uma pessoa, ao lhe revelarmos a compra de uma coroa de flores para um amigo querido?

Um caminho para compreender a capacidade humana de simbolização é o proposto por Dan Sperber, antropólogo e linguista que se dedica a pensar fenômenos socioculturais à luz dos processos mentais, devido ao diálogo que busca com ciências como a psicologia cognitiva. De acordo com Sperber (1975), a forma como elaboramos a realidade ocorre em partes graças a um mecanismo cognitivo conceitual, responsável justamente pela construção de representações conceituais que nos permitam admitir a existência daquilo que nos cerca. Segundo o autor, esse mecanismo opera, por um lado, dentro de um campo semântico mais restrito, possibilitando a categorização das coisas – sabemos, por exemplo, que o lince é um animal; se falamos de linces, estaríamos nos referindo, a princípio, a este animal. Ao conhecimento semântico, vai se agregando o conhecimento que adquirimos ao longo da nossa vida e que, por isso mesmo, é passível de reajustes em suas incoerências. Desse modo, aprendemos que mesmo que linces sejam felinos como nossos gatos domésticos, são “mais perigosos” e não devem ser levados para casa; o que não nos impede de verificar, durante uma palestra, que linces não atacam pessoas, sem razão. Um lince pode demonstrar confiança no biólogo que lhe dispensa cuidados em uma reserva florestal, levando-nos a rever o que tínhamos por certo sobre esses animais.

Se os nossos conhecimentos sobre linces, seja em um nível semântico ou com base em nossa vivência, permitem-nos enfim pensá-los e falar sobre eles, por que não nos espantamos se alguém próximo nos revela que seu avô tem olhos de lince, se, a princípio, só um lince poderia tê-los? Aceitamos a informação com tranquilidade. Sabemos que o avô de nosso conhecido não nasceu com algum defeito genético, tampouco guarda uma coleção duvidosa em casa.

Ocorre que, em nossa elaboração da realidade, a informação que não se adequa a esse processamento conceitual não é simplesmente descartada; ela será processada *simbolicamente*, por outro mecanismo cognitivo. Sperber (1975) explica que os mecanismos conceitual e simbólico não atuam de forma isolada – o segundo até mesmo se pauta no conhecimento de mundo articulado pelo primeiro, mas tem o seu *modus operandi* próprio, que não reproduz delimitações semelhantes, por exemplo, àquelas da linguagem, em que palavras são assim admitidas por remeterem a significados específicos, e ideias só fazem sentido porque estão encadeadas de tal forma que possam ser compreendidas por uns e outros.

No processamento simbólico, novas pontes são construídas a partir do conhecimento de mundo que trazemos conosco, com a diferença de que aqui, como

aponta Sperber (1975), esse conhecimento servirá de meio para o estabelecimento de novos sentidos, novas perspectivas sobre a realidade. A informação não será mais tomada ao pé da letra, mas se abrirá a interpretações e receberá novas designações que possibilitem sua admissão por determinada cultura: ela se torna um modo de dizer, um provérbio, ou mesmo um conhecimento dos ancestrais.

Por isso, quando nosso amigo nos revela que seu avô tem olhos de lince, adentramos o domínio do simbólico. Não estamos mais discutindo sobre linces, ou sobre as características que permitam pensá-lo como um animal e não como uma planta ou qualquer outra coisa. Certamente foi constatado, em algum momento, que a visão desses felinos é excepcional, e assim essa observação adentrou nosso conhecimento de mundo, mas é preciso entender que este conhecimento se encerra aí, pois, até então, estaríamos falando exclusivamente sobre linces. O simbólico começa a atuar no momento em que novos sentidos são construídos a partir desse conhecimento, de tal forma que só admitimos um ser humano com olhos de lince – sem que isso nos deixe de cabelos em pé – se entendermos que essa informação se trata de uma figura de linguagem, um tratamento simbólico dado a um conhecimento que trazemos de nossa vivência, leituras, das coisas que ouvimos falar...

O pensamento simbólico é, portanto, indissociável do nosso dia a dia, já que tudo o que chega até nós pode ser simbolicamente articulado. Cheiros passam a evocar imagens da infância, e um barulho sutil pode remeter a uma experiência traumática. Além dessas, outras elaborações da realidade chegam até nós com um peso de “verdade”, ao longo de nossa vida social, e, sem que nos demos conta, aceitamos que perfumes com jasmims, rosas e violetas são femininos. Sabemos que uma loja não deixaria de vendê-lo a um rapaz, mas seu pedido poderia render olhares desentendidos, já que a publicidade na vitrine desta loja e de outras perfumarias, em outras cidades, assim como a descrição do perfume no site oficial da marca sempre o associam a mulheres. A marca poderia até contratar uma atriz para ser “a cara” da fragrância, e ela dizer em suas redes sociais que as notas de rosas do perfume foram inspiradas na sensualidade das mulheres.

A elaboração da realidade não se baseia apenas no que trazemos de nossa experiência pessoal. Vivemos em sociedade e, com isso, somos submetidos a uma série de discursos que nos chegam por peças publicitárias, programas de televisão, filmes, livros, revistas, músicas, ou nas próprias conversas do dia a dia. Observamos algumas datas sendo comemoradas por grande parte das pessoas, ao passo que outras, apenas por

grupos específicos. No trajeto até o trabalho, cruzamos ruas com nomes de políticos e encontramos estátuas de certos personagens do passado, enquanto outros não aparecem em lugar algum. Nesses pequenos detalhes, percebemos que a realidade social vai se tecendo de formas contraditórias. Somos, afinal, essa diversidade de experiências. Mas é preciso se atentar, como aponta Chartier (1991, 2002), que nessas maneiras múltiplas de se conceber o mundo, determinadas representações – como as que associam mulheres a delicadeza em livros, novelas, pinturas e, em um efeito dominó, reforçam imagens femininas de fragilidade, passividade, submissão – ganham destaque por obedecerem aos interesses de grupos de maior projeção, e motivam práticas que fomentam tais representações, em um movimento cíclico. Temos, assim, desde o estabelecimento de identidades, como quando nos dizemos brasileiros, até a “naturalização” de certos comportamentos, desejos, divisões sociais. Aqui fica clara a importância de uma abordagem cultural do social.

Recordamos que o que é simbolicamente processado é aberto a interpretações; não se limita a significados precisos ou “originais”. Nesse ponto, Sperber (1975) e Chartier (1991, 2002) se alinham, quando o primeiro aponta certa liberdade interpretativa por parte de cada pessoa que constitui um grupo, apesar do simbolismo cultural reiterado pelas narrativas e práticas legitimadas; ao passo que o segundo autor lembra que representações não se encerram em um grupo, mas são diversamente apropriadas à medida que circulam, gerando outras percepções da realidade, em contraste com o discurso dominante ou mesmo uma suposta “intenção original”.

Assim, pensar determinado perfume como feminino não se deve apenas à escolha de uma atriz para divulgá-lo ou à associação da rosa com a sensualidade da mulher, mas também à recorrência das publicidades em vitrines de várias cidades, à sua descrição no site oficial da marca; ou seja, à ênfase em uma representação do feminino reproduzida à exaustão e já internalizada por muitos. Nada impede, no entanto, que um rapaz que faz parte dessa mesma cultura adquira para si o produto. Por mais que ele próprio perceba a reiteração da ideia de que aquele perfume é feminino, são suas referências diversas – as leituras que fez, os debates de que participou, suas experiências em outras culturas – que enriquecerão seu pensamento simbólico, favorecendo uma rearticulação de sentidos aparentemente engessados.

Essa flexibilização é possível, porque, como lembra o antropólogo Gilbert Durand, nossa capacidade de simbolizar não segue a lógica binária característica do pensamento racional, reduzindo tudo a um “isso ou aquilo” (DURAND, 2004).

Dizemos então que as incontáveis *manifestações* desse processamento simbólico da realidade – dos rituais de um povo indígena às pinturas expostas em uma galeria de arte – são continuamente reinterpretadas nos contextos dos quais participam. Torna-se sem sentido perguntar “o que significa esta dança?”, “o que significa aquele quadro?”, atrás de respostas finais, como se pensar o simbólico fosse um simples ato de desvendamento, à maneira dos dicionários de símbolos. Transitar por esse domínio é admitir uma pluralidade de vias: isso *e* aquilo *e* algo mais, pois os antigos ensinamentos da religião que praticamos no passado não serão descartados, para dar lugar aos de uma nova crença; eles coexistirão, gerando outras percepções sobre o mundo. Daí também ser mais sensato falar de interpretações (ao invés de significados), já que elas pressupõem circunstâncias para sua articulação.

É nessa permanente negociação de representações entre social e subjetivo, aliás, que Durand (2004, p. 6) afirma se constituir o “museu – que denominamos o imaginário – de todas as imagens passadas, possíveis, produzidas e a serem produzidas¹²”. Esse vasto acervo simbólico ao qual recorreremos é alicerce da vida cotidiana: permeia sua aparente banalidade, como diria o sociólogo Michel Maffesoli, e revela sensibilidades e valores compartilhados em âmbito coletivo (MAFFESOLI, 2018). Dimensionamos aí também a sua força, pois, se outros grupos passam a se identificar com práticas e representações antes restritas a um círculo menor de pessoas – assumindo certo compromisso com esse *ethos* – o senso comunitário se alarga. O que reunia alguns estudiosos pode ser reformulado em um viés ideológico, e, com o tempo, acionar sentimentos supostamente compartilhados por multidões, que se enxergam agora como uma comunidade. O que dói em um parece doer em todos; o inimigo de um deve ser odiado por todos. É com base nesse raciocínio que analisaremos mais adiante a inserção e transformação da suástica no imaginário alemão entre o final do século XIX e início do século XX. O que deve ficar claro por ora, para começarmos a direcionar nossa discussão, é que o pensamento simbólico não se dissocia do cotidiano, e que suas manifestações são abertas a reinterpretações, que podem lhes conferir rumos inusitados.

Símbolos são entendidos aqui, então, como manifestações do processamento simbólico da realidade, capazes de nos fornecer outros olhares sobre o mundo; outras percepções que extrapolam definições lexicais, categorizações básicas e o conhecimento

¹² O termo “imagens” aparece aqui em sentido amplo, referindo-se tanto às imagens resultantes de nossas operações mentais (ao “imaginarmos” uma situação; ao sonharmos) quanto àquelas veiculadas em suportes físicos (desenhos, fotografias, pinturas, propagandas etc). A distinção é meramente didática, pois uma não existe sem a outra.

empírico. A perspectiva difere daquela herdada de uma semiologia que costuma tratar o símbolo como um significante preso a significados pontuais – Saussure (2006), ao distinguir o símbolo do signo linguístico arbitrário, diria que o primeiro é motivado por seu significado, fomentando outra ideia criticada por Sperber (1975), de que a lógica da linguagem se aplicaria ao pensamento simbólico¹³. Sabemos, além do mais, que essas manifestações do pensamento simbólico podem tomar formas as mais variadas no cotidiano. É o caso da imagem da suástica nazista que acompanha o epitáfio na lápide do cemitério vilaboense. Como abordá-la dentro dos interesses de nossa disciplina?

O historiador Peter Burke lembra que o uso de imagens como evidência histórica foi por muito tempo ignorado por seus colegas de profissão, que lhes conferiam um caráter meramente ilustrativo em suas pesquisas (BURKE, 2017a). O potencial informativo das imagens cativou historiadores nas décadas iniciais do século XX, mas só ganhou força entre eles nas décadas de 1960 e 1970, com o crescimento da História Cultural e seu interesse por crenças, costumes, sensibilidades; objetos que dialogavam mais diretamente com o campo simbólico.

Para Burke (2017a), a recepção das imagens é um caminho possível ao historiador. Se nos lembrarmos que esta pesquisa partiu justamente de um estranhamento, fica clara a pertinência de contextualizarmos interpretações. Isso se deve não só às diversas circunstâncias em que grupos entram em contato com essas imagens, mas também (como nós mesmos constatamos) porque elas *continuam produzindo sentidos*. A abordagem está de acordo com o que vimos discutindo e nos permite superar noções como a de um conteúdo intrínseco, que apenas aguarda ser decifrado; ou a de que essa compreensão se resume às “intenções originais” daqueles que as produziram. Tampouco resvalamos na noção hoje criticada de um *Zeitgeist* (espírito do tempo), como se a imagem se prendesse ao seu momento de produção e somente quem fez parte dele tivesse a chave para sua leitura; ou na ideia de que todas as pessoas do momento de produção dessa imagem a compreendiam e dela se apropriavam com o mesmo objetivo, incorrendo em generalizações problemáticas. Pensar em termos de recepção é admitir, como diria Burke (2017a, p. 272), que “é difícil encontrar boas razões para descrever uma interpretação como ‘certa’ e outras como erradas”, ao historicizarmos nosso objeto de estudo.

¹³ Até mesmo por isso, tomamos a liberdade de falar em termos de “manifestações” do pensamento simbólico, ao invés de “significantes”, que, a nosso ver, implicam a existência de significados específicos. Pensado assim, não é o símbolo que “simboliza” algo, “significa” algo. Somos nós, seres humanos, que simbolizamos; ou seja, nós que construímos símbolos, percepções alternativas da realidade.

Cabe retomar então: em meio aos vários tipos de imagens que conferem uma dimensão material ao campo simbólico, sobretudo as que encontramos pelo espaço cemiterial – esculturas, retratos memoriais, representações de símbolos de maior repercussão (como a cruz, o compasso e esquadro maçons etc.) –, nós nos voltaremos ao símbolo presente na lápide do jovem austríaco. Pensaremos como a suástica foi reelaborada no imaginário social alemão entre o final do século XIX e início do século XX, além de adequada a uma proposta de controle social durante a Alemanha nazista (1933-1945), graças à força que certas representações do passado ganham no ordenamento do presente. Interessa-nos, com isso, reforçar a pertinência de se pensar o social a partir do cultural, assim como propor uma análise do perigo de se tentar “fechar” um símbolo (por extensão, controlar nossa capacidade de simbolização e nossa percepção da realidade), em vista do que a suástica se tornou hoje. Embora tanto a suástica na lápide do Cemitério São Miguel quanto as que vemos pichadas em muros ou cemitérios, na atualidade, sejam nazistas, é preciso, como historiadores, pensá-las no tempo para entender suas implicações em diferentes contextos.

1.2. A “redescoberta” da suástica no final do século XIX

Mobilizar o passado é uma das formas mais eficientes de nos situarmos no presente. Em termos pessoais, não é tão difícil entender isso: se na infância, entramos em um rio que julgávamos raso e quase nos afogamos, pensaremos duas vezes antes de chegar perto de outro rio, ao menos até enfrentarmos nossos fantasmas e nos matricularmos em aulas de natação. Do mesmo modo, se nossos familiares foram perseguidos por um regime autoritário no passado, por que haveríamos de apoiar outro na atualidade, que segue por um caminho antidemocrático similar?

Quando pensamos em termos sociais, no entanto, esbarramos em uma complicação: como falar em um passado que seja capaz de repercutir de modo eficiente entre tantas pessoas e criar uma sensação de unidade? Algumas narrativas são reforçadas ao longo de gerações e legitimadas a tal ponto de fazer parecer que “sempre foi assim”, outras nascem em pequenos grupos e ganham novos adeptos e rumos inesperados à medida que circulam, e há aquelas que são invisibilizadas em meio a essas disputas. Se nossa capacidade de simbolizar pode tirar alguma lição de tudo isso, é que nunca agradaremos a gregos e troianos – mas não é sobre eles que falaremos aqui.

Em certos casos, as representações do passado que servem ao coletivo tentam recuperar algo verificável do passado histórico: alguns dos alemães unificados sob o Império Alemão de 1871, por exemplo, viveram ou descendiam daqueles que conheceram o Sacro Império Romano Germânico, desfeito em 1806. Era natural que houvesse um interesse de parte dessas pessoas na unificação dos reinos esfacelados, e nada mais sintomático do que chamar o resultado desse processo, concluído por Bismarck em 1871, de Segundo Reich (império). Sugeria-se assim que, mesmo sob uma nova configuração, algo do império anterior se mantinha. O que se aproveitou concretamente desse passado – se uma parcela do território, se uma quantidade menor de súditos – não importa. O que queremos ressaltar é que, em meio às representações que elaboram simbolicamente o passado, o que não se sabe, inventa-se, como diria Hobsbawm (2008), e o caso não seria diferente no *Reich* recém-formado, onde, apesar das particularidades de cada região, ou das divergências de opiniões entre seus súditos, logo apareceram novas narrativas em caráter oficial, para alinhar a vida dessas pessoas à “história do povo alemão” (e aos propósitos da Alemanha Imperial), sugerindo uma continuidade entre presente e passado. No período em que novos Estados cresciam e se afirmavam na Europa, a Alemanha não poderia ficar para trás.

Para validar as narrativas oficiais, surgiram monumentos (a exemplo daqueles dedicados a Armínio¹⁴), edifícios (como o *Reichstag*, o famoso parlamento alemão), cerimônias, feriados, heróis nacionais... Ainda assim, para adentrar o que nos interessa mais especificamente, é importante retomar outro apontamento de Hobsbawm (2008) acerca dessas “tradições” que operam a ilusão de que tudo “sempre foi assim”: nem sempre as narrativas oficiais partem de grupos organizados, com objetivos declaradamente políticos; algumas nascem em grupos menores, por vezes desarticulados, e só mais tarde se tornam “oficiais”, ao se mostrarem adaptáveis às pautas políticas do seu tempo.

Ocorre que algumas das narrativas que circulavam pela Europa nessas décadas finais do século XIX diziam respeito a um “homem ariano”. Motadel (2013) considera que essa acepção – que ele designa por moderna – do termo “ariano” ganhou evidência um século antes no continente, associada a estudos voltados à Índia, aos antigos persas e

¹⁴ A título de ilustração, a figura de Armínio (*Hermann*, no alemão) é um caso de narrativa retrabalhada (e não inventada) durante a Alemanha Imperial. Como Armínio havia passado a sintetizar a vitória de germanos sobre os romanos na Batalha de Teutoburgo, a partir de uma interpretação direcionada de certa documentação, seu aspecto heróico foi projetado também sobre o imperador Guilherme I e sobre Bismarck na Alemanha Imperial. Armínio ganhou tamanha relevância, que diversos monumentos, como o famoso *Hermannsdenkmal*, em Detmold, foram erguidos no período (SILVA; ALBUQUERQUE, 2017).

ao Irã, assim como a um interesse mais geral de pesquisadores pelo Oriente¹⁵, na tentativa de traçar origens e migrações ocorridas em um passado distante, que haviam levado à Europa que eles conheciam. Ainda segundo o historiador, estavam em voga também pesquisas de cunho linguístico, que buscavam uma conexão entre europeus, indianos e persas – lembramos que, até hoje, termos como “indo-europeu” são comuns – assim como “estudos” hoje desbancados de “cientistas” da raça, que acreditavam que traços físicos eram responsáveis por distinções intelectuais e morais entre pessoas, viabilizando sua hierarquização. Não raro, esses campos se cruzavam, e língua e raça viraram marcadores recorrentes nas buscas por primórdios que explicassem o presente.

Nunca é demais lembrar que o interesse voltado ao estudo de raças nesse período refletia também a necessidade de um critério que justificasse, ainda que simbolicamente, as relações de poder que se estabeleceram durante a colonização empreendida por europeus em outros continentes. Se ressaltamos tal caráter simbólico, é porque as “explicações” que distinguiam “primitivos” de “civilizados” não guardavam quaisquer ligações com as características físicas dessas pessoas, sendo elaborações que serviam para validar, do ponto de vista do colonizador, o subjugo dos demais.

Haveria então algo de reviravolta ou já era de se esperar que a ideia de “raça” que circulava pela Europa, e que, de modo genérico, afirmava que uns podiam se impor sobre outros, acabasse por se revelar – guardadas as devidas proporções – um tiro no próprio pé? Não queremos sugerir qualquer comparação às experiências das colônias europeias, porque não estamos falando deste “outro” no caso. A questão é que a “raça” como critério distintivo capaz de hierarquizar pessoas podia tomar novos rumos, desde que encontrasse narrativas em que essas reconstruções fizessem sentido, a ponto de levar a crer que existiam, afinal, alguns europeus “melhores” que outros.

Nessa mesma lógica, narrativas e representações tais quais a do “ariano”, no século XVIII, desvincularam-se de seus debates desse período, e à medida que eram evocadas aqui e ali, à luz de outros interesses, tomavam também novas feições. Assim, o “ariano” caiu no gosto de outros pensadores detidos sobre aquelas “origens” que, de

¹⁵ Vale lembrar que este “Oriente” é ele próprio uma construção do Outro – ou de vários “outros”: árabes, indianos, japoneses, e tantos mais – por parte de uma Europa que se industrializava e precisava se impor sobre o que lhe era diverso, na disputa de mercados pelo mundo. Por isso, também, sua forma de produzir conhecimento se legitimava cada vez mais, nos séculos XVIII e XIX. Nesse contexto, elaborar um Oriente em contraposição à Europa/Ocidente garantia o controle sobre o outro, como lembra Said (1996). O poder se exercia, à medida que essa construção baseada em uma visão de mundo europeia permitia a este pólo da civilização e da Razão “desvendar” e emitir juízos sobre crenças, práticas, cosmovisões distintas das suas – “exóticas”, “misteriosas”, “perigosas”. Na prática, a contraposição era ilusória, já que pessoas, ideias, objetos circulavam e conviviam; servindo mais de suporte aos estudos aqui referidos.

tão elusivas, instigavam a imaginação mais do que deviam. Quando tudo parecia “fazer sentido”, o rigor científico acabava em segundo plano. Inseridos em narrativas que percorriam das ciências e pseudociências ao esoterismo, os “arianos” tornaram-se uma série de outras coisas: uma tribo daquele Oriente envolto em mistérios; poderosos ancestrais que haviam se originado na própria Europa e migrado em direções diferentes; um povo do Leste para uns e do Norte para outros; uma raça superior.

Como algumas dessas narrativas repercutiram entre os alemães, talvez por se alinharem a um imaginário permeado por representações da aristocracia guerreira¹⁶ que mantinha sua influência mesmo com o fim do Sacro Império Romano Germânico – ao contrário de outros casos na Europa, onde quem se fortalecia em um cenário de industrialização era a burguesia – tudo parecia apontar para uma “resposta”. Se não em termos práticos, na forma da unificação de 1871, ao menos nos termos do domínio simbólico, onde parecia se tornar cada vez mais evidente para alguns pensadores que eram os alemães os “verdadeiros” descendentes dos *nobres* arianos. Aos poucos, essa representação (dos confins) do passado começou a se assentar no imaginário alemão.

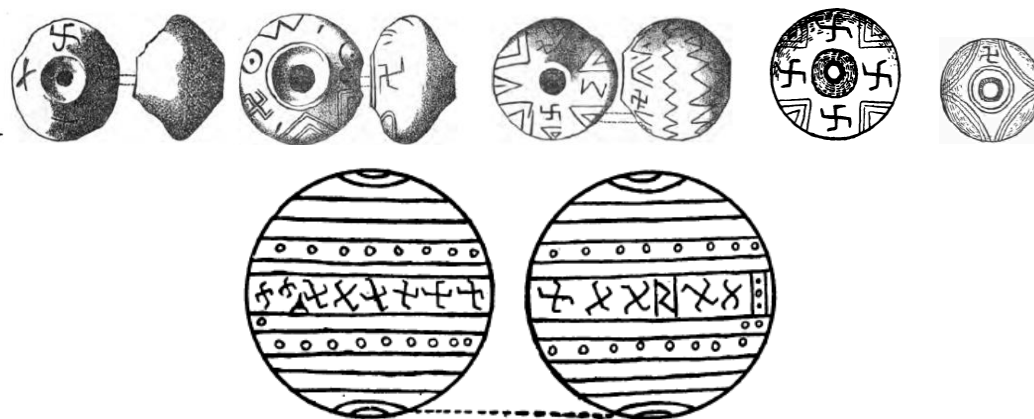
O “ariano” das décadas finais do século XIX pouco lembrava aquele que havia motivado estudos no século anterior, mas até então, tudo era um debate aberto. Faltava algo mais palpável, que servisse de prova às elaborações desse ancestral cujo sangue alguns acreditavam correr nas veias de muitos alemães. No entusiasmo da invenção de um passado, não demorou muito para o elo perdido ser encontrado, e o responsável por tal proeza foi Heinrich Schliemann (1822-1890), arqueólogo alemão que parecia atrair admiradores de suas “descobertas” na mesma proporção que críticos da falta de rigor científico com que conduzia seus trabalhos¹⁷. Foi durante a escavação que iniciou na década de 1870, em um sítio arqueológico atribuído à Troia versificada por Homero – o território pertence agora à Turquia –, que Schliemann encontrou diversos objetos, entre

¹⁶ O sociólogo Norbert Elias pontua que essa aristocracia era tão importante, que seus valores belicistas inspiraram todo um código de condutas e sentimentos entre alemães, especialmente após a unificação do Império Alemão em 1871. Para o autor, esse apreço por combates armados na defesa da honra, a entrega por ideais e a hierarquização entre fortes e fracos justificaram instituições como os clubes duelistas sobre os quais o sociólogo se debruçou (ELIAS, 1997).

¹⁷ O arqueólogo Bruce Trigger aponta que o século XIX foi um período de gradativa profissionalização da arqueologia europeia e era comum ainda o seu exercício por amadores, como Schliemann, a quem Trigger (2006) faz menção pelas escavações empreendidas na Turquia e na Grécia atrás de comprovações de lendas homéricas. Grande parte da controvérsia em torno do trabalho de Schliemann é posta na balança pelo arqueólogo Donald Easton, em seu artigo *Heinrich Schliemann: Hero or Fraud?* (EASTON, 1998). Chamamos atenção também ao fato de que a arqueologia praticada neste período serviu com frequência às pautas nacionalistas, como aponta Trigger (2006), já que a construção da identidade homogeneizante pretendida pelos Estados-nações se favorecia também dos vestígios arqueológicos, vistos como peças no quebra-cabeça das origens e migrações de seus ancestrais.

discos de fuso (*spindle whorls*) e esferas de terracota (Figura 9), portando certas inscrições. O que viu lhe remeteu diretamente a outra imagem que ele, como outros europeus interessados pelo Oriente, já conheciam: a suástica¹⁸. Talvez, foi precisamente ao dar nome aos bois – ou melhor, ao assumir que *sabia* o que estava vendo, independentemente do que aquela inscrição tivesse representado no passado local – que Schliemann escavou também a caixa de Pandora.

Figura 9 - Representações em desenho de alguns dos objetos encontrados por Heinrich Schliemann em escavação na Turquia, entre discos de fuso (*spindle whorls*) e a esfera de terracota (abaixo), com inscrições que o remeteram à suástica.



Fonte: WILSON, 1896.

Em sua análise minuciosa da construção da suástica como símbolo – de grande contribuição a uma bibliografia que facilmente resvala em ocultismo, ou que já admite a suástica como símbolo exclusivamente nazista – Quinn (1994) afirma, a certa altura, que se Hitler se encontra em um dos extremos dessa construção, o arqueólogo alemão está no outro. Observação que nos interessa por sublinhar o caráter histórico da transformação do símbolo – de sua descontextualização a sua reapropriação – que levou ao “símbolo alemão e nazista” fixado em nosso imaginário na atualidade; no entanto, trata-se também de uma observação que deve ser lida com cautela, pois em momento algum são eximidos (e em momento algum, nós devemos eximir) de responsabilidade todos aqueles que colaboraram na construção de um discurso sobre a suástica na Alemanha Imperial e os que foram coniventes com a opressão perpetrada pelo NSDAP

¹⁸ A palavra “suástica” é comumente atribuída à Índia, por sua origem no sânscrito. Traduzindo-se em um anúncio de bem-estar e prosperidade, decompõe-se da seguinte forma, de acordo com Dumoutier (1885, p. 329 apud WILSON, 1896, p. 769, tradução nossa): “*Su*, radical, que significa *bom, bem, excelente* (...), prosperidade. *Asti*, terceira pessoa singular, indicativo do presente do verbo *as*, ser, que é *sum* em Latim. *Ka*, sufixo que forma o substantivo”. As raízes do termo não implicam que a suástica ocorresse apenas na Índia, a exemplo de seu uso pelo Budismo, em diferentes partes da Ásia.

no raio de ação da Alemanha nazista. Pensar tal processo entre esses pólos é um recurso meramente didático, mas que nos basta neste momento, até mesmo porque não é nosso objetivo analisar como cada teórico racista, autoridade e partidário nazista contribuíram na reformulação e acionamento do símbolo.

Da parte de Schliemann, a preocupação, segundo Quinn (1994), era vincular o que via à literatura védica¹⁹ e aos textos homéricos que aguçavam sua imaginação, de modo a comprovar uma narrativa que não era invenção sua, mas que lhe renderia louros, ao finalmente unir a Índia do passado aos seus conterrâneos alemães. Como tudo parecia uma simples questão de juntar os pontos, as “suásticas” que ele havia encontrado tornaram-se a prova de que os antepassados dos alemães haviam vindo do Oriente e caminhado por ali. O autor lembra, porém, que Schliemann, ao nomear aquelas inscrições de “suástica”, dissociando-as do contexto e estabelecendo que toda e qualquer outra forma que reproduzisse a forma dessa suástica era uma coisa só – a marca do “homem ariano” –, não tinha outras intenções senão confirmar seus devaneios. Schliemann, no entanto, era próximo de arianistas – e aqui já falamos do “ariano” reinterpretado pela pseudociência da raça – como Émile Burnouf e Michael Zmigrodski, que ajudaram a divulgar suas “descobertas” pela Europa, e aí estava a brecha para que esses discursos seguissem tratando de modo a-histórico o que se consolidava naquele momento como a suástica.

Se símbolos são capazes de reordenar a realidade, Quinn (1994) aponta que a construção da suástica como símbolo foi bem sucedida, primeiramente porque ela foi pensada de modo a-histórico, ignorando-se seus usos e sentidos nos contextos dos quais havia participado. A suástica da Índia – assim conhecida pela origem de seu nome no sânscrito – não parecia esclarecer muita coisa, já que esse Oriente elaborado pelo olhar eurocêntrico desafiava a razão europeia, envolvendo em mistério tudo o que dele procedia. A suástica, além do mais, não remetia a crenças e práticas de repercussão do passado histórico próximo dos alemães, e justamente aqui existe um ponto capcioso: ela poderia ser reelaborada mais facilmente, já que tampouco haveria o que se questionar de

¹⁹ Os Vedas são textos sagrados que servem de base à religião hindu e foram parte da literatura traduzida do sânscrito nos séculos XVIII e XIX (foi nesse processo que se passou a falar também de uma língua primordial comum, diante de semelhanças entre o sânscrito e as línguas europeias). Ocorre que em meio aos textos que compõem os Vedas, é citado um conflito do qual saíram vencedores os arianos, termo que logo caiu no gosto dos teóricos raciais, ao enxergarem nele a referência a uma raça mais forte, não obstante seu sentido dentro da obra sagrada. Com isso, tiveram início também especulações diversas sobre a origem e migrações desses arianos, criando um conflito interpretativo, que, como lembra Carvalho (2012; 2014), mais serviu para agredir a cultura indiana do que lançar luz sobre o passado, à medida que visões eurocêntricas e cristãs se impuseram sobre aquilo que não lhes pertencia.

um passado que ninguém testemunhou e que “se revelava” como uma solução mágica, em um momento crucial para tantos alemães. Redimensionada no imaginário dessas pessoas como a marca deixada por seus grandiosos ancestrais, a suástica se imbuía de um passado forjado; mobilizava uma “experiência de mundo” – uma forma de ser e agir da raça mais forte – que, inexistente na prática, podia ser concebida dentro de um propósito que atendessem às demandas do presente. Ela se tornava cada vez mais alemã.

Certamente, essa foi uma abordagem perspicaz daquela inscrição que tanto intrigava estudiosos, mas que só o excêntrico arqueólogo alemão parecia ter “captado” sem maiores necessidades de pesquisa. Menos produtivo foi o outro caminho trilhado por estudiosos que buscavam um significado para a suástica em objetos pelo mundo. A fonte que nos deu acesso a boa parte dessas interpretações foi uma compilação feita já no final do século XIX pelo então curador do Departamento de Antropologia Pré-Histórica do Instituto Smithsonian, nos Estados Unidos, Thomas Wilson. Dar esse espaço ao esforço catalográfico de Wilson é pertinente aqui por duas razões, sendo a primeira delas mais ilustrativa, e a segunda, mais significativa às nossas reflexões, já que revela o caráter problemático dessa abordagem.

Assim, a catalogação nos permite pensar a forma (aqui, referimo-nos à inscrição) que passou a ser tratada indistintamente por suástica²⁰, como uma forma milenar e localizável em outros pontos do mundo, a partir de ilustrações que representam uma grande variedade de objetos aos quais ela se associou. A maior parte dessas ocorrências remete ao passado indo-europeu, sendo algumas atribuídas a outros continentes, como trazemos em alguns exemplos (Figuras 10 a 16), e as datas mais recuadas na Europa remontam à imprecisa Idade do Bronze. O que não quer dizer que sua elaboração – como símbolo, como motivo decorativo – tenha começado aí. Aliás, buscar uma suástica “original”, um “significado original” é trabalho fadado ao fracasso. Não é de se surpreender, entretanto, que houvesse essa insistência por uma origem das línguas, dos povos, do símbolo, como se todas aquelas formas até então levantadas fossem produto de migrações que partiram de um mesmo ponto do mapa, nos primórdios nebulosos que inquietavam esses pesquisadores.

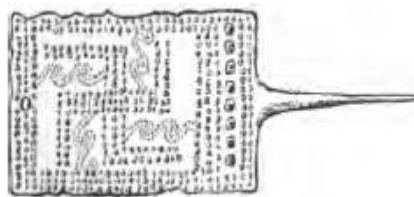
²⁰ Aqui usamos o termo “suástica” apenas por convenção, não querendo sugerir que todas as ocorrências levantadas se tratassem de uma mesma coisa. Os próprios estudos catalogados por Wilson (1896) apresentam outros termos como *gammadion* e *flyfot*, já que cada pesquisador buscava compreender essas ocorrências à sua maneira.

Figura 10 - Ilustração de pente com suástica em sua superfície. Atribuído à Idade do Bronze e localizado na região escandinava.



Fonte: WILSON, 1986.

Figura 11 - Ilustração de alfinete de bronze com suástica gravada em pontilhado. Atribuído à Idade do Bronze e localizado na Alemanha.



Fonte: WILSON, 1896.

Figura 12 - Ilustração de urna funerária com suásticas. Atribuídas à Idade do Bronze e localizada na Itália.



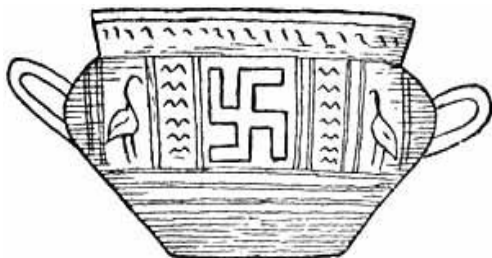
Fonte: WILSON, 1896.

Figura 13 - Ilustração de estatueta de terracota com suásticas. Atribuída à Antiguidade Clássica e localizada no Chipre.



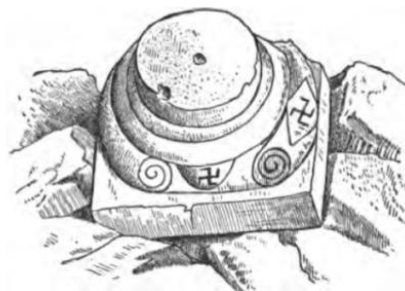
Fonte: WILSON, 1896.

Figura 14 - Ilustração de vaso com suástica em painel composto também por representações de animais. Localizado na Grécia.



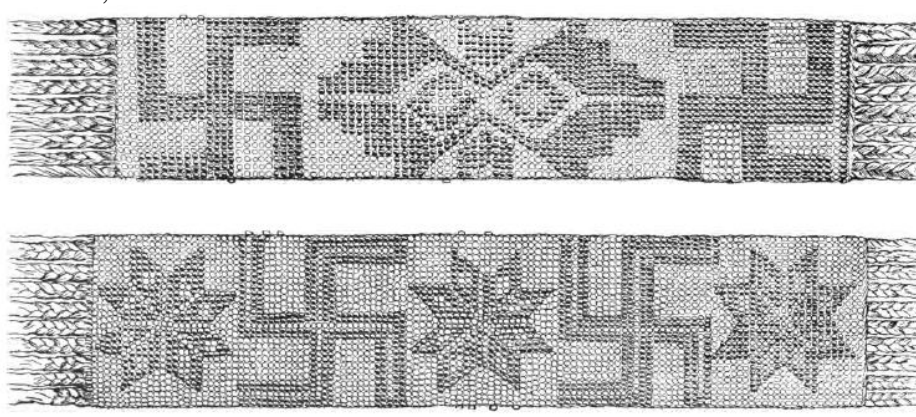
Fonte: WILSON, 1896.

Figura 15 - Ilustração de base de coluna de edifício romano, com suásticas, situado na Argélia.



Fonte: WILSON, 1896.

Figura 16 – Ilustração de artefatos de contas utilizados por indígenas Sac (ou Sauk) nos Estados Unidos, no final do século XIX.



Fonte: WILSON, 1896.

Por um lado, a catalogação feita por Wilson (1896) nos esclarece o caráter milenar dessa forma da suástica. Se hoje a constatação serve mais para satisfazer uma curiosidade de muitos de nós, ao mostrar que o “desenho” da suástica não foi invenção do partido nazista – não que isso amenize a atual associação –, para o curador do Smithsonian, as questões eram outras no final do século XIX e início do século XX. Voltavam-se à Pré-História e aos mistérios que povoavam o seu imaginário e de seus colegas, na tentativa de traduzir algo que ninguém sabia ao certo se portava uma mensagem secreta ou se era mero motivo decorativo; se era uma cruz, uma voluta, ou nada disso.

Assim, juntamente às ocorrências da forma da suástica pelo espaço e tempo, Wilson (1896) compilou um verdadeiro imbróglio de interpretações que não chegavam a lugar algum. Ora lhe conferiam sentido a partir de suas associações com outros elementos gráficos das peças – transformando-a em símbolo solar (ela “significava” o sol que se movia pelo céu) em razão dos animais solares em alguns dos objetos; e, da mesma forma, foi símbolo do fogo, da água, e também se vinculou à lua e a deuses. Outros a pensaram com base em sua orientação, apontando que representações voltadas à direita ou à esquerda (esta geralmente designada como “sovástica”) diziam respeito a uma série de dualidades, como o masculino e o feminino.

Ao menos nesse aspecto, a obra também nos ajuda a perceber por que certas abordagens são mais bem sucedidas do que outras. Inserida em uma narrativa que não se preocupava em lhe conferir um significado, a suástica tornou-se relevante, porque respondia às ansiedades de orientação de muitos alemães, ainda que a partir de um passado idealizado. Ela mobilizava uma suposta “experiência de mundo”, para fins de

se dizer o que era ser alemão, o que unia aquele coletivo. Um símbolo que “se traduzia” no sol, na lua, no masculino ou feminino nada tinha a contribuir, quando comparado às implicações de se dizer descendente de um grupo “nobre” do passado, cuja existência era validada pela suástica. Lançada no imaginário social, percebemos como essa representação da raça mais forte se alinhou, de um lado, às referências que muitos tinham de uma aristocracia guerreira na Alemanha Imperial, e de outro, a uma pseudociência em voga. Tudo se encaixava nessa leitura do passado pelo presente.

1.3. A suástica nazista no início do século XX

Se no início do século XX, a suástica era apenas uma “prova material” da existência desse homem grandioso de outros tempos, ela se tornou algo menos idealizado e mais perigoso após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, quando o Império Alemão, mesmo contando com um dos mais poderosos exércitos, desmoronou. Imersa em um clima de derrotismo somado às culpas e perdas proporcionadas pelo Tratado de Versalhes²¹, a jovem República de Weimar – como a Alemanha ficou então conhecida – enfrentou um amargo cenário de desemprego, fome e miséria pelos anos seguintes. A fachada democrática era vista com suspeita; não correspondia ao que a Alemanha Imperial vinha construindo até o colapso (EVANS, 2016a).

Foi em meio a esse cenário que se estruturou, em janeiro de 1919, o Partido Alemão dos Trabalhadores (*Deutsche Arbeiterpartei* – DAP), encabeçado por Anton Drexler. A designação se manteve por pouco tempo. Em fevereiro do ano seguinte, o grupo passou a atender pelo nome de Partido Nacional-Socialista Alemão dos Trabalhadores (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* – NSDAP), ou apenas “partido nazista”. Nesse mesmo período, Drexler oficializou o programa do NSDAP ao lado de Adolf Hitler, figura carismática que logo tomou as rédeas de tudo (EVANS, 2016a).

²¹ Segundo o historiador Richard Evans, o Tratado de Versalhes foi um dos acordos de paz assinados no fim da Primeira Guerra Mundial, levando a perdas imensuráveis para a Alemanha; dentre elas, território, colônias, indústrias, além de uma redução no número máximo de homens de seu exército (EVANS, 2016a). A Alemanha também se viu obrigada a ressarcir as potências vitoriosas. A questão mais emblemática do documento, no entanto, foi como toda a responsabilidade pela guerra recaiu sobre os alemães. Uma “resposta” à derrota não demorou a ser encontrada e, como é de se prever, recuperava representações que circulavam pelo imaginário alemão: aqueles homens não haviam perdido a guerra por fraqueza – isso nada tinha a ver com o espírito heróico alemão –, eles haviam sido traídos; levado uma punhalada pelas costas (*Dolchstoß*). A referência não poderia ser mais “alemã”, pois, de acordo com Evans (2016a), remetia à cena em que o herói Siegfried é apunhalado pelas costas na ópera “O crepúsculo dos deuses”, de Richard Wagner.

O partido nazista não foi inovador nas posturas que marcaram sua trajetória até sua queda em 1945. Seu racismo e ódio aos judeus não eram novidade, tampouco foi o primeiro partido político a defender a união do povo alemão – ponto que retomaremos mais adiante. A capciosa parcela “nacional-socialista” de seu nome também carecia de originalidade²². Por que então a chegada do nazismo ao poder em janeiro de 1933 e uma Alemanha nazista por mais de uma década? Seria muito simples atribuir o crescimento do partido, em especial a partir da segunda metade da década de 1920, apenas ao alvoroço socioeconômico em que a república se encontrava. O caminho já foi trilhado várias vezes, mas lugares comuns como a hiperinflação ou a Crise de 1929 que reverberou no país ignoram outras dimensões importantes em jogo, como a simbólica.

Na negociação de representações que dão sentido à realidade, o NSDAP soube jogar com uma série de ideias que pareciam cada vez mais apropriadas e até redentoras aos alemães – como a “raça superior” ou aquele “inimigo judeu” cujo propósito seria acabar com a “unidade” alemã – ao contrário da democracia parlamentar que não oferecia respostas prontas em seus anos iniciais. Apelar aos alemães envolvia intervir diretamente no campo simbólico, onde era possível acessar elementos que alicerçavam o *sense de comunidade* entre essas pessoas naquele momento. Em meio a tudo o que foi mobilizado, seja antes da ascensão do partido ao poder, seja pela influente máquina de propaganda que se estruturou na Alemanha nazista e a transformou em uma realidade à

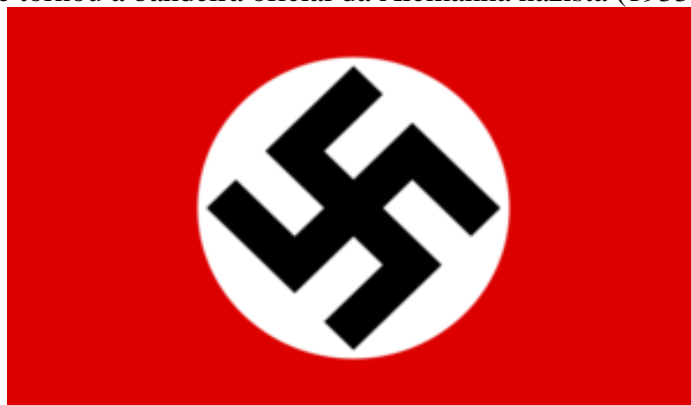
²² O termo “nacional-socialista” já havia sido usado por tchecos e austríacos antes de Drexler, na Alemanha. Bruce Pauley, historiador que se debruçou sobre o partido nazista austríaco (*Deutsche Nationalsozialistische Arbeiterpartei* – DNSAP), estruturado à época do Império Austro-Húngaro (1867-1918), aponta que Walter Riehl, então líder do partido, conheceu Drexler e chegou a dividir com ele o programa do DNSAP; mas o historiador prefere não falar em termos de “influência”, mesmo porque os diferentes contextos implicavam motivações diversas dos partidos (PAULEY, 1981). Não adentraremos a trajetória do partido nazista austríaco neste capítulo, pois em nada influenciou com relação à suástica. Breves pontuações sobre ele serão feitas no próximo capítulo. Quanto à nossa classificação do termo “nacional-socialista” como “capcioso”, deve-se ao fato de que uma velha controvérsia que já havia sido aparentemente superada em torno do uso do termo “socialista” no nome do partido foi reacendida recentemente no Brasil, conforme matéria veiculada em março de 2019 pela Deutsche Welle, reportando a uma afirmação de que o termo indicaria que o nazismo pertenceu à esquerda política. Para reforçar o entendimento das autoridades entrevistadas de que o termo serviu em grande parte para aumentar o eleitorado do partido, lembramos que Evans (2016a, p. 227-228) já havia esclarecido: “A despeito da mudança de nome, contudo, seria errado ver o nazismo como uma forma, ou uma forma excrescente, de socialismo. É verdade, conforme alguns ressaltaram, que sua retórica frequentemente era igualitária, sublinhava a necessidade de colocar as necessidades comuns acima das necessidades do indivíduo, e, muitas vezes, declarava-se contrária aos grandes negócios e ao capital financeiro internacional. Também é famoso o fato de que o nazismo certa vez foi tachado de ‘socialismo dos tolos’. Mas, já de saída, Hitler declarou-se implacavelmente contrário à social-democracia e, de início em muito menor extensão, ao comunismo; afinal de contas, os ‘traidores de novembro’, que assinaram o armistício e mais tarde o Tratado de Versalhes, não foram absolutamente comunistas, mas os social-democratas e seus aliados”. Ressaltamos que mesmo o desejo de “igualdade” que movia os partidários mais comprometidos com a ideologia nazista se restringia a apenas alguns dos alemães.

parte – aquela mesma que nos enche de perguntas atualmente –, o êxito do nazismo alemão foi muito mais que o simples produto de uma crise socioeconômica.

Se por um lado, não é nosso objetivo empreender aqui uma análise pretensiosa das inúmeras formas como a manipulação de todo um campo simbólico se processou na prática – nas artes, na educação de toda uma juventude, e assim por diante –, vamos nos concentrar no símbolo que oferece uma percepção abrangente e satisfatória do que moveu em especial a Alemanha nazista entre 1933 e 1945 – o “símbolo alemão” fechado a interpretações e encadeado a representações que ofereciam soluções mágicas aos problemas do país. Até então voltada aos ancestrais imaginados, a suástica foi reorientada sem que esses “antepassados” fossem esquecidos, imbuindo-se de um caráter teleológico que se traduzia na “missão da luta pela vitória do homem ariano, simultaneamente com a vitória da nossa missão renovadora que foi e será eternamente anti-semítica” (HITLER, 1962, p. 311). Frente ao presente desorientador, a suástica redirecionou o olhar da Alemanha para um futuro tão mirabolante quanto o passado da “raça mais forte”.

O símbolo já acompanhava o NSDAP desde 1920, quando fez sua primeira aparição na bandeira que serviu ao partido e se oficializou, na década seguinte, como a bandeira da Alemanha nazista (Figura 17). Não há como conferir um papel menos relevante à suástica se, desde a sua instituição como símbolo do partido, ela se encontrava literalmente no centro das atenções, disposta na cor preta sobre um círculo branco, em contraste chamativo, realçado pelo vermelho que dominava boa parte da composição. Só podemos imaginar o impacto durante a introdução do símbolo que se impunha e evocava, sem cerimônia, as referências que muitos partidários e outros interessados conheciam bem. Já fixada de maneira a-histórica na cabeça de boa parte dessas pessoas, a suástica recuperava uma suposta ancestralidade, e a mensagem não parecia ser outra: era com aqueles “arianos” que esses alemães deveriam aprender alguma coisa, na luta contra seus inimigos. As cores da bandeira retomavam, além do mais, aquelas do Império Alemão (Figura 18). Se o presente não era motivo de orgulho aos alemães, as representações de um passado glorioso – seja o histórico ou o inventado – eram seu porto seguro.

Figura 17 - Reprodução da bandeira adotada pelo partido nazista na década de 1920 e que mais tarde se tornou a bandeira oficial da Alemanha nazista (1933-1945).



Fonte: Google imagens. Acesso em: 18/06/2020.

Figura 18 - Reprodução da bandeira do Império Alemão (1871-1918) cujo esquema de cores (preto, branco e vermelho) foi retomado na bandeira com a suástica.



Fonte: Google imagens. Acesso em: 18/06/2020.

Nesses anos iniciais do NSDAP, a suástica passou a se impregnar das pretensões do partido e dos discursos que, mesmo não sendo novidade dos nazistas, começavam a se confundir nas reformulações feitas pelo grupo: judeus tornavam-se os responsáveis pela tal “punhalada nas costas” dos alemães e por uma suposta maquinação voltada à destruição do país, na forma da democracia com seus vários partidos; da abertura cultural ao estrangeiro (ao Outro) e do capitalismo que assolava os pequenos comerciantes alemães. De um lado, portanto, a resposta do NSDAP aos seus partidários e a quem mais se interessasse em suas propostas estava na eliminação desse adversário em comum. O extermínio institucionalizado propriamente dito só se concretizaria em momento posterior, com o partido já à frente do país. O que queremos ressaltar aqui é que o símbolo do passado orientava o olhar agora para o futuro, na forma de uma tarefa delegada aos que se acreditavam descendentes da “raça superior”, para salvar o seu país.

Além desse tratamento aos judeus e outros grupos taxados de “biologicamente inferiores”, a solução que a República de Weimar não oferecia, mas o NSDAP, sim, implicava a conquista de um espaço vital (*Lebensraum*) onde o povo alemão pudesse prosperar e manter a sua “integridade”. A proposta refletia um ideal pangermanista²³ que circulava pelo menos desde o século anterior na Alemanha Imperial e entre uma parcela de falantes do alemão na Áustria-Hungria. Tinha por base a ideia de um povo que, mesmo separado por fronteiras políticas nas décadas finais do século XIX e início do XX, manteve seu vínculo como etnia alemã; o que não causa surpresa, pois, como lembra Fenton (1999), a etnia mobiliza noções – ancestralidade, língua e cultura compartilhadas – que se ligam aos propósitos de afirmação do grupo na vida social.

Chamamos a atenção, assim, para o que está por trás da proposta de um espaço vital para esse “povo alemão”, de modo a mostrar como a ideia se alinhou à missão da suástica nazista. Se na noção do “povo alemão” se inseriam também os austríacos que tinham o alemão por língua materna, e não somente as pessoas nascidas na Alemanha imperial ou republicana – muitos desses alemães étnicos compartilhavam em alguma medida o passado histórico – a utopia de um espaço que congregasse *todos* os alemães étnicos espalhados pelo mundo significava, na prática, a expansão territorial da própria Alemanha²⁴ – de onde falava o partido nazista – por meio da colonização das terras daqueles julgados “inferiores”, até se chegar à Grande Alemanha (*Grossdeutschland*) do futuro.

²³ Segundo a historiadora Marion Brepohl de Magalhães, o movimento pangermanista floresceu em território austríaco na década de 1860, e ganhou ímpeto na Alemanha Imperial a partir da década de 1890 (BREPOHL DE MAGALHÃES, 1998). Sobre movimentos dessa natureza, a autora esclarece: “Historicamente, muitos deles alargavam suas fronteiras para além do critério geográfico e político, motivo pelo qual adotavam para si o prefixo pan. Cada pan-movimento carregava consigo a noção de singularidade e o sentimento de superioridade; não raro, manifestavam-se ressentidos em virtude de alguma perda, efetiva ou imaginada. Tais características orientaram seus membros, via de regra, a objetivos expansionistas, daí também o estreitamento ao militarismo. Um dos movimentos pan mais agressivos da era dos nacionalismos foi o pangermanismo. Diferentemente, por exemplo, do pan-eslavismo e do pan-americanismo, que pretendiam a reunião de várias etnias e falantes de diversos idiomas em torno de uma autoridade aclamada por seus ativistas, a Liga Pangermânica animou um movimento de unificação pautado na uniformidade étnica e na hierarquização de todos os povos a partir da noção superior-inferior [...] Diversos estudos consagrados ao pangermanismo chamam a atenção para o apelo à unificação dos povos compreendidos como germânicos (e mais tarde, arianos) num só país e com um único chefe. Tratava-se de uma propaganda cujo público alvo eram os residentes de origem germânica que habitassem em regiões da Áustria, Hungria, França, Tchecoslováquia e outras, com a pretensão de alargar as fronteiras do que seria a *Grossdeutschland*” (BREPOHL DE MAGALHÃES, 2013, p. 14-15).

²⁴ Com a chegada do NSDAP ao poder na década de 1930 e a repercussão das melhorias sociais e econômicas da Alemanha nazista, muitos adeptos do ideal pangermanista na Áustria se aproximaram do partido nazista austríaco; até então, pouco relevante nesse contexto, como lembra Pauley (1981). Falaremos deste partido no próximo capítulo, bastando perceber, por ora, que a defesa da anexação (*Anschluss*) da Áustria à Alemanha não era uma simples resposta aos problemas socioeconômicos da primeira. Simbolicamente, seria o *início* da “reunião” do povo alemão.

O que percebemos, com isso, é a conferência de um *sentido* à miscelânea de elementos que circulavam pelo imaginário alemão, unindo pessoas em torno de um sentimento em comum. Ao tratamento a-histórico que a suástica vinha recebendo desde o final do século anterior, somou-se sua instrumentalização pelo NSDAP, quando ela passou a nortear uma Alemanha que se via renascendo de suas humilhações. A suástica retomava o foco e lembrava que o passado do ancestral mais forte – logo, colonizador – deveria se reproduzir no momento em que seus descendentes²⁵ acreditavam despertar para uma grande tarefa (Figura 19). Nessa reconfiguração da realidade – em que se naturalizava a eliminação de quem não compartilhasse da visão do partido, e as pessoas deixavam de questioná-la por medo, ou por acreditarem que só assim construiriam o futuro –, a suástica passou a se confundir com a Alemanha nazista, e o resultado dessa amálgama é o entendimento que muitos de nós compartilhamos hoje: “a suástica é alemã e nazista”.

Figura 19 - Estandarte da Alemanha nazista composto pela suástica ao centro e os dizeres Deutschland Erwache (“Alemanha, desperte”).



Fonte: Site do Gettysburg Museum of History. Acesso em: 06/06/2019.

²⁵ À medida que os discursos oficiais eram lapidados na Alemanha nazista, ficava claro que não era qualquer pessoa nascida ali o foco do partido. Segundo Evans (2016b), duas das Leis de Nuremberg enfatizaram, em 1935, a ideologia racista do NSDAP: de um lado, a Lei de Cidadania do Reich (*Reichsbürgergesetz*) determinava quem era cidadão da Alemanha Nazista e gozava de direitos políticos por conta do “sangue puro alemão”; de outro, a Lei para a Proteção do Sangue Alemão e da Honra Alemã (*Gesetz zum Schutze des deutschen Blutes und der deutschen Ehre*) proibia o relacionamento entre alemães e judeus, estendendo o veto posteriormente a outros grupos tidos por “racialmente suspeitos”, como ciganos, deficientes, homossexuais. Devemos entender esses “descendentes dos arianos” mais propriamente como os “alemães de sangue puro”, e não aqueles com antepassados judeus (como dispunha a primeira das leis).

Quinn (1994) nos lembra, nesse sentido, que, reproduzida em escala industrial sobre todas as superfícies possíveis (bandeiras nas ruas, brinquedos, documentos), a suástica onipresente não oferecia outra oportunidade de enxergar o mundo, senão a visão única do partido, divulgada como a visão da Alemanha. Para o autor, essa espécie de carimbo alemão que, àquela altura, já se havia fechado ao contraditório, garantia também uma reprodução maquinal dos gestos, papéis sociais e pensamentos que fossem de interesse do partido, considerados próprios do “ariano”. Não é algo a se estranhar: Maffesoli (2018) ensina que é justamente esse aspecto rotineiro do cotidiano (essa repetitividade envolta em trivialidade) que dá ao coletivo um senso de segurança, independentemente da instabilidade que perpassa todo e qualquer grupo humano.

Tratar dessa suástica “alemã e nazista”, portanto, reporta-nos mais imediatamente a essa Alemanha sob o regime ditatorial nazista e demais territórios sobre os quais ela estendeu seu controle (como a Áustria, após a anexação de 1938); remete-nos também aos horrores promovidos em nome do desvario racista e expansionista do partido, que evocam hoje, em nosso imaginário, sobretudo a Shoá, por seu peso de evento limite²⁶. Havia o discurso oficial, reiterado pela máquina de propaganda nazista, mas outra coisa é o que as pessoas que se desvencilhassem do centro disciplinador fariam em outras realidades que adentrassem pelo mundo, diante de outras prioridades, mesmo que levassem consigo seus valores e visão de mundo.

Muitos dos imigrantes alemães e austríacos que vieram para o Brasil nas décadas iniciais do século XX buscavam apenas melhores condições de vida. Seu partidarismo político não significou que estavam atrás de judeus, preparando o território para uma invasão militar alemã, ou qualquer coisa do gênero. Vinham, porque enxergavam em nosso país, como em tantos outros, uma alternativa; no entanto, antes de pensarmos sobre um desses casos, temos algumas reflexões finais acerca da suástica. Se esta pesquisa partiu de um estranhamento, ao nos depararmos com esse símbolo em um local público, antes mesmo de nos atentarmos ao momento ao qual ele se associava, é porque para muitos de nós, hoje, a suástica nasceu nazista. Nasceu, e não morreu mais.

²⁶ Narcizo (2012, p. 36 e 37) define por evento limite: “um evento que envolve um acontecimento catastrófico que gera trauma a um grupo ou mais. Ocorrendo um temor de lidar com ele e uma subsequente aparência de impossibilidade de tratá-lo por dois motivos, 1) por ser um evento catastrófico que desafia as premissas da representação, assim como da imaginação; 2) por ser traumático provoca um sentimento de impotência e temor de retornar a ele para trabalhá-lo, pois envolve individualidades e sofrimentos inacessíveis. Portanto evento limite é um evento que nos deixa com um sentimento de impotência com relação ao passado, presente e futuro por se tratar de algo incompreensível, que desafia nossas premissas de compreensão, algo que está além do nosso aparato conceitual e nosso sentido de realidade.”

Após o fim do regime ditatorial do NSDAP em 1945, e mesmo com ações como aquela registrada em vídeo disponível no site do *United States Holocaust Memorial Museum* (USHMM), em que tropas americanas explodem uma enorme suástica ostentada pelo estádio onde o partido nazista realizava comícios em Nuremberg (Figuras 20 e 21), o símbolo não se descontextualizou milagrosamente, em uma proeza digna das operadas por Heinrich Schliemann. Pelo contrário, estigmatizou-se e agora paira como uma assombração. De um lado, carrega consigo a Shoá e o terror que dizimou milhões de vidas em meio a uma realidade baseada em representações absurdas. Até hoje, o símbolo arrasta consigo, como pesadas correntes, o ódio ao Outro e o racismo que marcaram o discurso e a prática do partido – a única ótica oferecida da realidade. Por isso, também, há aqueles como Quinn (1994) que afirmam não vislumbrar qualquer redenção à suástica no futuro próximo.

Figura 20 - Fotograma que mostra suástica no topo de estádio em Nuremberg, Alemanha (1945).



Fonte: Site do United States Holocaust Memorial Museum. Acesso em: 19/06/2020.

Figura 21 - Fotograma do momento em que a suástica no topo do estádio em Nuremberg é destruída (1945).



Fonte: Site do United States Holocaust Memorial Museum. Acesso em: 19/06/2020.

Se símbolos são abertos à rearticulação de sentidos, viabilizando outras leituras de mundo (por não se limitarem a “isso ou aquilo”), a suástica tornou-se um caso atípico, porque, além do rompimento com a sua história e as histórias das várias outras formas que se assemelhavam à sua, em uma atitude irresponsável de Schliemann e alguns arianistas, ela se fechou nas mãos do alto escalão do NSDAP e forneceu apenas uma perspectiva racista da realidade. Poderíamos até alegar que, para muitos budistas, por exemplo, ela não se vincula a qualquer mensagem de ódio, e ainda assim estaríamos nos referindo a um grupo específico que, décadas após o fim da Alemanha nazista, não

conseguiu exorcizar o símbolo das atrocidades levadas a cabo na “construção” da *Grossdeutschland*.

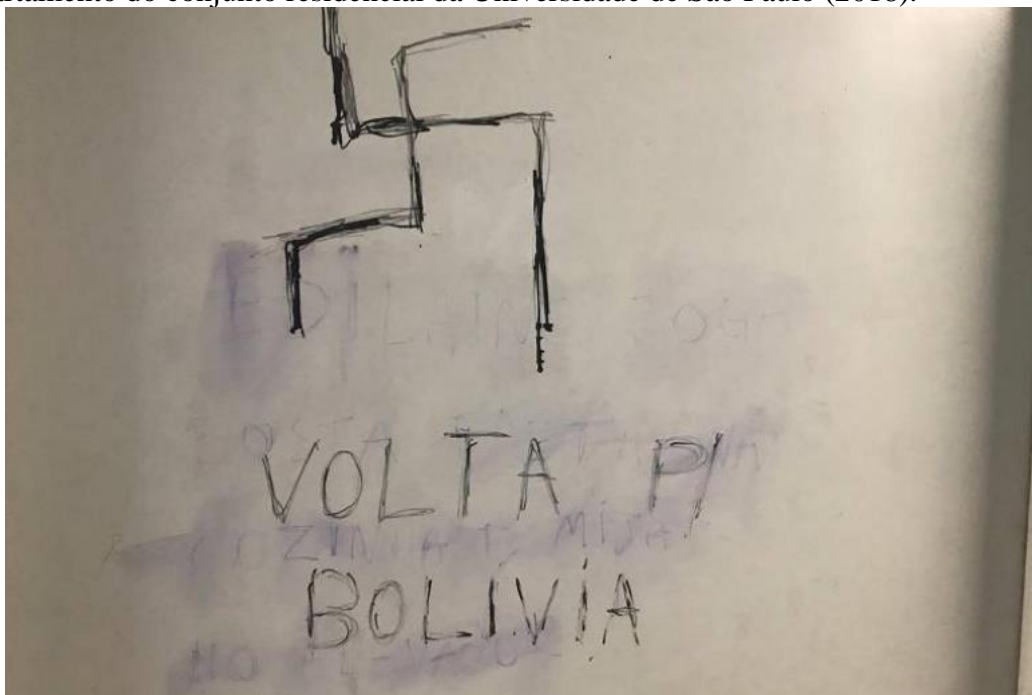
Não é à toa que, em janeiro de 2016, com a aproximação das Olimpíadas de Tóquio, a BBC (*British Broadcasting Corporation*) noticiou uma recomendação que havia sido feita para que se substituísse a suástica nos mapas turísticos nos quais ela indicava a localização de templos budistas, de modo a se evitar que a legenda fosse tomada por uma apologia ao nazismo. O pedido evidentemente sofreu críticas, mas é aí que queremos lembrar como algumas representações da realidade reverberam mais do que outras. A suástica, para grande parte das pessoas na atualidade, *não é* budista ou “pertencente” a outro grupo, e sim nazista.

Se buscarmos na internet as suásticas que insistem em aparecer aqui e ali, observaremos sem nenhuma surpresa sua associação a discursos de ódio alinhados à única percepção da realidade que ela admitiu. Não estamos mais falando de “raça aariana”, e sim de racismo, homofobia, xenofobia; discursos e posturas que não toleram a diversidade humana, as existências plurais. Assim, em um cenário de ascensão de grupos de direita e extrema-direita no Brasil, por exemplo, a suástica tem feito manchetes, vinculada à naturalização de ideias difundidas por pautas autoritárias, reacionárias, que flertam com essas ideias.

A título de ilustração, a suástica deu as caras algumas vezes no Brasil²⁷, às vésperas do segundo turno da eleição presidencial de 2018, quando um dos candidatos fomentava discursos e posturas intolerantes. Apareceu, por exemplo, em portas de apartamentos do conjunto residencial da Universidade de São Paulo, conforme noticiou a Folha de São Paulo no dia 17 de outubro daquele ano. Sobre uma das portas, os dizeres “Volta p/ Bolívia” (Figura 22) revelavam o ódio ao imigrante. Em um cenário de incertezas acerca das reais motivações por trás do símbolo – estudantes sugeriam desde desentendimentos pessoais até o clima eleitoral naquele momento – a suástica irrompe como elemento violento e desestabiliza a ordem.

²⁷ Vale lembrar que, no Brasil, a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”, prevê penalidade a quem, nos termos do Art. 20: “§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo (Redação dada pela Lei n.º 9.459, de 15/05/97)” (BRASIL, 1989, 1997).

Figura 22 - Pichação da suástica seguida pelos dizeres "volta p/ Bolívia", em porta de apartamento do conjunto residencial da Universidade de São Paulo (2018).



Fonte: Site da Folha de São Paulo. Acesso em: 19/06/2020.

Em reportagem do jornal O Estado de São Paulo (Estadão), em 19 de outubro de 2018, a suástica aparece ligada aos termos “K.K.K” e “#Mito”: o primeiro dizendo respeito à Klu Klux Klan, grupo de origem americana que defende a supremacia branca e pautas similares; o segundo, reproduzindo a forma como o então candidato à Presidência do Brasil, Jair Bolsonaro, era chamado por seus apoiadores, com a *hashtag* (#) reportando às redes sociais (Figura 23). Novamente, a suástica, descrita pela reportagem como “símbolo do regime nazista”, encadeia-se a elementos que glorificam a intolerância, e aparece associada a duas realidades que nos chamam a atenção, embora a reportagem não faça mais que citá-las: o muro de uma escola primária onde são intermediados casos de *bullying* e racismo, e as proximidades de uma escola de judeus. Independentemente de a pichação ser uma afronta às escolas, ou ofensa gratuita no espaço público, o que é claro é que a suástica não consegue estabelecer novas pontes no domínio simbólico. Em nosso imaginário, ela se reduz ao nazismo, como a própria reportagem faz questão de lembrar.

Figura 23 - Pichação de suástica, em vermelho, seguida dos termos "K.K.K" e "#Mito" em muro de escola da capital paulista (2018).



Fonte: Site do Estadão. Acesso em: 19/06/2020.

Mesmo no espaço cemiterial, para pensarmos um contexto mais próximo ao de nossa pesquisa, suásticas aparecem como uma agressão à memória dos judeus. A profanação de seus túmulos é parte de um cenário mais amplo de manifestações antissemitas que se reconfiguram pelo continente europeu. Não é nosso intuito analisar as particularidades de cada caso, apenas reforçar, com esses exemplos, como a suástica, já assentada em nosso imaginário como “símbolo nazista”, é lugar comum ao qual se recorre na propagação de mensagens de violência, seja onde for. Tal qual erva daninha, ela se alastra até mesmo por campos santos, desprezando o sagrado ali instituído.

No início de 2019, vários veículos de comunicação noticiaram a pichação do símbolo sobre aproximadamente 90 túmulos judaicos, no cemitério de Quatzenheim, na França, em período no qual se falava também de protestos contrários ao antissemitismo crescente no país; no final do mesmo ano, caso semelhante se estendeu a mais de 100 túmulos no cemitério de Westhoffen, também em território francês (Figuras 24 e 25). Atitudes como essas não são novidade na Europa, e, para reforçar uma série de estatísticas que ilustravam o cabo de guerra entre a crescente culpabilização de judeus por uma porcentagem de alemães, de um lado, e a necessidade de combate ao

antisemitismo de outro, a publicação alemã *Süddeutsche Zeitung* retomou o caso do cemitério judaico de Kröpelin, onde profanações similares haviam ocorrido em 2012 (Figura 26).

Figura 24 – Suásticas pichadas sobre túmulos do cemitério judaico de Quatzenheim, França (2019).



Fonte: Site da Folha de São Paulo. Acesso em: 18/11/2020.

Figura 25 – Suásticas pichadas sobre túmulos do cemitério judaico de Westhoffen, França (2019).



Fonte: Site do Estadão. Acesso em: 18/11/2020.

Figura 26 – Suásticas pichadas sobre lápides do cemitério judaico de Kröpelin, Alemanha (2012).



Fonte: Site da *Süddeutsche Zeitung*. Acesso em: 18/11/2020

A suástica não só se impõe sobre lápides, jazigos e memórias, como atrai, à maneira de um imã, sentimentos e valores que compartilham da sua agressividade. É o caso da intervenção espalhafatosa sobre o monumento aos mortos do cemitério de Champagne-au-Mont-d'Or, próximo a Lyon, na França, onde o escárnio se estendeu à própria Shoá, com os dizeres “SHOA BLABLA” e “PASKON A PA LE SHOA” (*parce qu'on a pas le Shoa*, “porque não existe Shoá”) (Figura 27). Vale citar, a título de uma breve reflexão, que são comuns nas sessões de comentários de postagens dessa natureza, *opiniões* que tentam minimizar a seriedade das ocorrências, apontando que as pichações nada mais são que obras de arruaceiros. Costumam tomar por base apenas a apresentação formal das suásticas, raramente fiel àquela presente na bandeira da Alemanha nazista, disposta no sentido horário, com rotação de 45°. Acreditamos, por outro lado, que, independentemente da “intenção original” dos autores das pichações, há uma mensagem bastante clara sendo veiculada, a tal ponto de tantos de nós – por todo o mundo – compartilharmos de uma indignação diante dessas situações.

Figura 27 - Pichações de suástica e outros dizeres que negam a Shoá em cemitério de Champagne-au-Mont-d'Or, França (2019).



Fonte: Site Lyon Mag. Acesso em: 18/11/2020.

Quando situamos historicamente a lápide do jovem austríaco, na Cidade de Goiás, tendo por base o ano de seu falecimento, outros cuidados relativos à investigação desse contexto são necessários, para avaliarmos as implicações do símbolo nesse local, na época do óbito. A suástica incomoda bastante hoje, mas não foi sempre assim. Se não nos interessa aqui tomar um lado no cabo de guerra sobre seu futuro, sob o risco de recair em discussões tão enfadonhas quanto às de sua origem no passado, podemos ao menos refletir sobre sua presença em um espaço improvável como um cemitério no interior do Brasil, no início do século XX. Afinal, símbolos e visões de mundo sempre cruzaram fronteiras – eles vêm e vão com as pessoas, pois assim também a realidade é negociada em outras terras que não as nossas. Foi uma dessas trocas que nos levou a buscar a memória em torno do imigrante austríaco que viveu por onze anos no Brasil do início do século passado, até o seu falecimento na Cidade de Goiás.

Capítulo 2

Nosso João Jesu



“Para onde vão os trens, meu pai? Para Mahal, Tamí, Camirí, espaços no mapa, e depois o pai ria: também para lugar algum, meu filho, tu podes ir e ainda que se mova o trem tu não te moves de ti.”

Hilda Hilst

2.1. A memória elaborada em torno de um estrangeiro na Cidade de Goiás-GO (1928-1936)

Johann Jessl (ou Hans, seu apelido em alemão) foi um jovem austríaco que nasceu em 19 de agosto de 1903, na pequena Feldkirchen bei Graz, e viveu na Cidade de Goiás, interior do Brasil, durante os últimos anos da década de 1920 e a primeira metade da década de 1930. As fontes que tratam dele são escassas. Jessl²⁸ desembarcou no Brasil em 1925, porém a data de sua chegada à antiga capital do Estado de Goiás permanece uma incógnita. O que sabemos é que ele já se encontrava por lá em 1928, onde trabalhou como eletricitista²⁹ na primeira concessionária de energia elétrica local, até o seu falecimento aos 33 anos de idade, em 1936.

No seu dia a dia pelas ruas da Cidade de Goiás, certamente Jessl ouviu as indignações da população vilaboense sobre a tal mudança da capital. A década de 1930 nascia com os velhos discursos de atraso e decadência³⁰ retomados por políticos que

²⁸ Neste capítulo, vamos nos referir a Johann Jessl apenas por Jessl, exceto quando trouxermos menções a ele na documentação, ou ao distingui-lo de seus familiares.

²⁹ A profissão é descrita de forma variada nas fontes: “eletricista”, “engenheiro eletricitista”, “mecânico”. Optamos pelo termo “eletricista”, por não possuímos informações mais consistentes sobre sua formação.

³⁰ Duas ideias reforçadas a partir do final do século XVIII em torno da então província de Goiás, e que a historiografia buscou superar nas últimas décadas são a da decadência e do atraso. A primeira veio com o colapso do ciclo da mineração, visto como colapso da própria província. Como Goiás não se inseria nas relações comerciais do país com o mesmo dinamismo de um Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo, o discurso da decadência tornou-se lugar comum entre viajantes europeus, governantes locais e na própria historiografia. Hoje a ideia é rebatida, ao se apontar a substituição da atividade mineratória pela pecuária e agricultura, que respondiam às necessidades da população goiana (CHAUL, 2013). Segundo Bertran (2006), fazendas surgiram no século XIX, e a pecuária inseriu Goiás na lógica capitalista, pois, como também apontam Arrais, Oliveira e Arrais (2016), a constante movimentação de boiadeiros, fazendeiros, entre outros, pelo território goiano fortaleceu, já no final desse século e início do XX, o comércio do gado com representantes das regiões norte, nordeste e sudeste do país. Comunidades e depois núcleos urbanos se desenvolveram com o avanço da estrada de ferro pelo interior do estado e a expansão da malha rodoviária (ARRAIS, OLIVEIRA, ARR AIS, 2016). Já a ideia do atraso foi alimentada na Primeira República, quando os grupos políticos que ganharam destaque no sul e sudoeste do estado, com a movimentação econômica proporcionada pela ferrovia, passaram a contrapor a imagem da antiga capital e seus governantes à de uma nova capital que representaria, nesse discurso, a “chegada da modernidade” ao estado (CHAUL, 2013). Para as contradições entre discurso e prática desse ideal de modernidade no contexto goiano, sugerimos a leitura de Arrais, Oliveira e Arrais (2016).

despontavam no sul e sudoeste do Estado. As promessas de “novos tempos” com a nomeação do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, em 1933, e o início da construção de Goiânia (a próxima capital) pouco depois foram parte do cotidiano vivenciado pelo rapaz. Se toda essa história fez alguma diferença para ele, como incomodou muitos vilaboenses – Ondina Albernaz (1905-1994), eminente figura local, já contava em suas memórias que, na segunda metade da década, “falar sobre Goiânia na Cidade de Goiás tornou-se assunto proibido, tal era o ódio que lá se nutria contra a nova capital” (ALBERNAZ, 1992, p. 65-66) – só resta imaginar que Jessl seguiu fiel ao seu trabalho, em uma realidade bem distinta daquela de sua terra natal.

Como tantos austríacos e alemães que deixaram seus países após o fim da Primeira Guerra Mundial e chegaram ao Brasil na década de 1920³¹, Jessl foi parte das levas de imigrantes que buscavam melhores condições de vida diante da recessão econômica que assolava as duas repúblicas europeias (PAULEY, 1981; EVANS, 2016b). Nada indica, porém, que ele seguiu o caminho das famílias que tentaram a independência financeira nas fazendas de café; ou que veio para se estabelecer em uma colônia alemã ou austríaca. Jessl, então com 22 anos de idade, tampouco estava acompanhado de sua família nuclear, quando desembarcou em Santos-SP, no dia 28 de dezembro de 1925 (Figura 28).

Seu pai, o agricultor Johann Jessl (1875-1917), havia falecido oito anos antes³², em Feldkirchen, deixando o primogênito com a mãe Anna (1881-1929) e os irmãos Anton (1904-1923) e Anna Jessl (1906-1926). Em 1923, Anton foi acometido por uma

³¹ A vinda de imigrantes austríacos e alemães em grandes levas, inclusive famílias inteiras, para o Brasil teve início no século XIX. Falar da imigração austríaca antes de 1918, no entanto, é um desafio para a historiadora Ursula Prutsch, já que quando os primeiros grupos chegaram em 1824, a categorização dos imigrantes de diversas nacionalidades do Império Austríaco (1804-1867) e do Império Austro-Húngaro (1867-1918) não era criteriosa (PRUTSCH, 2011). Segundo a historiadora, classificar um imigrante como “austríaco” nos documentos oficiais da época muitas vezes queria dizer apenas que o viajante era natural da porção austríaca do império; não se tratava necessariamente do austríaco que tinha o alemão por língua materna. Do mesmo modo, como os portos não se situavam em regiões com predomínio destes austríacos, nacionalidades se confundiam nas anotações pelo simples fato de o viajante falar alemão, ou mesmo se identificar como “alemão”, graças ao passado compartilhado com os súditos do império vizinho. Nesse caso, um austríaco poderia acabar “alemão” nos documentos. Após 1918, a classificação “austríaco” se tornou menos problemática, por remeter aos viajantes oriundos da República da Áustria. De modo geral, os imigrantes austríacos e alemães vieram para o Brasil em busca de melhores condições de vida, já que o país era divulgado pelas agências de imigração como detentor de riquezas e terras férteis (KOTHE, 1993).

³² O acervo da Igreja Católica austríaca que trata de nascimentos, casamentos e óbitos encontra-se disponível para pesquisa na internet e compreende materiais do século XVIII até a década de 1930. Em consulta ao material da diocese Graz-Seckau, na Estíria, foi localizado, entre outros registros, o livro de óbitos em Feldkirchen entre 1903 e 1938 (*Sterbebuch 5 1903-1938/Sterb-Register*). Nele, o óbito de Johann Jessl (pai) está registrado sob o número 47/48 (rasurado), na página 216. Disponível em: <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5881/?pg=111>>. Acesso em: 17/03/2019.

tuberculose e faleceu com apenas 18 anos de idade³³, quando ainda estudava em um internato em Viena. Se de um lado não sabemos dizer se Johann Jessl viveu com o irmão na capital austríaca, é uma hipótese que o mais velho tivesse seguido com os estudos e não residisse mais em Feldkirchen, mas outro local que oferecesse melhores oportunidades, como Graz, capital da Estíria e centro urbano próximo à sua cidade. Para ser eletricitista, afinal, Jessl precisava de um conhecimento mais especializado.

Figura 28 - Fac-símile de lista de passageiros do vapor Orania, que aportou em Santos-SP em 28/12/1925. Jessl é citado como operário solteiro de 22 anos, vindo na 3ª classe.

8

de _____ de 193 _____

LISTA dos Passageiros SAHIDOS no Vapor _____ de _____ Toneladas de Registro _____
e _____ Pessoas de Tripulação, Commandante _____ Consignado neste _____
Porto a "ITALMAR., S. A. Brasileira de Empresas Maritimas."

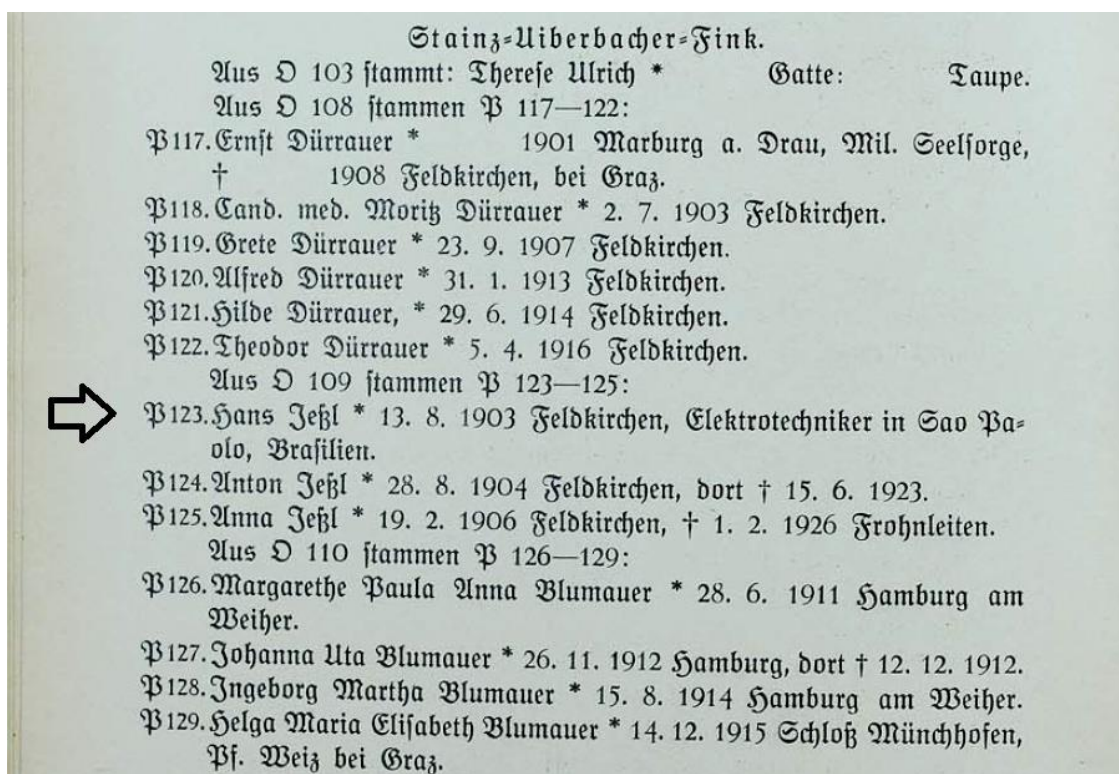
Numero	NOME	NACIONALIDADE	IDADE	ESTADO	PROFISSÃO	DESTINO	CLASSE	Observações
236	Johann Breitenfellner	Austríaca	27	3	Breiteiro	Amsterdã	3a.	
237	Ferdinand Reisinger	"	27	3	Carpint.	"	3a.	
238	Josef Lendl	"	26	3	Operario	"	3a.	
239	Johann Mayer	Hungara	35	3	Ferreiro	"	3a.	
240	Karl Hader	Austríaca	37	3	Chegador	"	3a.	
241	Otto Protsch	"	22	3	Lavrador	"	3a.	
242	August Fralicka	"	22	3	"	"	3a.	
243	Mihaly Muller	Hungara	24	3	"	"	3a.	
244	Franz Kager	Austríaca	23	3	"	"	3a.	
245	Georg Firsuschek	"	23	3	Tecnico	"	3a.	
246	Josef Horn	"	24	3	"	"	3a.	
247	Franz Hiebl	"	22	3	Seralh.	"	3a.	
248	Norberth Englerth	Hungara	36	3	Lavrador	"	3a.	
249	Gyula Papp	"	34	3	"	"	3a.	
250	Johann Wukitsch	Austríaca	23	3	"	"	3a.	
251	Victor Riecher	"	23	3	Seralh.	"	3a.	
252	Franz Linsmayer	"	29	3	Operario	"	3a.	
253	Wilhelm Kris	"	22	3	"	"	3a.	
254	Franz Findler	"	22	3	"	"	3a.	
255	Anton Bugl	"	26	3	Seralh.	"	3a.	
256	Oskar Valentin	"	23	3	Operario	"	3a.	
257	Franz Herljevits	"	23	3	"	"	3a.	
258	Peter Taucher	"	44	3	Lavrador	"	3a.	
259	Carl Binder	"	22	3	Operario	"	3a.	
260	Franz Turcek	"	23	3	"	"	3a.	
261	Johann Fuchs	"	23	3	"	"	3a.	
262	Johann Jessl	"	22	3	"	"	3a.	
263	Josef Atschko	"	25	3	Seralh.	"	3a.	
264	Hubert Eberhardt	"	22	3	"	"	3a.	

Fonte: Adaptado do site do Arquivo Nacional. Acesso em: 26/02/2020.

³³ O óbito de Anton Jessl, que também o descreve como estudante em internato de Viena, encontra-se no livro anteriormente citado, sob o número 40, página 362. Disponível em: <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5881/?pg=185>>. Acesso em: 17/03/2019.

Após sua chegada a Santos, o jovem austríaco viveu durante algum tempo no Estado de São Paulo, antes de se estabelecer na Cidade de Goiás – é o que sugerem as “Folhas Amarelas” (*Gelbe Blätter*), publicação alemã voltada a pesquisas sobre genealogia e heráldica³⁴. Em meio aos estudos divulgados sobre uma família com raízes na Baviera, da qual ele fazia parte da sétima geração de descendentes, Jessl é brevemente citado como um eletricista (*Elektrotechniker*) em São Paulo, em edição de 1929 (Figura 29). Apesar da inconsistência na localização do filho de Johann e Anna Jessl – nesse ano, ele já vivia na Cidade de Goiás –, as “Folhas Amarelas” indicam ao menos que ele não trabalhava nas fazendas do interior paulista.

Figura 29 – Jessl citado em revista alemã, com ocupação e localização no Brasil (1929).



Fonte: Adaptado do site da revista *Blätter des Bayerischen Landesvereins für Familienkunde*. Acesso em: 19/02/2019.

³⁴ Trata-se da *Blätter des Bayerischen Landesvereins für Familienkunde* (ou simplesmente *Gelbe Blätter*), organizada pela Associação do Estado da Baviera para Estudos Familiares (*Bayerischer Landesverein für Familienkunde e.V.*). De acordo com o Dicionário Histórico da Baviera, a instituição estabeleceu-se em 1922, com sede em Munique e o objetivo de estimular a pesquisa sobre genealogias, heráldica, história local, regional e nacional, por meio de eventos e publicações. A menção a “Hans Jessl” encontra-se na publicação de número 10, do ano de 1929, sob o código P123, seguido de seus irmãos Anton Jessl (código P124) e Anna Jessl (código P125), como descendentes de Anna Jessl (O109). O esquema alfanumérico segue a sequência das gerações de descendentes da família introduzida na edição 07/08 das “Folhas Amarelas”, em 1929. Vale dizer que o nome de Jessl aparece também na árvore genealógica representada na edição de número 5, do ano de 1930, mas sem novas informações.

O caso de Jessl é interessante, porque também desmistifica a noção de que imigrantes chegavam a esmo no Brasil e acabavam em lavouras, por falta de perspectivas. O jovem austríaco foi um caso de mão de obra especializada, e nossa hipótese, que ficará mais clara nas próximas páginas, é a de que Jessl chegou à Cidade de Goiás por recomendação de alguma empresa na qual possa ter trabalhado em São Paulo, ou mesmo a convite³⁵, mas não por acaso.

Longe de sua terra, Jessl se estabeleceu na antiga capital do Estado de Goiás. Ele era aquele que não pertencia ao local, mas lá encontrou sua nova casa; aquele que experimentou, entre uma conversa e outra com um vilaboense – quem sabe durante um cafezinho – as proximidades (ao adotar costumes locais em nome da boa convivência) e as distâncias (nenhum vilaboense falava alemão como ele) próprias de sua condição de “estrangeiro”. A definição proposta pelo sociólogo Georg Simmel permanece, a nosso ver, a mais apropriada ao caso de Jessl, não só por insinuar essa constante negociação de fronteiras, mas também porque a presença do jovem austríaco – o elemento que veio “de fora” – não gerou uma atitude discriminatória do grupo; talvez, por seu olhar mais “isento” com relação às questões dessa sociedade, ou pelas contribuições que prestou à Cidade de Goiás com seus serviços (SIMMEL, 1983). As fontes que apresentaremos mais adiante também não sugerem uma relação conflituosa que levasse à sua rejeição, ou estigmatização, como diria Goffman (1963), por ser estrangeiro ou por seu posicionamento político. Pelo contrário, o jovem Jessl foi acolhido.

Devemos ter em mente, de todo modo, que mesmo que ele se familiarizasse com o grupo e fosse o João no dia a dia local, Jessl não deixaria de carregar consigo, sob o sol das quentes tardes goianas, os seus valores e visão de mundo, as noites frias da Áustria, as ideias compartilhadas com seus colegas durante os anos de estudo, o Hans e o Johann. Assim, por mais que a presença desse estrangeiro não afetasse o cotidiano da Cidade de Goiás, tudo o que distinguia Jessl dos vilaboenses não passou despercebido. Seria lembrado após a sua morte e inscrito sobre um pequeno suporte de mármore. Uma memória que aqueles que o receberam desejaram também “perpetuar” no espaço sagrado do cemitério.

³⁵ Em sua análise dos movimentos migratórios pelo mundo nos últimos quinhentos anos, Burke (2017b) cita outros casos de emigrantes que se reorganizaram em outros países a partir dos convites de trabalho que recebiam por conta de sua formação e pela contribuição que poderiam prestar ao conhecimento. Mesmo que o grupo priorizado pelo autor seja o dos cientistas e acadêmicos, a situação se aplica a outros profissionais que representavam essa mão de obra qualificada.

Um caminho para pensarmos o jovem austríaco, então, é por meio da memória elaborada a seu respeito a partir de uma conversa entre as fontes às quais tivemos acesso: a lápide, que carrega uma memória “oficial”, por assim dizer – o que se escolheu recordar do morto aos vivos – e a documentação histórica levantada em arquivo. Antes, porém, precisamos definir melhor de que memória falamos aqui.

Em seus estudos sobre memória cultural, a pesquisadora Aleida Assmann apontou dois caminhos comumente trilhados para se pensar “memória”. O primeiro a aborda como uma arte – nesse caso, Assmann (2011) explica que “arte” retoma o sentido antigo de “técnica”, em referência à mnemotécnica –, uma memória voltada ao armazenamento e recuperação de informações em teor integral, a qualquer momento; memória que não se sujeita ao tempo – à medida que essas informações permanecem idênticas com o passar dos anos – tampouco aos embates culturais. O segundo caminho apontado pela autora, este sim de nosso interesse, trata a memória como potência (portanto criadora), à qual nos voltamos quando queremos nos afirmar como grupos ou indivíduos. Em razão desse direcionamento, Assmann (2011) caracteriza esta memória também como “funcional”; memória intimamente ligada às questões culturais e que busca sustentar identidades, utilizando-se de referências do passado (histórico ou inventado, a exemplo do que vimos no capítulo anterior), em resposta às demandas do presente. A palavra de ordem aqui não é mais “armazenar”, no sentido da mnemotécnica, mas sim “recordar”; ou seja, selecionar e redimensionar informações do passado – o que implica também esquecer – em razão dos interesses em jogo e da própria ação do tempo, que impede a recuperação fiel do que se passou (ou se acredita ter passado).

Assim, situamo-nos no mundo, dizemos quem somos e fazemos nossas reivindicações. Qualquer eco daquele *sentimento em comum* não é mera coincidência, afinal, a essa altura já sabemos que a memória é, ela própria, uma incursão pelo imaginário. Para o sociólogo Maurice Halbwachs, é graças à memória coletiva que um grupo encontra a sua sintonia, e o exercício de olhar para o passado, mesmo nas circunstâncias mais solitárias, pressuporia necessariamente um embasamento na memória coletiva (HALBWACHS, 1990). É essa pretensa consistência do grupo – alicerçada pelo vínculo entre memória e identidade, segundo o sociólogo Michael Pollak (1992) – que permite um conjunto de pessoas dizer-se uma comunidade local de artesãos, um círculo de sobreviventes dos campos de extermínio, ou mesmo uma nação, em oposição ao que está fora de suas fronteiras. Só não podemos nos esquecer que essas

fronteiras são também negociáveis na convivência desses grupos, de tal modo que se nos identificamos como brasileiros diante de outras identidades nacionais, como é o caso de um austríaco, nada impede que um adote e dê novos contornos aos costumes do outro, com base nas próprias referências.

Por isso, também, não devemos nos enganar diante do que se encontra legitimado por força das representações do passado consolidadas nessas memórias. Pollak (1989, 1992) nos lembra que toda memória, que ele define por enquadrada (por destacar certos aspectos do passado em detrimento de outros, direcionando a construção identitária) também está sujeita a abalos, quando posta à prova pelas memórias de outros grupos ou pessoas inseridas nesse coletivo. Novamente estaríamos às voltas com as disputas de narrativas que ordenam a realidade de formas contraditórias, apontadas por Chartier (1991, 2002).

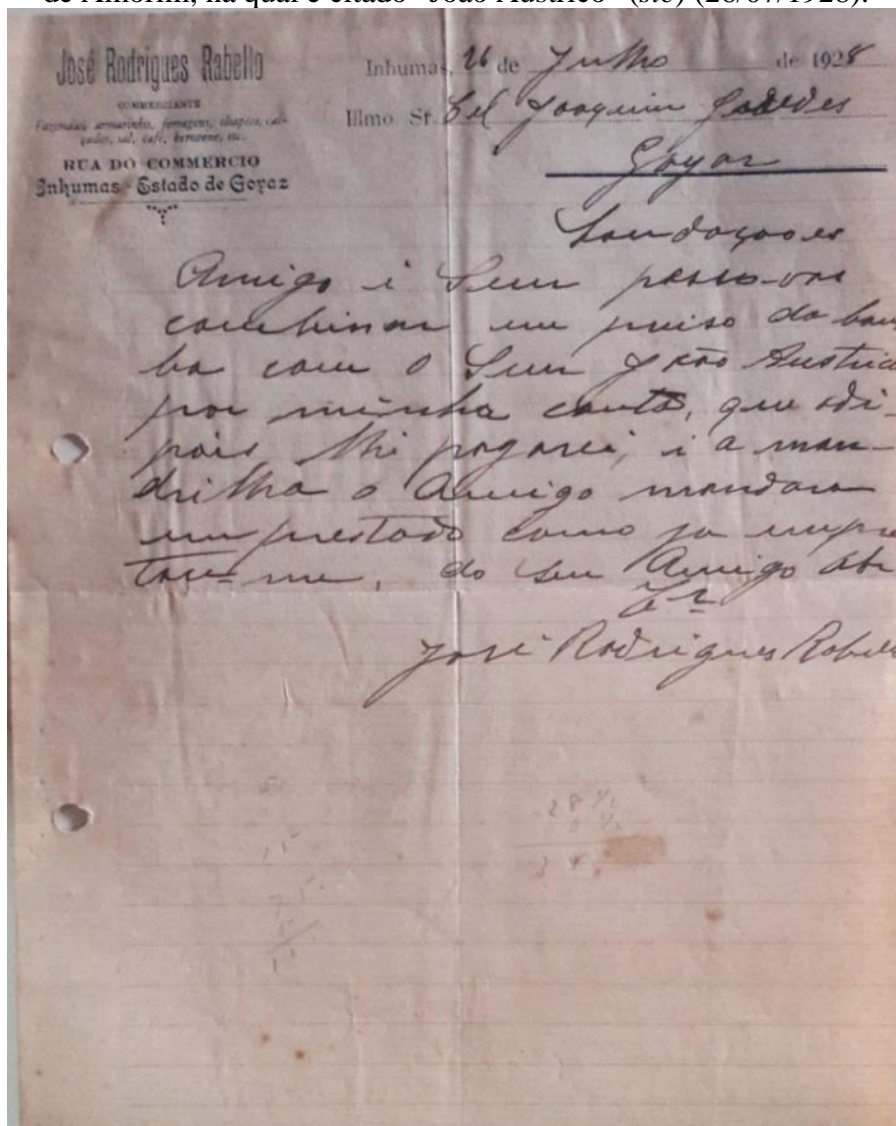
Até mesmo por isso, quando falamos em uma memória elaborada em torno de Jessl a partir dos documentos e de sua lápide, não há pretensões a uma interpretação definitiva da presença do jovem rapaz na Cidade de Goiás; propomos, antes de tudo, um exercício aberto de reflexão, sabendo que novos olhares e perguntas sobre sua presença podem aparecer com o tempo – se for do interesse de outras pessoas – e com a disponibilização de outras fontes, como diários, documentos oficiais da época, ou de relatos de pessoas cujos pais ou avós o conheceram. O que propomos é uma reflexão possível sobre sua construção na memória local, a partir de um olhar crítico sobre as fontes em que ele é citado e que representam um *recorte* dessa memória.

A maior parte desses documentos vem do acervo da Empresa de Força e Luz de Goiás³⁶ (razão social: Guedes, Ratto & Cia), a primeira concessionária de energia elétrica da antiga capital e companhia onde Jessl trabalhou. Esta documentação encontra-se atualmente sob a guarda do Arquivo Frei Simão Dorvi, o arquivo histórico da Cidade de Goiás, e corresponde ao material recebido pela empresa, já que não se

³⁶ O início do fornecimento de energia elétrica à Cidade de Goiás é comumente atribuído ao ano de 1918 (GOMIDE, 1999; SANDES, ARRAIS, 2014). Em consulta nossa ao Correio Oficial de Goyaz, jornal de grande circulação da época, observamos o seguinte: sua edição 170, de 18/05/1918, afirma que no dia 02 daquele mês, a proposta de Joaquim Guedes de Amorim havia sido a vencedora e divulga as cláusulas do contrato a ser assinado; a edição 221, de 24/05/1919, informa que ainda estavam em andamento os serviços para a execução do contrato; a edição 260, de 21/02/1920, pontua que desde o dia 15 daquele mês edifícios públicos e particulares estavam iluminados; e a edição 271, de 13/05/1920, reporta-se à instalação da iluminação pública e particular no dia 18 de abril, justificando a prorrogação do prazo para inauguração oficial da iluminação na capital, diante das dificuldades enfrentadas pela empresa para trazer todos os materiais necessários. Temos assim que a instalação ocorreu oficialmente em abril de 1920. Por quase quatro décadas o fornecimento de energia elétrica à Cidade de Goiás coube à Guedes, Ratto, sendo transferido à Prefeitura Municipal de Goiás por meio do Decreto 41.516, de 17 de maio de 1957.

retinha segunda via de correspondências enviadas. Abrange ofícios sobre assuntos técnicos – como montagens de equipamentos, especificações de peças – e cartas sobre assuntos do cotidiano, que vez ou outra, envolviam também algum assunto profissional, a exemplo das correspondências encaminhadas pelo sócio José Affonso Ratto, que vivia em Uberaba–MG, ao coronel Joaquim Guedes de Amorim, que permanecia na Cidade de Goiás. Nesse acervo, Jessl foi citado pela primeira vez em uma dessas correspondências do cotidiano, em 1928, quando o Sr. José Rodrigues Rabello, comerciante de Inhumas³⁷, solicitou ao amigo Joaquim Guedes que combinasse o preço de uma “bomba” (equipamento) com o “Snr. João Austriaco” (*sic*) (Figura 30).

Figura 30 - Carta de José Rodrigues Rabello a Joaquim Guedes de Amorim, na qual é citado “João Austriaco” (*sic*) (26/07/1928).



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

³⁷ Cidade do interior do Estado de Goiás, distante cerca de 85 km da Cidade de Goiás.

Mesmo que o comerciante recorra ao tratamento de “senhor” para Jessl, a carta mantém um tom informal, e é nítida a despreocupação com o sobrenome do estrangeiro, identificado pela característica que o destacava de boa parte das pessoas de seu convívio: a de ser de outro país. Um estrangeiro como Jessl é assim: pode até ser o João, mas que ninguém se esqueça que ele é o João *austríaco*. Tratá-lo assim não implicava um tom discriminatório. Ser João já demonstrava que, no cotidiano, Jessl, além de acolhido, não se preocupava com rigores nem exigia que se dirigissem a ele somente por seu nome Johann ou pelo apelido Hans.

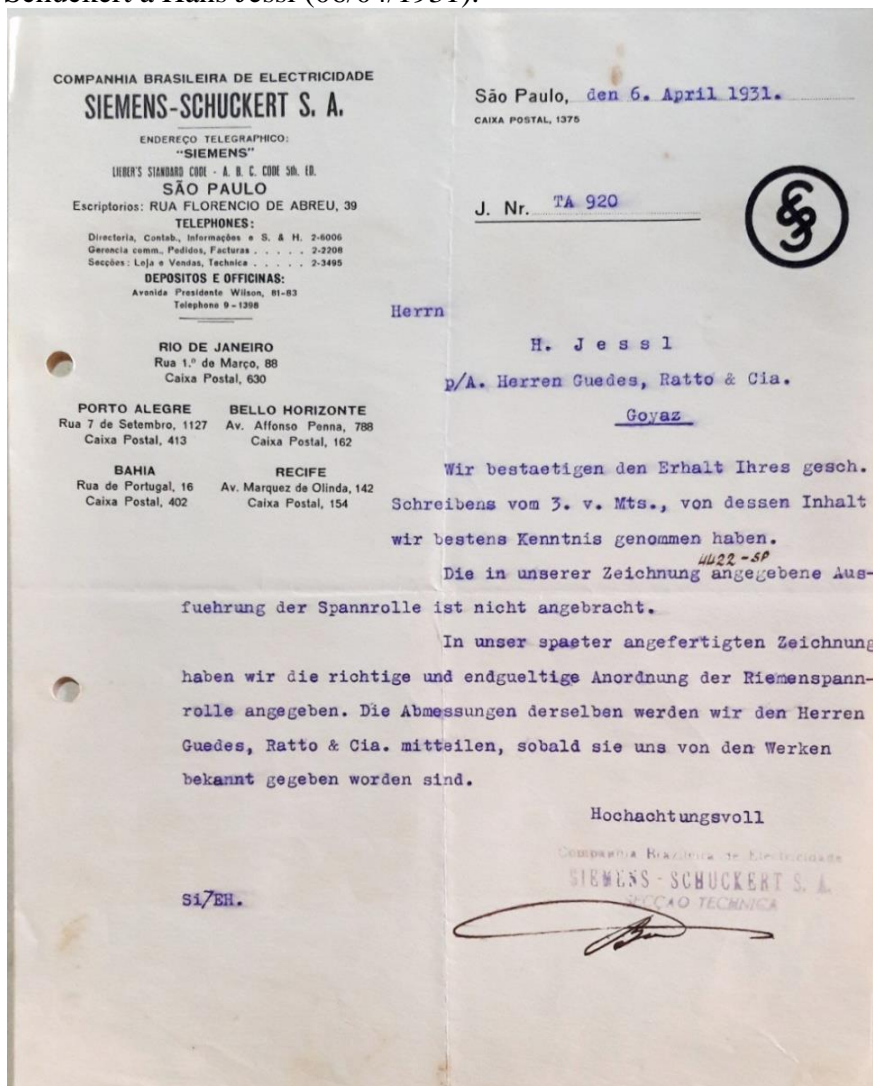
Nas correspondências enviadas pelas companhias que vendiam seus produtos à Empresa de Força e Luz de Goiás, Jessl era citado em tom mais formal, mesmo que houvesse um constante descuido com a grafia de seu sobrenome, aportuguesado para “Jessel”. O interessante dessas correspondências protocolares é a ideia que fornecem da importância de Jessl na empresa, uma vez que ele decidia sobre a aquisição de peças e equipamentos, como indica uma nota de 1929 da Casa Fotoptica (Figura 31), que encaminhava fatura de compra realizada “por ordem do Snr. Hans Jessel”.

Figura 31 - Fac-símile de correspondência da Casa Fotoptica, que repassa fatura de compra realizada por ordem do “Snr. Hans Jessel” (12/04/1929).



Outro indicador da relevância de Jessl na empresa pode ser extraído dos pequenos detalhes. Há um ofício da Siemens-Schuckert³⁸ direcionado ao próprio eletricitista – geralmente reportavam-se à empresa –, em alemão (Figura 32), em resposta a correspondência sua de abril de 1931. No documento, a Siemens-Schuckert alerta sobre erro de informação prestada com relação a um de seus produtos.

Figura 32 - Fac-símile de correspondência em alemão da Siemens-Schuckert a Hans Jessl (06/04/1931). Tradução (do autor):



São Paulo, 6 de abril de 1931

Sr.
H. Jessl
a/c Srs. Guedes,
Ratto & Cia
Goyaz

Nós confirmamos o recebimento de sua correspondência do dia 3 deste mês e damos ciência de seu teor.

A execução do tensor, do modo como foi instruído em nosso esquema, não é apropriada.

No esquema que elaboramos depois, mostramos o arranjo correto e definitivo do tensor de correia. Informaremos sobre as medidas aos srs. Guedes, Ratto & Cia., assim que nos forem divulgadas pelas fábricas.

Atenciosamente,

Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

³⁸ A Siemens-Schuckertwerke GmbH (SSW), ou simplesmente Siemens-Schuckert, foi uma empresa alemã constituída em abril de 1903, a partir da fusão de duas concorrentes da indústria da engenharia elétrica: a Siemens & Halske AG (S&H) e a Elektrizitäts-Aktiengesellschaft vorm. Schuckert & Co. (EAG), segundo o site da Siemens. No Brasil, os trabalhos tiveram início em 1867, ainda como Siemens & Halske, e a chegada da Companhia Brasileira de Electricidade Siemens-Schuckertwerke ocorreu em 1905, conforme trabalho lançado por ocasião da comemoração dos 100 anos da Siemens no país (tendo por referência a instalação da Siemens-Schuckert) (GERODETTI, CORNEJO, 2004). Em análise ao acervo da Guedes, Ratto & Cia., observamos um contato regular com a Siemens-Schuckert de São Paulo.

Antes de qualquer coisa, o ofício permite supor que, se Jessl viveu alguns anos em São Paulo e veio ao Brasil para trabalhar em sua área de formação, ele conheceu o pessoal da Siemens-Schuckert – e, se exerceu seu ofício por lá, a hipótese de sua vinda a Goiás por recomendação também se fortaleceria –, uma vez que a empresa e os produtos comercializados eram de origem alemã. Não é de se estranhar que haja no acervo da Empresa de Força e Luz de Goiás publicações em alemão, como é o caso de um manual da Siemens-Schuckert datado de 1935 (Figuras 33 e 34). Aqui fica claro aquele segundo ponto que reforça a figura estratégica de Jessl na concessionária: mesmo que ele não fosse o único electricista na equipe – havia, por exemplo, o Sr. Oswaldo Duarte (Figura 35), a quem retornaremos mais adiante – vários dos materiais de interesse da empresa vinham da Alemanha, portanto o domínio do idioma era de grande valia. Ali, Jessl era o electricista que falava alemão melhor do que qualquer outro.

Figura 33 - Fac-símile de informativo em alemão sobre disjuntor da Siemens-Schuckert (1935).



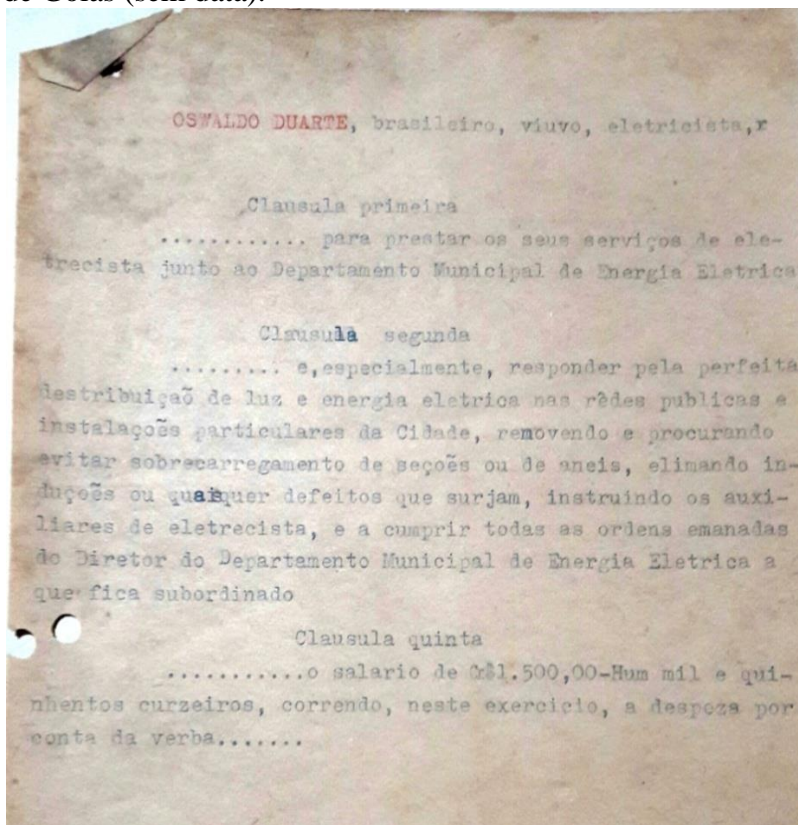
Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

Figura 34 - Fac-símile de informativo em alemão sobre disjuntor da Siemens-Schuckert (1935).



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

Figura 35 - Fac-símile de contrato de Oswaldo Duarte, para prestação de serviços de eletricitista à Empresa de Força e Luz de Goiás (sem data).



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

Transcrição:

Oswaldo Duarte, brasileiro, viúvo, eletricitista

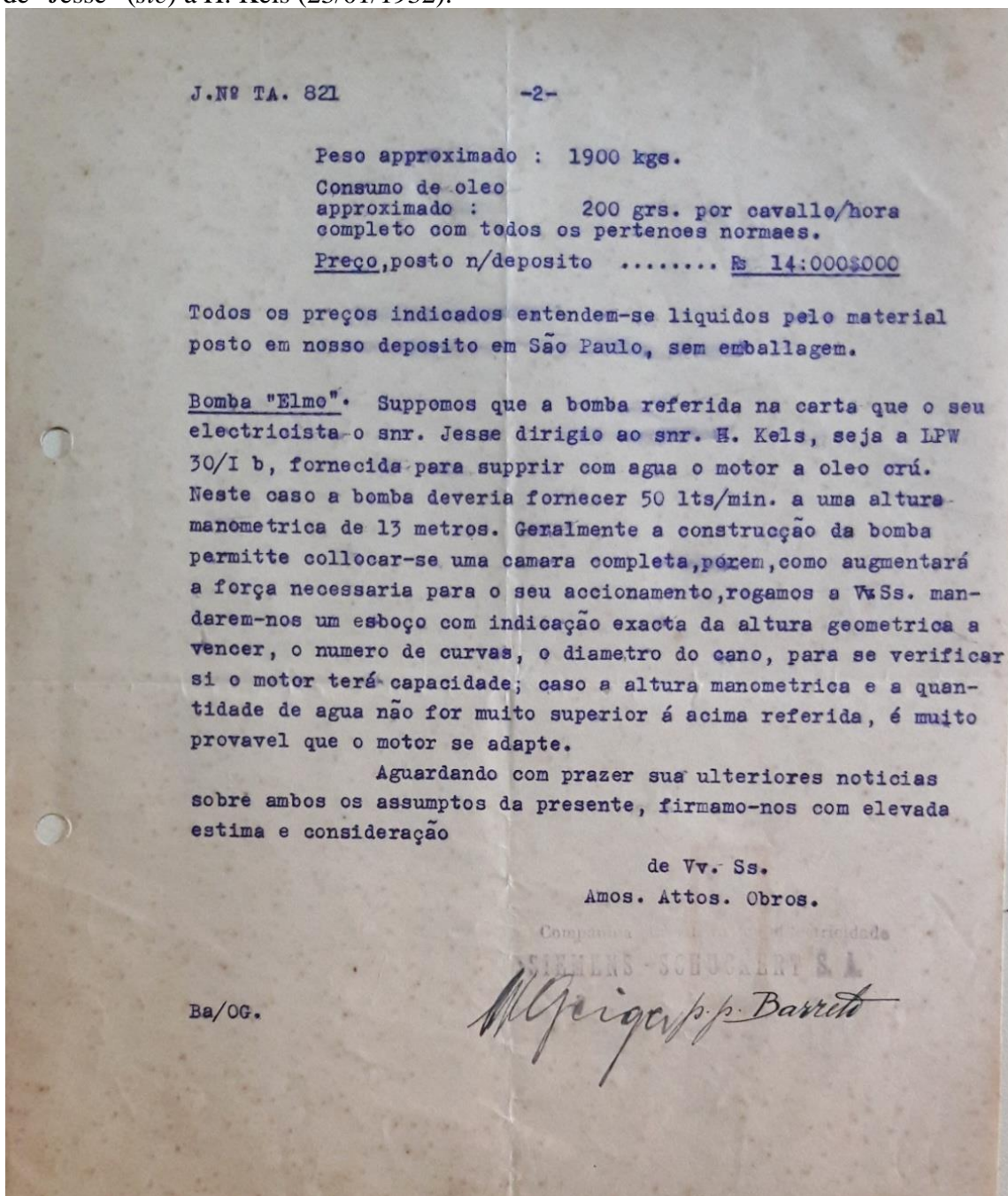
Clausula primeira para prestar os seus serviços de eletricitista junto ao Departamento Municipal de Energia Elétrica

Clausula segunda e, especialmente, responder pela perfeita distribuição de luz e energia elétrica nas redes públicas e evitar sobrecarregamento de seções ou de aneis, eliminando induções ou quaisquer defeitos que surjam, instruindo os auxiliares de eletricitista, e a cumprir todas as ordens emanadas do Diretor do Departamento Municipal de Energia Elétrica a que fica subordinado

Clausula quinta o salario de Cr\$ 1.500,00-Hum mil e quinhentos curzeiros, correndo, neste exercicio, a despesa por conta da verba

Quando o próprio Jessl escrevia à Siemens-Schuckert, é provável que tratasse diretamente com os funcionários que, como ele, tinham o alemão por língua materna – é o que sugere um ofício de 1932 (Figura 36), o qual, em resposta, ressalta: “supomos que a bomba referida na carta que o seu electricista o snr. Jesse dirigio ao snr. H. Kels, seja a LPW 30/I b, fornecida para supprir com agua o motor a oleo crú”. O sobrenome Kels leva a crer que se referisse a um alemão, austríaco ou suíço. Ainda que seja um detalhe aparentemente de menor relevância, a comunicação assim realizada favorecia a troca de informações mais técnicas entre a companhia em São Paulo, com seus profissionais atualizados pelos catálogos alemães, e a empresa na Cidade de Goiás.

Figura 36 - Fac-símile de correspondência da Siemens-Schuckert, em que é citada carta de “Jesse” (*sic*) a H. Kels (23/01/1932).



Fonte: Acervo Frei Simão Dorvi, 2018.

A hipótese de que Jessl conheceu o pessoal da Siemens-Schuckert se confirma em correspondência enviada pela companhia em janeiro de 1933 (Figura 37), quando relatam à Empresa de Força e Luz de Goiás: “Accusamos em nossas mãos seu muito estimado favor datado de 13 do fluente, entregue pelo Snr. João Jessel”, seguindo-se então especificações relativas aos preços de duas peças: um motor “escolhido pelo Snr. Jessel” e um ventilador. Outra correspondência que cita a ida de Jessl a São Paulo no

início daquele ano e substancia a confiança em seu trabalho é a da empresa Pires, Fontoura & Cia. (Figura 38), que encaminhava fatura “relativamente aos artigos pedidos em o vosso estimado favor de 13 de Janeiro ult. que foi portador o Snr. João Jessel”.

Figura 37 - Fac-símile de correspondência da Siemens-Schuckert que menciona entrega de carta e escolha de motor por “João Jessel” (24/01/1933).

Recp 23/2/32

COMPANHIA BRASILEIRA DE ELECTRICIDADE
SIEMENS-SCHUCKERT S. A.

ENDEREÇO TELEGRAPHICO:
"SIEMENS"
LHM'S STANDARD CODE - A. B. C. CODE 50. 10
SÃO PAULO
Escritórios: RUA FLORENCIO DE ABREU, 39
TELEPHONES:
Directoria, Contab., Informaçoes a S. & H. 2-8006
Gerencia comm. Pedidos, Facturas 2-2208
Secções: Loja e Vendas, Technica 2-3498

DEPOSITOS E OFFICINAS:
Avenida Presidente Wilson, 81-83
Telephone 9-1398

RIO DE JANEIRO
Rua 1.ª de Março, 88
Caixa Postal, 630


PORTO ALEGRE
Rua 7 de Setembro, 1127
Caixa Postal, 413

BAHIA
Rua de Portugal, 16
Caixa Postal, 402

RECIFE
Av. Marquez de Olinda, 142
Caixa Postal, 154

São Paulo, 24 de Janeiro de 1933
CAIXA POSTAL. 1378

J. Nr. KA. 2.287



Illmos. Snrs.
Guedes Ratto & Cia.
G O Y A Z
=====
Est. de Goyaz

Amigos e Senhores

Accusamos em nossas mãos seu muito estimado favor datado de 13 do fluente, entregue pelo Snr. João Jessel e devidamente inteirados de seus desejos, em data de hontem, telegraphamos-lhes nos seguintes termos:

"Motor chave um conto cento cincoenta milreais ventilador duzentos milreais desconto trintacinco".

Confirmando pois esse nosso despacho, informamos-lhes que o motor de 1,5 cavallos, de 960/1140 rotações, com chave estrella triangulo, escolhido pelo Snr. Jessel, custa actualmente R\$ 1:150\$000 e o ventilador de 350 m/m de diametro, R\$ 200\$000 com o desconto habitual de 35% (Trinta e cinco por cento).

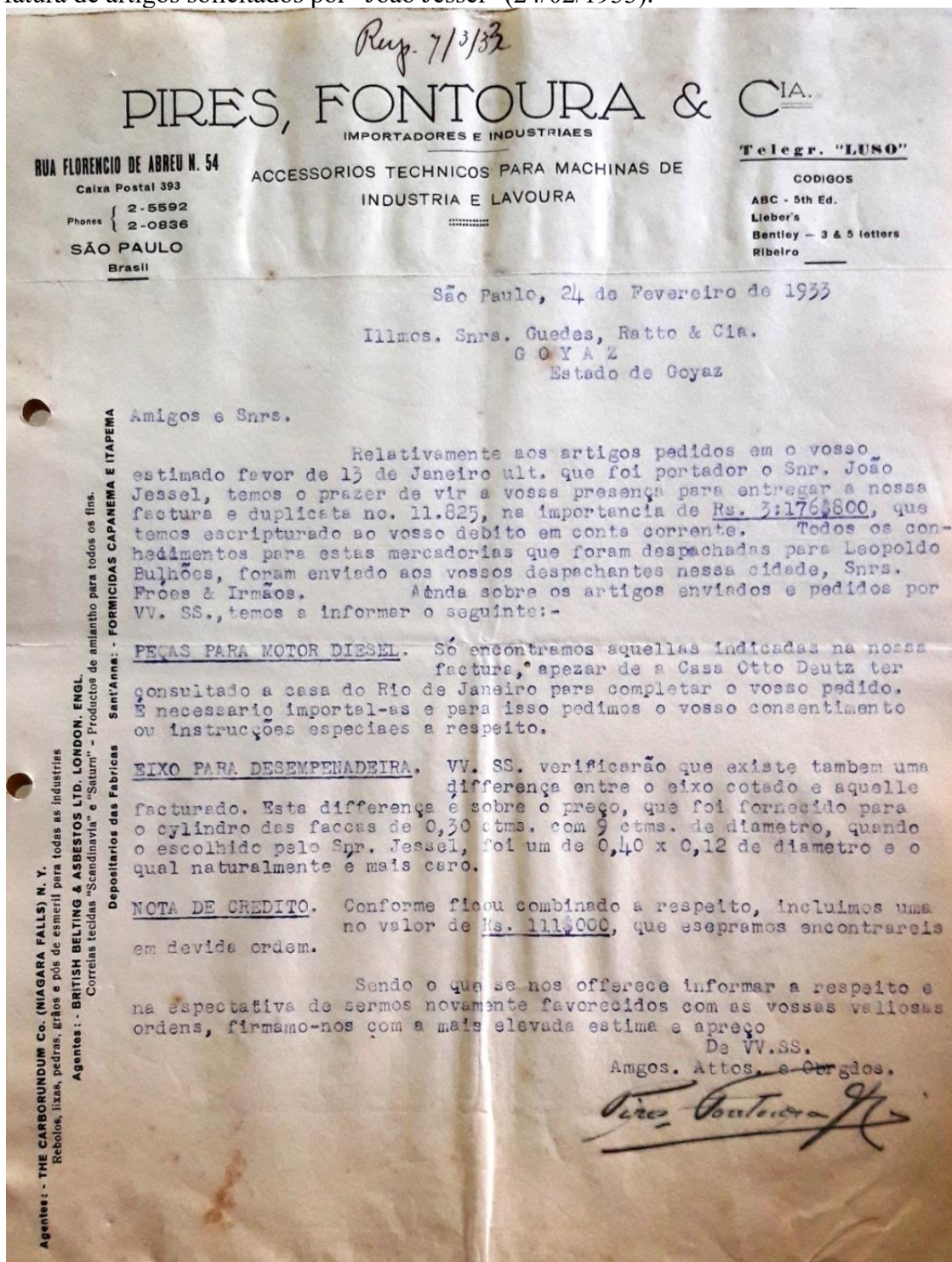
Outrosim, apraz-nos ainda informar-lhes que immediatamente providenciamos ao despacho dos 30 carvões para dynamo desejados pelos presados amigos.

Sem outro particular para a presente, continuamos ao seu inteiro dispor e com a mais distincta estima e elevado apreço, subscrevemos,

de VV. SS.
Amigos, Attos. Cbgdos.
Compagnia Brasileira de Electricidade
SIEMENS-SCHUCKERT S. A.
W. Geiger / P. P. B. B.

Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

Figura 38 - Fac-símile de correspondência da Pires, Fontoura & Cia., que encaminha fatura de artigos solicitados por "João Jessel" (24/02/1933).

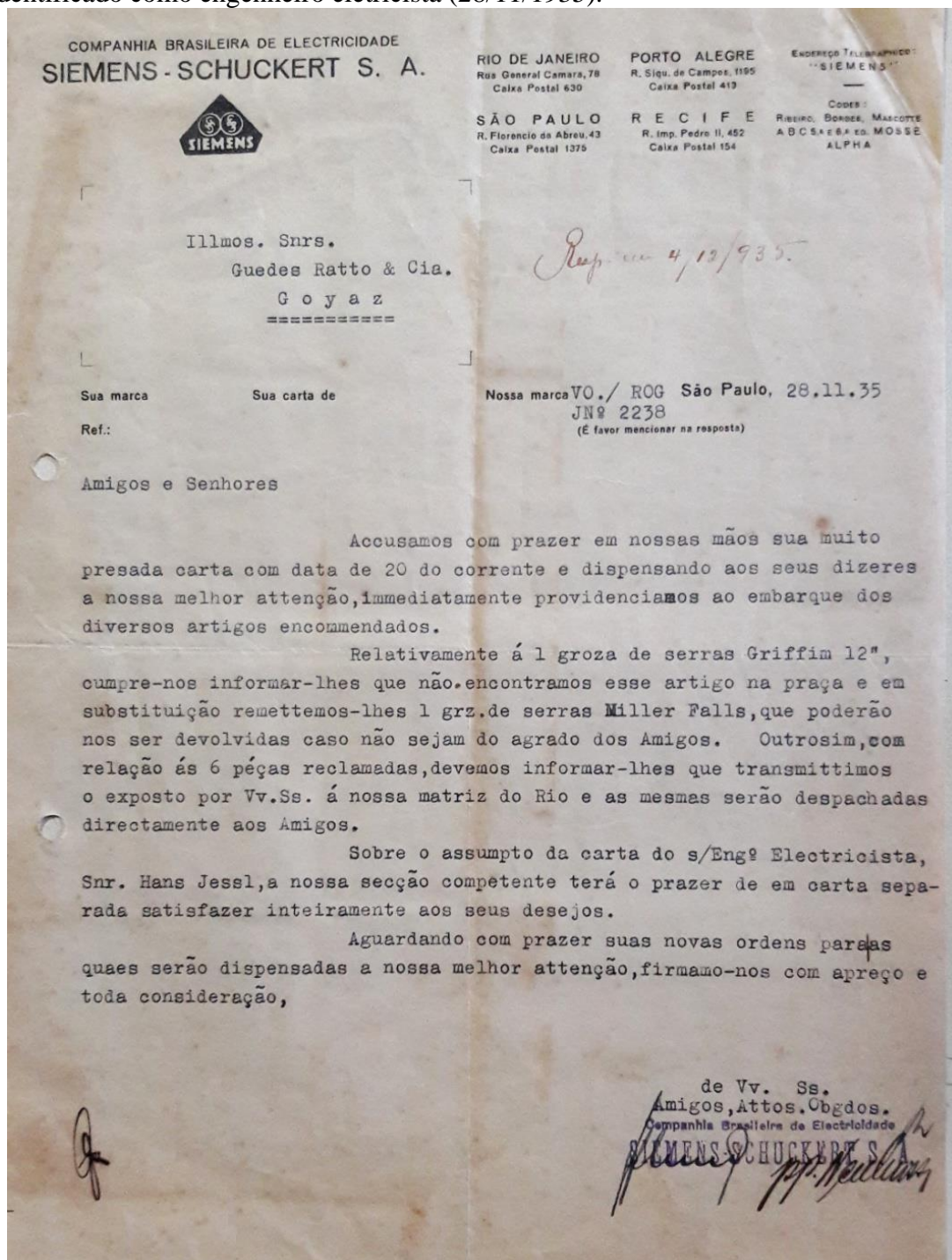


Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

Assim, de um lado, Jessel era falante nativo do alemão, facilitando a troca de ideias com profissionais de sua área; de outro, possuía o conhecimento necessário para atuar junto àqueles que tinham por objetivo levar energia elétrica à Cidade de Goiás. Ele

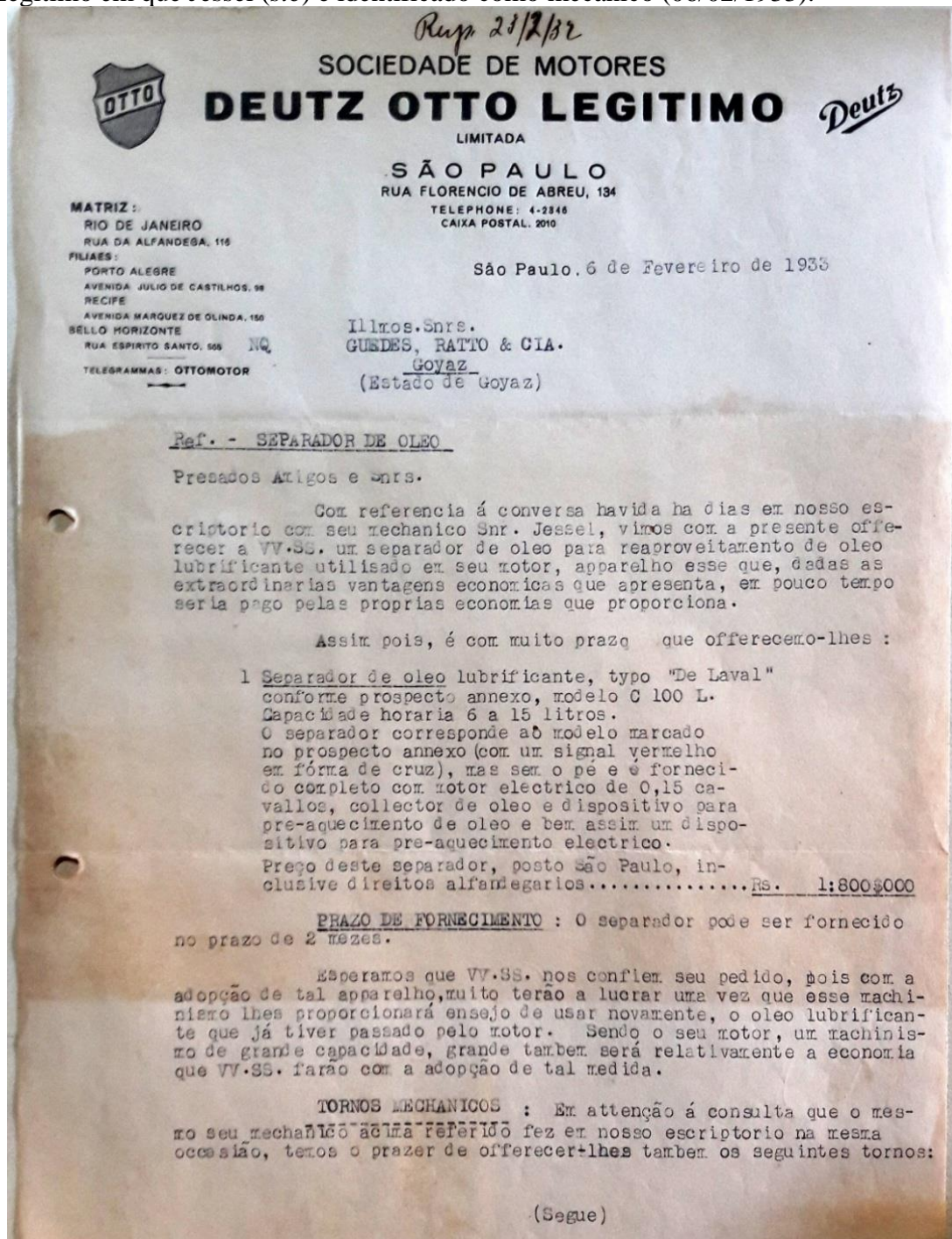
era uma peça-chave na empresa, independentemente de ser o “engenheiro electricista” (Figura 39), ou o “mecânico” (Figura 40); independentemente de ser o Sr. Jessl no meio profissional, ou apenas o João austríaco e “o Jessel” no cotidiano daqueles mais próximos à Cidade de Goiás.

Figura 39 - Fac-símile de correspondência da Siemens-Schuckert em que Hans Jessl é identificado como engenheiro electricista (28/11/1935).



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

Figura 40 - Fac-símile de correspondência da Sociedade de Motores Deutz Otto Legítimo em que Jessel (*sic*) é identificado como mecânico (06/02/1933).



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2018.

O tratamento amigável, inclusive, foi-lhe dispensado por Belarmino Cruvinel, em correspondência endereçada ao companheiro Joaquim Guedes (Figura 41). Na carta, Jessl aparece em outra cidade brasileira que conheceu, além de São Paulo e da antiga capital do Estado de Goiás. Em seu último ano de vida, o jovem austríaco esteve em Goiânia, a capital que nascia, e de onde Belarmino redigiu:

Outro assumpto: chegou hoje o gerador faltando 8 parafusos $\frac{3}{4}$, para chumbar, de 60 cm de comprimento, com as respectivas porcas e arruelas. Faltou mais os calços dos trilhos, conforme amostra e os 4 parafusos. O Jessel disse-me para escrever pedindo com urgência, possivelmente ficaram esquecidos. Peço ao Snr. o favor de mandar com urgência porque a demora retardaria muito o serviço.

Figura 41 - Fac-símile de correspondência de Belarmino Cruvinel a Joaquim Guedes, transmitindo ordem do electricista, "o Jessel" (sic) (15/05/1936).

Goianias, 15 de Maio de 1936

Prezado amigo Cel Guedes

Dezêpo-lhe tão tarde e o completo restabelecimento de uma Exma senhora. Recebi um cartinha recomendo-me os nos do Correio Official que me encomen- dou. Sobre esta ultima comunico-la que no dia seguinte ao da minha chegada e fui para a "Imprensa" e procurei, fui porém, informado que a edição estava esgotada, fui imediatamente ao officio e me entendi com o Sr. Jore Leite, que me disse o mesmo, me prometeu me verificar no archivo para ver se poderia encontrar os nos pedidos. Deixei com elle a nota e disse que fizesse o favor de favor de procurar com attenção e que era uma encomenda do Sr. Depois deste dia, como passo o dia todo em Campina nos só vindo a noite, não me encontrei com Jore Leite, não sabendo se encontrou ou não, irei procurar.

Outro assumpto: - chegou hoje o gerador faltando 8 parafusos $\frac{3}{4}$, para chumbar, de 60 cm de comprimento, com as respecti- vas porcas e arruelas. Faltou mais os cal- ços dos trilhos, conforme amostra e os 4 parafusos. O Jessel disse-me para escrever pedindo com urgencia, possivelmente ficaram esquecidos. Peço ao Sr. o favor de mandar com ur- gencia porque a demora retardaria muito o serviço. O meu serviço não está muito

Em torno desse mesmo período, Jessl havia sido apontado para desempenhar outro cargo de importância na companhia. As informações vêm de uma edição de 1935 do Diário Oficial da União, que reproduzia parecer do Conselho Nacional do Trabalho, onde tramitava processo sobre a constituição da junta administrativa da Caixa de Aposentadorias e Pensões³⁹ da Empresa de Força e Luz, para os anos de 1935 a 1937 (Figura 42). Jessl foi um dos membros efetivos designados pela companhia para compor essa junta administrativa, o que fortalece a confiança nele depositada. A homologação do pedido ocorreu em novembro de 1936, após a resolução de algumas diligências processuais, e em janeiro seguinte nova nota foi publicada no jornal (Figura 43).

Figura 42 - Fac-símile da nota no Diário Oficial da União (16/09/1935).

Processo n. 11.619. de 1934 — Vistos e relatados os autos do presente processo, referente à constituição da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Empresa de Força e Luz da Capital de Goyaz, no período de 1935 a 1937:

Considerando que em cumprimento à decisão constante do accordão de fls. 7, proferido em sessão plena de 27 de dezembro de 1934, remetteu a caixa em apreço cópias, devidamente autenticadas, das actas de eleição do presidente e de posse da respectiva junta administrativa.

Considerando que, tendo sido eleito para occupar aquelle cargo o membro effectivo eleito, Frederico Hanbenreisser, foi convocado para a resultante vaga o membro suplente Antonio Regis, ficando, dessa forma, a supplencia dos eleitos sem nenhum representante, de vez que o outro suplente, João Santos Moraes, não faz mais parte da Caixa, conforme telegramma de fls. 16;

Considerando que, assim, a constituição da referida junta é a seguinte:

Presidente — Frederico Hanbenreisser.

Membros effectivos eleitos — Oswaldo Duarte e Antonio Regis.

Membros effectivos designados — João Jessel e Flavio de Oliveira.

Membros supplentes designados — José de Bastos e Virgilio Domingos de Gusmão Fleury.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, approvar a composição da referida Junta Administrativa, para o período de 1935 a 1937, devendo a Caixa proceder immediatamente a nova eleição para o preenchimento dos cargos de membros supplentes eleitos.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1935 — Francisco Barbosa de Rezende, presidente. — Mendes Cavalleiro, relator.

Fui presente. — Geraldo A. Faria Baptista, procurador geral, em exercicio.

Fonte: Adaptado do site Jusbrasil. Acesso em: 31/07/2017.

³⁹ Segundo Goes (2019), o Decreto 4.682, de 24 de janeiro de 1923 (popularmente, Lei Eloy Chaves) é considerado o início da Previdência Social no Brasil. O escopo abrangia apenas empresas ferroviárias, mas depois se estendeu a outros trabalhadores como os das empresas de força e luz sob responsabilidade do Estado, graças a normativos como o Decreto 19.497, de 17 de dezembro de 1930. Entre as revisões subsequentes, interessa-nos o Decreto 20.465, de 1º de outubro de 1931, que dispõe: “Art. 46. Cada Caixa de Aposentadoria e Pensões será dirigida por uma junta administrativa, composta de quatro a seis membros, conforme for conveniente e como os respectivos regulamentos determinarem, sendo metade designados pela empresa e metade eleitos pelos associados e o presidente eleito por maioria de votos da junta administrativa, cabendo a escolha, em caso de empate, ao conselho nacional do trabalho” (BRASIL, 1931, grifo nosso). Jessl foi, portanto, eleito por colegas de trabalho nos termos desse artigo.

Figura 43 - Fac-símile de nota no Diário Oficial da União (11/01/1937).

Processo n. 11.649-34. — Vistos e relatados os autos do presente processo, referente á constituição da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Empresa Força e Luz da Capital de Goyaz, para o período de 1935 a 1937:

Considerando que, em cumprimento á decisão constante do accordão de folhas 43-44, proferida em sessão plena de 23 de julho do corrente anno, remetteu a Caixa em apreço copia, devidamente authenticada, da acta da sessão em que o membro supplente Virgílio Domingos de Gusmão Fleury assumiu o mandato de effectivo;

Considerando, pois, que a citada Junta Administrativa ficou assim constituída:

Presidente: Frederico Naubenreisser;
Membros effectivos eleitos: Oswaldo Duarte e Joaquim Guedes de Amorim;

Membros supplentes eleitos: Helio de Amorim e Sebastião Xavier de Bastos;

Membros effectivos designados: João Jessel e Virgílio Domingos de Gusmão Fleury.

Membro supplente designado: José de Bastos;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, homologar a composição definitiva da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Empresa Força e Luz da Capital de Goyaz, para o período de 1935 a 1937, archivando-se o presente processo.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1936. — Francisco Barbosa de Rezende, presidente. — Luiz de Paula Lopes, relator.

Fui presente: J. Leonel de Rezende Alvim, procurador geral.

Fonte: Adaptado do site Jusbrasil. Acesso em: 31/07/2017.

Ocorre que na época da homologação, Jessel já havia se retirado da Guedes, Ratto & Cia. O livro de registro das horas de trabalho dos empregados da companhia indica sua saída em 30 de junho de 1936 (Figura 44) e, embora o motivo não seja esclarecido, uma hipótese que podemos levantar é a de que se tratasse de algum problema de saúde. Poucos meses depois, na data bastante emblemática de 28 de dezembro de 1936 – exatos 11 anos após seu desembarque em Santos – o jovem rapaz sofreu um ataque cardíaco, segundo consta do registro de óbito (Figura 45), e faleceu aos 33 anos, na Cidade de Goiás. Três pontos merecem destaque nesse documento que assim diz:

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de mil novecentos e trinta e seis, nesta capital de Goiaz, em meu cartório distrital compareceu o senhor Oswaldo Duarte e exibiu atestado passado pelo senhor doutor Brasil Ramos Caiado, clínico, de haver falecido hoje, às dezesseis horas, de colapso cardíaco João Jessel, branco, de trinta e dois anos de idade, viúvo, electricista, natural da Alemanha. Não era eleitor. Esse cadáver vai ser sepultado no cemitério municipal. E para constar lavrei este termo que lido e achado conforme vai assinado pelo apresentante. Eu, Maria Lobo Camargo, escrevente em exercício o escrevi e assino.

Figura 45 – Registro do óbito de João Jessl (28/12/1936).

56 Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de mil novecentos e trinta e seis, nesta Capital de Goiás, em meu cadáver distrital compareceu o senhor Osvaldo Duarte e pediu atestado passado pelo senhor doutor Brasil Ramos Pinheiro, médico, de haver falecido hoje, às sessenta e duas horas, de colapso cardíaco João Jessl, branco, de trinta e dois anos de idade, agricultor, natural da Alemanha. Não era deitor. Esse cadáver vai ser sepultado no cemitério municipal. E para constar lavrei este termo que lido e lido conforme vai assinado pelo representante. Eu, Maria Luiza Pamaral, escrevente em exercício o escrevi e assino

Maria Luiza Pamaral

Cartório de Reg. de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas da Cidade de Goiás
Rua Joaquim Guedes Amorim, nº 08 - Centro (62)3371-1451

AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL QUE ME FOI APRESENTADO
E DOU FE em Test. de verdade
Juro Digital: 06821/01131036034881178
Consulta: www.extrajudicial.tfgoias.br/autos
Goiás, GO - 28 de julho de 2017

Reatly P... e Silva Cunha e Cruz
Sub-Oficial

Fonte: Cartório de Registro de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas da Cidade de Goiás, 2017.

Há naturalmente um equívoco na idade informada de Jessl, visto que, tendo nascido em agosto de 1903, não faleceu aos 32 anos. O primeiro detalhe que chama atenção neste documento, entretanto, é que quem levou a notícia de seu óbito foi o colega de trabalho Osvaldo Duarte, eletricista que também fazia parte da junta administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da empresa. Esse ponto não só fortalece a ideia de que Jessl era querido aos amigos da companhia, como sugere que ele

não chegou a constituir nova família na Cidade de Goiás, tampouco fora acompanhado por familiares até lá.

A constatação não é uma surpresa no que diz respeito à sua família nuclear, pois, após a morte de seu pai Johann, em 1917, e do irmão Anton, em 1923, Anna, a irmã caçula de Jessl, faleceu em 1926 (cerca de dois meses após ele deixar a Europa) em um caso que espelhou o de Anton: aos 19 anos, a garota não resistiu à tuberculose. Na época, ela vivia com a mãe na pequena Frohnleiten, também no distrito de Graz⁴⁰. Não localizamos evidências, até o momento, que permitam afirmar se Jessl chegou a viver com elas nesse município ou não, mas soa pouco provável que ele optasse por continuar a vida no interior de um país que ainda se recuperava da crise econômica no entreguerras, quando já devia possuir alguma formação que lhe permitisse correr atrás de melhores oportunidades. A mãe, Anna, veio a óbito em 1929 após um coma diabético⁴¹. Portanto, a família nuclear de Jessl não o acompanhou até o Brasil. É curiosa, no entanto, a sua descrição como “viúvo”, pois até o momento não encontramos qualquer informação sobre o rapaz ter se casado em São Paulo, Goiás, ou na Áustria. Vale lembrar que a lista de passageiros do navio que o trouxe ao Brasil, mesmo sujeita a erros, descreve-o como “solteiro”.

O mais interessante no registro de seu óbito, a nosso ver, é a descrição de Jessl como “natural da Alemanha”. Poderia muito bem se tratar de um equívoco da parte de quem emitiu o atestado apresentado por Oswaldo Duarte – seguindo um raciocínio de que, se ele falava alemão, logo era da Alemanha – ou mesmo por confundi-lo com um dos colonos alemães que viviam nas proximidades da Cidade de Goiás, como veremos adiante. Por outro lado, se essa identificação fosse reproduzida em vida pelo próprio Jessl – não a de ser “natural da Alemanha”, mas de ser “alemão” – é porque carregava

⁴⁰ O registro do falecimento de Anna Jessl (filha) encontra-se em dois livros de óbito: o de Frohnleiten (*Sterbebuch VI – 1917-1960*) sob o número 7 na página 100; e o de Feldkirchen (*Sterbebuch 5 1903-1938/Sterb-Register*) em registro não numerado e com observação de traslado do corpo, na página 391. A informação de que a filha vivia com a mãe em Frohnleiten pode ser deduzida a partir de um simples cruzamento de informações: o número da casa anotado nos respectivos registros de óbito é o mesmo. O livro de óbitos em Frohnleiten está disponível em: <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/frohnleiten/12229/?pg=52>>. Acesso em: 21/03/2019. O livro de Feldkirchen está disponível em: <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5881/?pg=200>>. Acesso em: 17/03/2019.

⁴¹ O registro do falecimento de Anna Jessl (mãe) encontra-se em dois livros de óbito: o da *Erlöserkirche* em Graz (*Sterbe-Register XVII 1927-1930*) sob o número 1149 na página 655; e o de Feldkirchen (*Sterbebuch 5 1903-1938/Sterb-Register*) em registro não numerado e com observação de traslado do corpo, na página 432. O livro da *Erlöserkirche* em Graz está disponível em <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/graz-hl-erloeser/308/?pg=328>>. Acesso em: 21/03/2019. Já o livro de Feldkirchen pode ser visualizado em: <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5881/?pg=220>>. Acesso em 17/03/2019.

consigo aquele senso de pertencimento a um povo que existia para além dos acontecimentos historicamente compartilhados entre alemães e austríacos, como vimos no capítulo anterior. Era o “alemão” que extrapolava uma identidade nacional e se perdia pelos labirintos de um passado nebuloso; era o imaginário trazido na bagagem do jovem rapaz.

A possibilidade de um austríaco se dizer “alemão” tornou-se maior, também, com a chegada do NSDAP ao poder na Alemanha, em 1933 (poucos anos antes da morte de JESSL), quando o discurso pangermanista reverberou com mais força, e o partido nazista austríaco, com o qual o jovem provavelmente teve contato nos seus tempos de estudante, passou a ser visto como a principal voz pela anexação (*Anschluss*) da Áustria à Alemanha (PAULEY, 1981). Mais do que uma resposta rápida aos problemas socioeconômicos da primeira frente ao desenvolvimento da segunda, o *Anschluss* carregava um grande peso simbólico, porque representava o início da “reunião” do povo alemão e o anúncio de tempos mais prósperos à luz da suástica.

Se abrirmos aqui um rápido parêntese para uma visão geral sobre o partido nazista austríaco, entenderemos por que a opção por ele na segunda metade da década de 1930 decorreu muito mais do êxito do NSDAP na Alemanha do que de uma aprovação maciça dos austríacos. Bruce Pauley, historiador que se dedicou à pesquisa do nazismo austríaco, situou em 1881, ainda no Império Austro-Húngaro, a criação do Partido do Povo Alemão (*Deutsche Volkspartei*) por Georg von Schönerer, apelidado pelo autor “o ‘pai’ ou pelo menos o ‘avô’ do Nacional Socialismo” (PAULEY, 1981, p. 18). Defensor ferrenho dos ideais pangermanistas e detratador de judeus, Schönerer propunha a violência para atingir seus objetivos; atitude que repercutiu entre alguns estudantes austríacos incomodados em dividir o meio acadêmico com outras nacionalidades e com os judeus acusados de lhes tomar posições de prestígio. Schönerer não conseguiu apoio significativo para levar suas propostas adiante, mas o posicionamento radical e o desejo de “salvar” os austríacos (vale reforçar, os de etnia alemã) não passaram despercebidos.

Foi em uma região da Boêmia marcada por conflitos por emprego entre austríacos e tchecos, segundo Pauley (1981), que nasceu o Partido Alemão dos Trabalhadores (*Deutsche Arbeiterpartei – DAP*) em novembro de 1903; fruto, até certo ponto, da rearticulação de grupos pangermanistas após a fragmentação do partido de Schönerer. Mantendo o característico tom racista, defendiam, entre as principais propostas de seus programas de 1904 e 1913, a criação de um espaço que favorecesse os

trabalhadores da etnia alemã; vistos como prejudicados por grupos “de menor valor”. Além disso, o programa de 1913 do DAP sinalizou mais claramente sua aversão aos judeus, embora a postura não fosse novidade do partido (PAULEY, 1992).

Mesmo alterando seu nome para *Deutsche Nationalsozialistische Arbeiterpartei* (DNSAP), ou simplesmente partido nazista austríaco, em maio de 1918, o grupo seguiu com tímida repercussão até a década de 1930; prejudicado pelos incontáveis conflitos entre suas lideranças. O acontecimento mais emblemático nesse sentido foi uma ruptura interna em 1926, quando uma ala de partidários mais jovens e ansiosos por mudanças em curto prazo reconheceu em Hitler, na Alemanha, seu único líder. Ao fundarem o movimento hitlerista (*Hitlerbewegung* – HB) do partido nazista austríaco (NSDAP-HB), cindiram o grupo em duas frentes e, com isso, o DNSAP da antiga geração perdeu cada vez mais espaço (PAULEY, 1981).

O que mais nos interessa desse cenário é que Pauley (1981) é incisivo ao apontar a repercussão das ideias do partido nazista austríaco entre estudantes universitários e secundaristas, além de professores, tanto em Viena quanto em Graz; fenômeno que teve início com Schönerer e se acentuou no decorrer dos anos. Se recordarmos que o registro do óbito de Anton o descreve como estudante de um internato em Viena, e que Feldkirchen é próxima a Graz, temos fortes indícios de que Johann e Anton tiveram contato com essas ideias, ainda bem novos.

E se não é nosso intuito aqui enveredar por reinterpretações do pangermanismo por diferentes grupos austríacos, ressaltamos que é nessa associação entre austríacos e alemães pela categoria construída de um “povo alemão” que devemos arriscar o entendimento da repercussão desse discurso na porção austríaca do império onde Jessl cresceu. Bertonha (2015) nos lembra, afinal, que a Áustria-Hungria contava com mais de cinquenta milhões de habitantes em conflito, entre austríacos, húngaros, tchecos, eslovacos, poloneses, croatas, sérvios, eslovenos, bósnios, italianos, romenos e rutenos. Com isso, podemos imaginar a atração exercida por um discurso que afirmava que só por meio de sua união e pela conquista de seu espaço, os “alemães” garantiriam sua integridade e prosperidade. Era aquela solução mágica que ganhava força com a suástica nazista na década de 1930, servindo de fachada a um projeto político colonizador; a miragem de um futuro que se aproximava e que traria de volta as glórias de um passado igualmente duvidoso. Assim, no ano em que Jessl faleceu na Cidade de Goiás, dizer-se “alemão” era um motivo de orgulho.

Se o austríaco acabou “alemão” em seu óbito por descuido durante os procedimentos burocráticos, ou porque ele se identificava assim na Cidade de Goiás, restam as reticências das fontes. É bastante sugestivo, de todo modo, que sua lápide porte uma suástica, além dos dizeres “Aqui descança nosso João Jessl” (Figura 46). Não há contrassenso. O que se estabelece é uma encantadora tensão entre o carinho dos amigos da Cidade de Goiás – traduzido por palavras de afeto que se alinham ao que podemos depreender dos documentos da Empresa de Força e Luz – e o símbolo que distingue Jessl em definitivo de seus contemporâneos vilaboenses, nessa dança de fronteiras própria de sua condição de estrangeiro. Símbolo que sintetiza o estrangeiro que *essas pessoas* conheceram: o austríaco, o “alemão” e, quem sabe, o partidário orgulhoso. Esta é a memória maior, “oficial”, que se buscou deixar aos visitantes do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Ao menos, até que alguém conte uma nova história...

Figura 46 - Lápide de João Jessl no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás (1936).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

2.2. Jessl e os alemães na Cidade de Goiás e na Colônia de Uv: reflexões possíveis

Caminhando pelas tardes quentes da Cidade de Goiás, longe de seu país, Jessl não esteve completamente “sozinho”. Encontrou outros imigrantes, para conversar em bom alemão, mesmo não tendo existido uma tentativa oficial de colonização austríaca no Estado de Goiás. Se alguns de seus conterrâneos vieram para essa região na mesma época que ele, foram casos isolados, pois desde os tempos do Império Austro-Húngaro, a imigração austríaca para o Brasil – lembrando que aqui nos referimos aos austríacos de etnia alemã – concentrou-se na região sul do país e em fazendas do interior de São Paulo.

Ao longo desse processo, foram formadas pequenas comunidades, a exemplo de Ijuí, no interior do Rio Grande do Sul, e algumas colônias. Dessas últimas, nem todas foram bem sucedidas – caso da Colônia Áustria, instalada nas proximidades de Itararé (SP) em 1921 – levando à dispersão dos imigrantes; outras, porém, persistiram apesar das dificuldades, como ocorreu com a Colônia Tirol (*Dorf Tirol*) fundada no interior do Espírito Santo ainda na segunda metade do século XIX⁴² (DREIER, 1996; PRUTSCH, 2011). Muitos imigrantes austríacos recorreram também a colônias alemãs já estabelecidas nas regiões sul e sudeste do país, pela proximidade cultural e linguística. Desse modo, falar em colônias com forte presença austríaca nessas regiões não quer dizer necessariamente que tivessem sido iniciativa desses imigrantes.

O caso mais emblemático de colonização austríaca no Brasil – aqui, sim, partindo de uma iniciativa da República da Áustria – foi provavelmente o de Treze Tílias (*Dreizehnlinden*), fundada no oeste catarinense, em 1933. A concepção desse empreendimento partiu do ex-ministro da Agricultura Andreas Thaler e teve apoio do governo austríaco, em vista da presença marcante de colônias de língua alemã na região sul do Brasil. Embora as primeiras décadas de existência de Treze Tílias tenham sido bastante conturbadas, sofrendo desde dificuldades financeiras e de adaptação dos colonos até críticas dos detratores de Thaler, Prutsch (2011) aponta que a colônia – mais tarde, um município – conseguiu se reafirmar como destino turístico e passou a ser subvencionada pelo Tirol austríaco. O caso de Treze Tílias  tão significativo atualmente que, em consulta nossa ao site da Embaixada da Áustria em Brasília,

⁴² Vale esclarecer que embora muitos dos camponeses que emigraram do Tirol falassem alemão, o italiano também era língua comum nessa província do Império Austro-Húngaro. Por isso, é preciso algum cuidado ao se falar, de modo mais genérico, de uma imigração de *tiroleses* para o Espírito Santo (PRUTSCH, 2011).

observamos que existe naquele município um Consulado Honorário da Áustria. A situação é atípica, já que os demais representantes oficiais ocorrem apenas em certas capitais do Brasil e em Blumenau (com Florianópolis sob sua jurisdição).

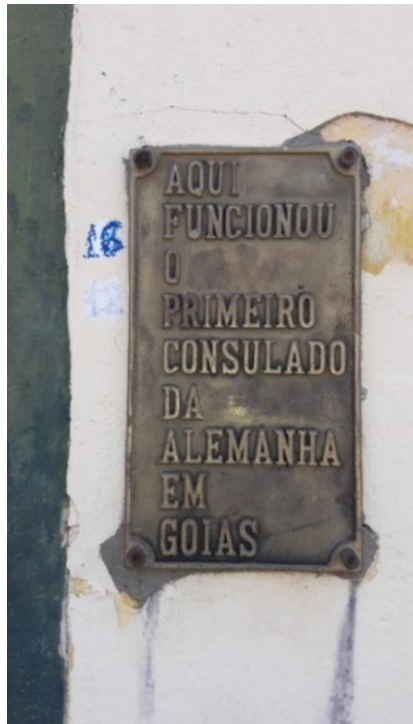
Assim, mesmo não tendo existido uma tentativa oficial de colonização austríaca no Estado de Goiás, Jessl conheceu por essas mesmas “bandas” pessoas com quem conversar em sua língua. Uma delas muito provavelmente foi Hermann Arthur Wascheck, alemão que havia chegado ao Brasil em 1910 e, ao Estado de Goiás, em 1918, na companhia do amigo Joaquim Guedes de Amorim – aquele mesmo à frente da empresa onde Jessl trabalhou! Embora Wascheck houvesse desempenhado diferentes funções desde sua chegada ao Estado – foi inclusive professor de alemão no Liceu goiano – tornou-se figura emblemática em 1925, após ser nomeado vice-cônsul alemão na Cidade de Goiás, segundo documentação reunida por seu filho, Hugo Wascheck, envolvendo cartas, documentos oficiais e o diário do pai (WASCHECK, 1993). A residência onde viveu com a esposa Maria Cidaliza dos Santos e seus filhos foi também sede do vice-consulado (mais tarde, consulado) (Figuras 47 e 48).

Figura 47 - Casa que pertenceu a Hermann A. Wascheck e serviu como consulado alemão na Cidade de Goiás.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 48 - Placa ao lado da porta com a mensagem: “Aqui funcionou o primeiro consulado da Alemanha em Goiás”.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

A concessão do título pelo governo da Alemanha ocorreu, sobretudo, em vista da chegada de 97 famílias de imigrantes alemães ao Estado de Goiás em 1924, ocasião em que o governo goiano tentou instalar a aproximados 50 quilômetros da antiga capital a Colônia de Uvá (*Deutsche Kolonie Uvá*)⁴³, tendo por base as colônias de povoamento do Rio Grande do Sul. A iniciativa que visava movimentar o mercado interno da região mostrou-se um fracasso desde o início, já que o Estado tinha outras prioridades e não estava preparado para atender os alemães na forma do compromisso assumido⁴⁴. Assim, como reflete o próprio Wascheck em seus escritos, o amparo prestado por ele aos alemães provou-se muito mais simbólico, para que os colonos não se sentissem abandonados, pois qualquer medida voltada ao crescimento da colônia dependia da chancela do governo goiano (WASCHECK, 1993).

Mesmo as autoridades alemãs que visitaram a Colônia de Uvá ao longo das décadas de 1920 e 1930, dentre as quais o embaixador alemão no Brasil, Hubert Knipping (ocasião em que Wascheck foi elevado a cônsul pelos serviços prestados, em 1931) não fizeram mais que reportar à Alemanha as condições do empreendimento. Também não é muito claro o momento em que Wascheck deixou o cargo, na década de 1930: os documentos levantados por seu filho indicam apenas que o pai passou a trabalhar como contador na Secretaria da Fazenda em Goiânia em 1937. A mudança da esposa e filhos para a nova capital ocorreu em 1945, onde Wascheck viveu – sem perder o contato com alguns amigos de Uvá – até sua morte em 1957 (WASCHECK, 1993).

Podemos dizer que sua preocupação em auxiliar seus conterrâneos é sintomática do desejo entre alemães de manterem seu vínculo, mesmo distantes da terra natal. Nesse sentido, entendemos que Wascheck ainda gozou de algum prestígio na Cidade de Goiás, como figura honorária. Temos que ter em mente, no entanto, que o livro de seu filho visa enaltecer os feitos do pai, então, nele também há um *recorte*, a representação filtrada de um cônsul que fez o possível e o impossível para ajudar os conterrâneos. O

⁴³ Embora a colônia fundada às margens do Rio Uvá tenha sido a única iniciativa oficial de um núcleo colonial agrícola alemão por parte do governo de Goiás, não foi a primeira vez que se cogitou um empreendimento dessa natureza no Estado. A historiadora Maria Helena de Oliveira Brito aponta que, em 1920, houve uma tentativa por parte da iniciativa privada, na figura do Monsenhor Ignácio Xavier da Silva, de trazer famílias alemãs para Santa Cruz; contudo, o projeto não prosperou (BRITO, 1992). A autora também destaca que, mesmo após a chegada dos alemães em 1924, as terras da colônia ainda não haviam sido demarcadas, só então se observando que a área escolhida não comportaria todas as famílias. Após um redirecionamento de parte delas para a região de Itapirapuã, o núcleo chegou ao fim com as inundações ocorridas na segunda metade da década de 1920. Várias famílias também foram embora após o adoecimento e óbito de alguns dos alemães, já que a assistência médica não chegava à colônia.

⁴⁴ O normativo que direciona a política de imigração em Goiás é a Lei 124 de 23 de julho de 1896. Apesar da data, o empreendimento com os alemães só iniciou oficialmente em 1924 (BRITO, 1992).

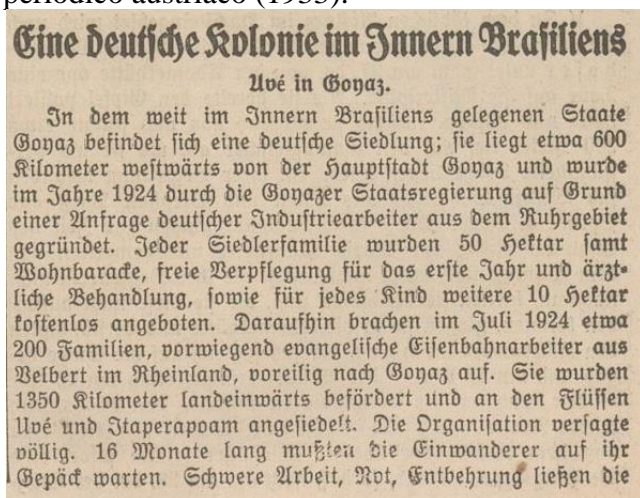
que fica de tudo isso é que Wascheck foi uma figura de importância entre os imigrantes alemães que passaram pela história daquela cidade, e por isso mesmo, acreditamos que os caminhos de Jessl e do cônsul alemão se cruzaram em algum momento, da mesma forma que o jovem austríaco deve ter conhecido alguns dos alemães em situação menos favorável na Colônia de Uvá.

Se, de início, esses colonos tentaram estabelecer no cerrado brasileiro um “universo predominantemente germânico”, marcado pelo uso contínuo da língua alemã no contexto de Uvá, como destacam Silva e Mello (2010, p. 441), sabemos que fronteiras rígidas assim não passam de uma frágil ilusão – no máximo, são deixadas do outro lado do oceano. Costumes foram negociados desde a instalação da colônia: Brito (1992) cita, por exemplo, que os alemães aprenderam técnicas construtivas, de desmatamento e o uso de plantas medicinais com habitantes da zona rural. Havia também o comércio de sua produção com a Cidade de Goiás, e as transações envolviam não só bens econômicos, mas os simbólicos. Pouco a pouco, com os novos desafios e demandas, identidades se remodelavam como em outras experiências de colonização alemã pelo país⁴⁵, e nesse vaivém, Jessl provavelmente conheceu alguns dos colonos de Uvá, que, como ele, estavam imersos agora no cotidiano vilaboense.

⁴⁵ Sem dúvida, o resultado mais emblemático das negociações identitárias partindo da colonização alemã no país é a identidade teuto-brasileira. As pesquisas, no entanto, ainda se concentram onde este processo foi mais forte. Em análise às colonizações alemã, italiana e polonesa no sul do Brasil, por exemplo, a antropóloga e historiadora Giralda Seyferth aponta que o acionamento de identidades étnicas, como a teuto-brasileira (*Deutschbrasilianer*), ocorreu, sobretudo, a partir da Primeira República (proclamada em 1889), quando a legislação imigratória foi alterada, e os núcleos coloniais relativamente “homogêneos” passaram a receber outros europeus e trabalhadores brasileiros (SEYFERTH, 1986; 2000). Além disso, a urbanização e industrialização de colônias alemãs no período possibilitaram a ascensão de muitos teuto-brasileiros, que entraram na vida política do país e apresentaram suas demandas, no momento em que uma identidade nacional homogeneizante estava em pauta. A emergência da identidade teuto-brasileira não significava negar o Brasil. O que se queria, segundo Seyferth (1986; 2000), era uma dupla lealdade: de um lado, aos valores culturais considerados *próprios* dos alemães – o germanismo (*Deutschtum*) que diziam carregar no sangue – preservados pela escola (língua), igreja (fé), família e associações recreativas (costumes, tradições); de outro lado, à nova pátria que esses alemães e seus descendentes acreditavam construir no Brasil. Nas palavras de Seyferth (2004, p. 155), era “a reinvenção da ‘civilização’ germânica no território colonizado”. Reinvenção, também, porque a própria parcela “alemã” da identidade teuto-brasileira tinha caráter unificador, subsumindo outras identidades e criando algo novo da convivência desses colonos, como ressalta a antropóloga e historiadora Ellen Woortmann: “aqueles que chegaram eram bávaros, renanos, frísios, saxões, ou mesmo austríacos, franceses e dinamarqueses, todos rotulados como ‘alemães’ (...) Essa heterogeneidade resultou numa espécie de ‘reinvenção de tradições’ sob a forma de uma negociação que resultou numa “tradição teuto-brasileira”: dialeto de uma região; hábitos alimentares de outra (...); religião de uma terceira” (WOORTMANN, 2000, p. 218). Para melhor compreensão da construção da identidade teuto-brasileira, sugerimos a análise de Seyferth (2004) sobre a literatura produzida em Santa Catarina. Além de tratar de assuntos do cotidiano, as obras cimentaram no imaginário dos descendentes narrativas sobre a chegada dos alemães pioneiros, que, reconsiderados em um tempo mítico, transformaram-se nos heróis que trouxeram o progresso para o sul do Brasil. A memória genealógica de muitos dos atuais descendentes, afinal, inicia-se por eles e ignora antepassados na Europa, como observou Woortmann (2000) em pesquisa na região das antigas colônias de São Leopoldo e Nova Hamburgo (RS).

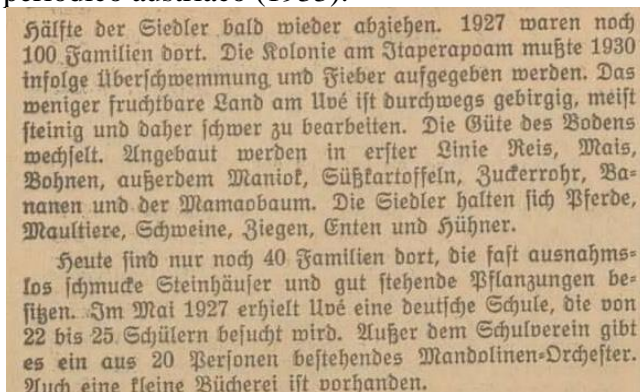
Mas como nem tudo são flores, a situação dos alemães em Uvá permite-nos especular também o porquê de não ter havido uma colonização austríaca no Estado de Goiás. A resposta infelizmente não parece ser outra: se para levar adiante o projeto de Treze Tílias, o governo austríaco buscou uma região onde a colonização alemã tivesse sido bem sucedida, a experiência dos alemães em Goiás não serviria de base. A Colônia de Uvá não era completamente desconhecida dos austríacos, como mostra uma pequena matéria publicada no periódico *Salzburger Volksblatt* em 1933 (Figuras 49 a 51).

Figura 49 - Menção à Colônia alemã de Uvá em periódico austríaco (1933).



Fonte: Site ANNO – Austrian Newspapers Online. Acesso em: 31/03/2020.

Figura 50 - Menção à Colônia alemã de Uvá em periódico austríaco (1933).



Fonte: Site ANNO – Austrian Newspapers Online. Acesso em: 31/03/2020.

Tradução (do autor):

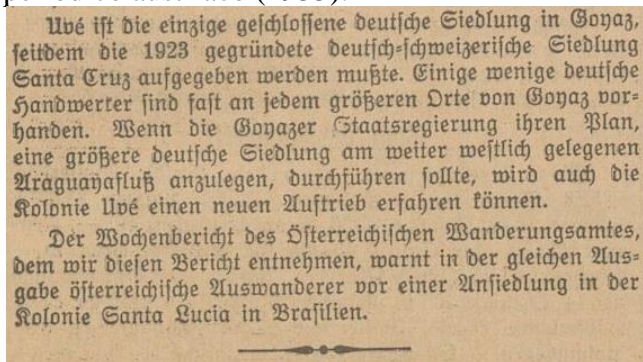
Uma colônia alemã no interior do Brasil
Uvá em Goyaz

No distante Estado de Goyaz situado no interior do Brasil, encontra-se um assentamento alemão; ele se localiza a aproximados 600 (*sic*) quilômetros a oeste da capital Goyaz e foi fundado em 1924, pelo governo de Goyaz, com base em um pedido de trabalhadores industriais do Vale do Ruhr. A cada família de colonos foram concedidos 50 hectares além de alojamento, refeição gratuita pelo primeiro ano e assistência médica, assim como mais 10 hectares gratuitamente por criança. Desse modo, em julho de 1924, cerca de 200 famílias, sobretudo de trabalhadores ferroviários protestantes de Velbert, na Renânia, partiram para Goyaz. Elas foram transportadas por 1350 quilômetros pelo interior do país e assentadas nos rios Uvá e Itaperapoam. Os imigrantes precisaram esperar 16 meses por suas bagagens. Trabalho pesado, necessidade, privação fizeram (...)

(...) com que metade dos colonos fosse embora. Em 1927 ainda havia 100 famílias por lá. A colônia de Itaperapoam teve que ser abandonada em 1930, por motivo de enchente e febre. O terreno menos fértil de Uvá é montanhoso e majoritariamente rochoso, por isso é difícil de ser trabalhado. A qualidade do solo varia. São cultivados principalmente arroz, milho, feijão e, além disso, mandioca, batata doce, cana-de-açúcar, bananas e pé de mamão. Os colonos possuem cavalos, mulas, porcos, cabras, patos e galinhas. Hoje vivem apenas 40 famílias lá que, salvo raras exceções, possuem asseadas casas de pedra e boas plantações. Em maio de 1927, Uvá ganhou uma escola alemã,

que é frequentada por 22 a 25 alunos. Fora a associação escolar, há também uma orquestra de bandolim formada por 20 pessoas. Também disponível, encontra-se uma pequena biblioteca.

Figura 51 - Menção à Colônia alemã de Uvá em periódico austríaco (1933).



Fonte: Site ANNO – Austrian Newspapers Online. Acesso em: 31/03/2020.

Uvá é o único assentamento alemão estabelecido em Goyaz, desde que o assentamento germano-suíço de Santa Cruz, fundado em 1923, foi abandonado. Alguns poucos artesãos alemães podem ser encontrados por quase todos os maiores centros de Goyaz. Se o governo de Goyaz implementar seu plano para a construção de um assentamento alemão ainda maior no Rio Araguaya, situado mais a oeste, a Colônia Uvá também pode passar por um novo crescimento.

O relatório semanal da Agência Austríaca de Migração, do qual retiramos este relatório, faz um alerta aos emigrantes austríacos, na mesma edição, contra a colônia Santa Lúcia no Brasil.

Mesmo com incoerências⁴⁶, o relatório recupera por alto algumas dificuldades encontradas pelos colonos desde a sua chegada em Goiás, a exemplo da qualidade desfavorável do solo, em consonância com o que Brito (1992) aponta sobre a falta de estudos da região onde a colônia foi fixada. A matéria cita ainda a possibilidade do estabelecimento de outra colônia a oeste, demonstrando pouco conhecimento do descaso do governo goiano na época; talvez, pela própria falta de interesse das autoridades austríacas em estabelecer uma colônia em Goiás. Esse desinteresse não se estendia ao Brasil como um todo, afinal, a Agência Austríaca de Imigração também alertava sobre locais a serem evitados.

Assim, por mais que a matéria não investigue a fundo a situação de Uvá, está claro que Goiás não era uma opção sensata para quem quisesse emigrar da Áustria em busca de uma vida melhor. Havia outros destinos mais promissores como as colônias de língua alemã no sul ou sudeste do país. A crítica reaparece de forma mais velada em outro periódico no qual a colônia dos alemães em Goiás virou manchete: o *Aurora Alemã (Deutscher Morgen)*, publicado pela seção paulista do partido nazista no Brasil.

⁴⁶ Exemplos são os 600 quilômetros citados entre Goiás e o local onde a colônia seria instalada (provavelmente, um erro de digitação) e a menção de que 200 famílias partiram para Goiás em 1924, quando Brito (1992) afirma que foram 97 famílias enviadas ao Estado pela Diretoria de Povoamento do Rio de Janeiro. Considerando que a matéria tem conhecimento da tentativa de colonização em Santa Cruz-GO, pode ter ocorrido uma confusão com os números, já que Brito (1992) lembra que o idealizador deste empreendimento privado pretendia alocar 200 famílias alemãs.

A matéria de 1938 é assinada por Alois Feichtenberger⁴⁷, e seu tom literário nos oferece uma perspectiva um tanto inusitada dessa dura realidade descrita por Brito (1992) e Wascheck (1993). O ar fantástico retoma nas representações dos colonos (e por esses colonos) aquela imaginação que encantou Durand (2012), responsável por acionar representações de nosso museu simbólico, inclusive, quando nós (ou aqueles com quem nos solidarizamos) nos vemos diante de novas realidades às quais precisamos dar algum sentido – uma “troca” que, para o pensador francês, reflete a constante tentativa de nos conciliarmos com nossa finitude.

É precisamente ao interpretarmos as “Histórias de serpente da Colônia Rio Uvá” (*Schlangengeschichten von der Kolonie Rio Uvá*)⁴⁸ (Figura 52) à luz do pensamento de Durand (2012) que observamos como os colonos ressurgem na forma de verdadeiros heróis em meio à “selva” (*Urwald*), onde precisam enfrentar serpentes. Estas já não são simples animais vivendo em seu *habitat* natural, mas verdadeiros monstros: “o réptil asqueroso e indesejável” (*ein unbeliebtes, ekliges Reptil*) que surge em milhares de tipos de todos os tamanhos imagináveis, na terra tropical (*ein tropisches Land, wo es wirklich eine Unmenge von Schlangenarten aller Grössen gibt*). Detalhes ameaçadores não param de dar as caras: são venenosas, constritoras⁴⁹, enormes, e suas histórias apavoram os colonos (*schreckliche Geschichten von Gift- und Riesenschlangen spuken in seinem Kopfe herum*). Por outro lado, é graças à coragem de alemães como o “exterminador de serpentes” (*Schlangentöter*) Paul Schmidt ou a jovem que também ilustra a matéria – ambos fotografados com jiboias, “sem medo algum” (*keine Angst*) – que os encontros com esses animais se tornam grandes aventuras (*Abenteuer*). O autor da matéria confessa já não saber até que ponto se deve acreditar nas histórias ou não (*manchmal weiss man wirklich nicht, soll man's glauben oder nicht, die Wirklichkeit übertrifft die kühnste Phantasie*).

⁴⁷ Alois Feichtenberger foi um fotógrafo austríaco que se tornou conhecido no Estado de Goiás pelo trabalho que realizou em torno do estabelecimento de Goiânia, após sua chegada à cidade em 1936. Seus registros jogaram com as noções de “modernidade” e “progresso” recorrentes na época. Uma sugestão de leitura é Talarico (2018), que trouxe reflexões a partir da obra do fotógrafo.

⁴⁸ A matéria foi originalmente publicada em alemão e é composta de uma breve introdução, seguida das narrativas dos colonos. As traduções de trechos da matéria são nossas.

⁴⁹ Serpentes constritoras são aquelas que, com seu próprio corpo, envolvem a presa e a imobilizam ao aplicarem pressão em pontos vitais – tática que estudos recentes alegam atacar o sistema cardiovascular da presa (BOBACK et al., 2015).

Figura 52 - Matéria sobre os encontros de alguns dos colonos de Uvá com serpentes da região, publicada pelo periódico nazista *Deutscher Morgen* (1938).

Deutscher Morgen **Sonntag, den 2. September 1938**

Schlangengeschichten

von der Kolonie Rio Uvá (Goyaz) / Von Alois Feichtenberger

Für die meisten Menschen ist die Schlange ein unheimliches, öliges Kriechtier, ein Tier, mit dem niemand zu tun haben will. Besonders die armengeordneten Europäer, die aus den überfüllten Großstädten dieses in den Urwald flieht, am Koloniat zu werden, hat eine heftige Angst vor diesen Kriechtieren und schreckliche Geschichten von Gift- und Riesenschlangen spielen in seinen Köpfen herum.

Nun kommt der frühere Fabrikarbeiter, der Bauarbeiter, der Straßenbauarbeiter in ein tropisches Land, wo es wirklich eine Unmenge von Schlangengattungen aller Gattungen gibt. Natürlich ist es lange nicht so schlimm, wie viele denken. Manche Leute sind fähig in Brasilien und haben noch nie eine Schlange gesehen, außer vielleicht im weltberühmten Schlangenzoo "Botanica" bei São Paulo.

Auf der Kolonie, im Urwald, bei der täglichen Arbeit in der Pflanzung hat man natürlich Gelegenheit genug, die verschiedenen Schlangengattungen zu sehen, oft sogar mehr, als einem lieb ist. Fast jeder Kolonist hat seine Erfahrungen und Abenteuer mit Schlangen hinter sich und täglich können weitere dazukommen. Fast jeder hat Verweise durch Schlangengisse erhalten, einer verlor ein Pferd, der andere ein paar Milchziege. Einige Fälle von Schlangengriffen gingen zum Glück für die Beteiligten gut aus und es gelang, die gefährlichen Personen zu retten und am Leben zu erhalten.

Die unzählbarsten Sachen passieren und manchmal weiß man wirklich nicht, ob man's glauben oder nicht, die Wirklichkeit übertrifft die kälteste Phantasie. So war im Hause, im Bett, unter dem Kopfkissen werden schon Klapperschlangen gefunden. Ein Kolonist will seine Schuhe anziehen und mit einem Knallen aus einem Schach "Jararaca" heraus. Beim Arbeiten mit dem Büchsenmesser springt eine von den gefährlichsten schwarzen Larisanae einem Kolonisten vor die Brust und kann nur deshalb nicht beißen, weil beim Zurückspringen das Horn aus starkem Kakaothum sich gepopert hatte.

Einige kleine Geschichten, die an der Kolonie passiert sind, seien in der Folge hier erzählt:



Das ist Paul Schmidt, der „Schlangentöter“, ein grosser Jäger vor dem Herrn. Die erlegte Góboa hatte ein ausgewachsenes, mit Haut und Haaren verschmücktes Cutia (Goldhaie) im Leib.

Ein richtiges Kolonistenmädchen hat vor Schlangen keine Angst, auch diese Góboa musste daran glauben. Eben noch windet und krümmt sie sich und schon wird sie gepökt.

Aufnahmen: Alois Feichtenberger

Die Schlange an der Mutterbrust

Es war im ersten Jahre der jungen Siedlung. Die Kolonisten wollten noch alle in ihre tätigen Pflanzungen am Stadtpark. Man reist nach an Höhe, das Dorf von die Wälder am Büchsenrecht, untereinander verbunden und mit blühenden Orangenbäumen versehen, jeder sucht des Nachbarn dazu zu überreden.

Im Hause von Familie Grünberg ist alles still. In einem kleinen Zimmer schlief eine junge Mutter mit ihrem Kindelein, um die Handlung Mutter Grünberg, schaut von Zeit zu Zeit hoch, um die Ordnung zu halten. Grünberg versieht nämlich mit der Kolonie das Amt der „wenig Frau“, führt den kleinen Erdbeeren in ihren ersten Schritt in diese „Jung“ Welt. Grünberg hat die Schreie, wo immer etwas Kleines erwartet wird. Mutter Grünberg ist dabei und hält mit ihrem geschuldeten Hände.

Diese wieder tritt sie vorzeitig in den Raum, aus dem der junge Mutter. Diese schlief immer noch ruhig und tief, die vollen Hände haben und stehen sich regelmäßig, ein glückliches Lächeln liegt auf ihrem schönen Gesicht und immer wieder fallen ihre Hände in Schlaf nach der Seite hin, ob ihr grösster Schatz, das Kindelein, noch da ist.

Bedrohlich geht Mutter Grünberg wieder in die Küche und macht sich dort zu schlafen. Es ist mittlerweile Abend geworden und schreit laut die Kleinsten nicht. Mutter Grünberg, Mutter Grünberg, müdet die Lampe an und setzt sich dann in ihre Lieblingsstühle, in Gedanken verweilt. Vorgangene Zeit tauchen auf, schon war's doch in der alten Heimat — und am einmal ist sie eingeknickt.

Pöblich fährt sie hoch — das hängt doch wie Stämme — und angepannt blickt sie hin. Bedrohlich im Nebensinn stehen schwarze die junge Frau und schlief, als hätte sie ein Zeitraumbild zu tragen. Mutter Grünberg ist schreckt, an die Lampe zu heben, das Heile sie wie erlöset stehen.

Ein Schrei geht durch das Haus, ein Schrei, der durch Markt und Bett geht, wie ein höchster Todestönen ausstrahlt.

Mutter Grünberg stürzt mit der Lampe an Zimmer und blickt auf einen schrecklichen toten, die Knie schlössen ihr, die Lampe rührt in ihrer Hand und drückt sie an. Offens, so starr sie mit übergezeichneten Augen auf die RM, das noch ihr liebt.

Auf dem Oberkörper der jungen Frau liegt unmerklich eine grosse, schwarze Schlange. Das Licht der Lampe zeigt eine schwarze Schlange, die sich schlängelt auf dem garten, schwarzen Leib und — grosser Gott, ist es möglich? — der Kopf der Schlange ist an einer Brust der jungen Mutter festgeknüpft. Die Frau ist tot, wie eine Kack und rührt sich nicht, wie tot liegt sie auf dem Bette, das Kindelein daneben schlief friedlich weiter.

Da steht die Schlange den Kopf, graues tunken die kleine kalte Reptilien und starrt in die Luft der Lampe und langsam gleitet sie vom Bette. Da halet auch Mutter Grünberg ihre Fassung wieder.

Der Schlangenkopf am Hut / Kolonist Hans W. erzählt

Sie erzählt den nächsten Besessenen und fand damit wie was an den Kopf der Schlange, von halben Zentimeter, kurz und hat sie immer wieder, als der Kopf des Reptils eine formlose Masse geworden ist.

Dann stürzt sie raus auf die Strasse und Holt Hans W., der im Nachbarnhaus wohnt. Vor Aufregung kann sie kaum sprechen: „Hier, komm schnell!“ stürzt sie über den Hof und rührt ihn nach Hause.

„Da liegt mal die tote Schlange am Boden, doch die junge Mutter ist immer noch nicht zur Besinnung gekommen. Endlich, nach langer Bemühung, schlägt sie die Augen auf, ihre erste Frage ist nach dem Kinde. Als sie das Kleine friedlich schlafend neben sich sieht, starrt sie noch und zudenken blühen in die Kiemen zurück.

„Ich fühlte mich etwas kaltes, Schwere an der Brust!“, erzählt sie, „und dann wurde ich von nichts mehr.“ Sie war stumm geworden und das war ihr Glück, ihre Heilung, bei der geringsten Berührung löste die Schlange, die bei sich Mitte war, sofort gelassen. Es war eine „Caranana“ (Pflanz), geht zweieinhalb Meter lang. Besonders diese Schlangen sind sehr gut. Nicht spricht und später kamen viele ähnliche Fälle vor.

Auch bei Milchziegen wurde vielfach beobachtet, dass Schlangen an den Euten knospen, wie in die meisten Schlangen grosse Liebhaber von Milch sind.

Da man Kauf zu machen, „Manch, so ein Best, kommt mal her!“ Wir schief hin, da liegt mannegepökt wie ein Schiffsstern eine mächtig grosse, dicke Schlange, starrt man aber nicht weiter an ans und lachte ruhig liegen, der Kopf ist verdeckt und nicht zu sehen.

Ich näherte einem dicken Knäuel aus schlange mit aller Macht drauf, doch unter von einem Schwerein geht der Körper weg, so kriegt man sie nicht los. Die Schlange rührt und nicht, das einem angst und bangt wird und wir zurückspitzigen: „Warte mal, ich krieg dich schon!“ rufen Karl und jetzt seine Frau wieder. Mit der starren Seite starrt er mit aller Kraft auf den Kopf an, das ist so hässlich. Die Schlange senkt sich und rührt sich am nach mit Karl schlägt und schlägt immer wieder, bis der Kopf ein hundert Klappen geworden ist.

„So, das hat genug!“ sagt er, „schief wir Mittag.“ Nimmt sein Büchsenmesser über die Schlange und geht los, den Rumpf zu und wir folgen ihm.

Das Mittagessen wird gegessen, Frau mit Trübsal, das geht ja schlecht. Nächster Kaffee, eine „Palla“ wird getrunken und geschluckt getrunken. Doch bald bemerkt es wieder etwas im „falschen“ Leben.

Die Schlange, eine Góboa, wendet sich an noch an selben Platz, Armani sich und schlägt um sich. Ein mächtig grosses Best, wie weiter geht die Arbeit. Bald ist man wieder in Schwung gebadet. Links, rechts, links, rechts. Eine Unmenge flücht die Kräfte, die Schlange am langen Stiel durch die Luft, wie ein starr Maschke schwingen die Arme, holen aus und schlingen zu.

Mein Freund Guntar arbeitet etwas weiter von hier. Eben machte ich eine Pause und wachte mir des Schlangens vom Gesicht. Guntar arbeitet wie ein Wilder, seine Füsse flücht, Geschrei und Lachen hören. Da sehe ich, wie sich etwas hoch hebt, etwas Un-



Ein richtiges Kolonistenmädchen hat vor Schlangen keine Angst, auch diese Góboa musste daran glauben. Eben noch windet und krümmt sie sich und schon wird sie gepökt.

Aufnahmen: Alois Feichtenberger



SCHUPP
DAS DEUTSCHE FACHGESCHAFTE
JUDA EDELSTEINE
SCHMUCK
GESCHENKARTIKEL
RIF ANZULE 20073 42-44
HILF MIT ZUSCHÜTZEN. NUR AN ZUSCHÜTZER

Na primeira história, Mãe Grimberg, considerada uma mulher sábia da colônia (*Mutter Grimberg versieht nämlich auf der Kolonie das Amt der „weisen Frau“*)⁵⁰ está encarregada de verificar de tempos em tempos uma jovem mãe e seu bebê, que dormiam em sua casa. Após escurecer, a colona é surpreendida por um grito aterrorizante, e corre até o quarto com sua lamparina, para saber o que está acontecendo. Lá, ela se depara com uma cena que a deixa ainda mais perplexa: sobre o busto da moça, encontra-se uma “enorme serpente preta” (*eine grosse, schwarze Schlange*), de olhinhos frios, com um brilho cruel (*grausam funkeln die kleinen kalten Reptilaugen*). Sua cabeça estava sobre um dos seios da jovem⁵¹, que havia desmaiado.

Ao perceber a presença de Mãe Grimberg, a serpente começa a se mover e desliza para o chão. A mulher então se recobra do susto que a tinha paralisado e estremecido seus joelhos (*Mutter Grimberg ... bleibt auf einmal schreckgebannt stehen, die Knie schlottern ihr*) e, mais que depressa, alcança um cabo de vassoura com o qual acerta o animal insistentemente, até matá-lo. Sai às pressas atrás de Emil, seu marido, que estava em uma casa vizinha, e, ao retornarem, encontram a jovem acordada, enquanto o bebê dormia tranquilamente. A moça, não identificada, relata lembrar-se de “algo frio e pesado” (*etwas Kaltes, Schweres*) sobre seu corpo e afirma que só sobreviveu por não ter reagido. O *Deutscher Morgen* esclarece, então, que a serpente se tratava de uma caninana preta – réptil que, segundo esse jornal, gostava bastante de leite, havendo outros relatos com vacas leiteiras.

Na segunda história, contada pelo colono Hans W., que acontece em região do Itapirapuã durante os anos iniciais da colonização, é o ato de abrir caminho em meio à mata (*und dann ging es gleich ans Waldschlagen*) com facões e outros instrumentos cortantes o mais simbólico. Esses instrumentos cortam o ar como um raio e atingem o emaranhado de arbustos, cipós, espinhos, abrindo caminho à luz (*Gleichmässig blitzen die scharf geschliffenen Buschmesser durch die Luft... Rasch lichtet sich nach den ersten Schägen das undurchdringliche Gewirr von Buschwerk, Lianen, Hecken und Stachelpalmen*). Só assim é possível ver melhor (*wie in einem Park kann man durch den „gefäustelten“ Wald gucken, während man vorher keine drei Schritte sehen konnte*);

⁵⁰ O texto sugere se tratar de uma parteira, ao descrevê-la como aquela que “ajuda os pequenos a dar o seu primeiro passo nesse mundo ‘mau’” (*hilft der kleinen Erdenbürgern bei ihrem ersten Schritt in diese „böse“ Welt*).

⁵¹ Ermacora (2017) fez uma rica contextualização do motivo do réptil sedento por leite, incluindo a variação da serpente que bebe leite no seio materno. Ao analisar sua recorrência da Idade Antiga à contemporânea, o autor reforça a circulação e atualização de crenças, contos, lendas e suas variações pelo imaginário, nos diferentes continentes.

não só no sentido de enxergar além de “três passos” à sua frente, mas também de romper com a ignorância relativa ao local que serviria de morada a esses alemães.

Enquanto Hans W. e outros três colonos, Gustav, Erich e Karl, abrem o caminho, encontram também os temidos monstros: serpentes de olhinhos que “brilham traiçoeiramente” (*Die kleinen Reptilaugen funkeln tückisch*); uma delas, enorme e vigorosa (*eine mächtig grosse, dicke Schlange*). E, após o almoço, a pausa para um café e uma palha “enrolada e fumada com gosto” (*Nachher Kaffee, eine „Palha“ wird gedreht und gemütlich geraucht*), sugerindo a adoção de um costume local, seguem com a “vida hostil” (*feindliche Leben*) que encontraram naquelas terras.

Durante o desmatamento, o colono Gustav acerta acidentalmente uma serpente e, enquanto o corpo do animal se contorce, ninguém sabe onde foi parar a cabeça (*Die Schlange windet sich und krümmt sich, doch wo ist der Kopf geblieben?*). Os quatro amigos interrompem o trabalho e se aventuram atrás da cabeça desaparecida. No clímax da história, Erich e Karl percebem, horrorizados, que a cabeça da venenosa jararacuçu estivera “abocanhada” o tempo todo no chapéu de Gustav (*Am Hut festgebissen ist der Kopf einer Jararacussu, einer der giftigsten Schlangen die es hier gibt*). A narrativa é encerrada com um comentário jocoso de Karl, que teria lembrado Gustav de sua sorte por não ter se aderido, naquele dia, à moda dos que andavam sem chapéu (*Karl versucht sogar zu scherzen: „Hast du aber einen Dusel gehabt, dass du heute die „hutlose Mode“ nicht mitgemacht hast“*).

Para Durand (2012), a figura do herói faz parte de um conjunto de imagens – essas representações que nos chegam ao longo da vida e suas reconstruções – que gravitam em torno da revolta contra o tempo fatal, buscando assim um rompimento com a nossa condição mortal e limitada, para nos redefinir em seres de potência. Por mais que o mundo pareça mau, e a vida, cruel, somos apresentados a colonos que empunham suas armas e travam batalhas: um cabo de vassoura põe fim a um monstro maligno, cuja ameaça é simbolicamente reafirmada em sua cor noturna – a noite que tudo devora – evocando a finitude humana; facões cortam a mata fechada e levam luz às trevas, onde habita a morte. O chapéu de um dos colonos acaba funcionando como escudo contra um troféu ironicamente indesejado: a cabeça do monstro.

Nesses relatos, o dia a dia ganha outras cores. Enquanto algumas das narrativas evocam algo que esses alemães podem ter ouvido ainda crianças e readaptado ao novo contexto, ou escutado de um habitante local, outras são elaboradas ali mesmo, a partir de acontecimentos corriqueiros, e tomam proporções imprevisíveis. Por um momento,

essas pessoas deixam de ser imigrantes desamparados pelo governo e lançados à própria sorte, e se tornam heróis e heroínas que se põem acima do próprio destino, na forma apresentada pelo *Deutscher Morgen*. Se o jornal escolhe uma perspectiva heróica que se solidariza com esses colonos – reflexo também do laço que o povo alemão, espalhado pelo mundo, desejava manter –, a denúncia diluída no tom fantástico vem ao encontro dos dizeres menos entusiasmados do periódico austríaco: a vida na colônia era árdua.

Duas reflexões podem ser feitas, então, a partir de Jessl e os alemães da Colônia de Uvã. Em primeiro lugar, a situação dos colonos indica que o simples fato de serem estrangeiros não lhes garantia prestígio no contexto goiano. Se sua vinda se efetivou por um suposto interesse do governo no projeto imigratório, sob o pretexto de movimentar o comércio na região, os alemães não receberam o apoio necessário desde sua chegada ao Estado. Nem mesmo a proximidade que Wascheck gozava de figuras eminentes – políticos locais, autoridades alemãs no Brasil – representou garantias aos seus conterrâneos; fato que, segundo anotações do cônsul, levou alguns colonos a culparem-no pelas frustrações do empreendimento (WASCHECK, 1993).

Brito (1992) nos lembra também que esses alemães vieram em sua maioria do meio urbano. Eram, portanto, capacitados para outras atividades – o *Deutscher Morgen*, os descreve como “o antigo trabalhador da fábrica, o funcionário do banco, o condutor do bonde” (*der frühere Fabriksarbeiter, der Bankbeamte, der Strassenbahnschaftner*) –, um detalhe que substancia certo apontamento de Burke (2017b, p. 18), de que “transplantar-se da terra natal para o que seria conveniente chamar de ‘terra acolhedora’ envolve o trauma do deslocamento e a ruptura na carreira, sensações de insegurança, isolamento e nostalgia (...)”. Por isso, e ainda que no momento as fontes não nos permitam uma análise de aspectos mais subjetivos de Jessl, podemos dizer que o jovem electricista foi um caso à parte no contexto da antiga capital. O diálogo das fontes sugere o seu acolhimento e não devemos esquecer que ele era próximo de figuras relevantes no cenário vilaboense⁵², onde, além do mais, exerceu profissão em sua área de formação.

⁵² À semelhança de Arthur Wascheck, o português Joaquim Guedes de Amorim, que esteve à frente da Empresa de Força e Luz, foi um estrangeiro de destaque no contexto da Cidade de Goiás. Podemos ter uma breve ideia da repercussão de sua figura na antiga capital, a partir do relato que abre a edição de 02/08/1938 do jornal Cidade de Goiaz, por ocasião de seu falecimento. O periódico narra que toda a cidade amanheceu “triste e enlutada” diante da notícia de sua morte, e que muitas pessoas acompanharam o caixão até o momento do enterro: familiares, representantes de todas as classes sociais e das irmandades, autoridades locais, membros da colônia portuguesa na região, colegas da Empresa de Força e Luz e crianças. Nas palavras dos mais pobres, “Sô Quim” aparece como uma figura solidária, que ajudou na alimentação de suas famílias, nas contas e remédios; ao passo que, no discurso do Dr. José Honorato, foram enaltecidos o espírito ousado e a dedicação do português à sua segunda casa: “Vindo muito moço de Portugal, ninguém o superou em manifestações irrefragáveis de devotamento à terra goiana”.

O paralelo mais significativo, de todo modo, pode ser traçado a partir da própria percepção que muitos brasileiros passaram a ter dos alemães já na época da Primeira Guerra Mundial e que se acentuou entre o final da década de 1930 e início da de 1940. Em sua pesquisa sobre a colonização alemã no sul do Brasil, Brepohl de Magalhães (1998) lembra que, em 1917, época em que o Brasil se declarou a favor dos aliados – logo, inimigo do Império Alemão no conflito bélico – já circulava em território nacional uma ideia de que alemães representavam um “perigo” ao Brasil⁵³, porque tinham o intuito de separar o sul do restante do país e anexá-lo à Alemanha Imperial. Com isso, houve uma represália a muitos desses imigrantes e seus descendentes na região. De tão determinados a preservar seus costumes e sua língua, destoavam do ideal de “povo brasileiro” que já se tentava construir no país há algum tempo.

O “perigo alemão” ressurgiu no imaginário social brasileiro durante a segunda metade da década de 1930, diante da estruturação de grupos regionais e células do partido nazista em território nacional⁵⁴. Gak e Moraes (2015) apontam que um artigo publicado pelo jornal *Times*, em 1937 (ano seguinte ao falecimento de Jesso), serviu de combustível para o mito da Quinta Coluna no Brasil – a ideia de que a Alemanha estava se preparando para invadir militarmente o país e que a presença dos nazistas sinalizava o início da incursão⁵⁵. Não por acaso, 1937 foi também o ano de implantação do Estado

⁵³ A ideia do “perigo alemão” não foi restrita ao Brasil. Segundo Lisboa (2008, p. 100), “no final do século XIX, com a entrada tardia da Alemanha na corrida imperialista em regiões africanas e asiáticas, cria-se nos países europeus o medo de que a Alemanha poderia anexar suas colônias na América. Os franceses, diante da derrota na Guerra Franco-Prussiana, foram os principais divulgadores dessa preocupação, rapidamente absorvida pelo imaginário político e social brasileiro. As colônias alemãs, sobretudo as do sul, poderiam ser uma porta de entrada para uma política de dominação do Brasil”.

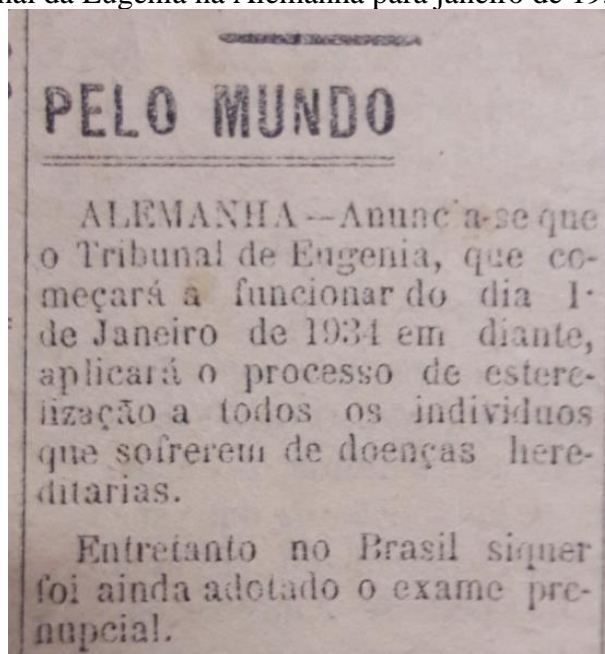
⁵⁴ De acordo com Dietrich (2012), o primeiro grupo organizado por partidários nazistas no Brasil data de julho de 1928, em Benedito Timbó (SC), mas a iniciativa ainda não implicava uma medida oficial com relação ao Brasil, que só ocorreria na década seguinte, com a estruturação da Organização do Partido Nazista no Exterior (*Auslandsorganisation* – NSDAP/AO). A seção brasileira do NSDAP foi oficialmente reconhecida em 1931, com sede no Rio de Janeiro e, mais tarde, em 1934, em São Paulo. Dietrich (2012) pontua que partidários filiados oficialmente ao NSDAP existiram em 17 estados, distribuídos pelas cinco regiões do Brasil, sendo a maior concentração no sul e sudeste do país, onde havia maior presença de colonos. A vinda do partido representou uma tentativa de aproximar os alemães nativos da sua terra natal e, na medida do possível, repatriá-los. Nesse aspecto, a historiadora esclarece que o partido discernia seu público-alvo entre os alemães do Reich (*Reichsdeutsche*) – o alemão nativo que poderia se filiar, por ter “sangue puro” – e os alemães do povo (*Volksdeutsche*), nascidos fora do Reich alemão, incluindo os “racialmente impuros”, frutos do casamento entre alemães e brasileiros. O partido pensou em formas de envolver mesmo esses “alemães do povo” nas atividades de manutenção do germanismo no Brasil, como as festividades que incluíam comemorações do calendário nazista. Os ideais da Alemanha nazista foram também divulgados por rádio, TV e impressos, com a criação de órgãos de imprensa, como o *Deutscher Morgen* que já citamos. Segundo Dietrich (2012), a presença do partido não serviu de entrave à política brasileira, pois seu público-alvo eram os alemães. Com o decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, toda atividade política estrangeira foi vedada no Brasil. Os nazistas atuaram na clandestinidade até 1942, quando Vargas declarou-se inimigo da Alemanha na Segunda Guerra Mundial.

⁵⁵ Em entrevista ao site *Café História*, em 2009, o historiador Luís Edmundo Moraes afirmou não haver provas do interesse de Hitler em anexar o Brasil. Lisboa (2008) também já o havia assinalado.

Novo de Getúlio Vargas e seu projeto nacionalista, cujas medidas voltadas ao ensino e uso de línguas estrangeiras em público⁵⁶ foram o primeiro passo para criar atritos definitivos com esses imigrantes. A situação se agravou com o posicionamento de Vargas como oponente da Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, não obstante as relações diplomáticas mantidas com o país na década anterior.

As narrativas levantadas por Silva e Mello (2010) entre alguns representantes da primeira e segunda geração dos colonos de Uvá indicam que, nesse mesmo período de represália aos alemães no Brasil, os colonos passaram a ser associados ao nazismo e vistos com suspeita na Cidade de Goiás. Até o momento, porém, não há indícios de que Jessl tenha recebido tratamento similar. A suástica em sua lápide sugere o respeito à sua memória, independentemente do que aqueles mais próximos pensavam sobre seu partidatismo político. Tampouco devemos atribuir essa postura ao fato de Jessl ter falecido antes de o mito da Quinta Coluna ganhar fôlego, pois, não só sua lápide provavelmente foi encomendada nesta época, como os jornais do período confirmam que a Cidade de Goiás nunca deixou de receber informações sobre a atuação criminosa de nazistas na Alemanha e na Áustria (Figuras 53 e 54).

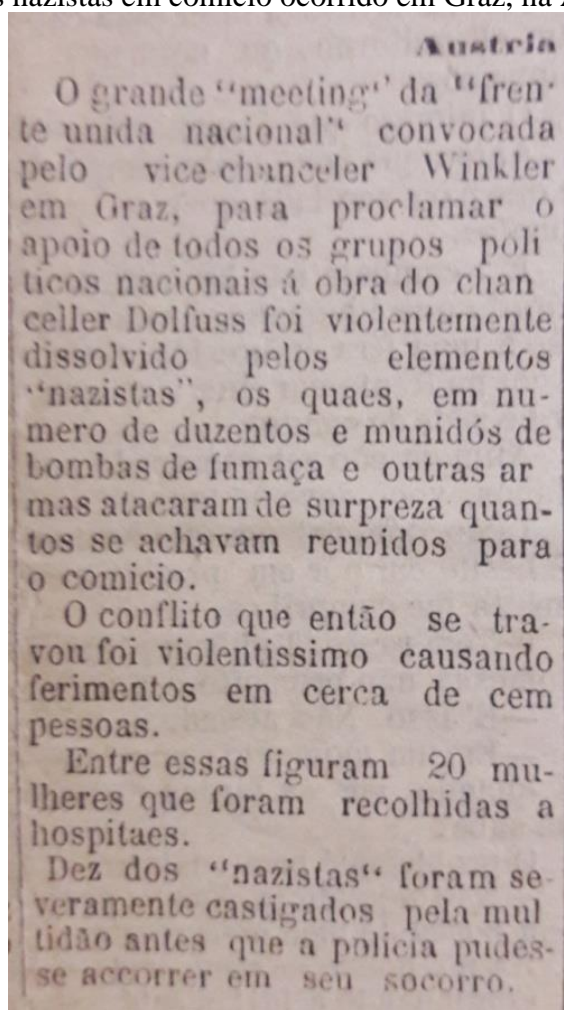
Figura 53 - Fac-símile de nota no jornal goiano O Social, anunciando a inauguração do Tribunal da Eugenia na Alemanha para janeiro de 1934 (1933).



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2017.

⁵⁶ Vide, por exemplo, decretos 406, de 04 de maio de 1938, e 1.545, de 15 de agosto de 1939, que, entre outras medidas, preveem a proibição do ensino de línguas estrangeiras nas escolas rurais (leia-se, das colônias de imigrantes), a coibição de seu uso em público e da circulação de material nessas línguas.

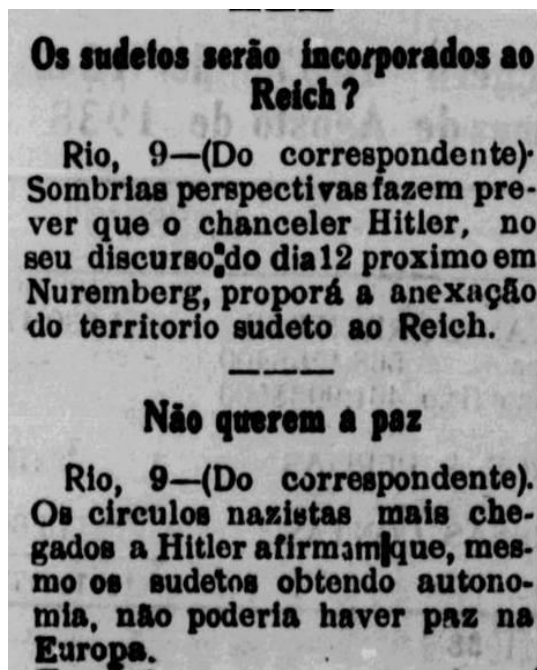
Figura 54 - Fac-símile de nota no jornal goiano O Social, citando invasão armada e violenta pelos nazistas em comício ocorrido em Graz, na Áustria (1933).



Fonte: Arquivo Frei Simão Dorvi, 2017.

Opiniões sobre o partido, portanto, já existiam quando JESSL ainda estava vivo, e mesmo nos anos seguintes ao seu óbito, as notícias sobre ações do NSDAP continuaram chegando à Cidade de Goiás. Ao menos no que dizia respeito ao contexto europeu, o tom era cada vez menos entusiasmado: falavam de "sombrias perspectivas" diante de novas ameaças de anexação de territórios à Alemanha (Figura 55), após o episódio do *Anschluss* austríaco, e também do compromisso da França e Inglaterra em acabar com o nazismo (Figura 56).

Figura 55 – Fac-símile de nota no jornal Cidade de Goiaz, citando planos de Hitler para anexar os sudetos à Alemanha nazista (1938).



Fonte: Site Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 18/11/2020.

Figura 56 - Fac-símile de nota no jornal Cidade de Goiaz, sobre rejeição da França e Inglaterra a discurso de Hitler em Danzig (1939).

— Tanto o ministro Chamberlain, como o Sr. Daladier, em resposta ao discurso de Hitler, em Dantzig, declararam que os seus países (Inglaterra e França) prosseguirão na luta até o aniquilamento radical e completo do nazismo, isto é, até a vitória definitiva.

Fonte: Site Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional Digital. Acesso em: 18/11/2020

Em todo caso, diante de outras prioridades como a mudança da capital e demais metas traçadas pelos grupos políticos que ascendiam naquela década no Estado de Goiás, afirmar-se nazista, ou trazer isso simbolicamente em um cemitério, não representaram um alerta à Cidade de Goiás; no máximo, renderiam um olhar torto ou uma provocação aos estrangeiros que assim se identificavam. Precisamos considerar

que Jessl nem mesmo era tratado por “nazista” nas correspondências. A presença sua e dos colonos alemães na antiga capital do Estado de Goiás não se justificava por questões ideológicas. Em local distante de suas terras de origem, novas relações foram construídas e novas prioridades surgiram com a questão básica da sobrevivência. O objetivo desses imigrantes, antes de qualquer coisa, era uma vida mais digna em um momento no qual havia se tornado insustentável permanecer na Alemanha ou na Áustria. Ao contrário dos vilaboenses, esses estrangeiros não viviam apenas no Brasil. Um pedaço de cada um deles permanecia em suas terras. Tão próximas, do outro lado do oceano.

Na cidade dos mortos,

Capítulo 3

onde vive uma
pequena máfia

“– Isso está meio morto, não? – sugeri, consciente da ironia.

– A paciência é a mãe da ciência – replicou Marina.

– E a madrinha da demência – devolvi. – Não tem nada de nada aqui.

Marina me deu uma olhada que não consegui decifrar.

– Está enganado. Aqui estão as lembranças de centenas de pessoas, suas vidas, seus sentimentos, suas ilusões, sua ausência, os sonhos que nunca conseguiram realizar, as decepções, os enganos e os amores não correspondidos que envenenaram suas vidas... Tudo isso está aqui, preso para sempre.

Olhei para ela intrigado e um tanto intimidado, embora não soubesse exatamente do que estava falando. Fosse como fosse, era importante para ela.

– Ninguém entende nada da vida enquanto não entender a morte – acrescentou Marina.”

Carlos Ruiz Zafón

3.1. O Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás: a recordação e o tabu da morte

Em seus relatos sobre os cemitérios que conheceu ao redor do mundo, a escritora argentina Mariana Enríquez conta que, por pouco, não ficou do lado de fora do Sara Braun, em Punta Arenas, no Chile. O local permaneceu fechado por um bom tempo, em razão dos incêndios supostamente criminosos que haviam destruído seis ciprestes centenários que faziam parte da vegetação característica do campo santo. Enquanto a polícia trabalhava em cima de hipóteses sobre o motivo do fogo, o prefeito lamentava o ocorrido, alegando que uma parte da história e patrimônio locais havia sido consumida (ENRÍQUEZ, 2021).

Se, no caso do Brasil, cemitérios ainda enfrentam dificuldades para obter o devido reconhecimento como patrimônio cultural⁵⁷, com todas as proteções legais que isso implica, podemos, ao menos, avaliar a importância que esses espaços ganham

⁵⁷ Só em 1970 os cemitérios foram reconhecidos como parte do patrimônio histórico nacional, por meio do Compromisso de Brasília (BORGES, 2002). Ainda assim, a autora alerta que: “O registro do Iphan lista apenas 15 tombamentos de monumentos diversos, entre cemitérios, portais de cemitérios, inscrições tumulares e túmulos específicos. Os dados poderiam ser interpretados, dadas as proporções do território nacional, como um quadro muito reduzido de tombamentos, haja vista a potencial relevância desses sítios como espaços de identidade e expressão cultural do grupo social que acolhem” (BORGES, 2017b, p.317).

localmente, seguindo a pista lançada pelo prefeito de Ponta Arenas. Já de início, algo é certo: a documentação dos cemitérios é única, pois decorre da morte de pessoas que participaram do cotidiano da comunidade. No caso de nossa pesquisa, falamos dos vilaboenses e outros tantos cujas histórias se cruzaram com a(s) da Cidade de Goiás. Essa documentação peculiar nos convida a refletir, dentro dos interesses da disciplina, sobre as práticas e representações em jogo ontem e hoje, estejam elas diretamente relacionadas ao tema da morte ou não.

A lápide de Jessl, por exemplo, permitiu que pensássemos a presença de um adepto do nazismo na antiga capital do Estado de Goiás entre o final da década de 1920 e primeira metade da década de 1930; também, possibilitou que levantássemos outras questões como o que circulava localmente sobre o nazismo ou a recepção a estrangeiros. A memória enquadrada na lápide, no entanto, não parou no tempo. Continua provocando a curiosidade de visitantes do cemitério nos dias de hoje – e é a este momento que nos voltaremos no presente capítulo. A lápide de Jessl e até mesmo seu túmulo, encabeçado pela representação não menos intrigante de um tronco ceifado (como se aquela vida tivesse sido interrompida cedo demais), são apenas um entre inúmeros outros “recortes” que compõem o campo santo e a colcha de retalhos da(s) história(s) da Cidade de Goiás. Impossível ignorar a importância deste espaço a muitos vilaboenses, mesmo quando a morte não parece assunto dos mais apropriados para um bolo e um cafezinho.

Certamente o tema permanece um tabu em nossa sociedade e sobre essa percepção que trazemos tão enraizada, o historiador Philippe Ariès oferece alguma luz, nos termos mais gerais do pensamento ocidental⁵⁸. Segundo o autor, ao longo do século XX, um olhar bem distinto se consolidou em torno da morte e da própria pessoa que se sabia próxima do fim da vida: se até então era comum que ela recebesse em casa familiares, amigos, vizinhos, membros da Igreja e da comunidade, como parte de um preparo para o instante derradeiro – todo auxílio vindo desses visitantes lhe garantiria uma “boa morte” –, o pensamento médico-higienista que se desenvolveu nos séculos anteriores levou, entre várias medidas, a uma rejeição de mortos e doentes, com suas

⁵⁸ Phillippe Ariès é comumente citado por quem se dedica à História da Morte, já que foi dos primeiros historiadores a se debruçar sobre esse campo de estudos. Nunca é demais lembrarmos, por outro lado, que o autor falava da Europa ocidental e o mais próximo que parecia chegar de nossa realidade era nos termos não menos abrangentes das “Américas”. É preciso pensar, então, em que medida os seus apontamentos se aplicam ao contexto de análise de cada pesquisa. As atitudes e ideias que se reconfiguravam na Europa de Ariès sem dúvida chegavam ao Brasil, junto aos estrangeiros, mas aqui também eram reelaboradas nas distintas realidades pelas quais circulavam.

secreções e odores⁵⁹, transformando profundamente as sensibilidades relativas ao fim da vida (ARIÈS, 2014). Como foi então que essas mudanças de percepções, que acabaram por consubstanciar o tabu da morte, apareceram no Brasil e em nosso contexto de pesquisa?

Voltando um pouco no tempo, podemos dizer que o século XIX representou um período de notáveis mudanças nas atitudes e sensibilidades vigentes no Brasil, inclusive com relação aos mortos. É compreensível, diante do que discutimos sobre como negociações simbólicas operam em uma via de mão dupla no cotidiano, que não só europeus adaptaram sua bagagem cultural às novas realidades que encontraram aqui, mas muitas condutas e percepções que chegavam da Europa também foram adequadas por políticos, intelectuais e pela população em geral, nas diferentes realidades que permearam ao longo desse século no Brasil. De modo geral, falamos de um período marcado pela chegada da família real portuguesa (1808) e, com ela, ideias que circulavam por aquela Europa ocidental de Ariès; século que trouxe as grandes levas de imigrantes que já citamos, para povoar e dinamizar o mercado de regiões como o sul do Brasil ou fornecer mão de obra após a Lei Áurea (1888). Tampouco devemos esquecer que foi nesse período que o Brasil se declarou independente de Portugal (1822), e o Estado precisou normatizar assuntos que passaram à sua responsabilidade – entre eles, *os mortos*, até então da alçada da Igreja Católica – rompendo, mais tarde, com a monarquia e declarando-se República (1889) (LIMA, 1996; RODRIGUES, 2014).

Não que essas “independências” e desvinculações amenizassem o influxo de pessoas, mercadorias e conhecimentos vindos do continente europeu; afinal, o período também se caracterizou, segundo Hobsbawm (2009), por uma acirrada disputa entre as potências industriais por mercados ultramarinos, fazendo de sua presença a partir de

⁵⁹ O historiador Alain Corbin explica que, principalmente no século XVIII, no ocidente europeu – assim como Ariès, seu enfoque é a França – acreditava-se que o ar transportava substâncias extremamente nocivas à saúde, denominadas miasmas, que resultavam de excreções, das fermentações e da decomposição de matérias de origem animal e vegetal por todo o ambiente. Tudo o que era fétido – das massas que se aglomeravam pelas cidades aos cadáveres enterrados nas igrejas, da água parada ao esgoto que corria a céu aberto – e todos os fatores que obstruíam a circulação e renovação do ar transformaram-se em ameaça à saúde pública, pela possibilidade de desencadear doenças, surtos epidêmicos e pestes. Por isso, uma série de medidas higiênicas e sanitárias passou a ser tomada para combater tudo o que exalava mal e implicava desordem, estagnação, sujeira, e também para eliminar o que estivesse em desequilíbrio no organismo humano (“humores”, como sangue, catarro, suor, urina...), além de odores julgados inconvenientes. Nessa reformulação das sensibilidades, o autor é enfático ao pontuar que cadáveres eram considerados uma das fontes mais perigosas de miasmas, já que as emanções provinham de um corpo inteiro em putrefação. O fétido e a morte se encadearam de tal forma, que passaram a representar tudo o que deveria ser evitado, em prol da vida (CORBIN, 1986).

então uma constante. Posturas, objetos, “necessidades”⁶⁰ que refletiam o modo de vida “civilizado” atribuído a esse ocidente europeu tornaram-se parâmetro às elites que comandavam o Brasil e à burguesia que se estruturava. Permearam também o cotidiano das classes populares, transformando-se de acordo com as realidades de cada grupo.

Entre os conhecimentos que orientaram essas novas atitudes e sensibilidades da sociedade brasileira no século XIX, estava justamente o pensamento médico-higienista que Lima (1996) alega ter sido trazido em grande parte por médicos portugueses e holandeses, com a adesão dos novos profissionais da área, que começavam a atuar na vida política do império. O saber médico era estratégico, pois possibilitava disciplinar a população a partir de uma série de ansiedades. Nessas circunstâncias, foi elaborada uma nova percepção acerca da convivência entre vivos e mortos nas igrejas, já que os últimos eram comumente enterrados no interior e entorno de tais espaços até meados desse século no Brasil⁶¹. Se os mortos passaram a representar um inconveniente e uma ameaça à população (pelos maus odores, pelos miasmas...), tinham que ser levados para longe dela. Daí a necessidade de se construírem cemitérios periféricos e extramuros (fora dos muros ou limites das igrejas).

Ao menos em termos oficiais, podemos dizer que foi com a Lei de 1º de outubro de 1828⁶², vigente por todo o império, que o discurso médico-higienista se fez presente na então província de Goiás. Tais ideias, amparadas por códigos de postura redigidos conforme necessidades locais, viabilizaram à administração provincial um controle sobre o espaço público, incentivando pessoas ao trabalho e novos hábitos de vida e coibindo a desordem, o ócio e tudo o mais que oferecesse um risco potencial à

⁶⁰ Verificando o contexto arqueológico do século XIX na cidade do Rio de Janeiro – vale lembrar, capital do Brasil entre 1763 e 1960 –, a arqueóloga Tânia Lima encontrou uma quantidade surpreendente de objetos e vestígios de produtos que atendiam aos princípios da medicina que chegava da Europa, e visavam à regulação do organismo a partir da excreção dos humores excessivos e desodorização corporal. Escarradeiras, urinóis, cadeiras sanitárias, frascos de elixires, laxantes, purgantes e produtos para desodorização corporal, aliados à documentação histórica (como anúncios de jornais) e à literatura do período permitiram à autora apontar a adoção de atitudes que não eram comuns à população brasileira, mas que foram construídas como necessidades da “civilização” que se almejava ver aqui – não sem uma boa dose de resignificação desses objetos por onde circulavam (LIMA, 1996).

⁶¹ A este respeito, Reis (1991, p. 216-217) lembra que: “Nem todos os mortos tinham direito à sepultura eclesiástica. Ela era terminantemente proibida aos judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas, duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja, excomungados, religiosos enriquecidos (se tinham profissão de pobreza), aos refratários à confissão e à extrema-unção, infiéis, crianças e adultos pagãos. Os incluídos em algumas dessas categorias teriam sepultura eclesiástica caso reparassem material e/ou espiritualmente suas faltas”.

⁶² Lei promulgada por D. Pedro I que determinou a construção dos cemitérios a céu aberto e fora dos limites das igrejas, tornando-se alvo de controvérsias, já que passava por cima de costumes locais. Borges (2002) lembra, no entanto, que não era a primeira vez que se tocava no assunto, pois, antes dessa imposição, recomendações em caráter oficial já haviam sido feitas pela construção de cemitérios que não fossem intramuros: em 1789 por D. Maria de Portugal e em 1801 pelo Príncipe Regente D. João.

oferta de mão de obra (MORAES, 1995; RABELO, 1997). Sem dúvida adequar-se à normatização foi um processo gradativo, tendo nos representantes das elites locais seu porta-voz, mas pelo menos duas situações de nosso interesse ilustram a apropriação desse discurso, que levou vilaboenses e outros integrantes do cotidiano local a rever percepções sobre os odores “impróprios” do dia a dia.

Em 1830, por exemplo, o periódico *Matutina Meyapontense* trouxe uma reclamação de “Rosseira Zellosa”, figura feminina que Prado (2019) destaca pela relativa repercussão de suas correspondências em um espaço restrito aos homens, nesses meados do século XIX. Com escrita articulada, a denunciante queixou-se do cheiro terrível que havia se alastrado por uma igreja da Cidade de Goiás, devido aos cadáveres ali sepultados, e enfatizou que o caso se repetia em outras delas. Reproduzindo a percepção que recriminava certos odores, “Rosseira Zellosa” questionou se faltava às pessoas temor a Deus ou olfato, nessa contenda entre o sagrado e o pútrido no templo. Em resposta que puxava a orelha da Câmara Municipal, o jornal citou justamente a Lei de 1º de outubro de 1828, que previa os cemitérios extramuros.

A necessidade da construção desse espaço veio novamente à tona na década seguinte, diante do receio da ação maléfica dos miasmas sobre a saúde da população. Em relatório à Assembleia Legislativa, em 1842, o vice-presidente da província, Francisco dos Santos Azevedo, solicitou um valor para sua estruturação, mesmo diante da difícil situação financeira. Para isso, evocou outro incômodo que se somava ao das igrejas: aquele da região do campo da forca, onde eram sepultados alguns dos cadáveres que não tinham o seu lugar nos templos religiosos:

Não podendo a Câmara Municipal desta Cidade construir pelas suas rendas um Cemiterio, continua se a enterrar os Corpos dos desgraçados no Campo da Forca aonde não há nem se quer huma cerca, que vede a entrada dos porcos, que continuamente estão a fossar as sepulturas, de maneira que as vezes chegam a apparecer os mesmos corpos, exalando sempre, e principalmente quando o Sol esta mais ardente, hum fetido terrivel, o que na verdade he bem prejudicial. Para evitar a continuação destes terríveis inconvenientes, peço-vos mui encarecidamente. Decreteis desde ja a quantia de 200U000 reis, para formar um Cemiterio em lugar proprio, para o qual serao transferidos os ossos, que existirem no Campo da Forca, se elle nao for alli mesmo estabelecido. Supposto reconheça que a quantia pedida nao chegará para a obra, que pretendo faser, com tudo nao me animo a pedir maior, não só por conhecer o estado de nossas Rendas, como por estar certo de que nao faltará quem concorra para huma obra tao justa. Este Cemiterio deve ficar a cargo do Hospital de Caridade, para nelle se enterrarem os Corpos dos desgraçados, e mesmo para outros quaesquer, mediante uma módica quantia, marcada pelo Governo Provincial, a beneficio do mesmo Hospital (MEMÓRIAS GOIANAS 3, 1986, p. 209 a 210).

Após as burocracias atinentes à instalação do espaço, previsto em normativo de 1846 – de onde vemos que cada local se adequou às exigências da lei de 1828 ao seu tempo –, o Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás foi inaugurado em agosto de 1858, sob os cuidados do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara⁶³ (MORAES, 1995; BORGES, 2005). Observando os preceitos higienistas, o cemitério foi construído em região afastada da vida cotidiana, um detalhe brevemente retomado na novela “Corações” da escritora e intelectual Marilda Palínia⁶⁴, publicada entre 1938 e 1939 no jornal *Cidade de Goiaz*. A autora o descreve como “aninhado aos pés da colina Santa Bárbara”, aonde se chegava após percurso em “larga rua em ladeira” (possivelmente uma referência à atual Rua Passos da Paz). Este “recinto dos mortos”, situado próximo à “pérola branca da capelinha Santa Bárbara”, era, nas palavras românticas da autora, “um cemitério pequenino e branco” que contrastava com as “sentinelas eternas que a noite veste de luto”; isto é, “seculares árvores de folhagem sinistramente escura”, dispostas à sua frente na época em que o enredo se desenrola, entre o final do século XIX e início do século XX.

Se nesse período, a morte (com seus mortos e miasmas) já havia sido expulsa para a periferia, o tabu da morte ainda não parecia totalmente enraizado. No mesmo capítulo de sua novela, Marilda Palínia narra que o transporte do corpo de uma personagem vitimada pelo tifo foi acompanhado por procissão – “E o prestito lentamente se pôs em marcha” – além de uma banda, e que “nas janelas, moças sorridentes se debruçavam curiosas como uma festa. E outras vinham ali, vestidas faceiramente, exibindo-se [...]”, pintando uma cena que por um instante nos remete, mesmo que em menor proporção, às pompas fúnebres que o historiador João José Reis

⁶³ A historiadora Sônia Magalhães aponta que a criação do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, em 1825, partiu do interesse do governo provincial em oferecer assistência aos mais pobres, doentes, morféticos, encarcerados, escravos e militares. Os serviços ainda não traduziam uma medicina qualificada à cura dos pacientes, mas ações de caridade por uma equipe com prática limitada na área. A instituição enfrentou uma série de adversidades ao longo do século XIX, tais quais divisão inadequada de enfermarias, falta de leitos e higienização precária. Como a província não possuía verbas para investir na instituição, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara sobreviveu de doações das elites locais, esmolas, rendimentos de sua botica, pagamentos para o tratamento de militares e escravos e dotações imperiais. Com a inauguração do Cemitério São Miguel, que logo passou à sua responsabilidade, os custos de serviços funerários e da emissão de atestados de óbito somaram-se à receita hospitalar, mas foi apenas sob a administração das irmãs dominicanas, que chegaram à Cidade de Goiás em 1889, que o hospital se equipou para a cura de seus pacientes (MAGALHÃES, 2004).

⁶⁴ Pseudônimo utilizado por Maria Paula Fleury de Godoy, escritora e poetista carioca que se mudou ainda criança para a Cidade de Goiás no final do século XIX e obteve repercussão por seus escritos nas décadas iniciais do século XX, sendo uma representante da elite local (BITTAR, 1997).

relata que aconteciam pelo Brasil, com adaptações locais, como parte dos procedimentos para a salvação da alma do morto⁶⁵ (REIS, 1991).

São atitudes que poderíamos considerar remanescentes de tempos passados – e que mostram como cada sociedade negocia mudanças, à sua maneira – se levarmos em conta se tratar de um período no qual o Brasil atravessava outros processos maiores, os quais, além de embasar a determinação pela secularização dos cemitérios, na forma do Decreto 789, de 27 de setembro de 1889, atingiram esses próprios costumes posteriormente⁶⁶, internalizando o tabu que não festeja, mas oculta a morte da vida cotidiana.

Borges (2005, 2017a) especifica que, nesse período de mudanças, o Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás foi desvinculado do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara (então ligado à Igreja) em 1925, quando se tornou responsabilidade da administração municipal. Sabemos que isso não foi sinônimo de um rompimento com o

⁶⁵ Foi comum até a metade do século XIX a adoção de uma série de práticas prescritas pela Igreja Católica, para se garantir uma boa morte ao moribundo e a salvação de sua alma no além – representando também a manutenção do poder da instituição eclesiástica sobre a vida cotidiana. As determinações constavam de documentos como as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), e outras instruções apareciam em manuais adotados no Brasil imperial, como foi o caso do “Breve aparelho, e modo fácil para ajudar a bem morrer hum christão...” do padre Estrevão de Castro (1677), refletindo-se nas orientações presentes em testamentos do período, inclusive aqueles levantados pelo historiador Deuzair José da Silva no contexto de Goiás (REIS, 1991; SILVA, 2012; RODRIGUES, 2014).

⁶⁶ De acordo com a historiadora Cláudia Rodrigues, o processo de secularização que levou à separação entre Estado e Igreja Católica – até então vinculados por meio do padroado régio – e reverberou no Brasil imperial especialmente a partir da segunda metade do século XIX, não significou a descristianização dessa sociedade e de suas atitudes diante da morte (RODRIGUES, 2014). Os mortos passaram à responsabilidade do Estado, porque o discurso médico-higienista transformou cadáveres e necrópoles em uma questão de saúde coletiva, dentro de um contexto mais amplo no qual a Igreja começava representar, na visão de uma elite político-intelectual, um entrave à liberdade de pensamento de outros grupos que compunham essa sociedade (podemos citar, apenas como um exemplo mais próximo da realidade de nossa pesquisa, os alemães protestantes). Borges (2014) lembra que os debates sobre a secularização dos cemitérios levaram à elaboração do referido Decreto Federal 789/1889, segundo o qual cabia ao município e não às autoridades religiosas a administração daqueles espaços. Rodrigues (2014) esclarece, no entanto, que, por mais que a Igreja Católica passasse a ser questionada como a única capaz de garantir aos enfermos uma boa morte, e por mais que certos medos (como o destino da alma) comessem a retroceder, a separação entre as esferas civil e eclesiástica não significou uma negação da fé cristã, mas sim uma maior autonomia do Estado diante das responsabilidades assumidas, inclusive no que dizia respeito à higiene pública. No caso de Goiás, Silva (2012) observou os reflexos dessa secularização na prática testamentária, apontando que, principalmente na segunda metade do século XIX, os goianos passaram a se preocupar menos com especificidades relativas à salvação da alma; entre aqueles que ainda optavam por um testamento, o foco voltou-se aos bens materiais. Reações à secularização de cemitérios, ou mesmo à construção desses espaços no Brasil oitocentista carecem de mais pesquisas e devem ser contextualizadas. Enquanto Reis (1991) retoma o emblemático caso da Cemiterada de 1836, em Salvador (BA) – revolta aderida pela população, que resultou na destruição do novo cemitério do Campo Santo, por ser representativo da proibição dos sepultamentos intramuros e, portanto, um ataque aos costumes ligados à salvação da alma – não houve reação similar na Cidade de Goiás com a inauguração do Cemitério São Miguel. O clero mantinha afinal o controle sobre os mortos, na figura da Santa Casa. Silva (2012) observou também que sepultamentos ocasionais ocorreram no interior de igrejas mesmo após a instalação do cemitério extramuros; porém, quando o assunto foi sua secularização, o clero veio a público expressar sua oposição.

seu caráter cristão, pois, quando adentramos o cemitério, observamos, por todos os lados, cruzes, crucifixos (o Cristo crucificado), imagens de anjos, santos, de Nossa Senhora e do Cristo, que refletem a religiosidade local (Figura 57).

Figura 57 - Abundância de símbolos cristãos pelo Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Em primeiro plano, crucifixo, com diversas cruzes ao fundo.



Fonte: Acervo de Samuel Campos Vaz, 2005.

Na época do falecimento de Jessl, da mesma forma, alguns costumes ainda estavam presentes⁶⁷. Se recordarmos a informação em sua certidão de óbito de que o corpo do jovem rapaz seria sepultado no cemitério municipal, podemos imaginar que aquela tarde de final de dezembro reuniu colegas de empresa, conhecidos da antiga capital, talvez alguns colonos de Uvã, e quem mais quisesse estar ali para orar por ele. Podemos imaginar também essas pessoas acompanhando o caixão com o corpo de Jessl pela rua que subia até o Cemitério São Miguel, distanciando-se do centro da vida cotidiana. Talvez, algumas homenagens foram feitas durante o enterro, ao colega que não estava mais presente, mas que encontrara na Cidade de Goiás a sua segunda casa, e que “sobreviveria”, de alguma outra forma, no campo santo.

⁶⁷ Essa afirmação tem por base o trajeto relatado pelo jornal Cidade de Goiaz, em 1938, por ocasião do falecimento de Joaquim Guedes de Amorim (vide nota 52 do capítulo anterior). O periódico relata que “uma multidão compacta acompanhou o féretro ao cemitério”, sugerindo a manutenção do cortejo fúnebre até aqueles anos na Cidade de Goiás.

Se certas atitudes permaneciam, a forma como a sociedade se distanciava de seus mortos também era sentida por outras pessoas. Em 1938, o médico e intelectual João Perillo, refletindo sobre a morte prematura de um amigo (e recuperando a imagem do homem “ceifado pela morte, em plena maturação do espírito”), lamentava, logo na primeira página do *Cidade de Goiaz*:

Em nenhum Estado do Brasil se mostra, como no nosso, maior e injusto descaso pelo culto de seus grandes mortos e pela memória daqueles que souberam destacar-se no cenário de seu tempo, deixando um precioso acervo de conquistas nos diversos domínios da inteligência humana.

Verdadeiramente, nós goianos, esquecemos muito depressa os nossos mortos. Sabemos exaltar as virtudes e os feitos dos vivos e olvidamos depois as obras duradouras e os triunfos dignificantes dos que morreram.

Furtamo-los ao conhecimento sereno dos vindouros, como se a morte apagasse ou diminuísse o valor das lutas e as belezas de uma vida.

Do nosso passado nos vêm e agigantam-se vultos de políticos, administradores, jornalistas, literatos e bemfeitores que se tornaram dignos de nossa estima e da nossa recordação, pelos exemplos e ensinamentos que nos legaram, pelo amor e devotamento à causa pública, pelos arroubos creadores da inteligência e pelos esforços e sacrifícios obscuros com que plasmaram e edificaram a grandeza do presente. Os seus nomes, entretanto, dormem no olvido, diluídos nos filtros do tempo, esquecidos das gerações que se renovam e lhes desconhecem as características individuais e os contornos morais dos perfis. E se alguém, à guisa de traços biográficos, tentar reavivá-los, terá de socorrer-se dos subsídios, por vezes, imprecisos e duvidosos da memória e do testemunho pessoal de algum contemporâneo, ainda vivo (*À MARGEM...*, 1938, p. 1).

Seja no caso dos homens ilustres de que trata João Perillo, ou de anônimos como Jessl, vemos que morrer não é um simples processo biológico, isolado e pessoal. A morte atinge, sobretudo, o coletivo, como lembra o antropólogo José Carlos Rodrigues, pois rompe laços de afetividade, reorganiza relações, e faz com que o grupo veja na “perda” de um dos seus, a possibilidade do próprio fim; motivo pelo qual eram comuns em nossa sociedade, até as décadas iniciais do século XX (e ainda o são em outras culturas), os rituais que uniam a comunidade diante da morte de alguém, atuando como “impulso contrário a essas forças desagregadoras” (RODRIGUES, 2006, p. 82). Para o antropólogo, esse tabu caminha paralelamente a um “mito da vida” que também teve suas raízes em períodos anteriores e se fortaleceu no século XX, modelando uma percepção de que, com avanços tecnológicos, a ciência garantiria o prolongamento da existência humana (daí, a autoridade dos profissionais da saúde); e a morte passaria a ser um “acidente”. Remédios, intervenções e tratamentos não faltam, no intuito de estender um pouco mais a vida. Rodrigues (2006) acredita, com isso, que o mito da vida

e o tabu da morte têm sua lógica dentro de sociedades industriais como a nossa, para as quais é essencial uma pessoa produtiva, que consuma, trabalhe e contribua ao “desenvolvimento”: cenário pulsante, no qual não há lugar para os mortos.

Esse tabu permeia também as falas de algumas pessoas com quem tivemos a oportunidade de conversar brevemente na Cidade de Goiás, neste ano de 2021⁶⁸. Quatro delas são vilaboenses, e uma nasceu no Estado de Minas Gerais, mas já mora na cidade há três décadas, encontrando-se de certa forma inserida no *ethos* do grupo. Durante as conversas, o único material que disponibilizamos foi uma foto da lápide com a suástica. Fizemos, então, algumas perguntas abertas, com o intuito de analisar o Cemitério São Miguel e Jessl no imaginário dessas pessoas, sem direcioná-las em suas respostas.

Questionada sobre as circunstâncias que a levava até o Cemitério São Miguel, Célia Mendanha Gouveia, Primeira-dama e atual Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, da Prefeitura do Município de Goiás, afirmou:

Eu confesso que vou pouco ao cemitério. Vou, quando tem o enterro de alguma pessoa próxima e no Dia de Finados (Célia Mendanha Gouveia, entrevista, 21/05/2021, Cidade de Goiás).

A relação dos demais entrevistados com cemitério municipal não é diferente: Iolanda de Aquino Leite, Secretária Municipal das Mulheres, Juventude e Igualdade Racial; Alinne Campos Jubé, do Centro de Referência de Assistência Social da Cidade de Goiás; e Sammuell Lima Costa compartilham dessa percepção sobre o local:

Minha ida ao cemitério é casual. Vou, quando envolve um caso de família mesmo (Iolanda de Aquino Leite, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

Eu vou ao cemitério apenas nos falecimentos de família e no Dia de Finados. Vou um dia antes de Finados também, para lavar os túmulos dos meus avós (Alinne Campos Jubé, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

O Cemitério São Miguel representa para mim a questão da saudade, lembrança dos entes queridos que são sepultados, dos familiares que são enterrados lá, nesse local. Eu vou no máximo duas vezes por ano, olhar a questão do túmulo, juntamente com meu pai (Sammuel Lima Costa, entrevista via Whatsapp, 24/01/2021).

⁶⁸ Em vista da gravidade do cenário da pandemia de Covid-19 no Brasil, neste momento, optamos por conversas mais sucintas, que, ainda assim, foram suficientes para acessar pontos do imaginário de nosso interesse. Essas conversas foram realizadas presenciais e individualmente no dia 21/05/2021, no próprio ambiente de trabalho dos entrevistados, para que se sentissem mais à vontade (apenas uma das entrevistas ocorreu de forma remota, em data anterior), com adoção de medidas de proteção recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como uso de máscara e distanciamento. Todos os entrevistados foram bastante solícitos, sem sinal de desconforto pelas circunstâncias.

As respostas reforçam que hoje, pessoas visitam cemitérios uma vez ou outra, associando o espaço mais fortemente à recordação dos antepassados (a ênfase até aqui é sobre familiares e outras pessoas próximas). Não há mais a “convivência” entre vivos e mortos à maneira do período das inumações em igrejas, e o compromisso maior com o local parece ser durante o Dia de Finados. O que existe agora é outra barreira além dos muros e horários desses cemitérios secularizados – fatores de isolamento⁶⁹ que, a nosso ver, contrapõem-se às portas “sempre abertas” das igrejas (Figura 58): falamos do tabu que fez dos mortos um elemento estranho aos afazeres do cotidiano, às conversas de rotina.

Figura 58 - Fachada frontal do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Os muros e a entrada principal, onde também funciona a administração, estabelecem a separação entre o domínio dos mortos e o dos vivos.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2017.

⁶⁹ Nossa percepção do “isolamento” dos cemitérios secularizados se inspira na caracterização oferecida por Lima (1994, p. 90), quando aponta que: “Ao lado dos loucos, doentes e condenados, os mortos são também excluídos, banidos do espaço urbano para áreas periféricas, igualmente enquadrados e, por extensão, controlados. O espaço funerário é assim cercado, bem delimitado, murado, gradeado (as normas definem até a altura dos muros e das grades, sempre bem superiores à estatura média de um indivíduo, de forma a desestimular a sua transposição). E cuidadosamente repartido, quadriculado (aléias, quadras, etc.) geometricamente alinhado, ordenado, de modo a permitir a observação, a vigilância, o controle. A circulação é bem definida e visível. Em cada sepultura há números, nomes e datas que individualizam os mortos, permitindo a sua imediata classificação e localização, tanto no espaço quanto na escala social. Esses dados são registrados em livros [...] O cemitério torna-se uma cidade fechada.”

Na Cidade de Goiás, encontramos, ainda, outros olhares sobre o espaço cemiterial, que refletem formas plurais de concepção da realidade. É o caso de Shirlei de Oliveira Souza, mineira que reside há 31 anos na cidade e que se encontra atualmente vinculada à Secretaria Municipal das Mulheres, Juventude e Igualdade Racial. Sua fala é interessante, porque, além de atestar a coexistência de religiões diversas no município, mostra que a coesão de cada coletivo (e aqui nos referimos àqueles que compartilham de sua religiosidade) é feita também das pequenas escolhas pessoais:

Eu não vou ao cemitério. Sou de religião de matriz africana e, para mim, o cemitério tem uma energia muito forte. Eu acho o sepultamento uma ação agressiva, sabe? Enterrar... Tenho todo o respeito pelo espaço do cemitério, tem outras pessoas da minha religião que frequentam, mas eu pessoalmente prefiro não ir por essa questão de energia, acho pesada (Shirlei de Oliveira Souza, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

A noção do cemitério municipal como espaço de recordação abriu caminho para outra pergunta que, de certo modo, retoma a ideia atribuída por Enríquez (2021) ao prefeito de Punta Arenas: quisemos saber se, na opinião dessas entrevistadas, quem não é da Cidade de Goiás deve conhecer o Cemitério São Miguel, ao visitá-la:

Sim, o cemitério é história! Para mim, ele é um espaço de recordação. Deve ser preservado, porque guarda muitas histórias (Célia Mendanha Gouveia, entrevista, 21/05/2021, Cidade de Goiás).

Devem sim, é um local de memória, e também para as pessoas pesquisarem a sua ancestralidade (Shirlei de Oliveira Souza, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

Olha, turista não se preocupa muito com história, ele se preocupa com diversão, pontos turísticos. O cemitério é importante, porque é parte da história da cidade (Alinne Campos Jubé, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

A recordação vai agora além do círculo íntimo, e o Cemitério São Miguel passa a ser associado às “histórias”, “memória”, à “história da cidade”⁷⁰. Os múltiplos recortes

⁷⁰ Os termos “memória” e “história” aparecem de forma intercambiável nas falas, porém, tomando por base a distinção proposta por Halbwachs (1990), o que observamos é a relevância do cemitério tanto à memória coletiva vilaboense quanto à própria historiografia da Cidade de Goiás. Os termos “histórias” (no plural) e “memória” retomam mais propriamente as narrativas sobre o passado vilaboense que circulam localmente, amparando sua identidade no presente, como propõem Pollak (1992) ou até Halbwachs (1990, p. 87): “O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo, e toma consciência de sua identidade através do tempo.” Já o termo “a história da cidade” soa mais próximo ao ofício dos historiadores, que Halbwachs (1990) caracteriza pela crítica e periodizações didáticas, ultrapassando a memória e mesmo interesses do grupo vivo. Discordamos do autor apenas ao considerar a história como uma coisa só – como toda disciplina, ela é sujeita a revisões cientificamente embasadas, e não uma interpretação que vai se fechando. Ao citarmos “histórias” em nossas análises, retomamos o sentido das recordações e outras narrativas ligadas a questões identitárias.

de memória, ali existentes, compõem a colcha de retalhos do(s) passado(s) que garante(m) a coesão da sociedade vilaboense no presente. É interessante observar que, apesar do tabu – bem marcado na fala de Alinne Jubé, ao sugerir que um cemitério não é o que turistas buscariam em suas viagens –, *persiste* o reconhecimento da importância desse espaço para o grupo, mesmo que não haja atualmente uma iniciativa oficial por sua divulgação ao público. Também na fala de Iolanda de Aquino Leite, o cemitério municipal é associado ao passado de valor à sociedade vilaboense; portanto, local de interesse a quem visita e quer saber mais sobre a Cidade de Goiás. Outro ponto, no entanto, merece destaque:

Com certeza, o cemitério é registro de memória, deve ser local de visitação. Ali tem histórias que marcam a vida de uma comunidade, *mesmo que causem estranhamento* (Iolanda de Aquino Leite, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021, grifo nosso).

O espaço cemiterial carrega também os encontros e trocas simbólicas do passado, que, afetados por eventos e percepções processados ao longo do tempo (como entre os dias de Jessl e nossa pesquisa), repercutem de outro modo, levando ao estranhamento citado. Poderíamos dizer que entre a criança que, em uma visita com os pais ao cemitério, olha para aquele “desenho” na lápide e não faz a menor ideia do que seja, e nós, pesquisadores, que devemos pensar esse conjunto de informações criticamente (suástica, Cidade de Goiás, “nosso”, austríaco, 1936...), sem a ingenuidade de acreditar que o símbolo se reduz às intenções de quem o quis ali, existe um meio do caminho precipitado: um entendimento de que a inscrição (recorte de memória que se desejou perpetuar ontem) é o símbolo nazista de hoje. Por isso, o estranhamento; por isso, a necessidade de situar tudo historicamente.

Assim, apesar de o tabu da morte tê-la dissociado do cotidiano dos vivos, transformando cemitérios em local de visitas casuais, ou mesmo fora de cogitação em respeito a outras visões de mundo, as falas dos entrevistados concordam que o Cemitério São Miguel é importante para a Cidade de Goiás, pelo vínculo com o passado vilaboense. Passado enquadrado nos epitáfios, realçando certos aspectos daqueles que foram parte dele (um pai zeloso, uma mãe e esposa querida, um político sério...) em detrimento de outros. São também sugeridos por meio de símbolos específicos (em sua maioria, cristãos), além de bustos, retratos memoriais, e assim por diante. Se muitos desses artifícios apelam aos moldes e às fórmulas já consagradas, há sempre oportunidade para pequenos agenciamentos, fugas à regra, que emprestam algo de

peçoal à composição. É o caso da suástica na lápide de Jessl: um símbolo que provavelmente ninguém elegeria hoje para colocar em um cemitério público.

Nesse ponto é curioso também observar que o símbolo passou despercebido em outras pesquisas realizadas no (ou a partir do) Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Entre as mais representativas, podemos citar o levantamento geral feito por Borges (2005) ou a investigação de Vaz (2014) sobre o imaginário local partindo de uma estatueta desse cemitério e as narrativas em que ela aparece. Mesmo pesquisadores como Moraes (1995) ou Silva (2012), que muito contribuíram ao traçar as circunstâncias que originaram este campo santo, para ilustrar outras questões – e aqui, vale lembrar, trata-se de período anterior à chegada de Jessl – não citam a lápide em estudos posteriores. Se pensarmos o caráter cristão do cemitério, retomado em todas essas pesquisas – e ao qual nos voltaremos mais adiante, com o exemplo da quadra onde o eletricitista foi inumado –, poderíamos até compreender o porquê de a suástica não ter destaque nesse espaço. Não significa dizer, entretanto, que ela seja completamente ignorada ali dentro. Se, por um lado, é pouco provável que alguém peça hoje uma suástica em sua lápide fica a pulga atrás da orelha: é interessante que a lápide com a suástica permaneça no cemitério municipal da Cidade de Goiás?

3.2. A suástica de Jessl: imaginar o passado, repensar o presente

Apesar da receptividade que conheceu em vida, Jessl não se tornou daqueles homens conceituados dos quais falava João Perillo, mesmo porque não era seu propósito no Brasil. Após sua morte, permaneceu anônimo tal qual grande parte dos inumados no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Por isso, talvez, as pessoas que entrevistamos relataram nunca ter ouvido falar dele por familiares ou conhecidos. Célia Mendanha Gouveia, no entanto, apontou algo interessante sobre o sepultamento do estrangeiro:

No Dia de Finados, sempre comentam! Muitas pessoas veem, pessoas curiosas, e comentam bastante sobre a lápide (Célia Mendanha Gouveia, entrevista, 21/05/2021, Cidade de Goiás).

Sammuel Lima mesmo diz que já chegou a fazer rápida pesquisa sobre o austríaco, mas sem êxito. O interessante, no entanto, é que com ou sem o amparo da documentação histórica, e com chances cada vez menores de encontrar contemporâneos

de Jessl vivos, o imaginário preenche lacunas à sua maneira, e aquela curiosidade citada pela Primeira-dama ganha vida na fala do entrevistado:

Sobre esse austríaco, eu não consegui achar nada. Pesquisei bem superficialmente sobre o cemitério e sobre ele. Não tenho nada. A única coisa que acho intrigante: é mais um fator histórico para Goiás, né? Goiás que é praticamente considerado o coração do Brasil, no meio do território brasileiro, afastado praticamente dos grandes centros na década de 30. Aliás, no início do século XX, um nazista aqui na Cidade de Goiás, isso é um fato muito intrigante para a época... ter pessoas desse tipo aqui. Já não bastavam as brigas das oligarquias, das famílias tradicionais, teve um nazista também aqui. Acho muito intrigante essa questão aqui na Cidade de Goiás, nesse período, justamente pela questão do povoamento da Colônia de Uvá no início do século XX (Sammuel Lima Costa, entrevista via Whatsapp, 24/01/2021).

Representações do passado e percepções do presente se confundem pelas águas profundas do imaginário, criando cenários interessantes. De repente, um nazista redimensionado pela ótica atual surge em local improvável; adentra terras que pareciam tão distantes de tudo naquele momento, como apontavam a historiografia e as narrativas da cidade há até algum tempo. Mesmo que de início Sammuel Lima se refira a Jessl por “austríaco” – identificação que não parece despertar muita curiosidade, em vista de outros estrangeiros como os colonos de Uvá – é o “nazista” que se sobressai pelo resto de sua fala; termo que parece contribuir até mesmo à intriga que permeou o passado de embates entre oligarquias locais. A Cidade de Goiás tem também suas histórias inusitadas, e, uma vez que elas começam a correr pelo imaginário social, transformam-se, aumentam e diminuem de tamanho, viram um “fulano me contou que...”, e por aí vai. Independentemente, então, do que foi o cotidiano para Jessl, sua presença reinterpretada hoje dá ao ontem outros tons não menos válidos. Para o imaginário, não existe mentira, existem histórias, inconstantes como suas águas... E para tentar entender como esse “nazista” veio parar no coração do Brasil, Iolanda de Aquino Leite arrisca:

Pensando em contexto histórico, a gente podia até perguntar se ele não veio para cá fugindo de uma perseguição (Iolanda de Aquino Leite, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

É interessante como o imaginário em torno de Jessl recorre ao partidário fixado pela suástica. Acreditamos que, se ele fosse apenas um austríaco, ou um dos colonos alemães, não teria inspirado a ideia da fuga. Seria apenas mais um imigrante que veio ao Brasil por qualquer outro motivo. Se hoje sabemos, porém, que nazistas se envolveram em inúmeros crimes como os jornais da época noticiavam (lembramos que a

entrevistada não teve acesso a esse material), além da própria Shoá, nada mais plausível de se imaginar do que um nazista foragido.

Como breve adendo, essa foi também uma das primeiras hipóteses que levantamos na etapa mais embrionária de nossa pesquisa, antes de encontrarmos datas precisas de Jessl no Brasil. Sustentamos a hipótese, amparados pela bibliografia, em vista da animosidade declarada entre o partido nazista austríaco e os grupos à frente do poder na Áustria, confluídos na figura do chanceler Engelbert Dollfuss, na década de 1930. Pauley (1981) assinala que, em 1933, o parlamento austríaco foi dissolvido e Dollfuss passou a governar por decreto, lançando todos os partidos adversários na clandestinidade. A medida não impediu retaliação por parte dos nazistas austríacos – gostaríamos inclusive de recordar a notícia que chegou à Cidade de Goiás, reproduzida no capítulo anterior, sobre a invasão que eles promoveram a um comício do qual Dollfuss participou em Graz, centro urbano próximo à cidade de Jessl. Segundo o historiador, aqueles que se identificavam como nazistas, no período, foram perseguidos e alvo de prisões na Áustria; situações que nos fizeram cogitar uma fuga de Jessl, *se* ele ainda vivesse em sua terra natal. Não foi o caso, mas, como sugere Durand (2012), até mesmo na base da racionalidade que instrui o pensamento científico há um quê de imaginação...

Hoje a suástica da lápide não se dissocia de imediato da ideia mais geral que carregamos do nazismo, mesmo que o objeto funerário remonte a um contexto específico. Lembramos que, recentemente, o sociólogo Boaventura dos Santos escreveu ao jornal português *Público* sobre certo fenômeno que chamou atenção em 2020: a derrubada de estátuas que evocam, segundo o intelectual, um poder de feições capitalista, colonialista e patriarcal que não pereceu junto àqueles homens retratados, mas que continua promovendo opressões étnicas, raciais, de gênero, e outras mais. Se, com base nessa análise, tentarmos um paralelo com a suástica no espaço cemiterial – mais precisamente pelo fato de o símbolo ter se fechado em uma visão racista e intolerante da realidade que continua produzindo sentidos (devemos ter em mente, afinal, que a história de Jessl não se impôs sobre a de outros grupos, ao contrário daquelas dos personagens retratados nas estátuas) – perguntamos: é interessante que essa lápide permaneça no Cemitério São Miguel? Aqui, outra discussão vem à tona:

Com certeza, precisamos de referências para que essas coisas não voltem a acontecer. O nazismo me traz medo, me faz pensar em morte, no Holocausto. O símbolo lembra Hitler. E também porque precisamos entender que sentidos que isso teve no passado (Célia Mendanha Gouveia, entrevista, 21/05/2021, Cidade de Goiás).

É interessante, para conhecer e saber sobre o passado. Faz parte da história do município. E para a gente lembrar que isso existiu no passado e reavaliar esse tipo de prática (Iolanda de Aquino Leite, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

Se de um lado a suástica provoca o imaginário atrás de respostas para um nazista na antiga capital de Goiás (justificando sua inscrição na lápide pelos sentidos que teve naquele momento) por outro, ela serve também para recordar o que não deve se “repetir”. Mas em que sentido isso é importante à Cidade de Goiás se a Alemanha nazista não a atingiu diretamente?

A nosso ver, essa preocupação se articula ao cenário brasileiro mais amplo dos últimos anos, marcado pela ascensão de grupos políticos que recorrem com frequência a discursos autoritários e intolerantes – fenômeno que não se restringe ao nosso país, vale dizer – além da presença de um Chefe de Estado que legitima posturas dessa natureza, enaltecendo inclusive a ditadura militar vigente no país entre 1964 e 1985. Nosso intuito, entretanto, não é o de enveredar por comparações entre essas ditaduras (a alemã na primeira metade do século XX; a brasileira na outra metade). Cada uma teve suas particularidades e deve ser pensada, antes de tudo, em seu contexto. Gostaríamos de propor tão somente que, se há um elo (por menor que seja) que faz uma suástica repercutir no Brasil de hoje como alerta para algo que não deve voltar a ocorrer, é porque ela evoca violações graves de direitos humanos (ainda que em proporções distintas) vividas nos dois países, quando regimes autoritários admitiram apenas uma perspectiva oficial, censurando e perseguindo tudo o mais que estivesse em desacordo.

Já havíamos falado que a memória, tal qual considerada nesta pesquisa, envolve simultaneamente recordação e esquecimento. Se, nesse momento, veio à tona a preocupação em recordar para não repetir, é porque, como brasileiros, ainda não trabalhamos satisfatoriamente o nosso próprio passado problemático da ditadura militar. Passado que agora é glorificado em um momento⁷¹, minimizado ou negado em outro⁷² pelas autoridades à frente do país. Se de cinismo em cinismo, relativiza-se o que ocorreu

⁷¹ Um exemplo: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>>. Acesso em: 30/05/2021

⁷² Um exemplo: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/ernesto-araujo-nega-golpe-militar-em-1964-e-diz-que-foi-um-movimento-necessario.ghtml>>. Acesso em: Acesso em: 30/05/2021

no Brasil a partir do golpe militar de 1964 – criando um meio do caminho entre recordação e esquecimento, marcado pela má-fé e desinformação, favorecendo uma “repetição” (sempre entre aspas, pois os tempos são outros) – então tudo o que parece remeter minimamente às experiências autoritárias desse(s) passado(s), como uma suástica, deve servir de alerta para obstar novos abusos.

Assim o vemos, pois Assmann (2012) já dizia que é preciso refletir a quem (ou a quais propósitos) no jogo político interessa esquecer ou recordar passados traumáticos, como o da Alemanha nazista ou de outras ditaduras que, apesar de suas peculiaridades, envolveram censura, perseguição e violações de direitos humanos. Muito embora a autora concorde, pela própria indissociabilidade entre recordação e esquecimento, que não há como apontar se a política que tende a um é melhor do que a que tende ao outro – novamente, dependeria das circunstâncias em que isso ocorre – Assmann (2012), ao analisar a atuação das atuais Comissões da Verdade, reconhece na proposta de recordar para não voltar a acontecer – ou recordar para esquecer, desde que este último termo implique reparação às vítimas – um caminho para trabalhar o trauma imposto pelo passado de dor, reintegrando a sociedade e considerando um futuro de mais respeito à dignidade humana:

Nesse contexto, recordar ganha uma função terapêutica, catártica e purificadora. Não é um objetivo final ou um fim em si, como no caso das comemorações ritualísticas em torno do Holocausto, mas sim um passo intermediário importante e imprescindível. Há inúmeros exemplos, nos mais variados contextos, da recordação transformadora. Na Confissão Cristã, por exemplo, é preciso recordar para esquecer: os pecados devem ser listados e falados, antes do perdão que o padre concede na absolvição. O processo artístico da catarse é similar: re-encenar uma experiência dolorosa no palco do teatro auxilia para que o fardo do passado seja re-vivido e expiado. De acordo com a teoria de Aristóteles, grupos que passam por esses processos experimentam uma purificação coletiva. Recordar para esquecer também é o objetivo básico da psicanálise Freudiana, ao trazer o passado penoso à consciência, para que então seja superado (ASSMANN, 2012, p. 61-62, tradução nossa).⁷³

⁷³ No original: In this context, remembering takes on a therapeutic, cathartic and purifying function. It is not a final goal or an end in itself as in the case of ritualistic commemorations of the Holocaust, but rather an important and irreplaceable intermediate step. There are numerous examples in various cultural contexts for such transformative remembering. In Christian Confession, for instance, one must remember in order to forget: the sins must be listed and spoken, before they are forgiven by the absolution of the priest. The artistic process of catharsis is similar: re-enacting a painful experience on the theatre stage allows the burden of the past to be re-lived and expiated. According to Aristotle's theory, groups which go through such a process are collectively purified. Remembering to forget is also the basic aim of Freudian psychoanalysis, which lifts the burdensome past into the conscious, so that it may be left behind (ASSMANN, 2012, p. 61-62).

Por mais, então, que a Alemanha nazista não tenha afetado diretamente a Cidade de Goiás, a suástica recupera um passado de arbitrariedades e violência que nos redireciona a outra situação mais familiar (porque nos lembra de nossos pais, nossos avós, quando não um passado vivido pelo próprio interlocutor) e que agora virou alvo do escárnio das autoridades do país. Não só não superamos uma ditadura do nosso passado, como muitos que tiveram a oportunidade de uma educação de qualidade parecem não entender (e outros optaram voluntariamente por ignorar) a dimensão problemática desse período, aumentando a ferida aberta, ao invés de tratá-la com seriedade. Se existe a possibilidade de uma “repetição” com outras feições, a recordação surge como imperativo para extirpar essa possibilidade. A partir do momento em que a suástica na lápide ultrapassa a memória que se buscou deixar de uma pessoa no contexto cemiterial e suas reinterpretações pelo imaginário, ela serve também à recordação de tudo o que foi, mas que não deve voltar a ser nem hoje nem amanhã.

Em seu texto ao *Público*, Boaventura dos Santos sugeriu um museu às estátuas incômodas, para que lá pudessem ser repensadas por um viés pedagógico. Não se deve simplesmente “sumir” com o passado. A lápide de Jessl, por sua vez, permanece no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás, como parte de suas histórias, e, até mesmo por isso, somente a sociedade vilaboense pode deliberar sobre ela. Sua importância no campo santo é reiterada pelas demais entrevistadas, devido à ligação com o passado local:

Ela deve ser mantida, sim, porque é parte da história da cidade (Alinne Campos Jubé, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

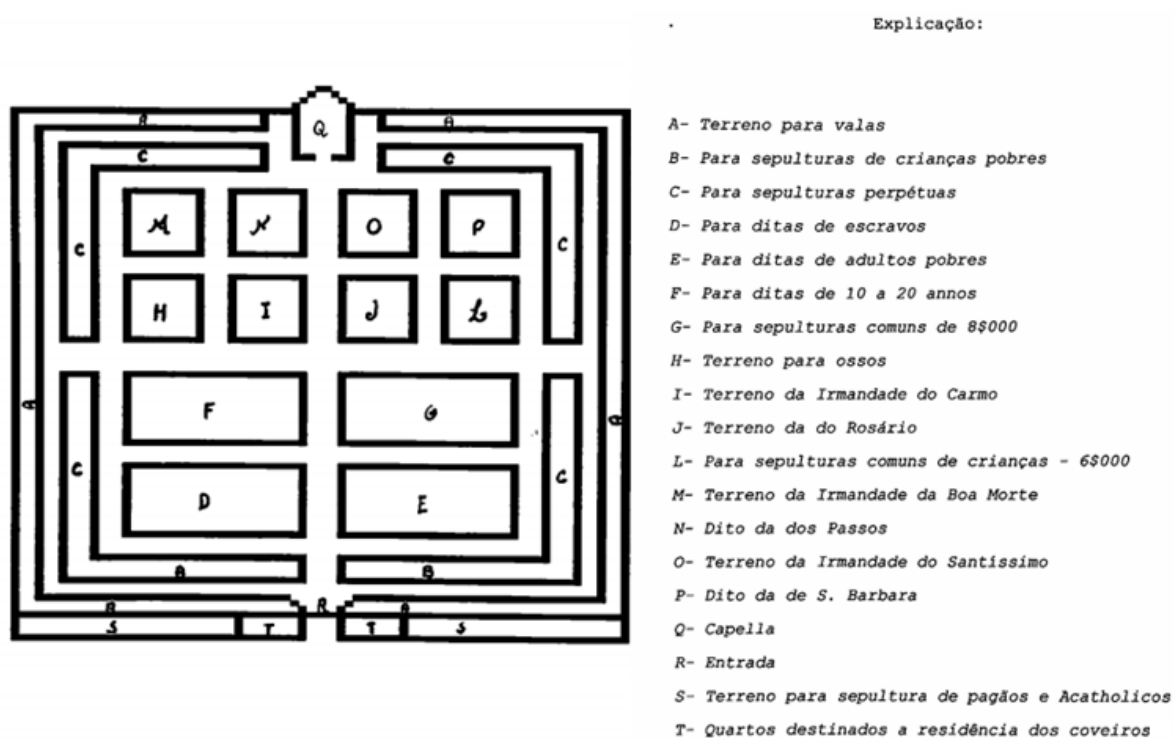
Olha, vou te dizer como alguém que não frequenta. Acho que é interessante, para manter a identidade da pessoa depois da passagem. Por uma questão de ancestralidade, para as pessoas que visitam o cemitério pensarem os seus antepassados (Shirlei de Oliveira Souza, entrevista, Cidade de Goiás, 21/05/2021).

Se até o momento não está claro se Jessl deixou ou não descendentes (as fontes ao nosso alcance sugerem que não), a fala de Shirlei nos lembra que a memória que se quis registrar sobre o austríaco pode servir a outras pessoas interessadas em rever mesmo as histórias de cunho mais íntimo, contadas por seus pais, avós. Histórias que talvez envolvam o austríaco, a vida na Cidade de Goiás na época em que esses estrangeiros começaram a chegar em maior número, ou as contribuições que prestaram ao Estado e à antiga capital.

3.3. Considerações sobre a quadra 7 do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás e possibilidades de pesquisa

Na cidade dos mortos aos pés da Santa Bárbara, vive uma pequena suástica, que continua provocando a curiosidade de uns e reflexões em outros. A quadra 7, onde o símbolo identifica a sepultura de Jessl ao visitante atento, oferece uma amostra da religiosidade que marca o Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Esse segmento do campo santo está presente desde a sua fundação. Quando a distribuição dos sepultamentos ainda espelhava uma hierarquia característica do domínio dos vivos, no século XIX, a quadra 7 foi destinada a sepulturas de 10 a 20 anos, sem especificações com relação aos grupos sociais atendidos (Figura 59).

Figura 59 - Planta baixa original do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás com a quadra 7 identificada pela letra F.

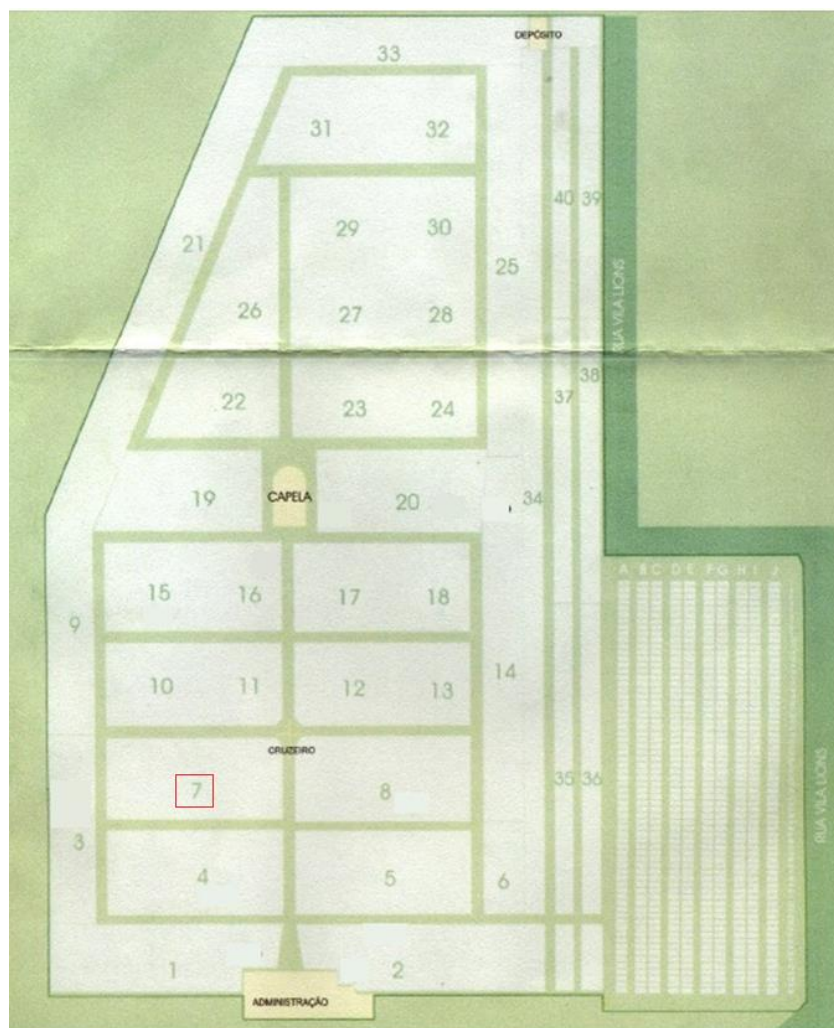


Fonte: Adaptado de Moraes (1995)

Se considerarmos a capela como ponto privilegiado do cemitério – além de consolidar o caráter cristão desse espaço, ela sinalizava os resquícios do velho privilégio da inumação próxima ao altar da igreja – vemos que a quadra 7 ocupava uma posição intermediária no esquema segregante da instituição. Afirmar mais do que isso exigiria

estudos específicos sobre os sepultamentos do período, em arquivos e no próprio cemitério. Epitáfios, símbolos, objetos vinculados às sepulturas (quando presentes) costumam oferecer um direcionamento. Além disso, aspectos culturais fornecidos pela documentação e pela bibliografia devem ser sempre levados em conta: mesmo que houvesse, por exemplo, a previsão de uma quadra para sepultamento de escravos no cemitério vilaboense, Vaz (2012) já fez menção a casos de escravos inumados junto aos seus senhores – uma honra que os primeiros nunca conheceram em vida. Hoje, de todo modo, não falamos mais do “cemitério pequenino” que figurou na novela de Marilda Palínia, mas sim de um espaço que, segundo Borges (2017a), já conta com 40 quadras distribuídas por uma área de 20.734 m² (Figura 60), resultantes das ampliações exigidas pelo tempo.

Figura 60 - Planta baixa atual do Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás, com destaque à quadra 7, que conta hoje com mais de 60 jazigos, entre sepultamentos individuais e coletivos/familiares.



Fonte: Adaptado de Borges (2005).

As quadras que acompanham o Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás desde a sua instalação não atendem mais seus objetivos iniciais, seja pela necessidade de reaproveitamento e expansão da área do cemitério com os óbitos que vieram ao longo dos anos, seja pelas mudanças na abordagem da morte pelos vivos (ninguém se preocuparia hoje em ser enterrado próximo à capela). Por outro lado, essas quadras mais antigas oferecem a vantagem de observarmos diferentes temporalidades lado a lado (Figura 61), em construções funerárias que refletem escolhas condizentes com as necessidades e realidade socioeconômica da sociedade vilaboense em cada momento.

Figura 61 - Sepultamentos de séculos distintos na quadra 7. À esquerda, jazigo com registro de óbitos em 2001 e 2013 (século XXI); à direita, estrutura já bastante erodida que reporta a óbito em 1882 (século XIX).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Trazemos aqui então uma amostra de sepulturas da quadra 7, para ilustrar situações aplicáveis ao cemitério como um todo. Ela se caracteriza principalmente por jazigos de menor porte com pouca ou nenhuma ornamentação (alguns rentes ao solo) e que mantêm a horizontalidade do conjunto associada ao senso comum do morto jacente (deitado). Alguns dos jazigos permanecem em alvenaria aparente (como o de Jessl), ao passo que outros foram pintados e/ou revestidos com material cerâmico ou granito (Figuras 62 a 65). Ocasionalmente encontramos jazigos de porte mediano devido a algum elemento que realça a verticalidade do conjunto (Figuras 66 e 67). Algumas dessas construções se encontram em estado de abandono. Já a presença de elementos recentes em outros deles (flores, santinhos...) sugerem que seguem sendo cuidados.

Figura 62 – Jazigo de Jessl, em alvenaria visível, exceto lápide em mármore e tronco em pedra (Registro de óbito: 1936).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2017.

Figura 63 - Jazigo em alvenaria com pintura desgastada (Registros de óbito: 1945, 1981, 2000).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 64 – Jazigo com revestimento cerâmico (sem informação de óbito).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 65 – Jazigo com revestimento em granito (Registro de óbito: 1979, 1989).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 66 – Jazigo em alvenaria (exceto lápide de mármore) e formato de obelisco, realçando a verticalidade da composição (Registros de óbito: 1924, 1955, 1964, 1974, 1987).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 67 – Jazigo em alvenaria (exceto lápide e mármore e crucifixo em pedra) e formato de obelisco, realçando a verticalidade da composição (Registro de óbito: 1921).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Essa materialidade dos jazigos, inclusive, é um caminho interessante aos pesquisadores do cotidiano local, pois permite levantar questões sobre as relações sociais nos períodos aos quais as estruturas remontam. Acerca dessa noção da cultura material, Meneses (1983) lembra que toda apropriação de elementos do meio físico pelo homem investe-se de intenções culturalmente definidas, e tudo aquilo que deriva desse ato transformador passa ele próprio a transformar e não apenas refletir aspectos dessa sociedade. Por esse motivo, o pesquisador interessado no cotidiano do grupo pode, por exemplo, investigar estratégias de afirmação de status social por meio desses jazigos; ou mesmo traçar um paralelo entre os gostos de cada período, seja pela comparação entre as construções de tempos distintos que “convivem” nas quadras mais antigas, seja por meio das intervenções feitas sobre um mesmo jazigo ao longo dos anos. Além do mais, os interessados nas práticas relacionadas à elaboração do luto na atualidade encontram com alguma frequência aqueles objetos de presença mais efêmera associados aos jazigos, como flores, velas, santinhos. Nesse caso, é recomendável um registro fotográfico a cada visita do pesquisador à instituição.

Cemitérios de pequeno porte⁷⁴ à maneira deste da Cidade de Goiás podem aparentar – apenas à primeira vista – um aspecto de maior “simplicidade”, sobretudo se comparados às necrópoles brasileiras oitocentistas mais representativas, que, no entanto, dizem respeito a contextos bastante distintos (como o Cemitério da Consolação em São Paulo). Se nas grandes necrópoles, questões como o status social do morto, por exemplo, costumam se anunciar já na monumentalidade de construções funerárias como os jazigos-capela ou opulentos mausoléus e suas esculturas apoteóticas – ao menos sinalizando mais abertamente certo prestígio –, nada disso ocorre no cemitério municipal vilaboense.

As questões postas pelo pesquisador requerem então uma análise criteriosa, que resista ao impulso de se orientar apenas pela presença ou não de revestimentos mais custosos, como o granito, ou elementos em mármore. Já que estamos falando de um contexto histórico, mais apropriado é estabelecer um diálogo entre essa materialidade e outras fontes de igual importância: os documentos de arquivos, as fontes orais que abrem as portas do imaginário social, os próprios epitáfios; além, é claro, da bibliografia, pois assim serão acessados outros pontos relevantes à reflexão, como as famílias locais de maior poder e influência e sua relação com o morto, ou a disponibilidade de materiais na época desses sepultamentos.

O que vemos no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás é um conjunto funerário adequado à realidade local, e se, como Borges (2014) ressalta, cemitérios de menor porte costumam apresentar de forma mais bem marcada aspectos culturais como a religiosidade local, não é de se estranhar a ubiquidade de elementos cristãos por essa instituição vilaboense. Arrais, Oliveira e Arrais (2016, p.83) lembram que desde o século XVIII, em todo o Estado de Goiás, “a Igreja era o centro da vida social das pequenas comunidades”. Assim, apesar do cenário de tensões que se seguiu no início do século XX, em âmbito goiano, segundo esses autores, diante da iminência da separação institucional entre Igreja e Estado (levando inclusive à secularização do cemitério municipal vilaboense), é nítido que, em momento algum, elementos que povoam esse imaginário cristão deixaram de aparecer, atrelados aos jazigos (Figuras 68 a 74).

⁷⁴ Partimos aqui da caracterização fornecida por Borges (2014, p. 358): “Os cemitérios secularizados de pequeno porte normalmente são locais que sofreram poucas intervenções e ampliações no transcorrer dos anos e cujas quadras mais antigas estão menos descaracterizadas; assim, podemos observar certa homogeneidade visual na maneira de agregar e na feitura dos modelos tumulares. Não temos como reconhecer em seu bojo um predomínio de elementos advindos da arte erudita europeia, já que esses cemitérios geralmente contêm uma gama de túmulos construídos em circunstâncias bem pontuais. Cabe à própria família se responsabilizar pela feitura do monumento, simples, com uma decoração, diríamos, até genuína, em conformidade com o gosto popular”.

Figura 68 – Amostra de cruzes associadas a jazigos da quadra 7, em estilos, materiais construtivos e revestimentos diversos (da esquerda para direita e de cima para baixo: madeira pintada, alvenaria, metal, metal pintado, granito, mármore).



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 69 – Altar com imagem de Nossa Senhora das Graças, em jazigo da quadra 7.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 70 – Imagem da Virgem Maria com detalhe do Sagrado Coração, em jazigo da quadra 7.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019..

Figura 71 – À esquerda, altar com imagem de Nossa Senhora e o menino Jesus, em jazigo da quadra 7. Embora pouco visível, há inscrito na porção superior do altar o monograma de Cristo (à direita, acima), comum em outros túmulos deste cemitério (exemplo à direita, abaixo, retirado de outra quadra).



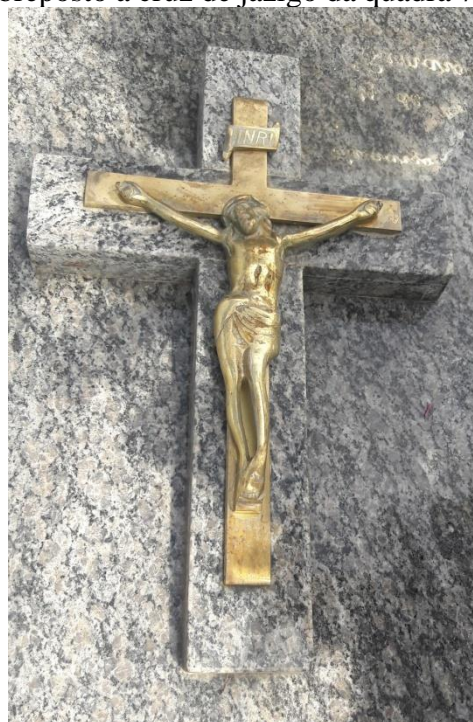
Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 72 – Crucifixo que acompanha jazigo da quadra 7.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 73 – Detalhe de crucifixo sobreposto a cruz de jazigo da quadra 7.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Figura 74 – Capelinha em jazigo da quadra 7. Neste exemplo, com imagem de Nossa Senhora Aparecida, velas e seu recipiente.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Esses elementos, no entanto, não devem ser pensados apenas como meros indicadores da religiosidade local. São de suma importância, por exemplo, aos investigadores do imaginário social, pois uma vez inseridos nas histórias que circulam por essa sociedade, ganham outra vida. Se a princípio uma cruz parecia ressaltar apenas a visão de mundo cristã que o morto carregou no passado, o imaginário trará narrativas que poderão colocar à prova essas primeiras impressões e fornecer outros aspectos da vida nessa sociedade.

Da mesma maneira, o detalhe de um epitáfio pode ser a deixa para questionar algo recorrente nas histórias que circulam ou na historiografia; e minúcias captadas por um olhar atento podem trazer à tona outros personagens do passado. Na quadra 7, não localizamos outro símbolo incomum além da suástica, mas há, por exemplo, o trabalho dos riscadores de pedra (Figura 75), artesãos de um período específico, que, segundo Borges (2008), vinculavam-se ao setor produtivo das marmorarias da região. Por meio de técnicas de polimento e picoteamento, esses riscadores gravavam motivos ornamentais cristãos sobre a superfície de pedras oriundas do Estado de Minas Gerais (mármore de Sete Lagoas), criando contrastes de claro e escuro, alto e baixo, e seus trabalhos são comuns nos cemitérios do Estado de Goiás.

Figura 75 – Ramos lavrados por riscadores de pedra sobre mármore em cruz que acompanha jazigo da quadra 7.



Fonte: Acervo de Frederico Tadeu Gondim, 2019.

Com base nessa amostra de sepultamentos da quadra 7, vislumbramos o potencial para estudos no (e a partir do) contexto cemiterial. Seja qual for a ênfase dada a partir dos interesses de diferentes disciplinas, os cemitérios dizem muito em seu silêncio sobre as relações sociais do passado e do presente. Precisamos retomar essa proximidade com o espaço dos mortos, pois, ainda que a morte tenha se tornado tabu em nossa sociedade, é justamente ao falar a seu respeito que começamos a mudar nossas percepções. Desmistificar a morte não é negar o fascínio que ela continuará exercendo sobre a humanidade, mas perceber que independentemente do que ela seja, é só em razão de sua certeza que nos propomos mudar o aqui e o agora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, respondemos questões que tiveram por ponto de partida a suástica inscrita na lápide de João Jessl (Johann Jessl), no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. Para evitar generalizações problemáticas, situamos historicamente nosso objeto de pesquisa e recompomos a visão de mundo que se consolidava pela lente da suástica, no momento em que o eletricitista austríaco estava vivo, para então analisar suas implicações no interior do Brasil, nas décadas iniciais do século XX. Analisamos a memória construída em torno desse estrangeiro no período, e como ele aparece no imaginário social vilaboense dos dias de hoje. Nazista lá e aqui, *a relevância desta informação acerca de Jessl varia de acordo com os diferentes momentos*. Sua presença no passado local intriga no presente, pois toma sentidos que refletem nossa percepção daqueles partidários de outrora; por isso a curiosidade diante de sua lápide no Dia de Finados, a hipótese da vinda como foragido e assim por diante.

O partidarismo que hoje inquieta muito provavelmente decorreu do contato de Jessl com ideias pangermanistas e um nazismo mais embrionário, adaptados à realidade austríaca e circulantes pelos locais onde ele possivelmente estudou. Só que Jessl não viveu pelo resto da vida na Áustria. Em 1925, o jovem eletricitista desembarcou no Brasil, uma terra de costumes e preocupações bem diferentes, onde, para sobreviver, teve que se adaptar. E mesmo sem nosso acesso a outros materiais que nos permitissem analisar aspectos mais subjetivos de Jessl, podemos dizer que seu propósito no Brasil não foi panfletário. Ele não veio por ordem do NSDAP. O rapaz austríaco poderia até sentir algum orgulho da ascensão do partido nazista no Reich vizinho à sua terra natal, já na década de 1930 – provavelmente se informava em suas conversas com comerciantes alemães, ou lia notícias que chegavam à antiga capital – mas o caldeirão do Terceiro Reich era uma realidade distante. Seu posicionamento político, nesse sentido, não teve importância ao contexto geral da Cidade de Goiás daqueles anos.

Em análise à documentação histórica, é outro aspecto sobre Jessl que desponta. O jovem estrangeiro pode até ter permanecido anônimo, mas ele não foi um imigrante qualquer que chegou sem perspectivas à antiga capital do Estado de Goiás. *Johann Jessl foi importante para a Cidade de Goiás, nos anos em que viveu por lá, porque ofereceu seu conhecimento em prol do fornecimento de energia elétrica ao município, nas primeiras décadas da prestação desse serviço*. Sua posição na Guedes, Ratto & Cia. foi estratégica, não só pelo saber especializado (daí, nossa hipótese de que ele veio para

Goiás por recomendação ou a convite), mas porque o alemão era sua língua materna. Este fator sem dúvida favorecia o diálogo com outros profissionais de empresas ou filiais estrangeiras, que comercializavam materiais importados da Alemanha e de interesse da empresa de Joaquim Guedes de Amorim. Assim, o eletricitista austríaco foi também acolhido pelos colegas.

Como afirmamos no início deste trabalho, Jessl teve e mantém, a nosso ver, relativo grau de importância à Cidade de Goiás, de um lado por sua contribuição ao fornecimento de energia elétrica à antiga capital, quando estava vivo; de outro, porque o conhecimento que apenas começou a ser tecido aqui poderá agregar às narrativas sobre o passado vilaboense, se for do interesse dessa sociedade. A presença de Jessl reforça, por exemplo, a circulação de estrangeiros pelo local, assim como a certeza de que a Cidade de Goiás nunca foi isolada ou alienada, como insistia o discurso pela mudança da capital.

Esse passado rico e de personagens por vezes inesperados nos levam a pensar quantas outras histórias interessantes o Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás deve guardar! Pessoas comuns que prestaram sua contribuição ao município e permaneceram anônimas após sua morte, por não carregarem um sobrenome das grandes famílias locais; por não ocuparem cargos de destaque (desembargadores, médicos...) ou por seus feitos não terem sido considerados representativos no período. Uma caminhada pelo cemitério pode ser a faísca, para pesquisas em torno dessas outras histórias e, com elas, novas interpretações que vão se costurando com o tempo.

De nossa parte, há o desejo em ouvir representantes da Colônia de Uvá e seus descendentes, em um momento mais oportuno, desde que seja do interesse dessas pessoas. Gostaríamos também de visitar o seu cemitério, com a devida permissão. Mesmo que este estágio da pesquisa de campo acabasse prejudicado em função da Covid-19, acreditamos em dias melhores, nos quais poderemos seguir com nossas entrevistas e retomar com mais tranquilidade nossas investigações no arquivo histórico da Cidade de Goiás (e, quem sabe, algum acervo pessoal).

A pesquisa não atinge um fim, mesmo quando optamos por outras direções. Sensibilizamo-nos, sobretudo, com a persistência de muitos desses estrangeiros que precisaram abrir mão da vida em seu país e recomeçar, sem saber o que seria deles a partir daquele momento. A morte é a única certeza que todos temos, e é em vista dela que buscamos alternativas, aliamos-nos a pessoas que não se parecem em nada conosco, ou talvez se pareçam até demais. Persistimos ou jogamos tudo para o alto, para depois

tentar novamente. O mundo tem muito a ganhar com esses trânsitos, sedentos por um sentido, sobretudo, quando as diferenças somam, ao invés de nos dividir.

REFERÊNCIAS

Fontes históricas

À margem de um perfil. *Cidade de Goiás*, ano I, n. 3, 06 de julho de 1938 – Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=843679&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=9>>. Acesso em: 17/05/2021.

Blätter des Bayerischen Landesvereins für Familienkunde. Munique, v. 07, n. 07/08, 1929. Disponível em: <https://www.blf-online.de/sites/default/files/blf_quellen_dateien/bblf_jahrgang_07_1929_nr_07_08.pdf> Acesso em: 19/02/2019.

Blätter des Bayerischen Landesvereins für Familienkunde. Munique, v. 07, n. 09, 1929. Disponível em: <https://www.blf-online.de/sites/default/files/blf_quellen_dateien/bblf_jahrgang_07_1929_nr_09.pdf>. Acesso em: 19/02/2019.

Blätter des Bayerischen Landesvereins für Familienkunde. Munique, v. 07, n. 10, 1929. Disponível em: <https://www.blf-online.de/sites/default/files/blf_quellen_dateien/bblf_jahrgang_07_1929_nr_10.pdf>. Acesso em: 19/02/2019.

Blätter des Bayerischen Landesvereins für Familienkunde. Munique, v. 08, n. 05, 1930. Disponível em: <http://www.blf-online.de/sites/default/files/blf_quellen_dateien/bblf_jahrgang_08_1930_nr_05.pdf>. Acesso em: 19/02/2019.

Contrato de trabalho de Oswaldo Duarte, s.d.

Corações. *Cidade de Goiás* – Ano I n. 29, 22 de janeiro de 1939. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843679&pesq=%22cemit%C3%A9rio%22&pasta=ano%20193&pagfis=109>>. Acesso em: 17/05/2021

Correspondência ao Sr. Redator da Matutina. *Matutina Meyapontense*, n. 98, 13 de novembro de 1930. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/matutina_meyapontense/matutina_meyapontense_1830/matutina_meyapontense_1830_098.pdf>. Acesso em: 16/05/2021.

Correspondência da Casa Fotóptica em 12/04/1929

Correspondência da Companhia Brasileira de Electricidade Siemens-Schuckert S.A., referência J. Nr. KA 10.800, em 12/04/1929.

Correspondência da Companhia Brasileira de Electricidade Siemens-Schuckert S.A., referência J. Nr. TA. 920, em 06/04/1931.

Correspondência da Companhia Brasileira de Electricidade Siemens-Schuckert S.A., referência J. Nr. TA. 821, em 23/01/1932.

Correspondência da Companhia Brasileira de Electricidade Siemens-Schuckert S.A., referência J. Nr. KA 2.287, em 24/01/1933.

Correspondência da Companhia Brasileira de Electricidade Siemens-Schuckert S.A., referência J. Nr. 2238, em 28/11/1935

Correspondência da Pires, Fontoura & Cia. em 24/02/1933.

Correspondência da Sociedade de motores Deutz Otto Legitimo em 06/02/1933

Correspondência de Belarmino Cruvinel em 15/05/1936.

Correspondência de José Rodrigues Rabello em 26/07/1928.

Diário Oficial da União em 16/09/1935. Disponível online em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2218756/pg-20-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-16-09-1935/pdfView>>. Acesso em: 31/07/2017.

Diário Oficial da União em 11/01/1937. Disponível online em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2023294/pg-58-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-11-01-1937/pdfView>>. Acesso em: 31/07/2017.

Eine Deutsche Kolonie im Innern Brasiliens. *Salzburger Volksblatt*, Salzburg, ano 63, n. 226, 1933. Disponível em: <<http://anno.onb.ac.at/cgi-content/anno?aid=svb&datum=19331001&seite=1&zoom=33>>. Acesso em 31/03/2020.

Iluminação pública. *Correio Official de Goyaz*, Goiás, ano 61, n. 170, 1918.

Iluminação pública. *Correio Official de Goyaz*, Goiás, ano 62, n. 221, 1919.

Iluminação pública. *Correio Official de Goyaz*, Goiás, ano 63, n. 271, 1920.

Joaquim Guedes de Amorim. *Cidade de Goiaz*, Goiás, ano 1, n. 6, 1938. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843679&pesq=%22cemit%C3%A9rio%22&pasta=ano%20193&pagfis=21>>. Acesso em: 18/11/2020.

Lápide de João Jessl, 1936.

Lista de passageiros do vapor Orania (Santos, 28/12/1925). Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1075130&v_aba=1>. Acesso em: 26/02/2020.

Livro de registro das horas de trabalho da firma Guedes, Ratto, Cia. – Capital, s.d.

Luz Electrica. *Correio Official de Goyaz*, Goiás, ano 63, n. 260, 1920.

Manual em alemão *Präzisions-Kleinselbstschalter* da Siemens-Schuckert S.A., 1935.

O mundo em revista... *Cidade de Goiaz*, Goiás ano 2, n. 60, 1939. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=843679&pasta=ano%20193&pesq=Nazismo&pagfis=220>>. Acesso em: 18/11/2020.

Os sudetos serão incorporados ao Reich? / Não querem a paz. *Cidade de Goiaz*, Goiás, ano 1, n. 12, 1938. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=843679&pasta=ano%20193&pesq=Nazistas&pagfis=45>>. Acesso em: 18/11/2020.

Pelo mundo. *O Social*, Goiás, ano 1, n. 2, 1933.

Pelo mundo. *O Social*, Goiás ano 1, n. 3, 1933.

Registro de óbito de João Jessl junto ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas, em 28/12/1936.

Schlangengeschichten von der Kolonie Rio Uvá. *Deutscher Morgen*, São Paulo, ano 07, n. 35, 1938. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/10317>>. Acesso em: 26/06/2019.

Sterbebuch 5 1903-1938 | 5881 - Feldkirchen bei Graz – Diözesanarchiv Graz-Seckau. Disponível online em: <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5881/?pg=1>>. Acesso em: 17/03/2019.

Sterbebuch 6 1917-1938 | 12229 - Frohnleiten – Diözesanarchiv Graz-Seckau. Disponível online em: <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/frohnleiten/12229/?pg=1>>. Acesso em: 21/03/2019.

Sterbebuch 17 1927-1930 | 308 – Graz-Hl. Erloeser – Diözesanarchiv Graz-Seckau. Disponível online em: <<http://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/graz-hl-erloeser/308/?pg=1>>. Acesso em: 21/03/2019.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008

ALBERNAZ, Ondina de Bastos. *Reminiscências*. Goiânia: KELPS, 1992.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

ARRAIS, Cristiano Alencar; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; ARRAIS, Tadeu Alencar. *O século XX em Goiás: o advento da modernização*. Goiânia: Câne Editorial, 2016.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução por Paulo Soethe (Coord.). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

_____. To Remember or to Forget: Which Way out of a Shared History of Violence? In: ASSMANN, Aleida; SHORTT, Linda (Eds.). *Memory and Political Change*. London: Palgrave Macmillan, 2012

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. *OP SIS*, v. 7, p. 167-186, 2010.

BERTONHA, Fábio. O império austro-húngaro: o autor desconhecido da Primeira Guerra Mundial. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 115-137, out. 2015.

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. *Revista UFG*, Goiânia, ano 8, n. 1, p. 62-67, jun. 2006.

BITTAR, Maria José Goulart. *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

BOBBACK, Scott M.; McCANN, Katelyn J.; WOOD, Kevin A.; McNEIL, Patrick M.; BLANKENSHIP, Emmett L.; ZWERNER, Charles F. Snake Constriction Rapidly Induces Circulatory Arrest in Rats. *Journal of Experimental Biology*, Carlisle, v. 218, p. 2279-2288, 2015.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto = Funerary Art in Brazil (1890-1930): Italian Marble Carver Craft in Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

_____. *Cemitério São Miguel*. Goiânia: Faculdade de Artes Visuais – Universidade Federal de Goiás. 2005. Folder.

_____. Os riscadores de pedra: produtores de uma alegoria funerária cristã. In: III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, 2008, Goiânia. *Anais do III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais*. Goiânia: IAD – Universidade Federal de Goiás. 2008. v. 01.

_____. Cemitérios secularizados no Brasil: um olhar histórico e artístico. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Org.). *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

_____. *Um olhar sobre o espaço da morte = Un regard sur l'espace de la mort*. Goiânia: Gráfica UFG, 2017a.

_____. Os cemitérios secularizados no Brasil: um patrimônio cultural a ser preservado. In: KULEMEYER, Jorge Alberto; CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de (Org.). *El lado perverso del patrimonio cultural*. San Salvador de Jujuy: EDIUNJU, 2017b.

_____. Cemitérios do Estado de Goiás: um levantamento a ser ponderado. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, 2019, Porto Alegre. *Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais – cemitérios: gestão, culturas e religiosidades*. Porto Alegre: ISCMPA, 2020. p. 483-496.

BORGES, Maria Elizia; SANTOS, Alcineia Rodrigues dos; GOMES, Laryssa Tavares Silva. *Estudos cemiteriais no Brasil: catálogo de livros, teses, dissertações e artigos*. Goiânia: UFG/FAV/Ciar/Funape, 2010.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 18ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marionilde Dias. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

_____. Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do império, 1896-1914. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, nº 66, p. 13-29- 2013.

BRITO, Maria Helena de Oliveira. *A colônia alemã do Uvã: uma tentativa de colonização em Goiás (1924-1954)*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1992. Coleção Documentos Goianos, 20.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2017a.

_____. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. Tradução de Renato Prelorenzou. São Paulo: Editora UNESP, 2017b.

CARVALHO, Matheus Landau de. Um breve histórico do início da teoria da invasão ariana. *Sacrilegens*, v. 9, p. 127-142, 2012.

_____. Alguns desdobramentos da teoria da invasão ariana ao longo do século XIX E.C. *Sacrilegens*, v. 11, p. 18-35, 2014.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

_____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 3ª ed. 1ª reimp. Goiânia: Editora UFG, 2013.

CORBIN, Alain. *The Foul and the Fragrant: Odor and the French Social Imagination*. Tradução de Miriam L. Kochan. New York: Berg Publishers, 1986.

DANZINGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. *Arquivo Maaravi: revista digital de estudos judaicos da UFMG*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil*. São Paulo: Editora Todas as Musas, 2012.

DREIER, Werner. *Colônia Áustria Bairro da Seda: Voralberger Auswanderer nach Brasilien*. Bregenz: Voralberger Autoren Gesellschaft, 1996.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução de René Eve Levié. 3ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

_____. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

EASTON, Donald F. Heinrich Schliemann: Hero or Fraud? *The Classical World*, Baltimore, v. 91, n. 05, p. 335-343, 1998.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

ENRÍQUEZ, Mariana. *Alguien camina sobre tu tumba: mis viajes a cementerios*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2021. Edição digital (Kindle).

ERMACORE, Davide. The Comparative Milk-suckling Reptile. *Anthropozoologica*, Paris, v. 52, p. 59-81, 2017.

EVANS, Richard John. *A chegada do Terceiro Reich*. Tradução de Lúcia Brito. 3ª ed. São Paulo: Planeta, 2016a.

_____. *Terceiro Reich no poder*. Tradução de Lúcia Brito. 3ª ed. São Paulo: Planeta, 2016b.

FENTON, Steve. *Ethnicity: Racism, Class and Culture*. London: Macmillan Press Ltd., 1999.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. *Greetings from Brazil: Brazilian State Capitals in Postcards and Souvenir Albums*. São Paulo: Solaris Cultural Publications, 2004.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GOES, Hugo. *Manual de direito previdenciário: teoria e questões*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2019.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc., 1963.

GOMIDE, Cristina Helou. *Centralismo político e tradição histórica: Cidade de Goiás (1930-1978)*. 1999. 227 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HITLER, Adolf. *Minha luta*. 8ª ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1962.

HOBBSBAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cerdim Cavalcante. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

KOTHE, Mercedes Gassen. Organizações ligadas à emigração alemã para o Brasil. *Textos de História*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 53-109, 1993.

LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudos de identidade e mobilidade social). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 2, p. 87-150, jan/dez 1994.

_____. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 2, n. 3, p. 44-96, 1996.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. *Espaço Plural*, n. 19, p. 95-104, 2008.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 11, n. 3, p. 661-83, set-dez 2004.

MEMÓRIAS GOIANAS 3. *Relatórios dos governos da Província de Goiás de 1835-1843*. Goiânia: Ed. UCG, 1986.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1983.

MENEZES, Rachel Aisengart. A morte como objeto de investigação. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Org.) *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MIRSCH, Ingo (Ed.). *Die Geschichte der Marktgemeinde Feldkirchen bei Graz: Teil 3. Feldkirchen bei Graz*: [s.n.], 2014.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *As estratégias de purificação dos espaços na capital da província de Goiás (1835-1843)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

MORAES, Luís Edmundo. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

_____. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. *Boletim do Tempo Presente (UFRJ)*, n. 4, p. 1-22, 2013.

MORAES, Luís Edmundo de Souza; GAK, Igor. O partido nazista e o mito da Quinta Coluna no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 197-235, jun-dez 2015.

MOTADEL, David. Iran and the Aryan Myth. In: ASARI, A.M. *Perceptions of Iran: History, Myths and Nationalism from Medieval Persia to the Islamic Republic*. London: IB Tauris, 2013.

NARCIZO, Makchwell Coimbra. *A negação da Shoah na História: uma análise dos trabalhos “negacionistas” enquanto História e o problema da administração da Memória*. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Lamento e dor: tradução do epitáfio de Lúcio Trébio Divo (séc. III-IV D.C.). *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, Campinas, n. 29, p. 195-206, jan-dez 2015.

OMENA, Luciane Munhoz de; CARVALHO, Margarida Maria de. Família, memória e morte nas inscrições sepulcrais de Mediolanum (I-II D.C.). *Heródoto*, Guarulhos, v. 3, n. 1, p. 336-354, 2018.

PAULEY, Bruce Frederick. *Hitler and the Forgotten Nazis*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1981.

_____. *From Prejudice to Persecution: A History of Austrian Anti-Semitism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRADO, Paulo Brito do. *Aventuras feministas no sertão de Goiás: as mulheres e suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-1931)*. 2019. 471 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PRUTSCH, Ursula. *A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938)*. Brasília: Embaixada Austríaca no Brasil, 2011.

QUINN, Malcolm. *The Swastika: Constructing the Symbol*. New York: Routledge, 1994.

RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889*. 1997. 215 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. A secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In: RODRIGUES, Cláudia; LOPES, Fábio Henrique (Org.) *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. 1ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia. *OPISIS*, Catalão, v. 14, n. 1, p. 399-414, jan-jun 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil). *Revista De Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 57-71, 1986.

_____. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000

_____. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 121-147, jul./dez. 2004.

SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves; ALBUQUERQUE, Maurício da Cunha. “Hail, Arminius! O Pai dos Alemães!”: a construção mítica da Unificação Alemã entre 1808 e 1875. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 330-355, maio/ago. 2017.

SILVA, Deuzair José da. *A (Re)invenção do Fim: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX*. 2012. 298 f. (Tese de Doutorado) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SILVA, Sidney de Souza; MELLO, Heloísa Augusta Brito de. A colônia do Rio Uvá: várias histórias em uma só. *Signum: estudos da linguagem*, Londrina, n. 13/2, p. 417-452, dez. 2010.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983.

SPERBER, Dan. *Rethinking Symbolism*. Tradução de Alice L. Morton. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

TALARICO, Guilherme. A “modernidade múltipla” brasileira na trajetória do fotógrafo Alois Feichtenberger. *Revista Photo & Documento*, ano 5, 2018.

TRIGGER, Bruce Graham. *A History of Archaeological Thought*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

VAZ, Samuel Campos. Imagem e História no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. *Habitus*, Goiânia, v. 10, n. 2, p.319-325, jul-dez. 2012.

_____. *A “Menina do Caco”*: imagem, imaginário e religiosidade no Cemitério São Miguel da Cidade de Goiás. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

WASCHECK, Hugo Luciano. *Um curto período da vida dos alemães em Goiás*. São Paulo: DAG Gráfica e Editora Ltda., 1993.

WILSON, Thomas. *The Swastika, The Earliest Known Symbol, And Its Migrations: With Observations on the Migration of Certain Industries in Prehistoric Times*. Washington: United States National Museum. 1896.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Identidades e memórias entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, v. 14, p. 205-238, nov. 2000.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 20.465, de 1º de outubro de 1931. Reforma a legislação das Caixas de Aposentadoria e Pensões. Disponível online em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20465-1-outubro-1931-500674-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06/03/2020.

_____. Decreto nº 41.516, de 17 de maio de 1957. Transfere da firma Guedes, Ratto & Companhia para a Prefeitura Municipal de Goiás, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Goiás, Estado de Goiás. Disponível online em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41516-17-maio-1957-380258-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02/03/2020.

_____. Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>. Acesso em: 13/12/2020.

_____. Lei 9.954, de 15 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível online em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm>. Acesso em: 13/02/2020.

Sites consultados

Apartamentos da USP amanhecem com suásticas nas portas. In: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/apartamentos-da-usp-amanhecem-com-suasticas-nas-portas.shtml>>. Acesso em: 19/06/2020.

As estátuas do nosso descontentamento. In: *Público*. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2020/06/17/opiniaopiniaopinia/estatuas-descontentamento-1920696>>. Acesso em: 24/05/2021.

Bayerischen Landesverein für Familienkunde e.V. In: *Historisches Lexikon Bayerns*. Disponível em: <https://www.historisches-lexikon-bayerns.de/Lexikon/Bayerischer_Landesverein_f%C3%BCr_Familienkunde_e._V.>. Acesso em: 19/02/2019.

Bolsonaro determinou ‘comemorações devidas’ do golpe de 1964, diz porta-voz. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>>. Acesso em: 30/05/2021.

Des inscriptions antisémites découvertes dans un cimetière près de Lyon. In: *Lyon Mag*. Disponível em: <<https://www.lyonmag.com/article/99620/des-inscriptions-antisemites-decouvertes-dans-un-cimetiere-pres-de-lyon>>. Acesso em: 18/11/2020.

Ernesto Araújo diz que não houve golpe em 1964 e que movimento dos militares foi ‘necessário’. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/ernesto-araujo-nega-golpe-militar-em-1964-e-diz-que-foi-um-movimento-necessario.ghtml>>. Acesso em: 30/05/2021.

Gemeinden - Einwohnerzahl 1.1.2020 nach Gemeinden mit Status, Gebietsstand 1.1.2020. In: Statistik Austria. Disponível em: <http://www.statistik.at/web_de/klassifikationen/regionale_gliederungen/gemeinden/index.html>. Acesso em: 13/03/2020.

Jeder vierte Deutsche denkt antisemitisch. In: *Süddeutsche Zeitung*. Disponível em: <<https://www.sueddeutsche.de/politik/antisemitismus-deutschland-juedischer-weltkongress-1.4652536>>. Acesso em: 18/11/2020.

Landkarte – Republik Österreich In: *D-Maps*. Disponível em: <https://d-maps.com/carte.php?num_car=4546&lang=de>. Acesso em: 13/03/2020.

Landkarte – Steiermark (Österreich). In: _____. Disponível em: <https://d-maps.com/carte.php?num_car=34050&lang=de>. Acesso em: 13/03/2020.

Marc Riboud, um dos grandes nomes da fotografia humanista. In: *Revista FHOX*. Disponível em: <<https://fhox.com.br/albuns/marc-riboud-um-dos-grandes-nomes-da-fotografia-humanista/>>. Acesso em: 18/06/2020.

“Nazismo de esquerda”: o absurdo virou discurso oficial em Brasília. In: *Deutsche Welle*. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/nazismo-de-esquerda-o-absurdo-virou-discurso-oficial-em-bras%C3%ADlia/a-48060399>>. Acesso em: 11/12/2019.

Nuremberg Stadium Swastika Blown up by US Troops. In: *United States Holocaust Memorial Museum*. Disponível em: <<https://collections.ushmm.org/search/catalog/irn1001506>>. Acesso em: 19/06/2020.

O partido nazista no Brasil (Entrevista). In: *Café História*. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/o-partido-nazista-no-brasil/>>. Acesso: 14/09/2019.

Ökonom. In: *Duden*. Disponível em: <<https://www.duden.de/rechtschreibung/Oekonom>>. Acesso em: 14/03/2019.

Original German Nazi Party SS Deutschland Erwache Standart. In: *Gettysburg Museum of History*. Disponível em: <<https://www.gettysburgmuseumofhistory.com/portfolio/original-german-nazi-party-ss-deutschland-erwache-standard/>>. Acesso em: 06/06/2019.

Representações austríacas. In: *Embaixada da Áustria em Brasília*. Disponível em: <<https://www.bmeia.gv.at/br/embaixada-da-austria-em-brasilia/austria-no-brasil/representacoes-austriacas/>> Acesso em 26/04/2020.

Strong together: The Founding of Siemens-Schuckertwerke. In: *Siemens*. Disponível em: <<https://new.siemens.com/global/en/company/about/history/news/siemens-schuckertwerke.html>>. Acesso em 05/02/2020.

Suástica, KKK e “#Mito” aparecem pichados em colégio da zona oeste de SP. In: *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,suastica-kkk-e-mito-aparecem-pichados-em-colegio-da-zona-oeste-de-sp,70002554761>>. Acesso em: 19/06/2020.

Túmulos de cemitério judaico na França são vandalizados com suásticas. In: *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/tumulos-de-cemiterio-judaico-na-franca-sao-vandalizados-com-suasticas.shtml>>. Acesso em: 18/11/2020.

Túmulos de cemitério judeu na França são pichados com suástica. In: *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,tumulos-de-cemiterio-judeu-na-franca-sao-pichados-com-suasticas,70003112986>>. Acesso em: 18/11/2020.

ANEXOS

- Anexo 1 – Registro de nascimento de Johann Jessl (pai) no livro de Langlamnitz (1875)**
- Anexo 2 – Registro de óbito de Johann Jessl (pai) no livro de Feldkirchen bei Graz (1917)**
- Anexo 3 – Registro de nascimento de Anna Blumauer (mãe) no livro de Feldkirchen bei Graz (1881)**
- Anexo 4 – Registro de óbito de Anna Jessl (mãe) no livro da Erlöserkirche, em Graz (1929)**
- Anexo 5 – Registro de óbito de Anna Jessl (mãe) no livro de Feldkirchen bei Graz (1929)**
- Anexo 6 – Registro de casamento de Johann Jessl e Anna Blumauer, no livro de Feldkirchen bei Graz (1903)**
- Anexo 7 – Registro de nascimento de Johann Jessl no livro de Feldkirchen bei Graz (1903)**
- Anexo 8 – Registro de nascimento de Anton Jessl (irmão) no livro de Feldkirchen bei Graz (1904)**
- Anexo 9 – Registro de óbito de Anton Jessl (irmão) no livro de Feldkirchen bei Graz (1923)**
- Anexo 10 – Registro de nascimento de Anna Jessl (irmã) no livro de Feldkirchen bei Graz (1906)**
- Anexo 11 – Registro de óbito de Anna Jessl (irmã) no livro de Frohnleiten (1926)**
- Anexo 12 – Registro do óbito de Anna Jessl (irmã) no livro de Feldkirchen bei Graz (1926)**

Anexo 1 – Registro de nascimento de Johann Jessl (pai) no livro de Langlammitz (1875)

Langlammitzer Geburts-

Jahr, Monat und Tag		Name des Taufenden	Name des Täuflings	Katholisch	Evangelisch	Männlich	Weiblich	Christlich	Unchristlich	Kein Geborene	Ort, Haus-Nro., ehemalige Herrschaft, Bezugsgericht, Bezirks-hauptmannschaft, Kreis	Sebamme Vor- und Zuname, Wohnort, geprüft, oder ungeprüft
der Geburt	der Taufe											
1875	März 25 27	Jos. Wiesner (Pf.)	Theresia	1	1	1	1				Langlammitz No. 15	Agnes Spang mit Luise geft.
1875	März 27 29	Jos. Wiesner (Pf.)	Frank	1	1	1	1				Langlammitz No. 40	Agnes Spang mit Luise geft.
1875	März 31 1. April	Jos. Wiesner (Pf.)	Johann	1	1	1	1				Langlammitz No. 15	Agnes Spang mit Luise geft.
1875	März 31 2.	Jos. Wiesner (Pf.)	Maria	1	1	1	1				Langlammitz No. 1	Agnes Spang mit Luise geft.

in hunc librum publicam desor ego

Fonte: Langlammitzer Geburtsbuch 1861-1901, no site Porta Fontium.

Disponível em: <https://www.portafontium.eu/iipimage/30060410/bochov-15_0830-n>.

Acesso em 17/03/2019.

80

Buch. *Tom III. Evangelical Kirche. Gottesdienst beynd Langen, Jüngst Ludwig*
Landen

Vater	Mutter	Vatzen
<p>Vor- und Zuname, ehemalige Herrschaft, Charakter oder Gewerbe. Im Falle des Bekennnisses des Erzeugers zur Vaterschaft eines unehelichen Kindes hat er nebst zwei Zeugen dasselbe zu fertigen</p>	<p>Vor- und Zuname, Vater und Mutter, Geburtsort, Haus-Nr., ehemalige Herrschaft, Bezirksgericht, Bezirkshauptmannschaft und Kreis</p>	<p>Vor- und Zuname und Stand</p>
<p><i>Ketzelt Joh. Ludw. in Langsamung No. 10 am 1. März 1841 Jungfr. No. 10 in Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>	<p><i>Altenberg Joh. Ludw. No. 10 Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>	<p><i>Jungfr. No. 10 Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>
<p><i>Reinhold Wiegand Abrahamstr. in Lang- samung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>	<p><i>Altenberg Joh. Ludw. No. 10 Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>	<p><i>Jungfr. No. 10 Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>
<p><i>Leopold Anton No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>	<p><i>Altenberg Joh. Ludw. No. 10 Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>	<p><i>Jungfr. No. 10 Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>
<p><i>Karl Joh. Schiffer No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>	<p><i>Altenberg Joh. Ludw. No. 10 Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>	<p><i>Jungfr. No. 10 Langsamung No. 10 am 1. März 1841 am 1. März 1841 am 1. März 1841</i></p>

J. Meisner, Langsamung, Parochus.

AN. 210.

Fonte: Adaptado de Langlammitzer Geburtsbuch 1861-1901, no site Porta Fontium.
Disponível em: <https://www.portafontium.eu/iipimage/30060410/bochov-15_0830-n>.
Acesso em 17/03/2019.

Anexo 2 – Registro de óbito de Johann Jessl (pai) no livro de Feldkirchen bei Graz (1917)

Sterb-Register.											
Geb.-Nr.	Im Jahre 1917		Ort	Haus-Nr.	Namen des Gestorbenen	Geschlecht		Gebensjahre	Sterben	Krankheit und Todesart	Von wem eingetraget
	gestorben	bestattet				männlich	weiblich				
43	April 17/18	19/10	Kalsdorf	104	Anna Kath. Karl Katharina geb. 1846 gest. 1910 Kalsdorf	1	1	1846 1. 2. 24/10 75		fractio	Leopold Jans Kath.
44	April 28-29	1. Mai	Wagram	1	Adolf Kath. geb. 1846 gest. 1910 Wagram	1	1	1846 9/2 74		Schlagfluss	Johann Kath. geb. 1846 gest. 1910 Wagram
45	Mai 1	3	Feldkirchen	2	Marie geb. 1846 gest. 1910 Feldkirchen	1	1	1846 1-0 74		Lebererkrankung	Johann geb. 1846 gest. 1910 Feldkirchen
46	6. März	8	Kalsdorf	3. Bld. I.	Josef geb. 1846 gest. 1910 Kalsdorf	1	1	1846 1-0 74		Lebererkrankung	Johann geb. 1846 gest. 1910 Kalsdorf
47	6. März	9	Leibern	54	Marie geb. 1846 gest. 1910 Leibern	1	1	1846 1-0 74		Lebererkrankung	Johann geb. 1846 gest. 1910 Leibern
48	7. März	9	Feldkirchen	10	Johann Jessl geb. 1846 gest. 1910 Feldkirchen	1	1	1846 1-0 74		Lebererkrankung	Johann geb. 1846 gest. 1910 Feldkirchen

Fonte: Adaptado de Sterbebuch 5 1903-1938 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online.
Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5881/?pg=111>>.
Acesso em: 17/03/2019.

Eltern		Der Pather Name und Stand.	Täufer	Hebamme.
Namen und Stand				
Vater	Mutter			
Anton Klain, aus Anifan, Gaisfeld in Graz, Grazb. 1878, 1879, 1880 1881, 1882, 1883 1884, 1885, 1886 1887, 1888, 1889 1890, 1891, 1892 1893, 1894, 1895 1896, 1897, 1898 1899, 1900, 1901 1902, 1903, 1904 1905, 1906, 1907 1908, 1909, 1910 1911, 1912, 1913 1914, 1915, 1916 1917, 1918, 1919 1920, 1921, 1922 1923, 1924, 1925 1926, 1927, 1928 1929, 1930, 1931 1932, 1933, 1934 1935, 1936, 1937 1938, 1939, 1940 1941, 1942, 1943 1944, 1945, 1946 1947, 1948, 1949 1950, 1951, 1952 1953, 1954, 1955 1956, 1957, 1958 1959, 1960, 1961 1962, 1963, 1964 1965, 1966, 1967 1968, 1969, 1970 1971, 1972, 1973 1974, 1975, 1976 1977, 1978, 1979 1980, 1981, 1982 1983, 1984, 1985 1986, 1987, 1988 1989, 1990, 1991 1992, 1993, 1994 1995, 1996, 1997 1998, 1999, 2000 2001, 2002, 2003 2004, 2005, 2006 2007, 2008, 2009 2010, 2011, 2012 2013, 2014, 2015 2016, 2017, 2018 2019, 2020, 2021 2022, 2023, 2024 2025, 2026, 2027 2028, 2029, 2030 2031, 2032, 2033 2034, 2035, 2036 2037, 2038, 2039 2040, 2041, 2042 2043, 2044, 2045 2046, 2047, 2048 2049, 2050, 2051 2052, 2053, 2054 2055, 2056, 2057 2058, 2059, 2060 2061, 2062, 2063 2064, 2065, 2066 2067, 2068, 2069 2070, 2071, 2072 2073, 2074, 2075 2076, 2077, 2078 2079, 2080, 2081 2082, 2083, 2084 2085, 2086, 2087 2088, 2089, 2090 2091, 2092, 2093 2094, 2095, 2096 2097, 2098, 2099 2100, 2101, 2102 2103, 2104, 2105 2106, 2107, 2108 2109, 2110, 2111 2112, 2113, 2114 2115, 2116, 2117 2118, 2119, 2120 2121, 2122, 2123 2124, 2125, 2126 2127, 2128, 2129 2130, 2131, 2132 2133, 2134, 2135 2136, 2137, 2138 2139, 2140, 2141 2142, 2143, 2144 2145, 2146, 2147 2148, 2149, 2150 2151, 2152, 2153 2154, 2155, 2156 2157, 2158, 2159 2160, 2161, 2162 2163, 2164, 2165 2166, 2167, 2168 2169, 2170, 2171 2172, 2173, 2174 2175, 2176, 2177 2178, 2179, 2180 2181, 2182, 2183 2184, 2185, 2186 2187, 2188, 2189 2190, 2191, 2192 2193, 2194, 2195 2196, 2197, 2198 2199, 2200, 2201 2202, 2203, 2204 2205, 2206, 2207 2208, 2209, 2210 2211, 2212, 2213 2214, 2215, 2216 2217, 2218, 2219 2220, 2221, 2222 2223, 2224, 2225 2226, 2227, 2228 2229, 2230, 2231 2232, 2233, 2234 2235, 2236, 2237 2238, 2239, 2240 2241, 2242, 2243 2244, 2245, 2246 2247, 2248, 2249 2250, 2251, 2252 2253, 2254, 2255 2256, 2257, 2258 2259, 2260, 2261 2262, 2263, 2264 2265, 2266, 2267 2268, 2269, 2270 2271, 2272, 2273 2274, 2275, 2276 2277, 2278, 2279 2280, 2281, 2282 2283, 2284, 2285 2286, 2287, 2288 2289, 2290, 2291 2292, 2293, 2294 2295, 2296, 2297 2298, 2299, 2300 2301, 2302, 2303 2304, 2305, 2306 2307, 2308, 2309 2310, 2311, 2312 2313, 2314, 2315 2316, 2317, 2318 2319, 2320, 2321 2322, 2323, 2324 2325, 2326, 2327 2328, 2329, 2330 2331, 2332, 2333 2334, 2335, 2336 2337, 2338, 2339 2340, 2341, 2342 2343, 2344, 2345 2346, 2347, 2348 2349, 2350, 2351 2352, 2353, 2354 2355, 2356, 2357 2358, 2359, 2360 2361, 2362, 2363 2364, 2365, 2366 2367, 2368, 2369 2370, 2371, 2372 2373, 2374, 2375 2376, 2377, 2378 2379, 2380, 2381 2382, 2383, 2384 2385, 2386, 2387 2388, 2389, 2390 2391, 2392, 2393 2394, 2395, 2396 2397, 2398, 2399 2400, 2401, 2402 2403, 2404, 2405 2406, 2407, 2408 2409, 2410, 2411 2412, 2413, 2414 2415, 2416, 2417 2418, 2419, 2420 2421, 2422, 2423 2424, 2425, 2426 2427, 2428, 2429 2430, 2431, 2432 2433, 2434, 2435 2436, 2437, 2438 2439, 2440, 2441 2442, 2443, 2444 2445, 2446, 2447 2448, 2449, 2450 2451, 2452, 2453 2454, 2455, 2456 2457, 2458, 2459 2460, 2461, 2462 2463, 2464, 2465 2466, 2467, 2468 2469, 2470, 2471 2472, 2473, 2474 2475, 2476, 2477 2478, 2479, 2480 2481, 2482, 2483 2484, 2485, 2486 2487, 2488, 2489 2490, 2491, 2492 2493, 2494, 2495 2496, 2497, 2498 2499, 2500, 2501 2502, 2503, 2504 2505, 2506, 2507 2508, 2509, 2510 2511, 2512, 2513 2514, 2515, 2516 2517, 2518, 2519 2520, 2521, 2522 2523, 2524, 2525 2526, 2527, 2528 2529, 2530, 2531 2532, 2533, 2534 2535, 2536, 2537 2538, 2539, 2540 2541, 2542, 2543 2544, 2545, 2546 2547, 2548, 2549 2550, 2551, 2552 2553, 2554, 2555 2556, 2557, 2558 2559, 2560, 2561 2562, 2563, 2564 2565, 2566, 2567 2568, 2569, 2570 2571, 2572, 2573 2574, 2575, 2576 2577, 2578, 2579 2580, 2581, 2582 2583, 2584, 2585 2586, 2587, 2588 2589, 2590, 2591 2592, 2593, 2594 2595, 2596, 2597 2598, 2599, 2600 2601, 2602, 2603 2604, 2605, 2606 2607, 2608, 2609 2610, 2611, 2612 2613, 2614, 2615 2616, 2617, 2618 2619, 2620, 2621 2622, 2623, 2624 2625, 2626, 2627 2628, 2629, 2630 2631, 2632, 2633 2634, 2635, 2636 2637, 2638, 2639 2640, 2641, 2642 2643, 2644, 2645 2646, 2647, 2648 2649, 2650, 2651 2652, 2653, 2654 2655, 2656, 2657 2658, 2659, 2660 2661, 2662, 2663 2664, 2665, 2666 2667, 2668, 2669 2670, 2671, 2672 2673, 2674, 2675 2676, 2677, 2678 2679, 2680, 2681 2682, 2683, 2684 2685, 2686, 2687 2688, 2689, 2690 2691, 2692, 2693 2694, 2695, 2696 2697, 2698, 2699 2700, 2701, 2702 2703, 2704, 2705 2706, 2707, 2708 2709, 2710, 2711 2712, 2713, 2714 2715, 2716, 2717 2718, 2719, 2720 2721, 2722, 2723 2724, 2725, 2726 2727, 2728, 2729 2730, 2731, 2732 2733, 2734, 2735 2736, 2737, 2738 2739, 2740, 2741 2742, 2743, 2744 2745, 2746, 2747 2748, 2749, 2750 2751, 2752, 2753 2754, 2755, 2756 2757, 2758, 2759 2760, 2761, 2762 2763, 2764, 2765 2766, 2767, 2768 2769, 2770, 2771 2772, 2773, 2774 2775, 2776, 2777 2778, 2779, 2780 2781, 2782, 2783 2784, 2785, 2786 2787, 2788, 2789 2790, 2791, 2792 2793, 2794, 2795 2796, 2797, 2798 2799, 2800, 2801 2802, 2803, 2804 2805, 2806, 2807 2808, 2809, 2810 2811, 2812, 2813 2814, 2815, 2816 2817, 2818, 2819 2820, 2821, 2822 2823, 2824, 2825 2826, 2827, 2828 2829, 2830, 2831 2832, 2833, 2834 2835, 2836, 2837 2838, 2839, 2840 2841, 2842, 2843 2844, 2845, 2846 2847, 2848, 2849 2850, 2851, 2852 2853, 2854, 2855 2856, 2857, 2858 2859, 2860, 2861 2862, 2863, 2864 2865, 2866, 2867 2868, 2869, 2870 2871, 2872, 2873 2874, 2875, 2876 2877, 2878, 2879 2880, 2881, 2882 2883, 2884, 2885 2886, 2887, 2888 2889, 2890, 2891 2892, 2893, 2894 2895, 2896, 2897 2898, 2899, 2900 2901, 2902, 2903 2904, 2905, 2906 2907, 2908, 2909 2910, 2911, 2912 2913, 2914, 2915 2916, 2917, 2918 2919, 2920, 2921 2922, 2923, 2924 2925, 2926, 2927 2928, 2929, 2930 2931, 2932, 2933 2934, 2935, 2936 2937, 2938, 2939 2940, 2941, 2942 2943, 2944, 2945 2946, 2947, 2948 2949, 2950, 2951 2952, 2953, 2954 2955, 2956, 2957 2958, 2959, 2960 2961, 2962, 2963 2964, 2965, 2966 2967, 2968, 2969 2970, 2971, 2972 2973, 2974, 2975 2976, 2977, 2978 2979, 2980, 2981 2982, 2983, 2984 2985, 2986, 2987 2988, 2989, 2990 2991, 2992, 2993 2994, 2995, 2996 2997, 2998, 2999 3000, 3001, 3002 3003, 3004, 3005 3006, 3007, 3008 3009, 3010, 3011 3012, 3013, 3014 3015, 3016, 3017 3018, 3019, 3020 3021, 3022, 3023 3024, 3025, 3026 3027, 3028, 3029 3030, 3031, 3032 3033, 3034, 3035 3036, 3037, 3038 3039, 3040, 3041 3042, 3043, 3044 3045, 3046, 3047 3048, 3049, 3050 3051, 3052, 3053 3054, 3055, 3056 3057, 3058, 3059 3060, 3061, 3062 3063, 3064, 3065 3066, 3067, 3068 3069, 3070, 3071 3072, 3073, 3074 3075, 3076, 3077 3078, 3079, 3080 3081, 3082, 3083 3084, 3085, 3086 3087, 3088, 3089 3090, 3091, 3092 3093, 3094, 3095 3096, 3097, 3098 3099, 3100, 3101 3102, 3103, 3104 3105, 3106, 3107 3108, 3109, 3110 3111, 3112, 3113 3114, 3115, 3116 3117, 3118, 3119 3120, 3121, 3122 3123, 3124, 3125 3126, 3127, 3128 3129, 3130, 3131 3132, 3133, 3134 3135, 3136, 3137 3138, 3139, 3140 3141, 3142, 3143 3144, 3145, 3146 3147, 3148, 3149 3150, 3151, 3152 3153, 3154, 3155 3156, 3157, 3158 3159, 3160, 3161 3162, 3163, 3164 3165, 3166, 3167 3168, 3169, 3170 3171, 3172, 3173 3174, 3175, 3176 3177, 3178, 3179 3180, 3181, 3182 3183, 3184, 3185 3186, 3187, 3188 3189, 3190, 3191 3192, 3193, 3194 3195, 3196, 3197 3198, 3199, 3200 3201, 3202, 3203 3204, 3205, 3206 3207, 3208, 3209 3210, 3211, 3212 3213, 3214, 3215 3216, 3217, 3218 3219, 3220, 3221 3222, 3223, 3224 3225, 3226, 3227 3228, 3229, 3230 3231, 3232, 3233 3234, 3235, 3236 3237, 3238, 3239 3240, 3241, 3242 3243, 3244, 3245 3246, 3247, 3248 3249, 3250, 3251 3252, 3253, 3254 3255, 3256, 3257 3258, 3259, 3260 3261, 3262, 3263 3264, 3265, 3266 3267, 3268, 3269 3270, 3271, 3272 3273, 3274, 3275 3276, 3277, 3278 3279, 3280, 3281 3282, 3283, 3284 3285, 3286, 3287 3288, 3289, 3290 3291, 3292, 3293 3294, 3295, 3296 3297, 3298, 3299 3300, 3301, 3302 3303, 3304, 3305 3306, 3307, 3308 3309, 3310, 3311 3312, 3313, 3314 3315, 3316, 3317 3318, 3319, 3320 3321, 3322, 3323 3324, 3325, 3326 3327, 3328, 3329 3330, 3331, 3332 3333, 3334, 3335 3336, 3337, 3338 3339, 3340, 3341 3342, 3343, 3344 3345, 3346, 3347 3348, 3349, 3350 3351, 3352, 3353 3354, 3355, 3356 3357, 3358, 3359 3360, 3361, 3362 3363, 3364, 3365 3366, 3367, 3368 3369, 3370, 3371 3372, 3373, 3374 3375, 3376, 3377 3378, 3379, 3380 3381, 3382, 3383 3384, 3385, 3386 3387, 3388, 3389 3390, 3391, 3392 3393, 3394, 3395 3396, 3397, 3398 3399, 3400, 3401 3402, 3403, 3404 3405, 3406, 3407 3408, 3409, 3410 3411, 3412, 3413 3414, 3415, 3416 3417, 3418, 3419 3420, 3421, 3422 3423, 3424, 3425 3426, 3427, 3428 3429, 3430, 3431 3432, 3433, 3434 3435, 3436, 3437 3438, 3439, 3440 3441, 3442, 3443 3444, 3445, 3446 3447, 3448, 3449 3450, 3451, 3452 3453, 3454, 3455 3456, 3457, 3458 3459, 3460, 3461 3462, 3463, 3464 3465, 3466, 3467 3468, 3469, 3470 3471, 3472, 3473 3474, 3475, 3476 3477, 3478, 3479 3480, 3481, 3482 3483, 3484, 3485 3486, 3487, 3488 3489, 3490, 3491 3492, 3493, 3494 3495, 3496, 3497 3498, 3499, 3500 3501, 3502, 3503 3504, 3505, 3506 3507, 3508, 3509 3510, 3511, 3512 3513, 3514, 3515 3516, 3517, 3518 3519, 3520, 3521 3522, 3523, 3524 3525, 3526, 3527 3528, 3529, 3530 3531, 3532, 3533 3534, 3535, 3536 3537, 3538, 3539 3540, 3541, 3542 3543, 3544, 3545 3546, 3547, 3548 3549, 3550, 3551 3552, 3553, 3554 3555, 3556, 3557 3558, 3559, 3560 3561, 3562, 3563 3564, 3565, 3566 3567, 3568, 3569 3570, 3571, 3572 3573, 3574, 3575 3576, 3577, 3578 3579, 3580, 3581 3582, 3583, 3584 3585, 3586, 3587 3588, 3589, 3590 3591, 3592, 3593 3594, 3595, 3596 3597, 3598, 3599 3600, 3601, 3602 3603, 3604, 3605 3606, 3607, 3608 3609, 3610, 3611 3612, 3613, 3614 3615, 3616, 3617 3618, 3619, 3620 3621, 3622, 3623 3624, 3625, 3626 3627, 3628, 3629 3630, 3631, 3632 3633, 3634, 3635 3636, 3637, 3638 3639, 3640, 3641 3642, 3643, 3644 3645, 3646, 3647 3648, 3649, 3650 3651, 3652, 3653 3654, 3655, 3656 3657, 3658, 3659 3660, 3661, 3662 3663, 3664, 3665 3666, 3667, 3668 3669, 3670, 3671 3672, 3673, 3674 3675, 3676, 3677 3678, 3679, 3680 3681, 3682, 3683 3684, 3685, 3686 3687, 3688, 3689 3690, 3691, 3692 3693, 3694, 3695 3696, 3697, 3698 3699, 3700, 3701 3702, 3703, 3704 3705, 3706, 3707 3708, 3709, 3710 3711, 3712, 3713 3714, 3715, 3716 3717, 3718, 3719 3720, 3721, 3722 3723, 3724, 3725 3726, 3727, 3728 3729, 3730, 3731 3732, 3733, 3734 3735, 3736, 3737 3738, 3739, 3740 3741, 3742, 3743 3744, 3745, 3746 3747, 3748, 3749 3750, 3751, 3752 3753, 3754, 3755 3756, 3757, 3758 3759, 3760, 3761 3762, 3763, 3764 3765, 3766, 3767 3768, 3769, 3770 3771, 3772, 3773 3774, 3775, 3776 3777, 3778, 3779 3780, 3781, 3782 3783, 3784, 3785 3786, 3787, 3788 3789, 3790, 3791 3792, 3793, 3794 3795, 3796, 3797 3798, 3799, 3800 3801, 3802, 3803 3804, 3805, 3806 3807, 3808, 3809 3810, 3811, 3812 3813, 3814, 3815 3816, 3817, 3818 3819, 3820, 3821 3822, 3823, 3824 3825, 3826, 3827 3828, 3829, 3830 3831, 3832, 3833 3834, 3835, 3836 3837, 3838, 3839 3840, 3841, 3842 3843, 3844, 3845 3846, 3847, 3848 3849, 3850, 3851 3852, 3853, 3854 3855, 3856, 3857 3858, 3859, 3860 3861, 3862, 3863 3864, 3865, 3866 3867, 3868, 3869 3870, 3871, 3872 3873, 3874, 3875 3876, 3877, 3878 3879, 3880, 3881 3882, 3883, 3884 3885, 3886, 3887 3888, 3889, 3890 3891, 3892, 3893 3894, 3895, 3896 3897, 3898, 3899 3900, 3901, 3902 3903, 39				

Anexo 4 – Registro de óbito de Anna Jessl (mãe) no livro da Erlöserkirche, em Graz (1929)

Im Jahre 1929 Oktober		Ort	Haus- Nr.	Name des Gestorbenen	Religiöse Religion		Gebensjahre	Beruf	Krankheit und Zodessart	Von wem eingetragen
gestorben	Be- graben				Katholisch	Evangelisch				
22.	25.	Riesgraben	1	Wais Jense Gemeindearbeiter mit Brau. Pflanzerei 36. Leitz. geb. 1871 in Mitter- göggisch. Frau Langg. N. Lettwein u. Leitz. u. Graz, Graz	1	1	58	Magen-La- stypose	Widow Greda Kupfer- tagler (Widow)	
22.	24	Riesgraben	1	Wais Lederer Maurermeister mit Fötter L. Graz, Maurermeister 73. gest.	1	1	56	Magen-La- stypose, Pneumonie	Langg. Pichler Kupfer- tagler u. Leitz.	
22.	25	Riesgraben	1	Anna Jessl geb. Blumauer, Friedberger mit Föhrlbitten 25. Leitz. u. Graz, gestorb.	1	1	48	Diabete- scoma	Leitz. Kupfer- tagler u. Leitz.	
23.	25	Riesgraben	1	Wais Harjitz Gastwirthmeister mit Frau Luzarsky 32. gest.	1	1	51	Thuse	Widow Kupfer- tagler u. Leitz.	
23.	28	Riesgraben	1	Joseph Dick geb. Wagring (ganz Wagring) mit Feldbach Wagring, gest. gest.	1	1	71	Wenig-La- stypose	Widow Kupfer- tagler (Widow)	

Fonte: Adaptado de Sterbe-Register XVII 1927-1930 (Hl. Erlöser), no site Matricula Online. Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/graz-hl-erlloeser/308/?pg=328>>. Acesso em: 21/03/2019.

Buch								
Braut					Beistände			
Namen	Religion			Alterjahre	unverehelicht	Blutverwandtschaft	Namen und Stand	Priester
	katholisch	protestant.	griechisch					
<p>Theresia Fürstner, f. l. Tochter des f. l. Meßner Friedrich, Amst. f. l. in der Messing- u. Messingl. Arbeit wohnt in der Messinggasse Nr. 21</p>	1			20 1/2	1		<p>Wenzel Joseph Amst. f. l.</p> <p>Carl Maria Amst. f. l.</p>	<p>H. F. l. H.</p>
<p>Maria Ambrosch, f. l. f. l. Tochter des f. l. Meßner Carl, wohnt in der Messinggasse Nr. 21 in der Messinggasse Nr. 21</p>	1			29 1/2	1		<p>Matthias Amst. f. l. Amst. f. l.</p> <p>Maria Amst. f. l. Amst. f. l.</p>	<p>Anton Faust Amst. f. l.</p>
<p>Clara Schaffler, f. l. Tochter des f. l. Meßner Carl, wohnt in der Messinggasse Nr. 21 in der Messinggasse Nr. 21</p>	1			42 1/2	1		<p>Wenzel Amst. f. l. Amst. f. l.</p> <p>Joseph Schaffler Amst. f. l.</p>	<p>H. F. l. H.</p>
<p>Anna Blumauer, f. l. Tochter des f. l. Meßner Carl, wohnt in der Messinggasse Nr. 21 in der Messinggasse Nr. 21</p>	1			27 1/2	1		<p>Joseph Amst. f. l. Amst. f. l.</p> <p>Anna Amst. f. l. Amst. f. l.</p>	<p>H. F. l. H.</p>
<p>Anna Amst. f. l. Tochter des f. l. Meßner Carl, wohnt in der Messinggasse Nr. 21 in der Messinggasse Nr. 21</p>	1			33 1/2	1		<p>Joseph Amst. f. l. Amst. f. l.</p> <p>Anna Amst. f. l. Amst. f. l.</p>	<p>H. F. l. H.</p>

Fonte: Adaptado de Trauungsbuch 5 1871-1921 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online.
 Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/en/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5873/?pg=154>>.
 Acesso em: 17/03/2019.

28

Eltern		Der Pathen		
Namen und Stand		N a m e n und Stand	Täufer	Hebamme
Vater	Mutter			
Anton Mandl Münzweiber	Maxim geb. Minaritsch	Julia Mandl Lubitzschowitz	Anton Jandl Aegler	Anna Reiser 1878
Johann Teschl Kornbau	Anna geb. Blumauer	Theresia Teschl Kornbau, wirtsch. betrieben d. Max. Mandl	Anton Jandl Aegler	Julia Kronberger 1878
Oskar Schrei Linden	Almuth geb. Wiedner	Luise Orwirth Wobulitz, wirtsch. betrieben d. Johann Schrei	Anton Jandl Aegler	Maxim Reiter (geb.) 1878
Franz Walzl Austrianer	Jascha geb. Klug	Theresia Seebach Kornbau, Franz, Kornbau, 15	Anton Jandl Aegler	Maxim Reiter (geb.) 1878
Franz Kögl, s. Landwirt Austrianer	Kofu geb. Edler	Jascha Föhl Austrianer	Franz Jandl Aegler	Anna Reiser 1878
	Theresia Gasser, geb. Kerschbaum, Kornbau, 17/18 auf d. Hof d. Anton Walzl, 1878	Anna Föhl Kornbau, Franz, Kornbau, 5	Anton Jandl Aegler	Anna Reiser 1878
Josf Köckl Kornbau	Jascha geb. Köppl	Cicilia Mascher Kornbau in Loos bei Wien	Anton Jandl Aegler	Anna Reiser 1878
	Alfons Tschick Mager, 17/18 auf d. Hof d. Anton Walzl, 1878	—	—	Maxim Reiter (geb.) 1878
Josf Steiner Ziffermeister	Maxim geb. Glück	Theresia Glück Kornbau	Franz Jandl Aegler	Julia Kronberger 1878
Karl Mihary Austrianer	Anna geb. Anner	Theresia Köckl Kornbau, Franz, Kornbau	Anton Jandl Aegler	Julia Kronberger 1878

Fonte: Adaptado de Taufbuch 6 1901-1913 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online.

Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5863/?pg=29>>.

Acesso em: 17/03/2019.

Anexo 8 – Registro de nascimento de Anton Jessl (irmão) no livro de Feldkirchen bei Graz (1904)

Nr.	Jahr 1904		Ort	Haus-Nr.	Namen des Kindes	Geschlecht						Der Religion	
	Monat					lebendig-geborenen Kindes		tot-		Der			
	August, September und Tag	der Geburt				weiblich	männlich	weiblich	männlich	weiblich	männlich	protestantisch	griechisch-orthodox
5	23./VIII.	24./VIII.	Alwinshöfz	4	Maria	1						1	
	geborenig drei 11 Ufr. unfrucht	2 ³⁰ unfrucht											
6	25./VIII.	27./VIII.	Wollhof	32	Karl	1						1	
	geborenig fünf 12 Ufr.	11 ³⁰ unfrucht											
7	28./VIII.	11./IX.	Freistühfen	14	Anton Konst	1						1	
	geborenig acht 10 Ufr. unfrucht	3 ⁴⁵ unfrucht											
		September											
8	2./IX.	3./IX.	Wollhof	22	Franz		1					1	
	geborenig 7 Ufr. unfrucht	11 Ufr. unfrucht											
9	2./IX.	7./IX.	Wollhof	68	Maria	1						1	
	geborenig 10 Ufr. unfrucht	12 Ufr. unfrucht											
10	5./IX.	10./IX.	Wollhof	6a	Maria								
	fünftens 8 Ufr. unfrucht	3 Ufr. unfrucht			† 28.3.92 St. Am. Graz Leg. h. unfrucht per unfrucht per unfrucht St. Am. Graz den 5/9985 H. f. K. 92								
11	8./IX.	11./IX.	Wollhof	37	Alois		1					1	
	achtens 6 Ufr.	3 ³⁰ unfrucht			Leg. h. unfrucht per unfrucht per unfrucht St. Am. Graz den 5/9985 H. f. K. 92								
12	11./IX.	12./IX.	Reyran	3	Johann	1						1	
	achtens 10 Ufr. unfrucht	3 ¹⁵ unfrucht			† 23.1.1970 Standesamt Bannach No. Nr. 4/1970								
13	15./IX.	16./IX.	Wollhof	49	Maria								
	geborenig fünf 2 Ufr. unfrucht	12 Ufr. unfrucht			† 20.2.85 St. Am. Graz 738/1985 Leg. h. unfrucht per unfrucht per unfrucht Feldkirchen 10 Juni 906								
14	15./IX.	17./IX.	Freistühfen	11	Theresia Feldgarn	1						1	
	fünftens 10 ³⁰ unfrucht	2 ³⁰ unfrucht											

Fonte: Adaptado de Taufbuch 6 1901-1913 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online.
Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5863/?pg=43>>.
Acesso em: 17/03/2019.

Eltern		Der Pathen	Täufer	Hebamme
Namen und Stand		Namen und Stand		
Vater	Mutter			
Leopold Kögl, Krupfer, zu Angsdorf	Koppe g. Edler	Sapfer Polzl, Kr. Krupfer, Krupfer	Anton Sandl Luglau	Anna Raisp 77ff
Leopold Tuderer Krupfer	Maxim g. Litzke	Maria... Maxim Krupfer, Krupfer, Krupfer, Krupfer	Anton Sandl Luglau	Anna Raisp 77ff
Joseph Tessel Krupfer	Anna g. Blumauer	Anton Tessel, Krupfer, Krupfer, Krupfer, Krupfer	Anton Sandl Luglau	Anton Wanischke 77ff
	Christin Seidler, Krupfer, g. 16/11.83.	Maxim Seidler, Krupfer, Krupfer	Anton Sandl Luglau	Anna Raisp 77ff
Leopold Kneschauer, Krupfer, Krupfer	Alwin g. Theisel	Koppe Theisel Krupfer, Krupfer, Luglau	Anton Sandl Luglau	Anna Raisp 77ff
<small>... und ...</small>	Maxim Kramel, Krupfer, Krupfer, Krupfer, Krupfer	Maxim Reichert, Krupfer, Krupfer, Krupfer, Krupfer	Anton Sandl Luglau	Anna Raisp 77ff
<small>... und ...</small>	Adolf Forst, Krupfer, Krupfer, g. 11/12.76 u. Krupfer L. Tabor, Krupfer	Maxim Werlitsch, Krupfer, Krupfer, Krupfer, Krupfer	Anton Sandl Luglau	Anna Raisp 77ff
Josef Fromm Krupfer, Krupfer	Anna g. Pögl	Maxim Seier, Krupfer, Krupfer	Leopold Sohler, Krupfer	Maxim Reiter (g) 77ff
<small>... und ...</small>	Maxim Meichen, Krupfer, Krupfer, g. 11/12.76	Anna Weber, Krupfer, Krupfer, Krupfer	Anton Sandl Luglau	Maxim Demmel 77ff, Krupfer
Josef Steiner, Krupfer	Maxim g. Glück	Theresia Glück, Krupfer, Krupfer	Anton Sandl Luglau	Anton Wanischke 77ff

Fonte: Adaptado de Taufbuch 6 1901-1913 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online.

Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5863/?pg=43>>.

Acesso em: 17/03/2019.

Anexo 9 – Registro de óbito de Anton Jessl (irmão) no livro de Feldkirchen bei Graz (1923)

Sterb-Register. 362										
No. Bl.	Im Jahre 1923		Ort	Haus- Nr.	Namen des Verstorbenen	Sterblicher Geschlecht		Lebensjahre Sterben	Krankheit und Todesart	Von wem eingesegnet
	gestorben	geboren				männlich	weiblich			
34	24/IV	28/IV	Kalldorf	19	Christoph Haindl geb. 1851 Kalldorf	1	1	72 25/IV 03	Darmleiden Herdenerkrankung	Josef Feldkircher Kalldorf
35	23/IV	25/IV	Kalldorf	125	Leopold Schmid geb. 1851 Kalldorf	1	1	72	Lungenleiden	Josef Feldkircher Kalldorf
36	28/IV	30/IV	Kalldorf	8	Josef Bergal geb. 1851 Kalldorf	1	1	56 28/IV 06	Tuberkulose mit Herdenerkrankung	Josef Feldkircher Kalldorf
37	3/IV	3/IV	Feldkirchen	21	Anton Schmid geb. 1851 Feldkirchen	1	1	62 3/IV 00	Lungenleiden mit Herdenerkrankung	Josef Feldkircher Feldkirchen
38	5/IV	7/IV	Kalldorf	16	Anton Schmid geb. 1851 Kalldorf	1	1	62 5/IV 00	Lungenleiden mit Herdenerkrankung	Josef Feldkircher Kalldorf
39	13/IV	15/IV	Wagnitz	5	Anton Schmid geb. 1851 Wagnitz	1	1	57 13/IV 03	Darmleiden	Josef Feldkircher Wagnitz
40	15/IV	17/IV	Feldkirchen	34	Anton Schmid geb. 1851 Feldkirchen	1	1	72 15/IV 04	Lungenleiden mit Herdenerkrankung	Josef Feldkircher Feldkirchen
41	17/IV	20/IV	Kalldorf	1	Anton Schmid geb. 1851 Kalldorf	1	1	72 17/IV 06	Lungenleiden mit Herdenerkrankung	Josef Feldkircher Kalldorf

Fonte: Adaptado de Sterberegister 5 1903-1938 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online. Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5881/?pg=185>>. Acesso em: 17/03/2019.

Anexo 10 – Registro de nascimento de Anna Jessl (irmã) no livro de Feldkirchen bei Graz (1906)

ost-Sr.	Jahr 1906		Ort	Haus-Nr.	Namen des Kindes	Geschlecht						Der Religion						
	Monat und Tag					Geburt		lebendig-geborenen Kindes		tot-geborenen Kindes		katholisch	protestantisch	griechisch				
	Geburt					Taufe		weiblich		männlich								
								weiblich		männlich								
15	Februar	8./II.	20. Juni 1933	Feldkirchen	Johann	1												
16	Februar	16./II.	18./II.	Brayvann	Frank	1												
17	Februar	17./II.	18./II.	Lebarn	Rudolf	1												
18	Februar	19./II.	13./III.	Feldkirchen	Anna Maria		1											
19	Februar	22./II.	25./II.	Brayvann	Maria			1										
20	Februar	23./II.	24./II.	Brayvann	Antonina Anna				1									
21	März	2./III.	3./III.	Brayvann	Karl Ferdinand	1												
22	Februar	2./II.	3./III.	Feldkirchen	Josefa				1									

Fonte: Adaptado de Taufbuch 6 1901-1913 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online. Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5863/?pg=63>>. Acesso em: 17/03/2019.

Eltern		Der Pathen		
Namen und Stand		N a m e n und Stand	Täufer	Hebamme
V a t e r	Mutter			
Anton Bauer, Feldschreibführer <small>Anton Bauer, geb. Neneid, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz</small>	Maria g. Marschal	Pauline Hofmann, Feldschreibführer, gottin, Graz	Anton Janstl Auzl.	Anna Reisp, 1881
Franz Lavler L. Paltha	Motbánya g. Neumeister	Cecilia Neu- meister, Köfer	Anton Janstl Auzl.	Maria Zipperele 1881
Kristof Rieka Feldschreibführer	Johanna g. Polak	Maria Neuhold, Feldschreibführer, Graz	Anton Janstl Auzl.	Salomea Hornspitzner 1881
Johann Teschl, Kanonik	Anna g. Blumauer	Maria Paley St. Michael-Gottin in Bering, welsch, d. Johanna Dürbauer	Anton Janstl Auzl.	Salomea Hornspitzner 1881
	Anna Firkas, Schiffbauern g. 78	Maria Firkas, Maffmann welsch, d. Gottin, Graz.	Anton Janstl Auzl.	Wolfgang Diemen, Graz, 1881
Franz Neuhold, Majster in Feldschreiberei	Salomea g. Flowald	Anna Köthgasser Schiffbauern in Graz	Anton Janstl Auzl.	Maria Zipperele 1881
Josef Kaufmann Feldschreiberei	Maria g. Hammer	Karl Gutmann Feldschreiberei	Anton Janstl Auzl.	Maria Reitelberger 1881
<small>Herrn Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz</small> Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz Anton Bauer, im Pöchlarn, am 1. März 1847, in der Pfarre St. Michael, Graz	Josefa Schaffler, Feldschreibführer, Graz 7. 14/12. 64	Anna Dollinger, Feldschreibführer, Graz	Anton Janstl Auzl.	Salomea Hornspitzner 1881

Fonte: Adaptado de Taufbuch 6 1901-1913 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online.
Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5863/?pg=63>>.
Acesso em: 17/03/2019.

Anexo 11 – Registro de óbito de Anna Jessl (irmã) no livro de Frohnleiten (1926)

No. 00		Sterbe-Register.										
No. des. Be- graben	Im Jahre 1926		Ort	Gemein- de- No.	Name des Gestorbenen	Religiöser Zugehörigkeit		Geschlecht		Lebensjahre Geboren	Krankheit und Zodensart	Von wem eingetragen
	geboren	be- graben				Katholischer	Evangelischer	männlich	weiblich			
1	Jan. 1. 9 ^h früh	3.	Gams	36	Bretter Josef, led. Kauf- geb. in Hausitzgen, Ung. Graz.	1	1	67	10/2. 1858	Leinwand- Aben Tausch. cord. l. L. 1.1.26.	P. Kyan Pöckner Capl.	
2	Jan. 3. 10 ^h Abends	5.	Frohnleiten	38	Edels brauner Franz, led. Landsknecht, geb. in Frohn- leiten, Ung. Graz.	1	1	24	22/5. 1801	Gold- u. E. Häufchen Kunstver- mischung l. L. 4.1.26.	P. Hüttig Wolker Capl.	
3	Jan. 6. 6 ^h Nach	8.	Gams	50	Behringst. ausungew., led. Behringst. Mehl, Stoff früher in der Alpen geb. Diets.			46	geb.	zungen- gebirt l. L. 7.1.26.		
4	Jan. 15. früh	17.	Frohnleiten	63	Sailer Ludw., ledig. Frischer. geb. in Frohn- leiten, Ung. Graz.	1	1	80	10/12. 1845	Georgstiftung l. L. 16.5.26.	P. Wita Zickler Hofmeister	
5	Jan. 21. ein in gerausig 4 ^h Abends	23.	Hausitzgen Sapowitzgen Gemein- de	286	Kramerer Johann, Lein- wandver. Hefen mit Horn geb. Lecher seit 3.3.1901.	1	1	49	14/16. 1876	Carlam pulver l. L. 22.7.26.	P. Kyan Kraus Capl.	
6	Jan. 22. früh	29.	Gams	43	Fantscher Johann, Kofen led. Fantscher Peter, Holz- arbeiter, in der Kofen geb. Diets. geb. in Gams, Ung. Graz.	1	1	3	18/5. 1822	Verbrüderung Tausch. cord. l. L. 27.1.26.	P. Hüttig Kraus Capl.	
7	Febr. 1. vorfrüh 5 ^h früh	3.	Frohnleiten	25	Jessl Anna, led. Frischer. geb. in Feldekirchen, Ung. Graz.	1	1	19	14/16. 1806	Leinwand- Landsknecht l. L. 2.2.26.	P. Wita Kraus Capl.	
8	Febr. 3. Abends 6 ^h früh	6.	Hausitzgen	61	Praininger Edmund, led. Praininger Johann, Lein- wandver. in der Ralfsgraben geb. Kettmayer. geb. in Wänersdorf, Ung. Graz.	1	1	112	Marz 14/12. 1813	Wagen- Kettmayer l. L. 3.6.26.	P. Hüttig Kraus Capl.	
9	Febr. 4. vorfrüh 8 ^h früh	6.	Hausitzgen	29	Hoik Nepomuk, Leinwand- ver. in der Ralfsgraben geb. Hoik Nepomuk, geb. in Graz.	1	1	3	Novem- ber 7/11. 1823	Wagen- Kettmayer l. L. 4.2.26.	P. Hüttig Kraus Capl.	

Fonte: Adaptado de Sterbebuch 6 1917-1938 (Frohnleiten), no site Matricula Online.

Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/frohnleiten/12229/?pg=52>>.

Acesso em: 21/03/2019.

Anexo 12 – Registro do óbito de Anna Jessl (irmã) no livro de Feldkirchen bei Graz (1926)

Sterb-Register.													
Gott. Nr.	Im Jahre 1925		Ort	Haus-Nr.	Namen des Gestorbenen	Statistischer Religion		Geschlecht		Lebensjahre	Beruf	Krankheit und Todesart	Von wem eingeleget
	geboren	begeben				männlich	weiblich	männlich	weiblich				
77	20/11	30/11	Stalderhof	20	Franz Karl geb. am 18. 11. 1878 gest. am 30. 11. 1925 alt 47 J. 10 M. 12 T.	1	1	1	1	47	Landwirt	Herz-Kreisl.	Joh. Krammer
78	30/11	1/12	Seckau	196	Anna Josefa geb. am 30. 11. 1878 gest. am 1. 12. 1925 alt 47 J. 10 M. 12 T.	1	1	1	1	47	Landwirt	Herz-Kreisl.	Joh. Krammer
79	15/11	17/11	Liebau	40	Anna Josefa geb. am 15. 11. 1878 gest. am 17. 11. 1925 alt 47 J. 10 M. 12 T.	1	1	1	1	47	Landwirt	Herz-Kreisl.	Joh. Krammer
80	25/11	27/11	Seckau	159	Anna Josefa geb. am 25. 11. 1878 gest. am 27. 11. 1925 alt 47 J. 10 M. 12 T.	1	1	1	1	47	Landwirt	Herz-Kreisl.	Joh. Krammer
81	31/11	2/12	Seckau	206	Anna Josefa geb. am 31. 11. 1878 gest. am 2. 12. 1925 alt 47 J. 10 M. 12 T.	1	1	1	1	47	Landwirt	Herz-Kreisl.	Joh. Krammer
82	31/11	2/12	Seckau	206	Anna Josefa geb. am 31. 11. 1878 gest. am 2. 12. 1925 alt 47 J. 10 M. 12 T.	1	1	1	1	47	Landwirt	Herz-Kreisl.	Joh. Krammer
83	1/12	3/12	Seckau	206	Anna Josefa geb. am 1. 12. 1878 gest. am 3. 12. 1925 alt 47 J. 10 M. 12 T.	1	1	1	1	47	Landwirt	Herz-Kreisl.	Joh. Krammer
84	4/12	6/12	Seckau	206	Anna Josefa geb. am 4. 12. 1878 gest. am 6. 12. 1925 alt 47 J. 10 M. 12 T.	1	1	1	1	47	Landwirt	Herz-Kreisl.	Joh. Krammer

Fonte: Adaptado de Sterbepbuch 5 1903-1938 (Feldkirchen bei Graz), no site Matricula Online. Disponível em: <<https://data.matricula-online.eu/de/oesterreich/graz-seckau/feldkirchen/5881/?pg=200>>. Acesso em: 17/03/2019.